

A Arquitectura do Direito à Cidade
Entre a Densidade Urbana e a Condição de Habitar

Nota:

Por decisão da autora, a presente dissertação não segue o Novo Acordo Ortográfico.

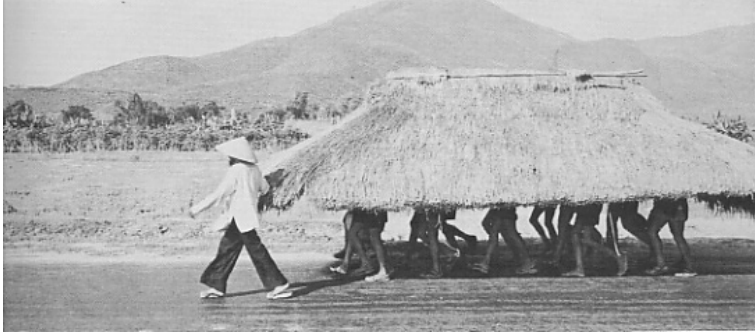
As citações transcritas de livros de língua não portuguesa foram sujeitas a tradução.

A Arquitectura do Direito à Cidade
Entre a Densidade Urbana e a Condição de Habitar

Marta Mota Torres do Pateo Sousa
sob a orientação do Arquitecto e Professor Nuno Brandão Costa

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
MIArq 2018 / 2019

Esta dissertação surge da inquietação inerente ao momento em que vivemos.



Vietnam, "Arquitetura sem Arquitectos", Bernard Rudofsky, exposição MoMA, Nova Iorque 1964 - imagem obtida na página do museu <https://www.moma.org>

Agradecimentos

À mãe e ao pai, pelo apoio e carinho incondicionais.
Aos *de casa* pela paciência e à restante família que também *é casa*.

Ao professor Nuno Brandão Costa pelo interesse e acompanhamento neste caminho.

Aos que, continua ou intermitentemente, foram tornando os dias de faculdade mais alegres e ajudando a construir o meu percurso.

Às amigas mais chegadas ao coração, pelo apoio e pelas conversas. À Leonor, à Mafalda, à Sara e à Silvia. À Rita, por ser sempre a primeira amiga. À Helena por ser amiga e casa também.

E por fim, ao Bernardo, por todos os dias me fazer acreditar que podemos mudar o mundo a partir de um que é só nosso.

Resumo

A presente dissertação pretende ser um processo aberto de compreensão das dinâmicas alargadas da nossa condição actual e do modo como construímos a cidade. Apontam-se direcções de uma procura contínua mas não linear, pelos processos e (des)envolvimentos do pensar e fazer a cidade.

Sobre cidades específicas e os problemas globais. Sobre a necessidade de (re)imaginar para a arquitectura um papel social e político no sentido da construção de cidade e das suas possibilidades. Pode a arquitectura ter um papel na luta pelo direito à cidade? Pode a densidade urbana, projectada para as pessoas, ser uma ferramenta da resposta ao crescente aumento da população mundial e da sua concentração em grandes cidades? Pode a arquitectura ser o 'entre' neste processo? Ser mediadora da qualidade de vida em cidades que se vêem cada vez mais exclusivas?

As deambulações presentes entre o habitat e o habitar, entre a condição urbana e a condição humana, entre a densidade e a qualidade de vida, tentam informar um projecto-de-cidade que se pretende crítico, activo, aberto e comum.

Abstract

The present dissertation aims to be an open process of understanding the wider dynamics of our current condition and the way we build the city. We point towards directions of a continuous and non-linear search of the processes and developments of thinking and creating the city.

About specific cities and the global problems. About the necessity of (re)imagining for architecture a social and political role towards the construction of the city and of its possibilities. Can architecture have a role in the fight for the right to the city? Can urban density, designed for the people, be a tool to address the ever growing world population and its concentration in big cities? Can architecture be the 'link' in this process? Be the mediator of the quality of life in cities that feel ever more exclusive? The present wanderings between habitat and inhabiting, between the urban condition and the human condition, between urban density and quality of life, try to inform a project-of-city that aims to be critical, active, open and collective.

Agradecimentos

Resumo *Abstract*

A nossa condição 16

.processos

(Multipli)cidade 28

Elogio e Desprezo 42

Direito à Cidade 50

Utopia considerada 60

Do plano à cidade 80

Gerar e gerir 90

Dinâmicas multidisciplinares e alternativas 104

Por um projecto-de-arquitectura-de-cidade 116

.(des)envolvimentos

Mundo urbano 122

Desafios globais 136

Habitação, para quem? 150

Densidade, e depois? 152

Depois da dispersão 156

Aproximações: a cidade infinita do México

Habitat e Habitar 170

Aproximações: Mumbai, a cidade máxima

Densidade urbana 186

Aproximações: projectar (n)a cidade compacta de Nova Iorque

Moldar a densidade 202

Aproximações: habitar a densidade em Paris

Densidade ou qualidade de vida? 218

Aproximações: nove formas urbanas

.revoluções

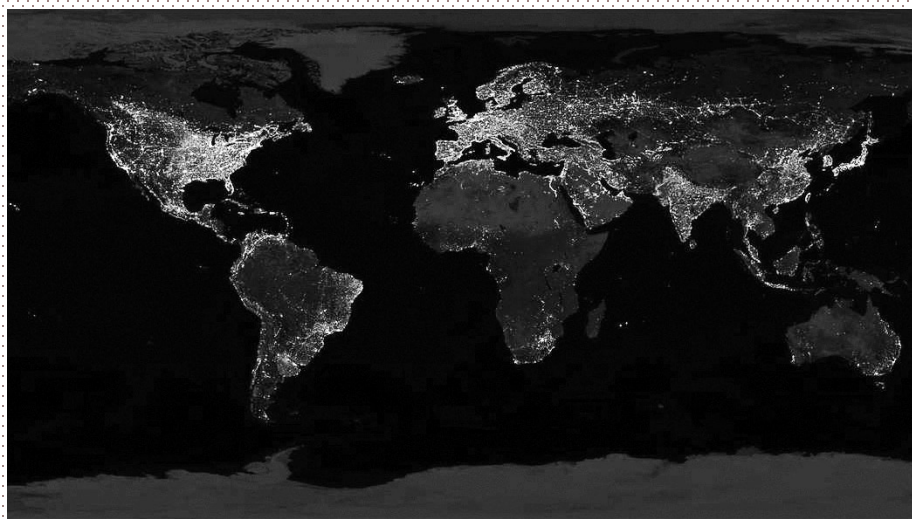
Entre a densidade urbana e a condição de habitar 228

Bibliografia 239

“A Terra à noite” - imagem
obtida na NASA

1 KOOLHAAS, Rem “Project
on the city”, Tachen, Koln,
2001

“O urbano parece menos compreendido no verdadeiro momento da sua apoteose.”¹



A nossa condição

Num tempo em que olhar a cidade é algo que não escapa à larga maioria dos media e dos investidores, as discordâncias entre a realidade e as suas transcrições parecem crescer; condição a que estamos sujeitos através do modo como produzimos e reproduzimos o espaço contemporâneo; através do modo como enfrentamos certos fenómenos. Com isto, há assuntos que se fazem ouvir no mundo inteiro e outros, talvez mais importantes, a que não temos acesso imediato. Estes fenómenos, práticas e territórios ganham cada vez mais escala à medida que são mais desvalorizados e postos de parte. “O modo como vemos as nossas cidades afecta as acções e as políticas que pomos em prática”¹, e enquanto arquitectos afecta o modo como abordamos as ferramentas de que dispomos e o tipo de ambientes que construímos. Estamos a viver em primeira mão aquelas que vão ser – ainda algumas – páginas dos livros de história daqui a cem anos, páginas que vão espelhar os maiores avanços tecnológicos e ao mesmo tempo as maiores tragédias (causadas pela natureza e pelo homem). É no sentido de perceber o momento da história em que nos encontramos que surge o ponto de partida para o que serão reflexões, procuras e deambulações sobre o significado e futuro da cidade. Se é numa condição urbana esta em que nos encontramos então temos de perceber o que isso significa e tentar reverter o sentido da afirmação de Rem Koolhaas na qual diz que o urbano parece menos compreendido neste que é o momento da sua apoteose². Para compreender o urbano é necessária a compreensão das interações entre a cidade e os seus habitantes, e com isto entender qual o nosso papel. É objecto de estudo desta dissertação o modo como habitamos a cidade (a grande cidade, a megacidade, a metrópole, etcetera). Encontramo-nos no ano de dois mil e dezanove e o urbano, que hoje nos toca a quase todos (nos países desenvolvidos há algum tempo mas crescente e continuamente nos países em desenvolvimento), vive um dos períodos mais críticos e mais questionáveis. A urbanização planetária, assunto que vamos poder explorar mais à frente, é o grande denominador comum em que nos encontramos neste início do século XXI, e as qualidades da vida urbana vão determinar a qualidade da civilização em si³.

No entanto, a verdade é que de um modo ou de outro, todos estão associados com essa situação de urbanização globalizada – tanto no sentido da crescente urbanização como no sentido da globalização de um estilo de vida urbano. O que vamos tentar identificar e estudar são os temas que se apresentam face a esta condição; e, se por um lado a percentagem de população urbana vai aumentando, no entanto, “vai ser um grande desafio reconhecer que o mundo está a encolher e que pessoas de

1 HARVEY, David “Cities or Urbanization?” em BRENNER, Neil “Implosions, explosions: towards a study of planetary urbanization”, Jovis, Berlim 2014 – p.53

2 KOOLHAAS, Rem “Project on the city”, Tachen, Köln, 2001

3 HARVEY, David “Cities or Urbanization?” em BRENNER, Neil “Implosions, explosions: towards a study of planetary urbanization”, Jovis, Berlim 2014 – p.53



Densidade de construção dos arranha-céus em Hong Kong, “Trading space for convenience”, fotografia de Nic Tinworth, 2011 - imagem obtida na página do projecto Urban Age

diferentes religiões, diferentes culturas, vão ter de aprender a viver umas com as outras.”⁴ Em todas as grandes cidades há, neste momento, crises no campo da habitação, e isso traduz-se noutras faltas básicas humanas. Se desenhamos e vamos desenhar e inventar habitações futuras, como é que podemos não estar envolvidos nos processos e nas decisões tomadas sobre essa matéria? Como é que podemos garantir que estão a ser proporcionadas as condições mais abrangentes do que constitui o habitar? Toda a gente tem direito a uma casa, e a tudo o que um habitat implica. No entanto vemos hoje que a habitação é mais uma força no mercado e não uma necessidade comum, “a segregação e a pobreza, bem como a deslocação e a inacessibilidade, tornaram-se marcas registadas das cidades de hoje.”⁵ Como é que podemos trazer este problema para o campo da arquitectura? Compreendendo o contexto urbano e os seus constrangimentos e reclamando o direito à habitação na cidade! Num texto de Saskia Sassen sobre a importância da cidade, a socióloga afirma que “as cidades de hoje constituem o terreno onde as pessoas de todo o mundo se cruzam de formas que não fazem em nenhum outro lugar. Nestas cidades complexas, a diversidade pode ser experimentada através das rotinas da vida diária, locais de trabalho, transportes públicos e eventos urbanos, como manifestações ou festivais.”⁶ Estas dinâmicas são o que constitui o ambiente da cidade, sendo que, o ambiente construído, “arquitectura, é a expressão da verdadeira alma das sociedades”⁷. As cidades são então o lugar do século XXI. Crescem. Transformam-se. Destroem-se. Compram-se. Vendem-se. São o lugar onde podemos criar e renovar a nossa condição. Quando George Bataille inicia o pensamento crítico sobre a arquitectura e o urbanismo se estarem a tornar instrumentos de poder e domínio, dá início, em meados do século XX, a uma corrente crítica de pensamento que vemos presente (e precisamos de reapropriar) ainda hoje.

“Há um século atrás apenas 10% das pessoas do planeta habitavam em cidades, e de acordo com as Nações Unidas, este número vai crescer para 75% em 2050. Perceber os impactos deste crescimento nas pessoas e no ambiente tornou-se uma necessidade, à medida que as ligações entre a arquitectura e a sociedade se tornam mais complexas e mais frágeis. O modo como escolhemos moldar as nossas cidades, edifícios e espaços públicos - como arquitectos, urbanistas e fazedores de cidade - vai determinar o modo como respondemos aos desafios das alterações climáticas bem como resolvemos os direitos humanos, justiça e dignidade para biliões de pessoas que se mudam para as cidades à procura de trabalho e oportunidade.”⁸

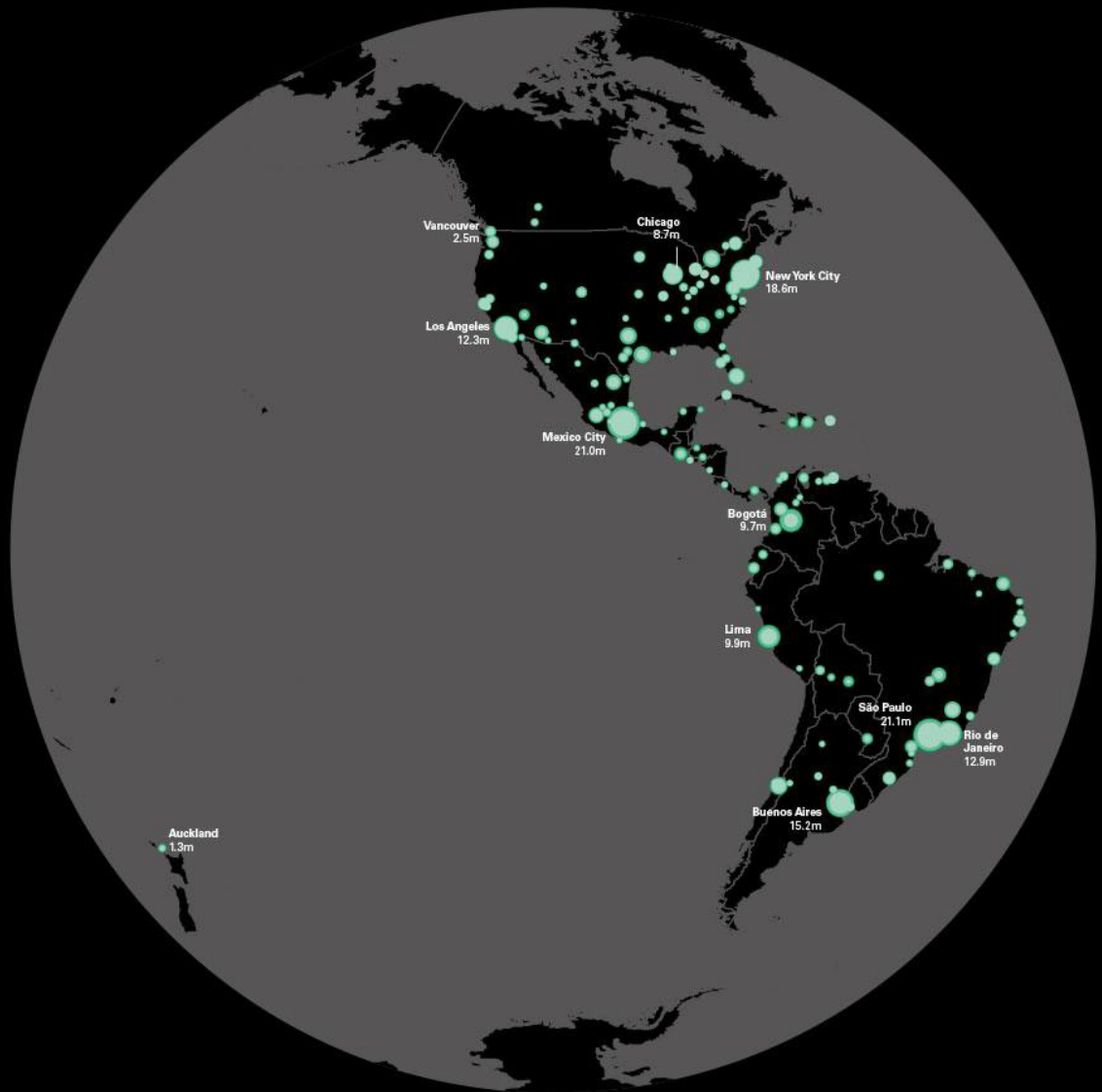
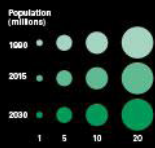
4 WEIWEI, Ai “Human flow”, 140min, Alemanha 2017

5 MADDEN, David; MARCUSE, Peter “In defense of housing”, Verso, Londres, 2016 – p.1

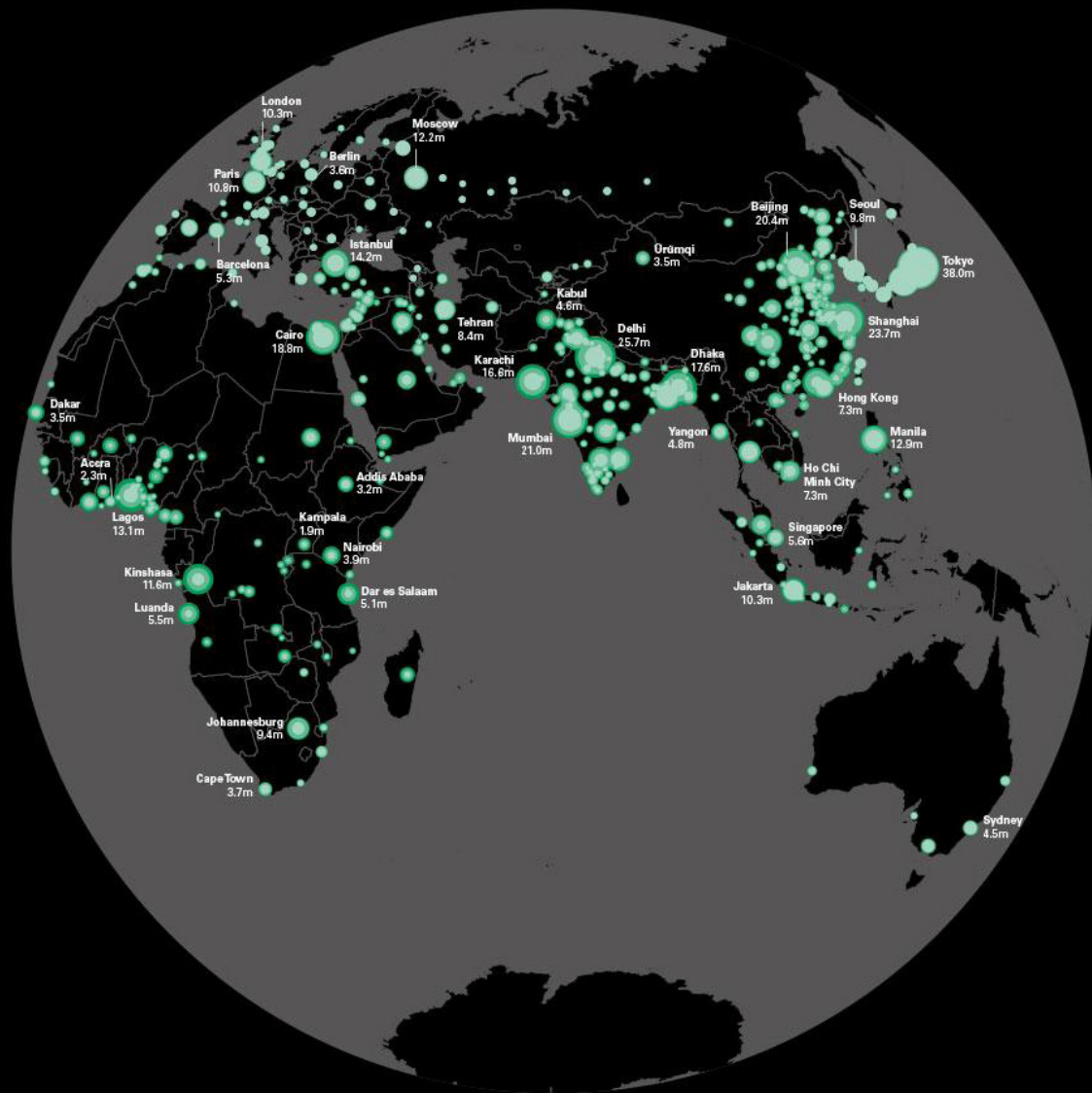
6 SASSEN, Saskia “Why cities matter” em BURDETT, Richard “Cities: Architecture and Society”, Bienal de Veneza, 10ª Mostra Internacional de Arquitectura, Marsilio, Veneza, 2006 – p.29

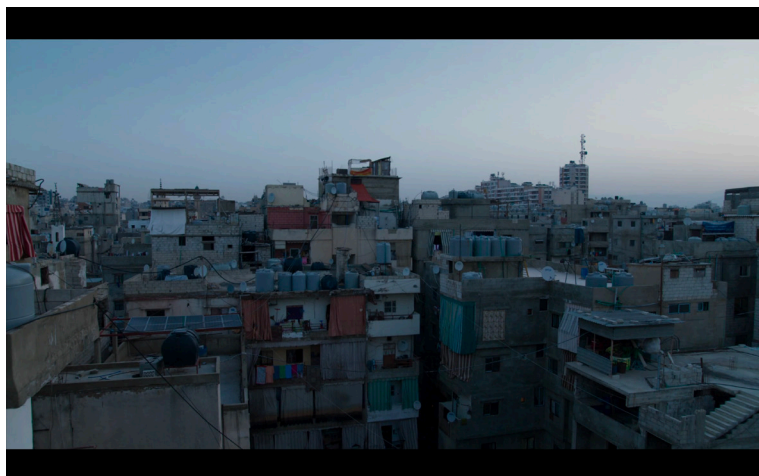
7 BATAILLE, George “Architecture”, Documents 1929 em HOLLIER, Denis “Against Architecture: the writings of George Bataille”, MIT Press, Cambridge, 1992

8 BURDETT, Richard “Cities: Architecture and Society”, Bienal de Veneza, 10ª Mostra internacional de Arquitectura, Marsilio, Veneza, 2006 – introdução



“Onde vivem as pessoas” -
 Nações Unidas 2014, imagem
 obtida na página do projecto
 Urban Age





Este era o cenário em que se encontrava Richard Burdett aquando da Bienal de Arquitectura de Veneza de 2006, baseado em estatísticas das Nações Unidas, que entretanto já sofreram alterações (apesar de se terem tornado ainda mais alarmantes), coloca-se e coloca-nos o desafio de tentar perceber os constrangimentos que moldam a nossa vida na cidade. Hoje, treze anos depois da realização da Bienal e apenas trinta anos antes da realização das previsões mais significativas, continuamos na mesma urgência, “há uma consciência crescente de que a agenda urbana é uma agenda global. Os impactos ambientais das cidades são enormes, tanto pela população como pelo consumo.”⁹ Ora, será que podemos sentir que avançamos, em mais de dez anos, no melhor sentido? Será que temos construído, como desejava Burdett, no sentido da inclusão e da justiça, no que toca ao cumprimento dos direitos humanos? No que toca à inclusão de todos no direito básico que é a habitação? No que toca à nossa vida em sociedade?

As decisões a ser tomadas sobre o rumo dos ambientes urbanos, de mais ou menos construção, de mais ou menos infraestruturas, de mais ou menos guetos, de mais ou menos habitação, são decisões políticas e estratégicas que interagem directamente com o campo da construção do espaço urbano, isto é, “política embutida no ambiente construído da cidade”¹⁰. Para falar de cidade e do sentido de habitar urbano é preciso falar de política, é preciso falar das relações sociais, do sentido de ser indivíduo, dos modos de habitar em comunidade, é preciso, para toda a arquitectura, um contexto. É preciso recorrer à sociologia e compreender que a ‘sociedade urbana’ precisa de sustento teórico, não expressa simplesmente conhecimento adquirido, está em elaboração, é uma procura, uma formulação conceptual.¹¹ É precisa a compreensão de que as decisões que se tomam e o modo como o rumo das cidades é traçado e no modo como são criadas as condições, ou não, para que todos possamos viver (não só sobreviver). Situação que vemos que não se verifica quando temos acesso a dados que comprovam que uma em cada oito pessoas vivem em condições de *slum*¹². É inaceitável que isto sejam números do século XXI. Vamos poder explorar mais à frente que as cidades hoje estão a ser moldadas tanto pelos grandes investidores como pelas catástrofes naturais e as guerras. Tanto pelos edifícios residenciais de luxo como pelas favelas e os assentamentos informais. Tanto pelos shoppings e as autoestradas como pela gentrificação e museificação dos centros. São tudo faces da mesma moeda. Tudo no mesmo mundo. Tudo em cidades.

9 BURDETT, Richard “Cities: Architecture and Society”, Bienal de Veneza, 10ª Mostra internacional de Arquitectura, Marsilio, Veneza, 2006 - p.15

10 SASSEN, Saskia “Why cities matter” em BURDETT, Richard “Cities: Architecture and Society”, Bienal de Veneza, 10ª Mostra internacional de Arquitectura, Marsilio, Veneza, 2006 - p.29

11 LEFEBVRE, Henri “The urban revolution” (1970), University of Minnesota Press, Minneapolis, 2003 – p.5

12 UN-Habitat Slum Almanac 2015-2016, Nações Unidas, 2016

Harvey faz um apontamento importante, “é vital para nós entender como, por quê e de que maneira essas diferenças surgiram. Pois é, acreditamos, somente em tais termos que entenderemos melhor as perspectivas da vida urbana no século XXI tanto no mundo capitalista avançado quanto no mundo em desenvolvimento”¹³, sendo que as situações não são comparáveis em escala, rapidez ou meios, a situação no Sul Global é hoje de extrema relevância para a vida no mundo inteiro, porque as ações tomadas lá (devido novamente à sua escala) afectam o modo como vivemos em sentido global. A nossa condição, objecto que nos propomos estudar, assumida e irremediavelmente urbana, assenta então no sentido da Urgência - face às crises humanitárias, geopolíticas, e ecológicas a que hoje assistimos com mais e mais frequência - da Crítica - face aos modos como pensamos a cidade e os processos através dos quais pomos em prática com mais e mais frequência a desigualdade e injustiças através do planeamento, da arquitectura e da construção dos ambientes urbanos - e das Soluções baseadas no contexto, (des)envolvimentos que apesar dos problemas se globalizarem se focam no lugar e nas pessoas que o vão habitar. Ao estudarmos esta circunstância, ao analisarmos as alternativas e desenvolvermos opiniões e posições críticas estamos a trabalhar no sentido de atingir, como Edward Glaeser aponta (e porque o caminho não é e nunca pode ser nostálgico), o verdadeiro e derradeiro Triunfo da Cidade.¹⁴

Nesse sentido, as cidades não podem ser compreendidas sem a consciência dos processos que as transformam, no entanto, o modo como temos vindo a fazer-cidade tem sido baseado meramente na ode aos processos de urbanização capitalista, que privilegiam uma minoria, e se esquecem do que são, na base, os valores e as potencialidades (sociais) de cidade pensada para a maioria. Porque a cidade não é só matéria construída mas sim o conjunto de relações entre os diferentes indivíduos que habitam os espaços urbanos. Por isso é tão importante, como adverte Koolhaas, recuperarmos a teoria e a crítica, como ferramenta para a compreensão da nossa condição, recuperando o papel social e político do arquitecto, na consciência de que “a arquitectura deve tratar da cidade mesmo quando a cidade não tenha objectivos para a arquitectura.”¹⁵

13 HARVEY, David “Cities or Urbanization?” em BRENNER, Neil “Implosions, explosions: towards a study of planetary urbanization”, Jovis, Berlim 2014 – p.55

14 GLAESER, Edward “Triumph of the city” (2011), Pan Books, Londres, 2012

15 AURELLI, Pier Vittorio “The possibility of an absolute architecture”, The MIT Press, Cambridge, 2011 – p.46

mundo
=
cidade

“A cidade (...) é algo mais do que uma congregação de homens individuais e de conveniências sociais ruas, edifícios, luzes elétricas, bondes, telefones, etc.; algo mais, também, do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos - tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários públicos de vários tipos. A cidade é, antes, um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições, e das atitudes e sentimentos organizados que herdaram esses costumes e se transmitem com a distração. A cidade não é, noutras palavras, apenas um mecanismo metafísico e uma construção artificial. Ela está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana.”¹

Mão de Le Corbusier sobre a maquete do Plan Voisin - imagem obtida em MONTEYS, Xavier “La gran máquina. La ciudad en Le Corbusier”, ediciones del Serbal, Barcelona, 1996 - p.30

1 PARK, Robert “The City: Suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment”, The University of Chicago Press, 1925 – p.1



. processos

Cidade

Todas as intenções de um trabalho de arquitectura são intenções de um pensamento sobre a cidade.

Mas o que é (hoje) a cidade?

No caso da presente dissertação, o caso de estudo é, do início ao fim, a cidade; mas ao tentarmos formular uma ideia, um pensamento ou a definição da palavra, vemo-nos logo limitados pelo nosso campo de conhecimento. O nosso campo de conhecimento – e também de constante aprendizagem – é o da arquitectura (dos estudos urbanos e do desenho dos espaços interiores e exteriores, que dão forma aos ambientes que habitamos) e assim sendo, por muito que tentemos alargar a pesquisa para outras áreas de conhecimento ou campos de acção, estaremos sempre condicionados – ou guiados – pelo campo que é o nosso. Assim, interessa-nos identificar qual o *projecto-de-cidade* que defendemos, através da tentativa de compreensão das suas dinâmicas e condicionantes.

Fala-se aqui em cidade no singular por ser a representação do ambiente em que o Homem, na sua maioria, habita; sem referências geográficas, a cidade constitui-se como espaço primordial do habitat humano. Como vamos poder ver mais adiante, a escolha do estudo da cidade e da formulação de pensamentos sobre a nossa condição actual insere-se num espaço-tempo específico mas em constante mutação, como podemos ler nas palavras de Tony Fry quando diz que “a única constante é a contínua mudança.”¹ Com isto, podemos ver que o conceito de cidade mudou também ao estarmos nesta condição de urbanização planetária onde talvez a definição da palavra já não se adeque ao objecto a que diz respeito.

Ao ser neste momento o habitat de mais de metade da população do mundo, a cidade enfrenta desafios para os quais não conhece precedentes. É daqui que nasce a urgência, a curiosidade e o interesse pelo pensamento da cidade. Mas o que é então a cidade? “A cidade foi sempre um chamamento para as pessoas que procuram trabalho, prazer, o exótico, o erótico, amizade, esperança, abrigo, drogas, fama. Neste sentido, acidente e oportunidade confundem-se.”² Assim, foram surgindo, ao longo dos tempos, vários termos anexados à palavra que, do ponto de vista de uma disciplina ou de um tema em particular, tentam caracterizar a cidade, conferindo-lhe características específicas e aproximando-a de outras em semelhante situação. Ora, a cidade sendo algo disciplinarmente abrangente, fica aquém quando é definida por termos que olham apenas a partir de um ponto de vista – seja ele económico, demográfico, sociológico ou geográfico. No entanto, para percebermos o todo temos de perceber as suas partes, no sentido em que todas elas moldam, no

1 FRY, Tony “Remaking cities: un introduction to urban metrofiting”, Bloomsbury Academic, New York, 2017 – p.19

2 idem - p.23



(à esquerda) **Financial District Rooftops I**, fotografia de Berenice Abbott, Manhattan 1938 - imagem obtida no MoMA <https://www.moma.org/collection/works/43994>

(à direita) **Dubai, Futureland**, fotografia de Nuno Cera, 2008/2010 - fotografia retirada da página do autor <http://www.nunocera.com>

seu campo de ação, o ambiente que habitamos de diferentes maneiras, e vice-versa. Ao ser definida por diferentes campos, responde a variados desígnios, mas é importante a compreensão de que a cidade é em si diversidade, e é a visível multiplicidade de termos e significados que lhe conseguimos atribuir que demonstra isso mesmo.

Podemos perceber a cidade na sua escala hoje, de acordo com padrões geográficos e demográficos, onde surgem termos como megacidade, metrópole e megalópole. Megacidade é a designação atribuída a uma aglomeração urbana de, pelo menos, 10 milhões de habitantes. Metrópole é a cidade mãe, uma cidade importante de um país. Caracterizada pela sua actividade comercial, partilha muito da definição de cidade global, termo introduzido por Saskia Sassen, que é um centro de grande desenvolvimento socio-económico. Segundo Hilberseimer “uma cidade só se transforma numa metrópole através da introdução de certos fenómenos económicos, primeiramente pela concentração de capital, pessoas e a exploração industrial de ambos. Com o desaparecimento destes factores, a metrópole dissolve-se – somente uma grande população não é suficiente para fazer de uma grande cidade uma metrópole.”³ No entanto, metrópole e cidade global não são condição uma da outra. A expressão cidade global⁴ introduzida em 1991, no livro *The Global City: New York*,

3 HILBERSEIMER, Ludwig “Metropolis-architecture”, GSAPP Books, United States, 2012 – p.86

4 SASSEN, Saskia, “The Global City: New York, London, Tokyo”, Princeton University Press, Princeton, 1991

London, Tokyo, caracteriza estas cidades como lugares importantes no sistema económico global, a partir de estudos urbanos e da geografia da globalização, estas cidades criam pontos estratégicos no sistema global de finanças e comércio. A categoria de cidade global não é dada por indicadores quantitativos da população, como no caso da megacidade, mas sim por factores económicos e de reconhecimento internacional a nível de serviços e da presença de empresas (de albergar as sedes de diversas corporações multinacionais). O grande número de empresas bem como a proximidade e capacidade de troca entre elas é motivo para o crescimento da economia e dos mercados globais. Socialmente, acabam por concentrar um grande número de pessoas altamente instruídas e com grandes capacidades, bem como uma grande diversidade de culturas, religiões, ideologias e línguas. Por último, Megalópole, vê o seu significado mais próximo da palavra grega pólis, e é normalmente utilizada com o mesmo sentido que a palavra megametrópole. Caracteriza uma zona urbana vasta e com grande concentração populacional, nomeadamente várias áreas metropolitanas bem interligadas. É formada pela conurbação de uma cidade maior e os seus satélites ou por várias cidades com a mesma importância, como pode ser exemplo o Pearl River Delta, aglomeração composta por cidades como Hong Kong, Schenzen, Macau, Guangzhou, entre outras.



Pearl City promotional advertisement - imagem obtida no livro *Project on the City*, Rem Koolhaas, Taschen 2001, p.462

Estas definições dizem-nos pouco sobre a qualidade de vida da cidade em questão, sobre a situação político-económica ou sobre a diversidade social ou cultural, visto que assentam meramente em aspectos quantitativos dos vastos assentamentos urbanos, deixando de lado os aspectos humanos. No entanto, surgem das diversas áreas de estudo termos que tentam descrever os constrangimentos através da crítica, como é o caso da Cidade Genérica; ou desígnios como Cidade Capital, Cidade Aberta, Cidade Compacta ou Cidade Cinética; também definições como *Endless City*⁵ (cidade sem fim), *Shrinking City*⁶ (cidade a encolher), *100-mile city*⁷ (cidade de cem milhas), *Arrival City* (cidade de chegada), ou *Indistinguishable City* (cidade indistinguível) aparecem para tentar dar um rumo mais específico ao significado da palavra cidade. Outras abordagens mais recentes como a Hiper-Cidade, tenta distanciar-se da megacidade ao definir a cidade pela sua densidade populacional (visto que a megacidade pode ter 10 milhões de habitantes espalhados por um vasto território), apontando para uma média de 5 mil habitantes por km².

Se esmiuçarmos e deambularmos pelos termos acima referidos, através das leituras que pela primeira vez lhes fizeram referência, vemos que a maioria se posiciona contra o modo de produção da cidade capitalista, reconhecendo-o. O termo Cidade Capital⁸ é utilizado por Samuel Stein para

5 BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007

6 Cidades que tem sofrido um declínio grande na população

7 SUDJIC, Deyan, “The 100 mile city”, Harcourt Brace & Comp., San Diego, 1992

8 STEIN, Samuel “Capital City. Gentrification and the Real Estate State”, Verso, London 2019



**Construir cidade
vs
Construir espaços
para investimento
imobiliário**

Capital City, construção dos novos SuperTall, fotografia de Lucas Jackson - imagem obtida na página CityLab

descrever cidades cujo desenvolvimento e planeamento assentam hoje em decisões orientadas para o lucro, para o capital. É no seu livro *Capital city - Gentrification and the Real Estate State* que nos mostra a cidade a ser construída e planeada pelo capitalismo, pelo poder financeiro, cidade essa que exclui a maioria da população, detentora do menor volume de capital. A palavra capital associada à palavra cidade ganha outro significado para lá do que estamos habituados, que descreve a capital como a cidade mais importante de um certo país, onde se encontra o seu centro governamental e todos os organismos supremos da administração do estado. Mais do que o número efetivo de capitais mundiais, há hoje um enorme número de cidades capitais – no sentido do termo utilizado por Stein. Explica no livro que assistimos ao crescimento do *real estate state* – uma formação política em que o capital do sector imobiliário tem influência na forma das nossas cidades, nos parâmetros das nossas políticas e nas vidas que vivemos. Mostra também uma certa revolta – enquanto planeador – sobre a sua capacidade de agir contra os modos de produção destas cidades. Também o termo Cidade Genérica, introduzido por Rem Koolhaas⁹, vem criticar o sentido que a cidade estava a tomar, sem personalidade, ou melhor, cidades diferentes cuja personalidade tende a aproximar-se cada vez mais. Faz um retrato cruel da urbanidade, realista do presente e pessimista quanto ao futuro, que se torna cada vez mais global.

⁹ KOOLHAAS, Rem, “Três textos sobre a cidade”, tradução Barcelona 2010

No que toca à aglomeração do ambiente construído da cidade, termos como Compacta, o termo que herdámos de dois matemáticos, que na sua visão utópica da cidade imaginavam um uso mais eficiente dos recursos. A cidade compacta¹⁰ é caracterizada por ser multifuncional, por induzir à vida nas ruas e nos espaços entre edifícios. É densa e bem conectada por transportes públicos bem como fácil de percorrer a pé ou de bicicleta. Quando associado ao planeamento urbano, é imediatamente conotado com Jane Jacobs; se no seu livro *Morte e Vida das Grandes Cidades Americanas* defende a diversidade, também é neste livro que se manifesta contra os grandes projectos, mostrando que a cidade – no seu expoente de qualidade de vida – deve permitir apenas edifícios de média altura, de modo a potenciar a vida entre os edifícios. Opõe-se aos modelos de cidade marcados pela expansão desmedida do tecido urbano, pela falta de relações urbanas e sociais entre os habitantes e pelo uso irremediável do automóvel, efeitos visíveis na *Cidade das 100 milhas*. No seu livro, partilhado com diversos autores, Mike Jenks traz o tema da cidade compacta para os problemas e constrangimentos que a cidade vive hoje, tanto aplicada a países desenvolvidos como a países em desenvolvimento, procurando perceber se o modelo compacto é a melhor resposta em termos económicos, políticos, sociais, culturais e ambientais; sendo que encontramos em Richard Rogers a defesa de que a cidade compacta é a única forma urbana sustentável para responder às exigências de uma cidade em crescimento.¹¹ Complementar à compactação, segundo Rahul Mehrotra, a Cidade Cinética¹² dá lugar às apropriações e construções efémeras inerentes à condição de megacidade, principalmente no contexto das cidades Indianas.

*

A falta de vocabulário específico para descrever o espaço-tempo que vivemos encontra o seu expoente na excessiva terminologia que envolve a palavra cidade, a qual hoje temos dificuldade em definir. É importante reconhecer a ingenuidade com que falamos, essa ingenuidade, quando admitida, é ponto de partida para a compreensão alargada do que pode ser este ambiente em que vivemos. Todas as definições mencionadas, apesar de essenciais, deixam uma sensação de vazio sobre o que é a efervescência da vida urbana, sobre o verdadeiro motivo pelo qual mais e mais pessoas querem habitar em cidades, sobre serem tema de filmes, poemas e revoltas. São quase infinitos os prefixos e sufixos, as definições e os seus contrários, quando o tema é a cidade. No entanto, quando Richard Sennett nos fala de Cidade Aberta, fala-nos de uma cidade que é isto tudo e que está incompleta, uma dose de planeamento e de possibilidades de mutação assentes na vontade dos habitantes. Mais

10 JENKS, Mike e BURGESS, Rod, “The Compact City, A sustainable urban form?”, Spon Press, London 2000

11 ROGERS, Richard “Saving the city” em “Reporting From the Front”, Bienal de Veneza, 15ª Mostra internacional de Arquitectura, Marsílio, Veneza, 2016

12 Conceito introduzido por Rahul Mehrotra que vamos poder explorar mais à frente



Praia de Chowpatty em Mumbai, espaço público inclusivo da população que habita o ambiente denso dos bairros da cidade, fotografia de Jehangir Sarabjee , 2007 - imagem obtida na página do projecto Urban Age

do que uma idéia romântica é um sistema de construção de cidade a partir de estratégias *bottom up*, que podem não traduzir uma forma perfeita e completa mas que conferem aos residentes uma sensação de pertença.

Da diversidade inerente à condição surge o conceito de *Cityness* – talvez ainda não tenhamos uma tradução adequada na língua portuguesa – introduzido também por Saskia Sassen, na urgência e necessidade de não deixar fugir e não desprezar qualidades urbanas, “*cityness*, de um modo, pode ser descrito como um instrumento para capturar algo que de outro seria facilmente perdido.”¹³ Para Sassen parece essencial que tenhamos a capacidade de compreender a diversidade, para dar significado à heterogeneidade urbana que experienciamos, qualidades ou condições que, de outro modo, por não serem baseadas na cultura ocidental que já dominamos, estariam a ser negligenciadas. Para Deyan Sudjic o conceito de *Cityness* vem representar a diversidade, a tolerância e um sentido de identidade partilhada e de experiência pessoal.¹⁴ Esta pro-actividade da criação de novos termos e a necessidade de reflectirmos sobre a condição em que nos encontramos é partilhada por Rem Koolhaas, que expressa a sua preocupação pela falta de teoria actual, pelo esvaziamento teórico

13 SASSEN, Saskia “Cityness in an urban age”, Urban Age, 2005

14 SUDJIC, Deyan “Speed of change” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018 – p.220

do papel do arquitecto e, por sua vez, da arquitectura, por ver que o facto de não estarmos conotados a construções com impacto social assenta no facto de não nos lançarmos na compreensão do contexto, diz que “este remover dos assuntos com relevância começa talvez com a nossa remoção do contexto local.”¹⁵ Isso preocupa Koolhaas no sentido em que desde Jane Jacobs, de *Learning from Las Vegas* e do seu próprio manifesto retroactivo, diz não ver a arquitectura preocupada em produzir novas palavras, novos conceitos, novas teorias; que “perante este grande tsunami de substância urbana desconhecida, a coisa mais importante que os arquitectos podem fazer é escrever nova teoria.”¹⁶ Por outro lado, Jaques Herzog e Pierre de Meuron, dizem que “não há teorias das cidades; há só cidades”¹⁷, e apesar disso afirmam também que as teorias (que referem anteriormente como a ‘cidade racional’, a ‘cidade genérica’, a ‘cidade radiante’), foram tentativas que não só eram necessárias como faziam sentido, contudo, afirmam que elas já não se relacionam connosco porque se referirem a um mundo que já não habitamos. Ora, ao admitirem que as teorias eram necessárias e faziam sentido no seu tempo mostram que apesar de afirmarem que não há teorias de cidades e só há cidades, o fazem no vazio de teorias actuais, ou seja, se novas teorias existissem e se aplicassem seriam tão necessárias e fariam tanto sentido como as anteriores. A necessidade de novos pensamentos está alinhada, nos países desenvolvidos, com a necessidade de observar mais e construir e demolir menos; nos países em desenvolvimento é essencial que consigamos observar contextos diferentes dos que conhecemos da Europa ou da América do Norte, para que as abordagens possam ser também diferentes, mais integradas e com mais impacto. Podemos, no seguimento do pensamento de Koolhaas, debruçarmo-nos sobre a concepção de novas formas de olhar e pensar a cidade, visto que o arquitecto holandês afirma que “se não conseguirmos produzir uma nova teoria, e concordo que isso não é fácil, podemos pelo menos encontrar novas palavras... Se conseguirmos encontrar novas palavras pelo menos podemos esperar produzir um enquadramento de compreensão. Sem esse enquadramento, quaisquer intenções de instrumentalidade são fúteis.”¹⁸

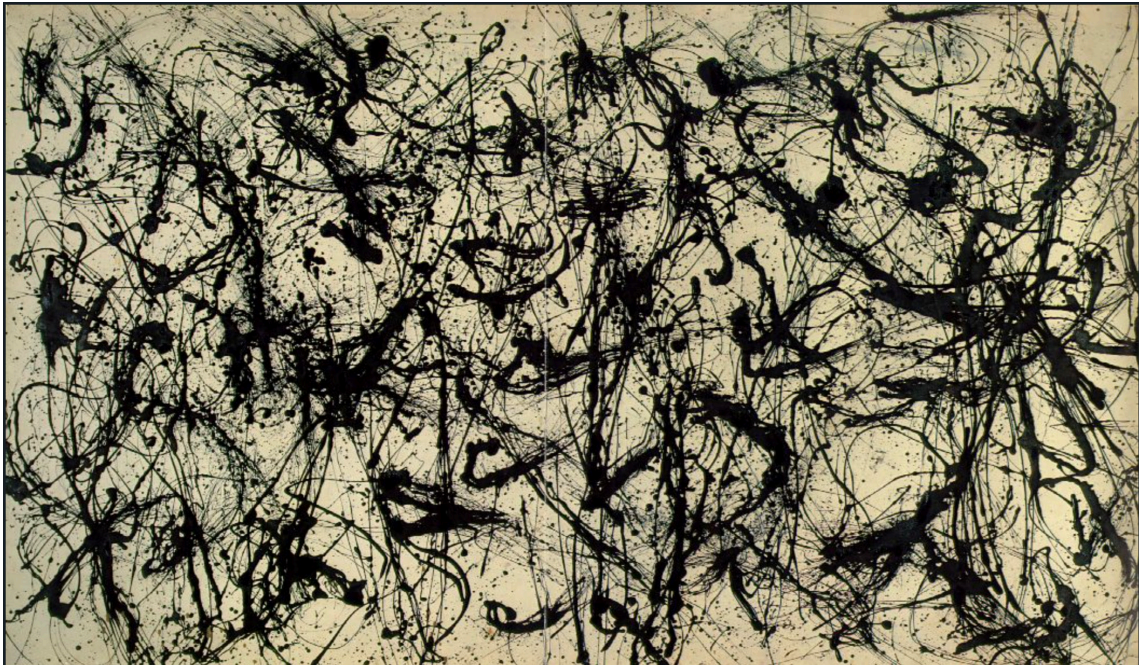
O que podemos então admitir como ponto de partida para um estudo que se quer sobre a cidade, solto de amarras já definidas e apenas na condição humana e social que dá forma ao ambiente urbano e à possibilidade de qualidade de vida? Primeiramente, se deixarmos de olhar a cidade como uma coisa, abrimos a sua compreensão ao sentido do processo de urbanização que lhe dá forma. Se, como diz Louis Wirth, “para propósitos sociológicos a cidade é um assentamento heterógeno

15 KOOLHAS, Rem “In search for authenticity”, em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007 – p.321

16 Idem – p.320

17 HERZOG, Jacques e MEURON, Pierre de “The Particular and the Generic” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007 - 327

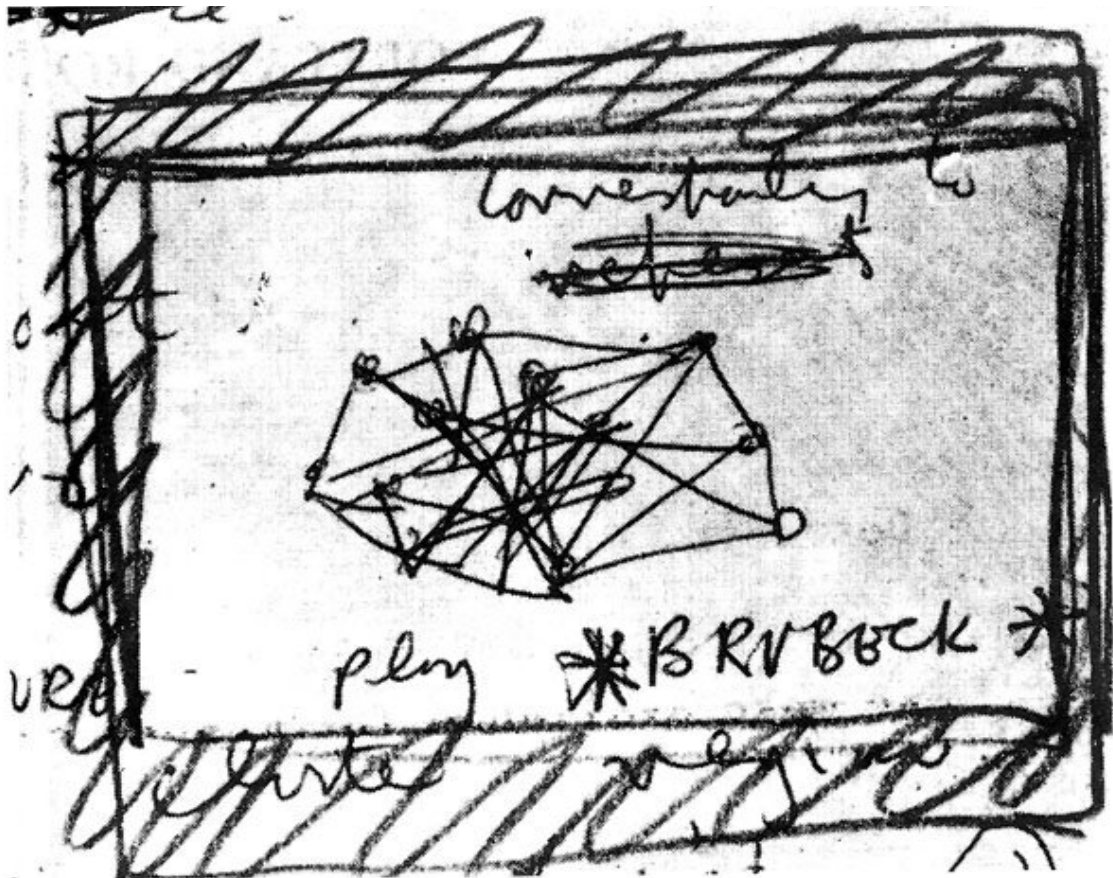
18 KOOLHAS, Rem “In search for authenticity”, em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007 – p.320



Jackson Pollock

n°32

1950



Peter Smithson

Play Brubeck

1962

de indivíduos relativamente grande, denso e permanente”, porque é que para a arquitectura se há-de reduzir aos limites de um lote? Continua, “a característica distintiva do modo de vida do homem na era moderna é a sua concentração em agregações gigantescas em torno das quais se agrupam centros menores e dos quais irradiam as ideias e práticas a que chamamos de civilização.”¹⁹ São estas ideias bastante claras que nos transmite Wirth no final dos anos 30, admitindo a necessidade da densidade, que envolve a diversidade e a coincidência de contacto e relações sociais. O seu contributo, que nos abre os olhos no século passado, para o *Urbanismo como modo de vida*, tende a estar cada vez mais actual face aos modos de produção de cidade que tendem a vender um estilo de vida urbano e cosmopolita. Com isto diz-nos, como também já referimos anteriormente, que “muitas tentativas foram realmente feitas para isolar as características distintivas da vida urbana. Geógrafos, historiadores, economistas, e as ciências políticas incorporaram os pontos de vista de suas respectivas disciplinas nas diversas definições da cidade. Embora em nenhum sentido pretenda substituí-los, a formulação de uma abordagem sociológica da cidade pode, por acaso, chamar a atenção para as inter-relações entre eles, enfatizando as características peculiares da cidade como uma forma particular de associação humana.”²⁰ No entanto, nenhuma definição ou ponto de vista pode ambicionar representar o ambiente urbano enquanto depender inteiramente de números e aspectos quantitativos; Wirth acrescenta que se só identificarmos o urbano dentro de limites físicos da cidade, como um espaço rigidamente delimitado, como se as suas características acabassem abruptamente para fora desses limites, não estamos no caminho para definir o urbanismo como um modo de vida. Os encontros e desencontros, que também vemos fazerem parte da intenção de Sennett na cidade Aberta, são para o sociólogo da Escola de Chicago reforçados pela compactação, afirmando que a densidade vem reforçar as possibilidades de diversidade entre os homens e as suas actividades, aumentando a complexidade da estrutura social; ao mesmo tempo que é possível explicar empiricamente as características da vida urbana e perceber as diferenças entre tamanhos e tipos de cidades através dos critérios apontados – o número, a densidade de assentamentos, o grau de heterogeneidade da população urbana – e na ideia de bem comum em que “se o indivíduo participa de todo na vida social, política e económica da cidade, ele deve subordinar alguma da sua individualidade às exigências da grande comunidade e nessa medida envolver-se em movimentos de massa.”²¹

19 WIRTH, Louis “Urbanism as a way of life”, the American Journal of Sociology, volume XLIV, nº 1, julho 1938

20 ibidem

21 ibidem

Na nossa condição contemporânea, o urbano não pode ser utilizado como referência a um tipo particular de assentamento no espaço, seja cidade, cidade-região, metrópole, região metropolitana, megalópole, cidade limite ou outra, “consequentemente, apesar da sua continua perseguição nos discursos escolares e políticos, a categoria de ‘cidade’ tornou-se hoje obsoleta como ferramenta de análise social.”²² Num texto em que descrevem e analisam a situação de urbanização planetária, que dá título ao texto e que se coloca como o tema de estudo da coletânea de textos que constituem o livro, defendem que “precisamos primeiramente de novas categorias teóricas através das quais podemos investigar a implacável produção e transformação da organização socio-espacial através das escalas e dos territórios”²³; criar um novo léxico, como também afirma Rem Koolhaas, para identificar a grande variedade de processos de urbanização que estão actualmente a dar novas formas ao mundo urbano e para decifrar as paisagens emergentes de diferenças socio-espaciais das últimas décadas. Se admitirmos a cidade como um sistema complexo e adaptativo, fruto das mudanças de rumo, vemos representada nos quadros de Jackson Pollock o que pode ser essa rede de relações - sociais, económicas, culturais - que caracterizam a cidade neste contexto de total urbanização, uma representação abstracta e de não-forma desta urbanização, sem centro, meio ou fim. Como o desenho de Peter Smithson que tenta capturar essa amálgama de ligações, uma “sensação de infinita expansibilidade, uma sensação experimental de expansão e alargamento, um dinamismo volátil que parece querer libertar-se das suas próprias fronteiras”²⁴, descritos como uma energia cinética sem limites, densa nos processos e caótica nos resultados.

É nesta visão partilhada pelas visões de Louis Wirth, Jackson Pollock e Peter Smithson onde podemos ver que “os complexos processos envolvidos na reestruturação das cidades e das regiões urbanas requerem uma nova compreensão da urbanização contemporânea. Em particular, o que é necessário é uma abordagem dinâmica aos estudos urbanos que não só detecta e descreve a emergência de novas formas urbanas, mas também se foca nos mecanismos dos processos de urbanização e explique como é que tendências gerais tomam forma em sítios específicos.”²⁵

22 BRENNER, Neil e SCHMID, Christian “Planetary Urbanization” em BRENNER, Neil “Implosions, explosions: towards a study of planetary urbanization”, Jovis, Berlim 2014 – p.161

23 idem - p.163

24 MERRIFIELD, Andy “The urban question under planetary urbanization” em BRENNER, Neil “Implosions, explosions: towards a study of planetary urbanization”, Jovis, Berlim 2014 – p.169

25 SCHMID, Christian “Patterns and pathways of global urbanization: towards comparative analyses” em BRENNER, Neil “Implosions, explosions: towards a study of planetary urbanization”, Jovis, Berlim 2014 – p.207



Imagem utilizada por Richard Sennett, para representar um espaço da Cidade Aberta, na complexidade, diversidade e caos controlado que a constituem; na multiplicidade.

Nehru Place em Nova Deli, Índia.

MULTIPLICIDADE

Elogio e desprezo
da cidade, da arquitectura

Depois de introduzido o tema a explorar, é neste segundo momento essencial transmitir a esperança nas cidades, “fascinados pela habilidade da metrópole em gerar manifestações sociais e culturais”¹, interessa-nos formar opiniões que assentem em conhecimentos alargados das suas dinâmicas, das suas construções e das suas possibilidades.

Assumindo a grande cidade como campo de reflexão, campo de trabalho e campo de acção, percebemos que tem sido palco dos maiores avanços mas também dos maiores recuos - talvez por estarmos perante alguma incerteza do seu futuro, bem como dos agentes que o podem influenciar - porque apesar das cidades do passado terem estado expostas, ou até mesmo terem sido destruídas, por guerras ou catástrofes naturais, “elas nunca foram confrontadas com o nível de incerteza quanto ao seu futuro como são agora, como resultado da massiva pressão populacional, dos impactos ambientais, da insegurança alimentar e das reconfigurações geopolíticas numa era de constante aceleração nas mudanças tecnológicas, incluindo poderes destrutivos sem precedentes.”² Tony Fry – teórico e filósofo – diz-nos que enquanto humanos, em todos estes séculos, nunca fomos tão desenvolvidos mas também nunca destruímos tanto; destruímos porque estamos constantemente a esquecer-nos do que é a cidade, do que significa habitá-la em comunidade, e de que, perante os problemas e os desafios, se devia estar constantemente a renovar no sentido do bem comum. Com isto queremos dizer, como o título indica, que balançamos constantemente entre o elogio e o desprezo da cidade. O primeiro, numa ode à condição urbana, num pensamento assente nas suas qualidades e possibilidades de proximidade, de relações e de diversidade. O segundo, assente na falta de reflexão e numa desesperança comodista (estilo velho do Restelo), onde são esquecidos os valores não palpáveis da cidade que são substituídos por valores financeiros. Ora, este elogio e desprezo da cidade só pode estar ligado com o elogio e o desprezo das relações humanas.

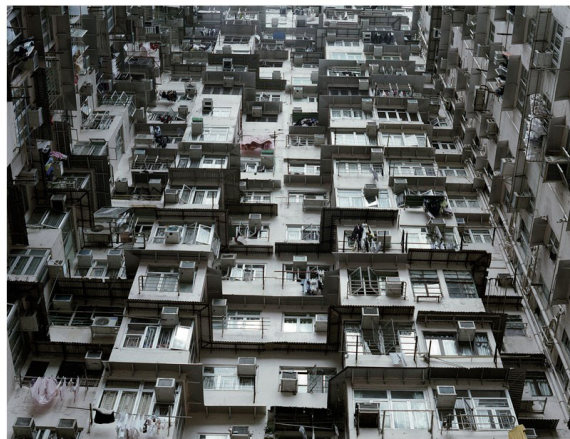
A cidade é a escolha cada vez mais óbvia. E como é obvio, paradoxalmente, é essa crescente escolha que causa os maiores problemas. Os constrangimentos aos quais está sujeita atingiram uma nova escala, tornaram-se globais, e apesar de terem os mais variados contextos, também eles, como a cidade, se tornaram genéricos. No entanto, a resposta não pode ser dada nos mesmos termos, é necessário retomar os estudos críticos sobre a cidade, visões alternativas, assentes na realidade mas propondo melhorá-la e reapropriá-la. Uma cidade como Mumbai tem o mesmo problema que uma cidade como Hong Kong - a habitação - mas nem por isso os problemas são do mesmo tipo, causados pelos mesmos motivos ou com consequências semelhantes.

1 TSCHUMI, Bernard “Architecture and disjunction”, The MIT Press, Cambridge, 1996 – p.6

2 FRY, Tony “Remaking cities: un introduction to urban metrofiting”, Bloomsbury Academic, New York, 2017 – p.26



Cidade do México



Hong Kong



Mumbai

Com isto, percebemos que nem só de construção física se faz a cidade, faz-se também de construções teóricas; sabemos que uma cidade vale a pena quando é objecto de trabalho e quando atrai cultura e culturas diversas, “é por isso que sociólogos, antropólogos, geógrafos, biólogos, economistas, pensadores, artistas e críticos literários têm tomado a arquitectura e a cidade como referência privilegiada das suas reflexões e interpretações”³; interessam a estes autores, mais do que o capital financeiro, o capital social da cidade, e isso só está presente onde o seu tecido é heterogéneo. É essa heterogeneidade que vale a pena. Nuno Cera, fotógrafo e artista visual português, escolheu para o seu projecto Futureland nove mega-cidades – Istambul, Cairo, Dubai, Los Angeles, Cidade do México, Xangai, Hong-Kong, Jacarta e Mumbai - que no seu confronto e na sua justaposição pintam o panorama e os cenários complexos da sua diversidade. Grupos como Archigram e Archizoom, livros como o de Manfredo Tafuri, manifestos como o de Rem Koolhaas ou teorias como as de Cedric Price e Yona Friedman, utilizam a cidade actual e os seus problemas como ponto de partida, sem nunca deixar de procurar um futuro melhor para a cidade. Também através de teorias e reflexões, que tentam formular alternativas para a vida quotidiana, de autores como Henri Lefebvre e Constant Nieuwenhuys, vemos que é na cidade, apesar de desprezarem a sua situação actual, que encontram as melhores possibilidades de um elogio à vida urbana renovada.

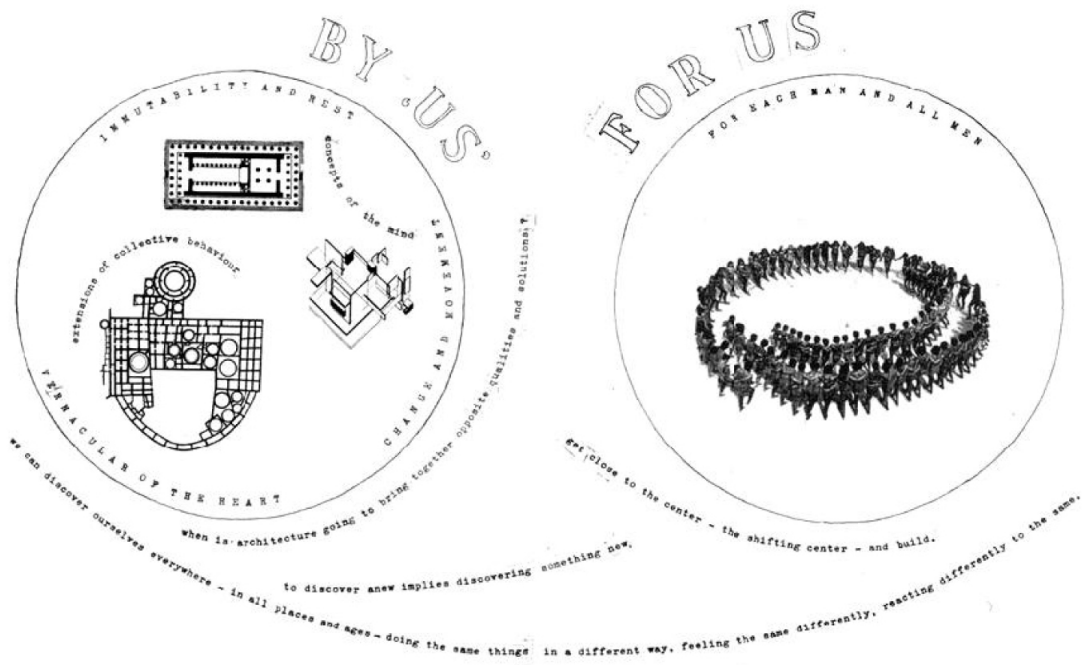
Estes exemplos pensam a cidade nas suas várias esferas, sem mascarar os problemas e sempre divididos entre o que vêem e o que desejam, entre um optimismo inconformado e um pessimismo activo. Essa balança entre o optimismo e o pessimismo no pensamento sobre a cidade permite-nos, numa situação de constante alerta e de constante reflexão, estarmos sempre do lado do elogio, porque mesmo que numa perspectiva pessimista nos pareça que a cidade é a própria razão dos seus problemas é esse sentimento que nos vai fazer ser proactivos no sentido de procurar melhores respostas, *uma organização do pessimismo no sentido de impedir o pior*⁴. Porque a cidade é ao mesmo tempo problema e solução, “...as cidades como cenários privilegiados, dinâmicos e energéticos, onde os conflitos e o caos actuais se manifestam, mas também dotadas de grandes possibilidades de melhora e de transformação;”⁵.

3 MONTANER, Josep Maria, MUXÍ, Zaida, “Arquitectura e Política. Ensaios para mundos alternativos” (2014), trad. Frederico Bonaldo, Gustavo Gili, Barcelona, 2015 - p.41

4 BENJAMIN, Walter citado em BISMARCK, Pedro Levi “Arquitectura e pessimismo”, ex-curso série b, revista Punkto, setembro 2018

5 MONTANER, Josep Maria, MUXÍ, Zaida, “Arquitectura e Política. Ensaios para mundos alternativos” (2014), trad. Frederico Bonaldo, Gustavo Gili, Barcelona, 2015 – p.41

(à esquerda) Cidade do México, Hong Kong e Mumbai, Futureland, fotografia de Nuno Cera, 2008/2010 - fotografias obtidas na página do autor



The Otterlo Circles, Aldo Van Eyck, 1959 - imagem obtida no livro EYCK, Aldo van "The child, the city and the artist. An essay on architecture, the in-between realm", Sun publishers, Amsterdam 1962 - p.131

Este elogio e o desprezo da cidade coincide, no nosso campo de trabalho, estudo e acção, com o elogio e desprezo da arquitectura e do papel do arquitecto. A perda da análise crítica, crise teórica e prática da cidade como lhe chama Lefebvre, e da possibilidade de questionar por parte da massa dos arquitectos e urbanistas de hoje traz ao de cima o que tem vindo a ser o crescente desprezo pelas qualidades e implicações da palavra cidade, e conseqüentemente, de um possível e desejável impacto da arquitectura. A vontade e dever de pensar a vida na cidade e de pôr em causa os moldes em que está a desenvolver-se é necessária, e é urgente criarmos alternativas aos actuais modos de produção dos ambientes urbanos, se queremos que o elogio se faça sobrepor ao desprezo.

Com isto, o arquitecto acaba por ter de escolher um destes lados: "por um lado, os arquitectos que querem ser fieis ao *status quo*, aos seus clientes e senhores, e, por outro, aqueles que tentam melhorar a vida das pessoas. Se um arquitecto quiser ser reconhecido e aparecer nos *media* a todo o custo, ele vai ver-se condenado a ser fiel aos poderosos e a adoptar com imposição as mensagens que os meios e os grupos de pressão tendem a promover. Se quiser ser leal à sua função social, será forçado a superar as suas coordenadas profissionais, industriais e comerciais para poder fazer um trabalho autenticamente culto e crítico, multidisciplinar e colectivo que participe de projetos

sociais e de cooperação.”⁶ Também Alfredo Brilhembourg, numa conferência na FAUP, começou por explicar o porquê de devermos estar mais atentos ao que nos rodeia, dizendo que se todos os dias vemos notícias sobre catástrofes e desgraças, “como é que é possível eu falar de beleza?”, – alertando para o facto de às vezes os arquitectos estarem puramente interessados na forma, na estética e na construção perfeita e acabada das suas obras; isto porque considera que a arquitectura, os seus campos de acção e estudo, têm de conseguir ter um maior impacto do que esse da beleza. Christine Murray alerta-nos para algo semelhante, diz que “é tempo para os arquitectos escolherem a ética sobre a estética”⁷, e se, no resto da entrevista aborda os temas das alterações climáticas, a sua afirmação, funciona para nós como o comentário de Brilhembourg, no sentido das prioridades e não no sentido da exclusão; ou como a afirmação de Jo Noero, “a arquitectura é uma arte prática criada para satisfazer um bem social, e pode dizer-se que esse bem social traz consigo uma responsabilidade ética. Essa idêia remonta a Aristóteles e à distinção que ele fez entre as artes belas e práticas.”⁸ Não pensamos, portanto, que seja necessário enquanto arquitectos abdicarmos da estética - não faria sentido - mas também parece fazer pouco sentido abdicarmos da ética. Ou seja, estamos numa altura em que as nossas prioridades têm de estar bem definidas, é necessário procurarmos alternativas para atingir a estética, pondo, no entanto, a pertinência, o impacto e a ética do que construímos em primeiro lugar. Através de pequenos filmes e até publicações, com o seu atelier Urban Think Tank, Brilhembourg mostra-nos que mesmo sendo um optimista, como o próprio referiu⁹, é impossível não ficar preocupado com a escala dos problemas, principalmente, em relação à nossa escala actual enquanto arquitectos. É este sentido de urgência e da necessidade de *lutar pela cidade*¹⁰, que, nesta procura pela compreensão das suas dinâmicas, implode diversas vezes.

Numa altura em que é essencial filtrar o que construímos e o que deixamos por construir; Rem Koolhaas, numa abordagem um pouco mais cínica mas nem por isso menos eficaz, como nos habitua desde sempre, defende a contínua necessidade da teoria e afirma que “talvez, a arquitectura não tenha de ser estúpida afinal de contas. Liberta da obrigação de construir, pode tornar-se numa maneira de pensar sobre qualquer coisa – uma disciplina que represente relações, proporções, conexões, efeitos, o diagrama de tudo.”¹¹

6 MONTANER, Josep Maria, MUXÍ, Zaida, “Arquitectura e Política. Ensaios para mundos alternativos” (2014), trad. Frederico Bonaldo, Gustavo Gili, Barcelona, 2015 – p.38

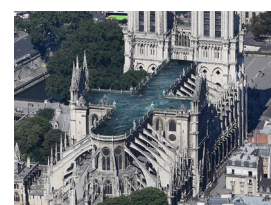
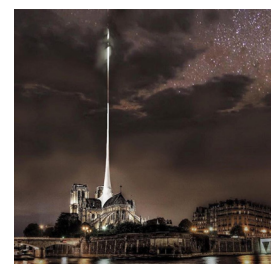
7 MURRAY, Christine em entrevista a Dezeen a 28 de maio de 2019

8 NOERO, Jo “Problem of ethics and architecture” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018 – p.114

9 BRILLEMBOURG, Alfred “The architect and the city: anxiety of influence”, conferência na FAUP, 31 de maio de 2019

10 SENNETT, Richard “The fight for the city”, Eurozine, 2019

11 KOOLHAAS, Rem “Content”, Taschen, Cologne 2004 citado em AURELI, Pier Vittorio “The city as a project”, Ruby Press, Berlin, 2014 – p.288



Estética ou ética?

Algumas propostas para a reconstrução da cobertura da Notre Dame de Paris após o incêndio de 15 de Abril de 2019 - propostas (de cima para baixo) de Vizum Atelier, AJ6 Studio, ULF Mejerger Architects, Studio NAB - imagens obtidas nas páginas dos autores



Para quem estamos a construir a cidade?

Fotografia aérea de Mumbai, da série Unequal Scenes de Johnny Miller - imagem obtida na página do autor <https://www.unequalscenes.com>

Esse recuperar a arquitectura como disciplina teórica e prática, como pudemos ver anteriormente relacionada com o elogio e desprezo da cidade, recupera também a posição crítica da arquitectura perante o que a envolve, perante o contexto (seja ele o lugar em si, ou a situação política, social ou económica). Lê-se num texto de Jorge Figueira no Público, de título a Cidade Genérica – sobre o livro de Rem Koolhaas - que “concluindo que a construção da cidade lhes escapa largamente, os arquitectos concentram-se pragmaticamente naquilo que conseguem controlar: os edifícios”¹²; resta-nos provar o contrário. Podemos ler também num texto intitulado “Arquitectura e Pessimismo”, publicado na revista Punkto, que o arquitecto se tem absterido de criar/ter opinião no que toca aos modos de produção da cidade, na medida em que se refugia na condição que lhe atribuem e se enquadra no panorama das práticas neoliberais; esse refúgio - esperamos não generalizado da profissão - é o que se constitui como o desprezo pela capacidade da disciplina de criar impacto e de questionar a cidade actual. Qual será então o nosso papel?

Os problemas da *metropolis* e dos seus modos de produção vão muito para além da capacidade de acção do arquitecto ou da disciplina da arquitectura quando consideradas isoladamente, mas “se é uma ilusão pensar que a arquitectura *per se* pode responder directamente a qualquer uma destas questões, também é uma ilusão que não lhe cabe interpelar os efeitos destas transformações na sua prática ou deixar por pensar a função que o próprio arquitecto desempenha nesses processos de ‘produção de espaço’¹³.”¹⁴ Cabe-nos a nós então o ‘simples’ entrar na discussão, utilizar o nosso *saber-fazer* em prol da criação de alternativas à produção actual da cidade, na tentativa de, através da arquitectura, fazer parte da resolução do que, já há muito tempo, Lefebvre chamou de *crise da cidade*.

Essa acção através da arquitectura só é possível – e merecedora de elogio – quando põe os interesses da população em primeiro lugar, quando assume que a cidade é das pessoas, para as pessoas e também pelas pessoas. Mas qual é então o papel do arquitecto quando valores humanos e o direito à cidade são postos em causa?

12 FIGUEIRA, Jorge “A cidade genérica”, texto no jornal Público, 15 de abril de 2012

13 Referência ao livro de Henri Lefebvre, “A produção do espaço”, primeira edição em 1974 pela Editions Anthropos

14 BISMARCK, Pedro Levi “Arquitectura e pessimismo”, ex-curso série b, revista Punkto, setembro 2018

Direito à cidade
De Lefebvre a Harvey

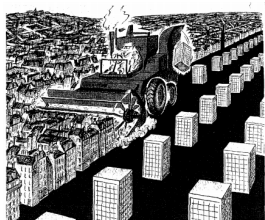
O que queremos hoje como direito à cidade? Ainda é legítimo usar esta máxima? Que tipo de sociedade queremos ser? Que cidade queremos habitar? “O cidadão (citoyen) e o habitante da cidade (citadin) foram dissociados. (...) O habitante da cidade e o cidadão devem estar ligados mas não confundidos. O direito à cidade implica nada menos do que um conceito revolucionário de cidadania.”¹ O direito à cidade devia invocar mais do que o simples acumular de metros quadrados de terreno ou infraestruturas; mais do que o direito à habitação - motivo de discussão contínua por muitas décadas - esse direito a habitar a cidade pressupõe muito mais do que isso. Porque ser obrigado a habitar ‘às portas’ da cidade não é ter o direito à cidade. Porque habitar sem as condições mínimas não é ter o direito à cidade. Porque habitar a quilómetros do local trabalho e da escola não é ter o direito à cidade. Porque não arranjar casa devido à excessiva massa turística não é ter o direito à cidade. Porque não se sentir seguro na rua não é ter o direito à cidade. Porque viver em condomínios fechados não é ter o direito à cidade. Porque não ter alternativa a isto, devido aos preços inportáveis não é ter o direito à cidade.

Se estes temas nos parecem bastante actuais, a reivindicação do direito à cidade é algo pelo qual já lutamos há algumas décadas, serve esta dissertação para nos incluirmos na luta também. Começando pelo surgimento desta máxima, com Henri Lefebvre e as revoluções em Paris, é importante perceber o que ela reclamava na sua época, o que reclama agora, quais as personalidades que lutaram por ela e se, no futuro, podemos conseguir um melhor balanço entre o que ela tem de utópico e o que tem de realidade. Mas é principalmente por ainda - enquanto sociedade e enquanto humanos - não conseguirmos dar resposta, seja ela teórica ou prática, aos problemas que enfrentamos, que se torna indispensável manter aberta a discussão.

É em 1968, antes da revolta de maio, que Lefebvre edita a primeira edição do seu livro *Le Droit à la Ville* e o facto do livro ser escrito antes da revolução é um indicador, segundo as palavras de David Harvey, que para além de necessária, a revolução estava eminente. É nesse cenário que na cidade francesa Lefebvre nos mostra que os movimentos revolucionários têm sempre uma dimensão urbana, que não conseguimos dissociá-los sem que percam força e que “a cidade se transforma, assim, quando a sociedade no seu conjunto se transforma”². Tentemos então enquadrar as palavras de Lefebvre, filósofo marxista e sociólogo francês, que no seu livro começa por explicar a base da situação urbana criando uma ligação entre a industrialização e a urbanização. É depois da Segunda Guerra Mundial que começa para Lefebvre esta ligação, com os habitantes da província a mudarem--se para o centro da cidade, criando uma situação de crise habitacional para a qual a situação

1 LEFEBVRE, Henri “Dissolving city, planetary metamorphosis” em BRENNER, Neil “Implosions, explosions: towards a study of planetary urbanization”, Jovis, Berlim 2014 – p.570

2 LEFEBVRE, Henri “O direito à cidade”, Estúdio e Livraria Letra Livre, Lisboa, 2012 (1968) - p.55



Cartoon de J.F. Batellier

The boulevard art of Paris, attacking the modernist destruction of the ancient fabric - imagem obtida em Harvey, David, 1989, *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*, Oxford: Basil Blackwell, p. 18

política, ainda instável, não estava preparada. Explica-nos que o estado assumiu a construção de bairros novos e cidades novas, mas que nem por isso a habitação passou a ser um direito em si, “embora comece a fazer parte de uma consciência pública, o direito à habitação ainda não é reconhecido como um facto, continuando a fazer parte da generalidade dos direitos do Homem.”³ Assim, a cidade de Paris constituiu-se, ao longo do último século, um bom exemplo para abordar o tema das revoluções urbanas, da luta das classes menos abastadas por uma permanência na cidade, do abuso de poder do estado na distribuição dos solos, dos investimentos e da população, do uso – iremos ver mais à frente – do planeamento urbano e da arquitectura para a exclusão social e o elitismo de certas zonas da cidade. Palco de inúmeras revoluções, é na Comuna de Paris, em 1871, que Lefebvre encontra bases históricas e reais para defender e começar a sua luta pelo direito à cidade, defendendo a força da classe operária no rumo da urbanidade, dizendo que “só os grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de tomar iniciativas revolucionárias podem assumir e levar plenamente a cabo as soluções para os problemas urbanos; a cidade renovada será obra destas forças sociais e políticas. Trata-se, em primeiro lugar, de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual. (...) Em si mesma reformista, a estratégia de renovação urbana torna-se ‘forçosamente’ revolucionária, não pela força das coisas, mas contra as coisas estabelecidas. A estratégia urbana fundada sobre a ciência da cidade tem necessidade de suporte social e de forças políticas para se tornar actuante.”⁴

Se existe desde cedo uma relação entre os movimentos revolucionários e a situação urbana, estes têm a sua base na relação que podemos em algumas cidades traçar entre a urbanização e o capitalismo. As *coisas estabelecidas* – referidas em cima - são então aquelas baseadas no capital, na sua aplicação e na obtenção de lucro, e este progresso económico tem desde cedo uma ligação muito forte com o desenvolvimento urbano. Esta revolta no final do século XIX tem a sua base na resposta do imperador, Napoleão III, à primeira crise da Europa causada pela falta de aplicação do capital excedente. Napoleão, para sobreviver politicamente, tinha de arranjar solução para o capital excedente e com isto decide anunciar um grande programa de infraestruturas, dentro (consolidando os caminhos de ferro, construindo portos, mas acima de tudo a reconfiguração da infraestrutura urbana de Paris) e fora da cidade (com a construção de caminhos de ferro por toda a Europa). Chega então Georges-Eugène Haussmann à cidade, consciente de que a sua missão era resolver o problema do excesso de capital e do desemprego através da urbanização, ao mesmo tempo que as forças do poder queriam reduzir as aspirações e a força da classe trabalhadora. Com este processo Haussmann conseguiu ‘limpar’ a cidade da sua população mais enraizada, afastando-a do centro, e Paris

³ LEFEBVRE, Henri “O direito à cidade”, Estúdio e Livraria Letra Livre, Lisboa, 2012 (1968) - p.31

⁴ Idem - p.117

tornou-se a cidade da luz, um centro de consumismo e turismo. A aplicação do capital excedente através da urbanização é algo que acontece em vários momentos da história, nomeadamente antes de revoluções e após crises financeiras; e é com este tipo de planos urbanísticos que se mascara de progresso os problemas e as diferenças sociais existentes nas cidades, afastando-os de lugares que possam ter valor financeiro e arrastando-os para outro lado.

A crise na habitação criada em Paris, seja pelo acolhimento de população seja pela expulsão da população residente para a periferia, põe a habitação no centro do que é o problema do direito à cidade e do que são as reivindicações por um lugar na cidade, com tudo o que isso oferece. Lefebvre diz que “basta abrir os olhos para compreender a vida quotidiana daquele que corre da sua habitação para uma estação próxima ou distante, para o metro apinhado, para um escritório ou uma fábrica, para regressar ao fim do dia pelo mesmo caminho e em casa recuperar as forças para recomeçar no dia seguinte.”⁵ É a reivindicação por um lugar na cidade, que para a classe operária representa, simultaneamente, um meio e um objetivo, onde nasce a revolta; e é na revolta da população que Lefebvre encontra as razões e formula as alternativas, sublinhando a urgência da transformação das abordagens e dos instrumentos para pensar a cidade. Para defender o direito à cidade, encontra justificações e mecanismos, que hoje podemos renovar, que enquadram os problemas da cidade capitalista e nos apontam para uma teoria da cidade renovada, humana e social. O exercício do direito à cidade é então uma acção coletiva política e cultural; sendo que defende que “o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à actividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) implicam-se no direito à cidade.”⁶ Com isto, podemos fazer a ponte para os bairros de lata – os *slums* – cujos residentes são hoje esta força que Lefebvre refere, a classe operária dos meados do século XX transformou-se, no limite, nos residentes informais; ao reclamarem um lugar na cidade, poucos metros quadrados, talvez sem água ou electricidade, estão a reivindicar a exclusão que lhes é imposta e a exercer o seu direito à cidade. Resta-nos hoje criar as condições e as oportunidades para que a sua vida possa ser mais digna, mais justa, mais humana, contrariando os processos de neo-Haussmannização⁷ que tentam deslocar estas populações por se encontrarem em terrenos com demasiado potencial; para isto é necessário contrariar o facto de vivermos “num mundo, afinal de contas, onde os direitos das propriedades privadas e do lucro avassalam todas as outras noções de direitos que alguém consiga pensar.”⁸

5 LEFEBVRE, Henri “O direito à cidade”, Estúdio e Livraria Letra Livre, Lisboa, 2012 (1968) - p.120

6 Idem - p.135

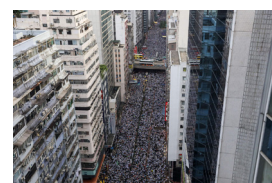
7 Expressão utilizada para falar dos processos similares aos levados a cabo em Paris no segundo Império, de Napoleão III, entre 1853-70

8 HARVEY, David “Rebel Cities”, Verso, London 2013 – p.3

O espaço urbano é o espaço das lutas sociais.



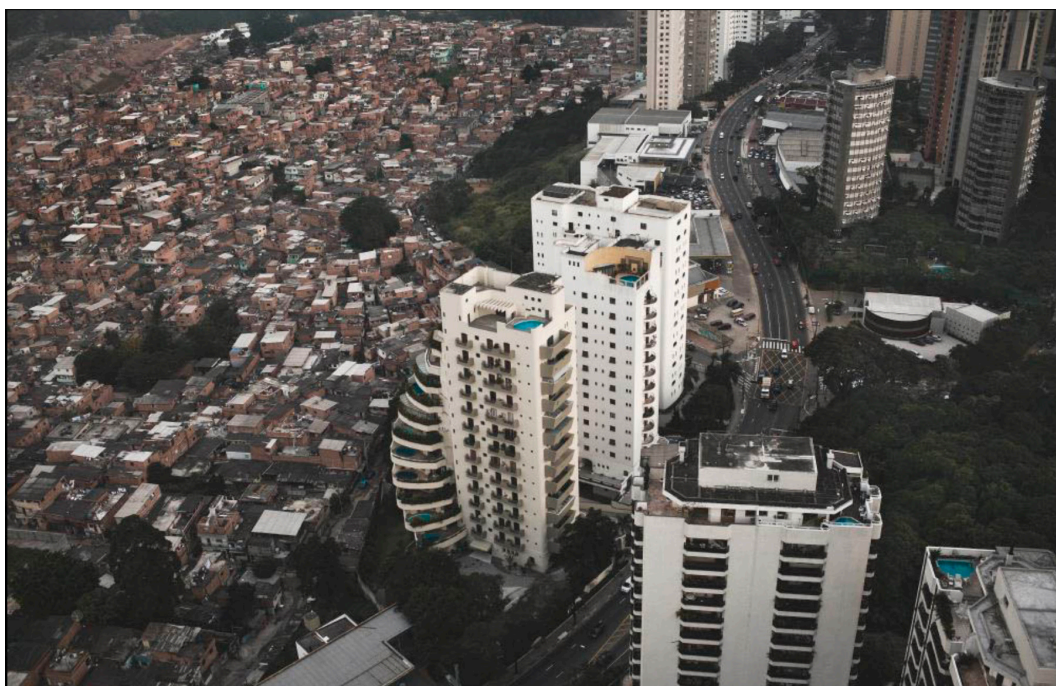
Nova Iorque, 2011



Hong Kong, 2019

Sendo, como Lefebvre afirma, o espaço urbano o local das lutas colectivas e sociais, estes dois exemplos recentes disso, e de como continua a fazer sentido essa máxima. No ano de 2011, no dia 17 de setembro, iniciou-se o movimento Occupy Wall Street (OWS), no distrito financeiro de Manhattan, no parque Zuccotti. O objetivo foi mobilizar os 99% contra a ganância, corrupção e detenção maioritária da riqueza do restante 1%. Contra a desigualdade económica e social, foram surgindo desde então inúmeros movimentos semelhantes - fotografia de Giles Clarke obtida na página do autor

Os protestos iniciados no dia 31 de março pelas ruas de Hong Kong, iniciaram a luta pela retirada da lei para a extradição para a China continental, envolvendo a frente civil dos Direitos Humanos, uma plataforma com 50 grupos pró-democracia. (entretanto o projecto lei foi retirado) - imagem obtida em <https://www.theatlantic.com/photo/2019/06/hong-kong-extradition-bill-protests-photos/591346/>



Fotografia aérea da fronteira da favela de Paraisópolis, Carlos Cazalis, - fotografia obtida na página do fotógrafo <https://www.cazalis.org/sao-paulo.php>

David Harvey, geógrafo britânico, guia-nos pelo trabalho de Lefebvre no seu livro *Rebel Cities*, mostrando que para o filósofo o direito à cidade representava, em resposta há crise que se vivia, um modo de vida urbano alternativo, menos alienado das necessidades das pessoas, mas ao mesmo tempo conflituoso, aberto a encontros e conflitos, pela procura da novidade desconhecida; esse modo de vida só pode ser problematizado com a consciência da sua abrangência e da sua necessidade. Podemos rever-nos ainda nos dias de hoje tanto nas palavras como na eminência de uma revolução. Se o mundo se está a tornar cada vez mais urbano, se a sociedade se está a transformar, mas se ao mesmo tempo essa urbanidade - supostamente aliada da melhoria da qualidade de vida das pessoas - está a deixar a maioria dessa população urbana à margem dos benefícios da cidade, então podemos imaginar que a revolução - tal como muitas que estudamos e que são agora história - pode estar novamente insurgente.

Lefebvre fala-nos na miséria generalizada, que hoje podemos ver aumentada na sua condição e nas suas repercussões. Esta miséria generalizada, aceite ou até forçada por alguns em proveito próprio para o melhoramento da sua vida ou aumento da sua fortuna, é o que temos de contrariar. Não apenas com uma morada é satisfeito o direito à cidade, e enquanto as decisões políticas e as estratégias urbanas não espelhem as vontades da maioria da população, de um modo democrático e socialmente inclusivo, este direito não vai estar garantido. É este gigantesco conflito, entre quem gere a cidade - muitas vezes com políticas direccionadas para o benefício do capitalismo - e quem

gera cidade – a maioria da população residente, a classe trabalhadora, que nos leva à crise que Lefebvre aponta como uma crise teórica e prática da cidade. Será que não podemos dizer o mesmo dos dias de hoje? Os termos mudam, actualizam-se, a tecnologia avança e os meios de informação e comunicação também, mas será que não assenta a crise da cidade hoje – crise ética, humanitária e social – no mesmo facto de a cidade continuar estabelecida como produto de troca?

Os limites das cidades são praticamente desconhecidos, a pegada urbana arrasta-se por quilómetros de autoestrada, até perder de vista qualquer relação com o centro, que por sua vez está cheio de turistas ou transformado em *business district* e onde o valor acrescentado é apenas financeiro. Quem realmente é residente está longe de qualquer coesão, perpetua-se uma sensação de pertença que nega à partida qualquer inclusão social, política e cultural de quem vive nas periferias; e num contexto em que a maioria do mundo é urbano e em que a tendência é continuar, o modo como temos olhado a cidade tem de ser posto em causa e, no fim, talvez tenha de ser contrariado. Este olhar para a cidade tem de ser multidisciplinar porque qualquer tentativa individual - da arquitectura, da política, da sociologia ou da economia - está destinada a falhar.

Se queremos reapropriar-nos da linha de pensamento de Lefebvre, porque apesar de mais informados, mais tecnológicos, estamos igualmente em crise, não podemos problematizar o direito à cidade num sentido nostálgico; a cidade está em constante mutação e o problema tornou-se global, e “isto apresenta um problema: reclamar o direito à cidade é, de facto, reclamar o direito a algo que já não existe (se é que alguma vez existiu). Além disso, o direito à cidade está vazio de significado. Tudo depende de quem vai enchê-lo de sentido. Os financeiros e investidores podem reclamá-lo, e tem todo o direito a fazê-lo. Mas os sem-abrigo e sem documentação também podem.”⁹ Apesar das palavras de Harvey porem em causa a existência de um direito à cidade, o que é certo é que cada vez mais se vêem vontades revolucionárias associadas a esta máxima. E se não lhes podemos atribuir o mesmo significado, também é visível que ainda não fomos capazes, enquanto sociedade, de avançar desta era capitalista e actualmente baseada em políticas neoliberais, e dar o salto para o que pode ser um mundo e o que podem ser cidades eficientes económica e financeiramente mas ao mesmo tempo assentes em valores democráticos e inclusivos. Edward Park, sociólogo norte americano, fundador da escola de Chicago, é citado no livro de Harvey pela sua perspectiva de que a cidade que queremos não pode estar dissociada das relações sociais que procuramos, do estilo de vida que desejamos ou dos valores éticos que defendemos. Park diz que “o direito à cidade é, então, muito mais do que o direito individual ou colectivo de acesso aos recursos que a cidade tem: é o direito a mudar e reinventar a cidade de acordo com os nossos desejos.

9 HARVEY, David “Rebel Cities”, Verso, London 2013 – p.XV



Torre David, Caracas, Venezuela
Iwan Baan, 2012

O maior *slum* vertical onde foi possível 3000 pessoas reclamarem o seu direito à cidade, ocupando um edifício inacabado, no centro de negócios de Caracas. Iwan Baan chama-lhe a 'arquitetura sem arquitectos'. As famílias ocuparam a torre e moldaram-na às suas necessidades, criando diferentes espaços, negócios e tudo o que necessitavam, de igreja a ginásio. Tudo, sem o consentimento ou ajuda das organizações públicas. O edifício ficaria vazio até serem feitos novos investimentos. O grupo Urban Think Tank filmou as dinâmicas dessa ocupação e lançou também um livro com projectos para garantir às pessoas melhores condições, para poderem continuar a habitar o lugar central na cidade.

fotografias obtidas na página do fotógrafo Iwan Baan - <https://iwan.com>

É, ainda, um direito colectivo e não um direito individual, já que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder colectivo sobre os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades e a nós mesmos, eu quero argumentar, é um dos mais preciosos e mais negligenciados dos nossos direitos humanos.”¹⁰

Começamos assim a poder dar sentido ao que pode ser hoje o direito à cidade; porque “pensar a cidade é pois pensar os problemas do nosso tempo”¹¹, e este é certamente um ponto crítico da história, onde valores colectivos estão a ser postos de parte por práticas extremistas, porque não há habitação digna para todos, porque há guerras que já duram há tempo suficiente, e com as quais compactuamos, mas também porque estamos a chegar ao ponto crítico no que toca às alterações climáticas, motivo pelo qual algumas cidades correm o risco de se tornarem inabitáveis, devido ao sobre-aquecimento, à subida das águas ou à poluição do ar. Se o rumo e o ritmo das ações por parte do poder continuarem a pôr em causa os direitos humanos da maioria da população – à cidade, à liberdade, à segurança – então estará eminente uma revolta, e é com esta visão que David Harvey nos pergunta “onde está o nosso 68’ ou, ainda mais dramático, a nossa versão da Comuna?”¹² No entanto, Andy Merrifield parece discordar; num texto em que parte de Lefebvre e aborda a visão de David Harvey, alerta-nos para o facto de, a acontecer uma nova comuna, esta talvez não tivesse efeito nenhum pois estamos perante uma escala tal de causas e consequências, que era preciso algo maior para desestabilizar o sistema; dá o exemplo de que “mesmo um acto espectacular de desmantelamento urbano – o derrubar do World Trade Center – mal parou as trocas mundiais por um dia”¹³.

Em suma, resta-nos, voltando à citação inicial, criar um conceito de cidadania para o espaço-tempo em que nos encontramos, tentando encher de significado o que pode voltar a ser uma máxima da luta pela cidade e pelo que constitui, na sua globalidade e diversidade, o direito a habitá-la.

10 HARVEY, David “Rebel Cities”, Verso, London 2013 – p.4

11 PEREIRA, Paula Cristina, “Condição humana e condição urbana”, Edições Afrontamento, Porto, 2011 – p.26

12 HARVEY, David “Rebel Cities”, Verso, London 2013 – p.22

13 MERRIFIELD, Andy “The right to the city and beyond: notes on Lefebvrian reconceptualization” em BRENNER, Neil “Implosions, explosions: towards a study of planetary urbanization”, Jovis, Berlin 2014 – p.527

Buckminster Fuller *Dome Over Manhattan* - Teria um diâmetro de duas milhas, da rua 29 à rua 62, e teria três vezes a altura do Empire State Building - imagem obtida em Stanford University Libraries

1 LEFEBVRE, Henri "O direito à cidade", Estúdio e Livraria Letra Livre, Lisboa, 2012 (1968) - p.151

“Quem (de pensadores progressistas) não é hoje utópico?”¹



Utopia considerada

Segundo Rem Koolhaas “a utopia é um estado, não uma colónia de artistas. É o segredo sujo de toda a arquitectura, mesmo da mais degradada: lá no fundo toda a arquitectura, não importa quão ingénua e implausível; afirma fazer do mundo um lugar melhor.”¹ Com isto, a necessidade da descoberta ou reapropriação das abordagens alternativas constitui-se, face às problemáticas hoje presentes e aumentadas das cidades, imperativa. Mais do que como experiências, parece pertinente considerar as utopias do século vinte como ferramentas e as suas visões e pensamentos associados como guias, para o bem e para o mal. É importante neste sentido a compreensão dos constrangimentos e soluções que moldaram as utopias tradicionais, presentes no urbanismo moderno, das suas falhas mas também das suas linhas de raciocínio de modo a enquadrar a nossa condição actual e repensar o modo como estamos, na herança desse tempo, ainda a fazer a cidade. Para lá dos planos em si mesmos, a crítica e as consequências desses planos são talvez mais informativas na construção de alternativas, pois pese embora estejamos num século diferente, ainda não ultrapassamos os modos de produzir cidade capitalistas que marcaram o século passado. Entre as utopias e os planos, principalmente, na era urbana em que nos encontramos, torna-se essencial distinguir os modos de fazer e gerir que geram, ou não, cidade nas suas qualidades de diversidade e heterogeneidade e na sua propensão ao acaso e ao desconhecido.

Ao longo da história a utopia é, para arquitectos, filósofos e escritores, um elemento fundamental nos pensamentos sobre a cidade como modo de propor alternativas ao ambiente espacial que habitavam, nomeadamente no pós-guerra, em que era necessária uma reapropriação da cidade mas também o seu pensamento em concordância com o homem e o tempo, esses, modernos. O estudo da cidade, actual ou do passado, não pode então passar ao lado do conceito, das formulações e das construções utópicas que ao longo do século XX foram surgindo. Embora a utopia não esteja cunhada, como conceito ou ideologia, ao campo disciplinar da arquitectura, esses campos confundem-se rapidamente, pois é inevitável, para qualquer pessoa, imaginar uma cidade ou um mundo alternativo, não lhe dando forma ou qualidades espaciais.²

Mas será que ainda é legítimo, moral e útil considerar as visões utópicas? Qual é a forma da utopia? Constituem-se como crítica ou simplesmente no vazio das não-respostas aos problemas que hoje vemos tão urgentes? Partindo do princípio que o conceito de utopia tem tanto de pessimista como de optimista, que tem tanto de ilusório como de pró-activo, que tem tanto de desnecessário como de operativo, tanto de passado como de futuro, tanto de mentira como de verdade, quer-se

1 KOOLHAAS, Rem em ZAWIA #1, Cairo 2013

2 LYNCH, Kevin “City sense and city design: writings and projects of Kevin Lynch”, ed. Tridib Banerjee e Michael Southworth, MIT Press, Cambridge, 1990 - p.790

aqui usá-la principalmente como ferramenta. Com a idéia de Lefebvre de utopia experimental³ (acompanhada da idéia de transdução⁴), partimos para a utopia considerada, como ferramenta para o pensamento crítico e de perspectivas de futuro. Considerar a utopia é então compreender os processos, os métodos e as visões de arquitectos e não só que se lançaram na vanguarda da busca por uma cidade melhor. Se as personagens utópicas do século passado eram motivadas pelo medo de um futuro incerto⁵, hoje precisamos deles mais do que nunca.

Começamos por perceber em que consistiam esses pensamentos tradicionais – ideológicos como diria Manfredo Tafuri - o que pretendiam criticar e que formulações faziam sobre o ambiente urbano que imaginavam para o futuro. O projecto de Le Corbusier para a Ville Radieuse ou a Cidade-Jardim de Ebenezer Howard, constituem exemplos a ser colocados do lado da utopia tradicional; imaginavam uma cidade híper estruturada, definida e organizada, que vinha resolver os problemas e o caos que era a cidade como a conheciam, no entanto, não são os casos mais operativos por estarem presos a princípios com pouca margem para alterações. Talvez visões como as de Yona Friedman, Cedric Price e dos Archigram, sejam casos mais estratégicos. Na linha da crítica e em si com uma visão utópica da cidade do futuro, encontramos Henri Lefebvre, os Situacionistas, Jane Jacobs e Manfredo Tafuri. Todos, de modos diferentes e com visões de alternativas distintas, criticavam o movimento moderno por homogeneizar os espaços, separar as funções e programar a vida quotidiana (Lefebvre), por não deixar espaço para o acaso (situacionistas), por se esquecerem da rua e das relações entre as pessoas (Jacobs) e por ser mais um modo de aplicação do capitalismo (Tafuri). Concentremo-nos então no que pode ser útil de cada uma dessas personalidades hoje, numa altura em que tentamos construir, como todas as gerações, um futuro melhor.

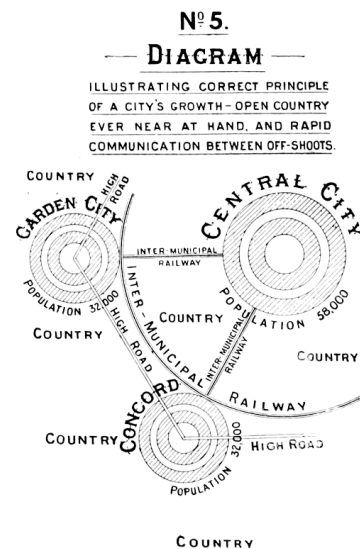
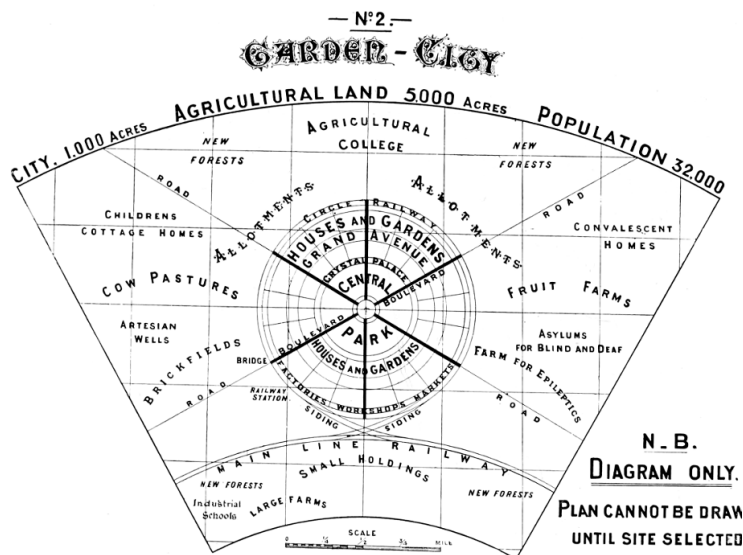
“Todos os grandes urbanistas, engenheiros e arquitectos do século XX definiram como a sua tarefa combinar um imaginário de um mundo alternativo (tanto físico como social) com uma preocupação prática de engenharia e re-engenharia de espaços urbanos e regionais de acordo com projectos radicalmente novos.”⁶ É então na viragem do século que Ebenezer Howard apresenta o modelo da Cidade-Jardim como solução para os problemas da metrópole, nomeadamente de Londres, onde a congestão, a poluição e a sobrepopulação tinham, estragado a vida da cidade; depo-

3 LEFEBVRE, Henri “O direito à cidade”, Estúdio e Livraria Letra Livre, Lisboa, 2012 (1968) - p.111

4 Segundo Henri Lefebvre, a transdução “elabora e constrói um objeto teórico, um objeto possível e fá-lo a partir de informações que incidem sobre a realidade, e a partir de uma problemática estabelecida por essa mesma realidade. A transdução pressupõe um feedback incessante entre o quadro conceptual utilizado e as observações empíricas. A sua teoria (metodologia) dá forma as certas operações mentais espontâneas do urbanista, do arquitecto, do sociólogo, do político e do filósofo. Ela introduz o rigor na invenção e o conhecimento na utopia.”, em “O direito à cidade”, Estúdio e Livraria Letra Livre, Lisboa, 2012 (1968) - p.111

5 CUNNINGHAM, Frank “Triangulating utopia: Benjamin, Lefebvre, Tafuri”, City, Junho 2010

6 HARVEY, David “Spaces of hope”, Edinburgh University Press, Edinburgh, 2000 – p.104



sitava na sua proposta todas as hipóteses para a resolução dos problemas⁷ e defendia que “o que era preciso, (...) era o casamento entre cidade e campo, saúde rústica, sanidade e actividade, e conhecimento urbano, instalações técnicas urbanas, cooperação política urbana. O instrumento para este casamento era a cidade-jardim.”⁸ Este era um pensamento próximo do que Thomas More⁹ desenvolveu onde “evocava uma nostalgia do passado, um era dourada perfeita da vida da pequena cidade”¹⁰; o lado da utopia mais assente na nostalgia da vida agrária do passado¹¹, que podemos ver representada em Letchworth, uma cidade feita à imagem dos princípios de Howard, fundada em 1909 em Inglaterra por Raymond Unwin, uma das poucas vezes que esta visão foi levantada do papel.; “A cidade-jardim, como definiu Howard, não é um subúrbio mas a antítese de um subúrbio: não é um refúgio mais rural, mas uma integração mais fundada para uma vida urbana efectiva.”¹²

Uns anos mais tarde, nomeadamente no período entre guerras, começaram a surgir novos pensamentos que se propunham resolver os problemas sentidos na cidade, vindos do Congresso Internacional de Arquitectura Moderna e de um dos seus organizadores e participantes principais, Le

Cidade-Jardim, projecto de Ebenezer Howard, 1898 Diagrama nº2 - “Cidade 1000 hectares, 5000 terreno agrícola, 32000 pessoas.” Diagrama nº5 - “Ilustração correcta dos princípios de crescimento da cidade - país aberto sempre à mão. e uma comunicação rápida entre as ramificações” - imagens obtidas em HOWARD, Ebenezer “Garden cities of to-morrow” (1946), Faber and Faber Limited, Great Britan 1970 - p.22 e 128 respectivamente

7 Informação retirada da visualização do documentário WILNER, Frédéric “Amsterdam, Londres, New-York: Trois villes a la conquête du Monde”, Alliadé Productions, 2017 – episódio 4 transmitido na RTP2 a 27 de fevereiro de 2019

8 HOWARD, Ebenezer “Garden cities of to-morrow” (1946), Faber and Faber Limited, Great Britan 1970 – p.34

9 Thomas More (1478-1535) foi um filósofo humanista Londrino cuja principal obra foi o livro aqui mencionado “Utopia”, escrito em 1516

10 HARVEY, David “Spaces of hope”, Edinburgh University Press, Edinburgh, 2000 – p.100

11 CUNNINGHAM, Frank “Triangulating utopia: Benjamin, Lefebvre, Tafuri”, City, Junho 2010

12 HOWARD, Ebenezer “Garden cities of to-morrow” (1946), Faber and Faber Limited, Great Britan 1970 – p.35



(em cima) Participantes do IV encontro CIAM, em Atenas, em 1933 - imagem obtida em <http://www.fondationlecorbusier.fr/corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&IrisObjectId=6765&sysLanguage=fr-fr&itemPos=126&itemCount=300&sysParentId=15>

(em baixo) Plan Voisin, Le Corbusier, 1925

- imagem obtida em MONTEYS, Xavier "La gran máquina. La ciudad en Le Corbusier", ediciones del Serbal, Barcelona, 1996 - p.175

Corbusier. Com o seu plano para a zona do Marais, em Paris, e a sua proposta para a Ville Radieuse, põe em prática o que viriam a ser uns anos depois os princípios da Carta de Atenas¹³; propostas e materializações que Richard Sennett, na sua conferência sobre a Cidade Aberta, apelidou de distopias.¹⁴ Estes princípios foram o resultado dos primeiros congressos, representando o que os participantes definiam como sendo a Cidade Funcional, onde uma nova ordem era instaurada no caos da metrópole, à imagem dos avanços tecnológicos e do homem moderno; imaginavam para ele cidades limpas, libertas de problemas e onde tudo estava onde devia estar. A Carta apontou directrizes e fórmulas que foram seguidas na reconstrução pós-guerra da Europa e que atingiram a sua apoteose no Plano Piloto de Lúcio Costa para a cidade de Brasília onde juntamente com Oscar Niemeyer desenharam uma cidade a partir da *tabula-rasa*, onde puderam pôr em prática todos os princípios.

¹³ A Carta de Atenas foi redigida no CIAM IV, em Atenas, em 1933, com o título "The Functional City", onde foram lançados os princípios que viriam a ser publicados por Le Corbusier em 1941

¹⁴ SENNETT, Richard "The open city", conferência CRASSH: Understanding Society, Cambridge, 2013

Mas quem é este homem moderno?

Esse Homem é o homem representado pelo cinema, nomeadamente nos filme de Jacques Tati, onde tanto no seu filme *Mon Oncle*¹⁵ como no filme *Playtime*¹⁶, retrata a vida da época, elevando-a ao expoente da maquinização e da funcionalidade; esse que é o momento onde o homem se torna menos interessante, reduzido à sua capacidade de fazer, ou não, funcionar o ambiente em que habita. A casa retratada no filme – que no planeamento podemos identificar na estruturação das funções por zonas ou a diferentes níveis – é, de tão funcional, quase inabitável, uma ilusão – também no caso da cidade – da vida organizada e pura em que o homem moderno vive. É esta distância abismal que se sente, na arquitectura e planeamento modernos, entre o homem e o seu habitat que vamos poder explorar mais adiante

A mesma pergunta faziam outros membros do congresso, o que levou a que, uns anos mais tarde, um outro resultado dos CIAM fosse a sua própria crítica. Essa crítica surge da sua geração mais nova, onde se encontravam Alison e Peter Smithson, que se distanciavam da ideologia do que tinha sido defendido como o homem e a sociedade modernas e, por sua vez, da arquitectura e do planeamento modernos. Embora não tenham produzido nenhuma plano no sentido tradicional, os Team 10 – grupo que emergiu dentro e após a dissolução dos CIAM – deram como importante contribuição, à crítica do movimento moderno que herdaram, o Doorn Manifesto, onde – no contexto pós-guerras, do estado de bem estar social e da sociedade de consumo – se interessavam pelas dimensões históricas e sociais da arquitectura e se focavam na relação do indivíduo com o todo, fazendo a mudança das soluções universais herdadas para soluções específicas do lugar, inspiradas pela sociedade e a cultura. Esses oito pontos sobre o Habitat foram elaborados na Holanda em 1954, e representavam ao mesmo tempo uma crítica aos seus antecessores e uma redefinição fundamental do que foram as promessas da arquitectura moderna.¹⁷ A sua vertente utópica reside na crença de que a arquitectura devia ter como base o dia-a-dia, o quotidiano, não os monumentos, mas sim as ruas e as brincadeiras; representam uma “utopia do presente... o seu objectivo não é teorizar mas sim construir, porque só construindo é que a utopia do presente pode ser realizada”¹⁸; talvez possamos recuperar um pouco desta visão para hoje.

¹⁵ Filme italo-francês de 1958, comédia dirigida por Jacques Tati (1907-1982)

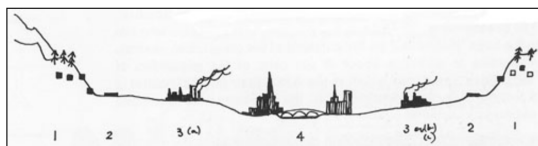
¹⁶ Filme francês de 1967, comédia escrita, dirigida e representada por Jacques Tati (1907-1982)

¹⁷ RESSELADA, Max e HEUVEL, Dirk van den “Team 10: in search for a utopia of the present 1953/81”, Nai publishers, Roterdão 2005 – p.13

¹⁸ ibidem

THE DOORN MANIFESTO

1. It is useless to consider the house except as a part of a community owing to the interaction of these on each other.
2. We should not waste our time codifying the elements of the house until the other relationship has been crystallized.
3. 'Habitat' is concerned with the particular house in the particular type of community.
4. Communities are the same everywhere.
 - (1) Detached house-farm.
 - (2) Village.
 - (3) Towns of various sorts (industrial/admin./special).
 - (4) Cities (multi-functional).
5. They can be shown in relationship to their environment (habitat) in the Geddes valley section.



6. Any community must be internally convenient-have ease of circulation; in consequence, whatever type of transport is available, density must increase as population increases, i.e. (1) is least dense, (4) is most dense.
7. We must therefore study the dwelling and the groupings that are necessary to produce convenient communities at various points on the valley section.
8. The appropriateness of any solution may lie in the field of architectural invention rather than social anthropology.

Holland, 1954



(à esquerda) **The Doorn Manifesto, Team 10, 1954** - imagem obtida em <http://www.team10online.org>

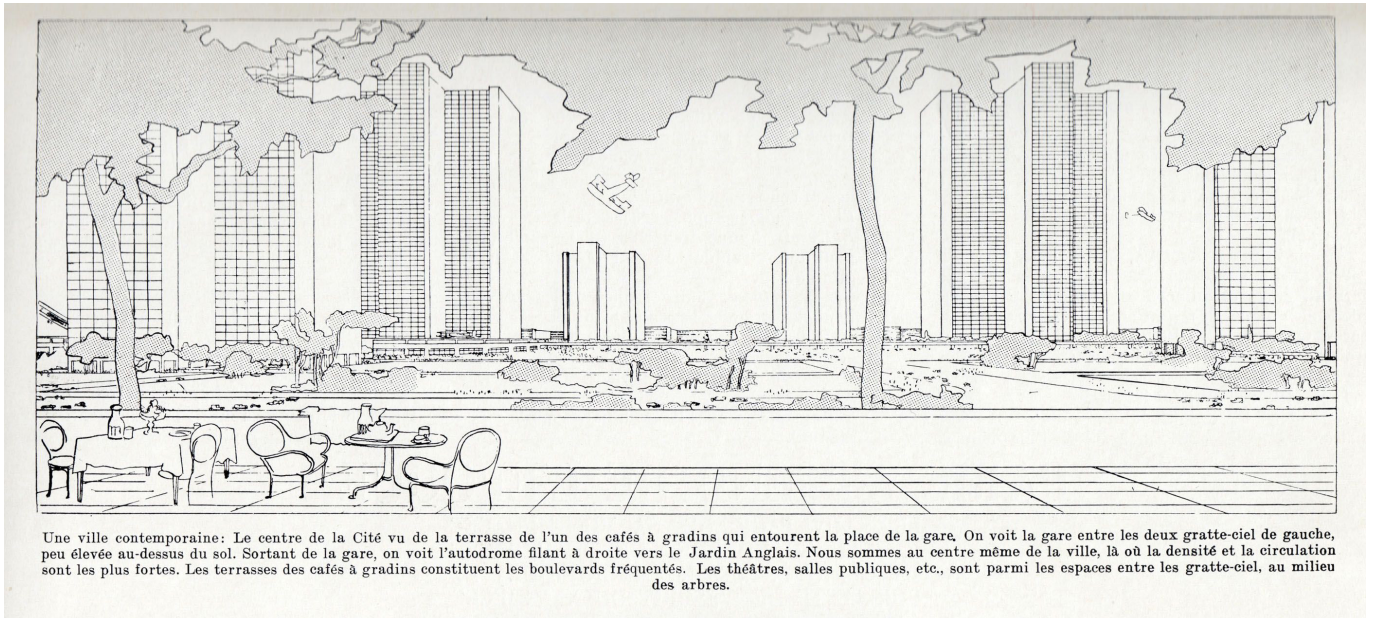
(à direita) **Le Corbusier a defender a Morte da rua** - imagem obtida em MONTEYS, Xavier "La gran máquina. La ciudad en Le Corbusier", ediciones del Serbal, Barcelona, 1996

Também Jane Jacobs se constitui uma das mais interessantes críticas ao movimento moderno, apontando para – e isso é bastante visível nos desenhos que acompanham os princípios e as propostas, nomeadamente da *Ville Contemporaine* – a falta das pessoas nos desenhos e a falta de pensamento em concordância com quem vai habitar os espaços. Os ditos humanistas¹⁹, tinham esquecido o que de mais importante há na construção de uma cidade nova, da reformulação de uma antiga ou no projecto de um edifício, as relações entre as pessoas. Defende que as abordagens utópicas – falando da utopia tradicional – são estéreis e neutras, forçando os cidadãos em moldes preconcebidos, muitas vezes impostos por resposta a exigências tecnocráticas, burocráticas e económicas²⁰; mas na construção da sua crítica à utopia foi formando para si uma utopia própria no que descrevia como o ambiente da cidade, “montou sua própria versão preferida do jogo espacial ao apelar para uma concepção nostálgica de uma etnia íntima e diversa da vizinhança em que formas artesanais de atividade empreendedora, o emprego e formas interativas presenciais de relacionamento social predominavam.”²¹ Também Kevin Lynch fala das fantasias arquitectónicas, como a de Le Corbusier, que apesar de criativas e às vezes brilhantes se esquecem que a sociedade está em permanente alteração e dão simplesmente uma resposta adequada à sociedade como ela está no presente momento. No entanto, a situação do século XX não produziu apenas utopias no

¹⁹ Referência ao oitavo CIAM, em 1951, cujo título era “The Heart of the city: towards the humanization of urban life”, realizado em Hoddestone, Inglaterra

²⁰ CUNNINGHAM, Frank “Triangulating utopia: Benjamin, Lefebvre, Tafuri”, *City*, Junho 2010

²¹ HARVEY, David “Spaces of hope”, Edinburgh University Press, Edinburgh, 2000 – p.104



sentido tradicional do termo, produziu também crítica e teorias alternativas, assentes na constante mudança a que a cidade e os indivíduos estão sujeitos. A ideia de que vivemos o “dilema de que temos de escolher entre um utopismo visionário mas irrealista e a neutra submissão ao *status quo* nos interesses do realismo”²² cai por terra com as abordagens que se seguem.

Cidade contemporânea para 3 milhões de habitantes, Le Corbusier, 1922 - imagem obtida em <http://www.fondation-lecorbusier.fr>

*

Henri Lefebvre, no seguimento do pensamento Marxista, tem na sua abordagem à cidade presente a ideia de utopia, que transforma em utopia experimental, de modo a torná-la operativa, e que juntamente com o conceito de transdução utiliza para pôr desafios às estruturas existentes, às funções e às formas, às ideologias rígidas do estruturalismo, funcionalismo e formalismo.²³ Num texto de Frank Cunningham, em que podemos relacionar as posições de Walter Benjamin, Manfredo Tafuri e Henri Lefebvre, vemos que das três posições a de Tafuri é mais crítica em relação à utopia, e que apesar de se focar mais na arquitetura do que no planeamento, é a posição mais próxima de Jane Jacobs. Na base da sua crítica diz que essa abordagem participa em simbiose com os movimentos *avant-garde* da arte e da arquitetura, sendo um processo de pensar cidade que expressa as ideologias contemporâneas capitalistas que tentam impor ordem no caos da vida moderna como

²² HARVEY, David “Spaces of hope”, Edinburgh University Press, Edinburgh, 2000 – p.104

²³ CUNNINGHAM, Frank “Triangulating utopia: Benjamin, Lefebvre, Tafuri”, City, Junho 2010

a combinação inevitável dos ciclos ordenados da produção capitalista e o caos da irracionalidade do mercado. Esta visão que liga a utopia ao capitalismo é partilhada por Lefebvre; no entanto, ao contrário dos utópicos tradicionais, os três autores referidos percebem a relação entre a cidade e o tempo. “A vantagem de olhar para as cidades para propor visões simultaneamente radicais e realistas é, portanto, que se concentra a atenção nos detalhes de um domínio complexo (e não em leis históricas ou económicas abstratas). Além disso, parte da complexidade das cidades é que elas não se apresentam como fontes estáticas ou homogêneas, mas sim como dinâmicas e, num sentido dialético, como recursos contraditórios para uma mudança dramática quanto à perpetuação de um *status quo* opressivo.”²⁴

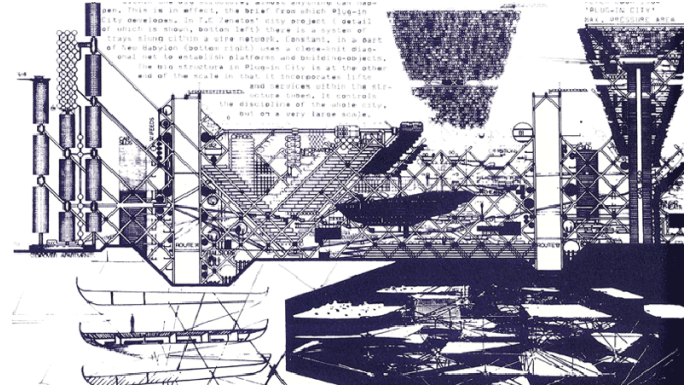
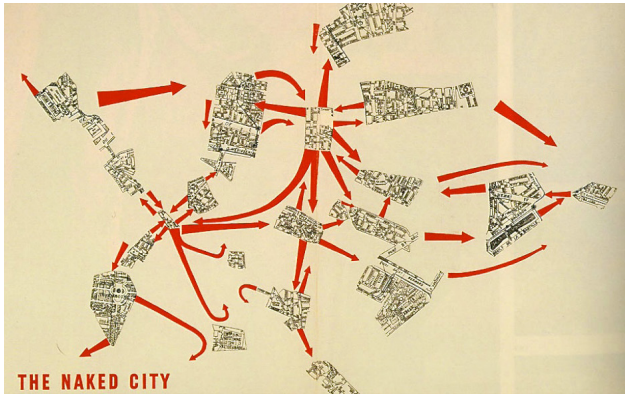
Durante o texto, Cunningham tenta desfazer o dilema, demonstrando que opostas às abordagens que tentam definir e estruturar as interações humanas existem abordagens que prevêem o jogo e a constante mutação e a não conclusão dos espaços. Esta vontade de fazer-cidade em concordância com a vida quotidiana e a sua constante mudança já foi referida como inerente às visões do Team 10 e de Jane Jacobs, mas é visível em projectos como os de Archigram, Cedric Price e Yona Friedman, e em abordagens teóricas como as de Constant Nieuwenhuys e Henri Lefebvre. Para Kevin Lynch²⁵, as utopias literárias, como de Benjamin ou Lefebvre, negligenciavam a influência que as qualidades espaciais podiam ter no esforço pela criação de uma utopia, mas para Cunningham, se rejeitarmos a ideologia total, podemos ver que Lefebvre nos aponta para diversas possibilidades de futuro e Benjamin para uma ambiguidade de espaços, e que ambos podem ser preservados como visões radicais do futuro da cidade.²⁶ Todos estes autores se identificavam com o movimento Internacional Situacionista, movimento francês activista que contribuiu radicalmente para a crítica cultural e política do seu tempo; o movimento tinha como um dos principais representantes Guy Debord, um dos seus fundadores, cujo contributo assenta no conceito da *dérive*, que influenciou o pensamento de Constant no seu projecto da Nova Babilónia – um projecto em constante recriação, um jogo gigante²⁷ - uma cidade contínua e suspensa, feita de estruturas em cadeia; uma das mais imponentes visões arquitectónicas da cidade do século XX, uma ideia de um homem novo e de um espaço que o permita emergir, juntamente com uma nova vida em comunidade, numa sociedade pós-revolução.

24 CUNNINGHAM, Frank “Triangulating utopia: Benjamin, Lefebvre, Tafuri”, City, Junho 2010

25 LYNCH, Kevin “City sense and city design: writings and projects of Kevin Lynch”, ed. Tridib Banerjee e Michael Southworth, MIT Press, Cambridge, 1990 - p.789

26 CUNNINGHAM, Frank “Triangulating utopia: Benjamin, Lefebvre, Tafuri”, City, Junho 2010

27 “Simon Sadler: open ends. The social visions of 1960’s non-planning” em SADLER, Simon “Non-plan. Essay on freedom and participation and change in modern architecture and urbanism”, Architectural Press, Oxford, 2001 – p.149



“A ideia de *dérive*, atribuída a Débord, nasce da atração e repulsa que sentimos por diferentes partes da cidade. Foi elaborada no contexto de cidades existentes como Paris ou Amesterdão, e apresenta uma reacção à sistemática destruição do seu tecido urbano (...) assenta originalmente em novas formas de intervenção no tecido urbano e novas formas de o representar enquanto a cidade é devastada para um renovado ciclo de acumulação. Para os situacionistas a *dérive* tornou-se uma estratégia política e psicológica nela própria, significando tanto objectivo de estudo das condições propícias para a construção de um ambiente urbano atractivo, e meio de comunicação.”²⁸

(à esquerda) *The Naked City*, Guy Débord, 1957

(à direita) *Nova Babilónia*, Constant Nieuwenhuys, 1959
- imagens obtidas em <https://comptoir.org/2014/11/29/urbanisme-situationniste-une-notion-a-la-derive/>

A *dérive* era então a vivência da cidade sem nenhum percurso prévio, reagindo às atracções e contra-atracções provocadas pela cidade, dependente unicamente de impulsos e reacções espontâneas às vivências imediatas. Por outro lado, para a Nova Babilónia, Constant imaginava que o homem, dada a automatização dos vários sectores, já não precisava de trabalhar, podia estar livre e a cidade tinha de se adaptar aos desejos dos habitantes. No entanto, Débord opôs-se à materialização de Constant do urbanismo unitário ao dizer que continuava a representar o sistema capitalista intacto – e defendia que este urbanismo só era possível numa sociedade pós capitalismo; o urbanismo unitário era uma alternativa crítica ao funcionalismo racionalista do movimento moderno, uma nova proposta para viver e pensar o espaço/tempo da cidade, era a teoria da aplicação das artes e das técnicas, cujo objectivo era a construção integral de um meio de ligação dinâmico com as experiências do comportamento.²⁹ A Nova Babilónia não era então uma imagem do futuro mas sim uma imagem do que o futuro viesse a precisar³⁰, pois para Lefebvre e Constant o urbanismo devia

²⁸ “Eleanore Kofman and Elizabeth Lebas: recovery and reappropriation in Lefebvre and constant” em SADLER, Simon “Non-plan. Essay on freedom and participation and change in modern architecture and urbanism”, Architectural Press, Oxford, 2001 – p.83

²⁹ Definições Internationale Situationniste n°1, junho 1958

³⁰ “Geografia do Desejo”, Revista NU – Utopia #25 novembro 2005

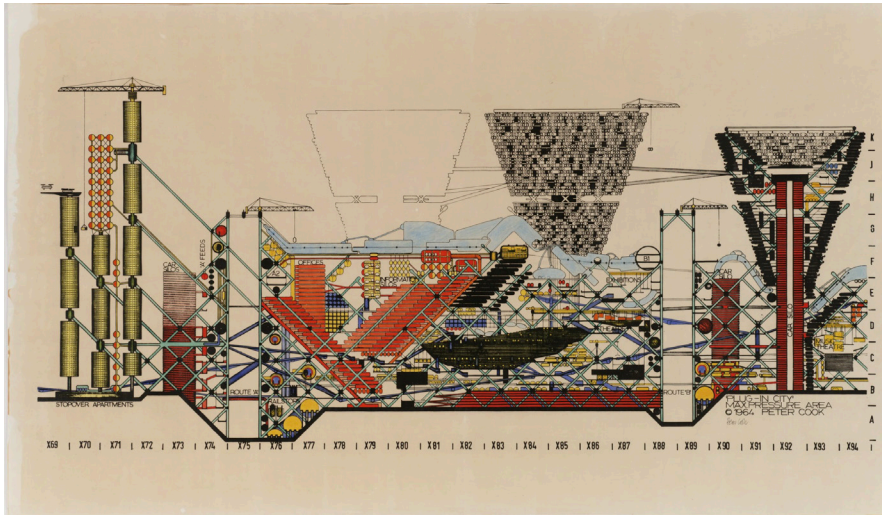
ser emancipativo, um projecto de recuperação e reapropriação. Devia ser a resistência à separação entre atividades, pessoas e ambientes e criar lugares para encontros e sociabilidade. Reapropriavam o planeamento com a ideia de prática criativa, poética, não na arte da arquitectura e da estética mas na arte das relações sociais colectivas. Para Lefebvre, as utopias concretas não rompem com a história mas são parte de um consciente processo de re-apropriação dos direitos fundamentais – de cidade, de corpo, trabalho e lazer – e isso dá-lhe sentido e propósito; “assim sendo, a crescente complexidade da vida quotidiana implica outro modo de viver e o direito a criar outra experiência do social, outro tempo social, outra maneira de existir: outra maneira de ‘planear’. O impossível é alcançado através do possível, através de práticas utópicas.”³¹

Esta vontade de projectar para a cidade e o indivíduo em constante mutação está presente também no pensamento da geração do grupo Archigram, nos anos 60, no modo como pensavam a cidade e a arquitectura inacabada e adaptável, futurista e tecnológica. Na sequência das visões de Alison e Peter Smithson e do Team 10, que se preocupavam em perceber o funcionamento das comunidades em vez de impor um funcionamento, o grupo Archigram, influenciados também pela América e pela obra de Buckminster Fuller, repensava, através da publicação de uma revista, a relação entre a tecnologia, a sociedade e a arquitectura. O próprio Peter Cook, numa entrevista³², afirma que o grupo era socialista mas não Marxista e admite a tendência de aproximação a uma linha mais liberal e consumista. A sua exposição ‘Living City’ expressa a vitalidade que o grupo via na cidade, que todas as banalidades do dia-a-dia eram importantes. De entre os seus vários projectos, é na Plug-in City que vemos espelhados os vários conceitos que foram desenvolvendo a partir da necessidade de edifícios expansíveis e, conseqüentemente, de todo o ambiente urbano poder ser também “programado e estruturado para a mudança.”³³ Ao longo das nove edições publicadas, questionam a pertinência da metrópole e o modo como se aceitamos a construção em altura de edifícios então também podemos conceber a ideia de uma cidade estruturada do mesmo modo. O seu projecto para a cidade Plug-in consistia deste modo na separação dos elementos para a total liberdade na montagem e tempo de permanência – proporcional ao espaço desejado – e também, talvez, proporcional à sociedade crescentemente consumista.

31 “Eleanore Kofman and Elizabeth Lebas: recovery and reappropriation in Lefebvre and constant” em SADLER, Simon “Non-plan. Essay on freedom and participation and change in modern architecture and urbanism”, Architectural Press, Oxford, 2001 – p.88

32 COOK, Peter em entrevista para ZAWIA #1, Cairo 2013

33 COOK, Peter “Archigram”, Princeton Architectural Press, New York, 1999 – p.36



“Definição: a cidade Plug-in é formada pela aplicação a larga escala da estrutura de rede, contendo passagens e serviços essenciais, a cada terreno. Nesta rede são colocadas unidades que atendem a todas as necessidades. Estas unidades estão programadas para a obsolescência. As unidades são servidas e manuseadas por meio de guindastes a funcionar a partir de um caminho de ferro no cume da estrutura. O interior contém várias instalações electrónicas e mecânicas projectadas para substituir as operações actuais do trabalho.”

Paralelamente, desenvolveram a idéia da cápsula pré-fabricada de habitação que era possível empilhar. Influenciada pela abordagem dos metabolistas japoneses, projectaram uma casa ergonómica e eficiente, que era possível actualizar à medida que a tecnologia fosse avançando e o habitante precisasse de novas funcionalidades. Esta cápsula podemos vê-la hoje construída em massa em Hong Kong, onde residem milhares de pessoas em espaços minúsculos devido aos gigantescos preços praticados pelo mercado da habitação em toda a cidade. Os Archigram pensaram a Cápsula como “uma máquina-de-sonho em vez de uma mera casa”³⁴, uma solução para quem quisesse viver deste modo e não um modo de habitar imposto; no entanto, este tipo de propostas é facilmente apropriada e difundida pelo mercado, com a crescente visão da habitação como comodidade, demonstrando que dificilmente estas ideias conseguem ficar à margem das vontades e ganâncias capitalistas. Na mesma entrevista, Cook afirma que “o nosso utopismo, se é que era isso, era puxar a arquitectura para fazer mais; estar mais atenta ao que está à sua volta”³⁵, na intenção de inovar e fazer boa arquitectura que não fosse entediante. A idéia de luta contra a obsolescência dos espaços e construções da cidade atinge o seu auge na criação da Instant City - uma metrópole viajante. Esta proposta pode ser facilmente incluída na crítica que Rem Koolhaas constrói da Cidade Genérica, pois funciona como uma demonstração, quase caricaturada, do que pode ser a vida na metrópole, ao injetarem – em qualquer lugar e em qualquer altura – dinâmicas da cidade, não havendo, para esta cidade, nem ordem certa entre os componentes nem um sentido de lugar espaço-temporal.



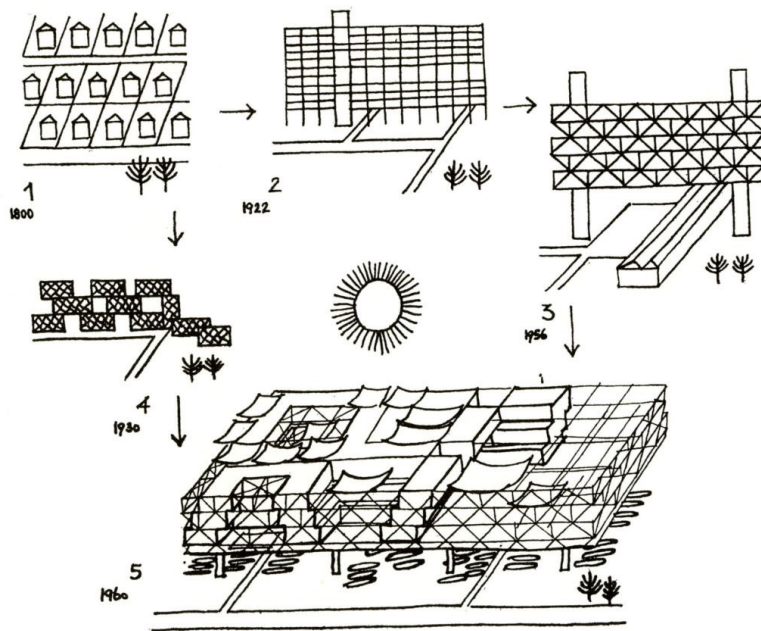
Archigram, Instant city, 1968
- imagem obtida em <http://archigram.westminster.ac.uk/project.php?id=119>

(citação) **COOK, Peter**
“Archigram”, Princeton Architectural Press, New York, 1999 – p.39

(imagem) **Peter Cook**
Plug-in City: Maximum Pressure Area, 1964 - imagem obtida em <https://www.moma.org/collection/works/797>

³⁴ COOK, Peter “Archigram”, Princeton Architectural Press, New York, 1999 – p.44

³⁵ COOK, Peter em entrevista para ZAWIA #1, Cairo 2013



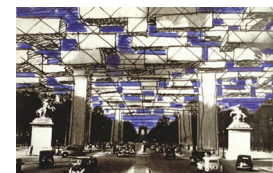
Neste campo onde falamos da utopia no sentido de pensamentos radicais da arquitectura, Cedric Price diz que o problema dos arquitectos dos anos 60 era procurarem produzir informação útil ao mesmo tempo que tentavam capturar uma sociedade sempre em mutação; “apesar de rejeitar soluções utópicas, Cedric Price estava entre os poucos profissionais que utilizavam o estado-da-arte tecnológico para animar as suas propostas.”³⁶. É na sua proposta para o Fun Palace (1961-64), em Londres – um gigante e temporário brinquedo da comunidade³⁷ - que podemos identificar os valores de cidade que Price defendia. Esta ideia do não-planeamento já a vimos no grupo Archigram e em Constant, no entanto, Price foca-se em desenvolver uma moldura estruturada de serviços e em deixar o resto a cargo de quem vai habitar os espaços. A total liberdade de uso, a total liberdade compositiva do espaço e a total liberdade do seu tempo de utilização são qualidades que Price inclui no prospecto sobre o projecto e a sua visão deste palácio da diversão; podemos ler assim: “Estamos a construir um edifício de pouca duração no qual todos podemos realizar as possibilidades e delícias que o ambiente da cidade do século XX nos deve. Não deve durar mais do que o tempo que precisarmos dele.”³⁸ Apesar de esta frase apelar a um consumismo rápido, a abordagem situacionista de Price baseava-se na visão de uma cidade adaptável e efémera, que se pretendia opor ao controlo sobre os habitantes através de regras e planos fechados, que via na sua cidade, Londres.

A sociedade dos anos 60 gritava a necessidade de uma cidade que se pudesse adaptar a si, num ambiente construído menos rígido. Nesse sentido, Yona Friedman destaca-se ao tentar entender as várias camadas da cidade e ao propor novas construções que possam coabitar com as antigas, ao mesmo tempo que responde às premissas da mudança e da flexibilidade; um contributo optimista de uma metrópole generosa, onde a liberdade individual de cada um está sempre presente. No desenvolvimento da Ville Spatial e proposta específica para Paris – Paris Spatial – Friedman explora o crescente aumento da população nas cidades e defende que para resolvê-lo existem duas opções que condicionam o ambiente heterogéneo da cidade. Por um lado, opções que prevêm a deslocação das populações mais pobres para os subúrbios e deixam o centro da cidade para as empresas e para as pessoas com mais possibilidades; por outro, visões que deixam o centro sem atenção e regeneração, com o congestionamento e o aumento da população, e constroem subúrbios de casas abastadas onde os mais ricos se podem refugiar do ambiente tóxico em que a cidade se transformou. Para Friedman, qualquer uma destas opções era inaceitável – podemos ver hoje concretizada a primeira na maioria das cidades que sofreram com esse aumento rápido de população – o que o

³⁶ “Hadas Steiner: off the map” em SADLER, Simon “Non-plan. Essay on freedom and participation and change in modern architecture and urbanism”, Architectural Press, Oxford, 2001- p.129

³⁷ “Cedric Price: Cedric Price’s non-plan diary” em “Non-plan. Essay on freedom and participation and change in modern architecture and urbanism”, Architectural Press, Oxford, 2001 – p.23

³⁸ Ibidem



Yona Friedman, Estudos para a Ville Spatiale, 1960 - imagem obtida em <http://archeyes.com/yona-friedman/>

(em cima) Cedric Price, Fun Palace for Joan Littlewood Project, Stratford East, London, England, 1959-61 - imagem obtida em https://www.moma.org/collection/works/845?artist_

(em baixo) Yona Friedman, Paris Spatiale, 1959; fotomontagem da Ville Spatiale sobre o Champs Élysées - imagem obtida em <http://archeyes.com/yona-friedman/>

levou a propor que a cidade nova fosse construída em cima da antiga, defendendo que “as cidades podem continuar a crescer sem terem de aumentar o seu uso do solo ou demolir edifícios existentes.”³⁹ Sem danificar ou prejudicar as suas vivências, o objectivo era estender o espaço para viver na cidade sem demolir o existente e sem forçar a periferia, mostrando que estava política e cientificamente ligado aos problemas do seu tempo, “a Paris Espacial e outros projectos desse período, combinações variáveis de tecnologia sublime e urbanismo pitoresco convergiam com a notável virtuosidade gráfica, expressavam um desejo pela complexidade que contrastava com a simplicidade da maioria das utopias dos anos 1960.”⁴⁰

O seu processo de trabalho e as suas propostas não se concretizavam em critérios inflexíveis, podemos ver isso no seu manifesto da *Arquitectura Móvel*, de 1959, onde lançou os dez princípios do urbanismo espacial que viriam informar a sua proposta para a cidade espacial. A visão de uma superestrutura – como Archigram e Price – que pairava sobre a cidade existente e sobre locais abandonados previa a construção de habitação com a máxima flexibilidade. Desenvolveu uma estrutura esqueleto, que continham as infraestruturas eléctricas e de água, onde os habitantes eram livres de construir e alterar as suas habitações, tendo acesso a elementos como lajes, paredes e partições, moldavam a sua habitação em concordância com as suas necessidades. Este viria a ser o elemento principal da *Ville Spatial*, que, apoiado em espaços vazios e abandonados da cidade inferior, tinha nela um impacto mínimo. Colocava-se, como também defende John F. Turner⁴¹, numa posição de arquitecto ao serviço da população, “acreditava que o arquitecto, em vez de ter um ponto de vista autónomo, devia em vez disso estar lá para servir os utilizadores e oferecer conselhos em matérias técnicas e organizativas, o que lhe deu poucos aliados entre os seus colegas profissionais.”⁴² Esse pensamento era partilhado pelas várias abordagens que percorremos e transversal aos projectos e pensamentos progressistas – como dizia Lefebvre – que entendiam a cidade como a sociedade e cujas construções deviam espelhar essas condições e não a vontade do arquitecto planeador e ditador – como as primeiras propostas que vimos.

39 FRIEDMAN, Yona “Structures serving the unpredictable”, ed. Sabine Lesbeque, Helen Fentener van Vlissingen, Nai publishers, Roterdão 1999 – p.11

40 Idem – p.7

41 TURNER, John “Housing by people: towards autonomy in building environments” (1976), Maryon Boyards, Nova Iorque, 1991

42 FRIEDMAN, Yona “Structures serving the unpredictable”, ed. Sabine Lesbeque, Helen Fentener van Vlissingen, Nai publishers, Roterdão 1999 – p.10

“...se o design é apenas um incentivo para consumir, então devemos rejeitar o design; se a arquitectura é meramente a codificação do modelo burguês de propriedade e sociedade, então devemos rejeitar a arquitectura; se arquitectura e urbanismo são meramente a formalização de injustiças sociais e actuais divisões, então devemos rejeitar o planeamento urbano e suas cidades ... até que todas as atividades de design sejam voltadas para atender às necessidades primárias. Até então, o design deve desaparecer. Podemos viver sem arquitectura...”⁴³

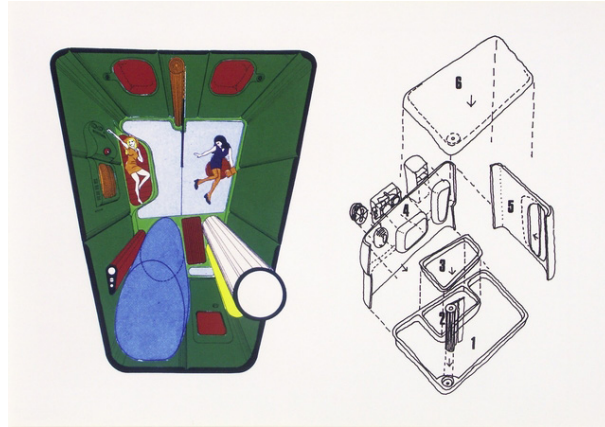
Segundo o que Colin Rowe escreve no seu livro *Collage City*⁴⁴, o desafio da criação da cidade ideal, apesar de bastante explorado, não forma mais do que uma imagem agradável, mas sem consequências; uma proposta crítica à sociedade mas que propõe um ideal mais hipotético do que de possibilidade de futuro. No entanto, vivemos hoje grandes consequências do que foram algumas materializações dos ambientes propostos pelas utopias tradicionais, situação que leva Georg Perce a defender que “todas as utopias são deprimentes porque não deixam espaço para o acaso, para a diferença, para a ‘miscelânea’. Tudo foi posto numa ordem e a ordem reina. Por detrás de todas as utopias há sempre um grande desenho taxonómico: um sítio para cada coisa e cada coisa no seu sítio.”⁴⁵ Neste sentido, como pudemos comprovar ao longo do que fomos estudando mas também do que vemos serem reflexos dessas abordagens, torna-se difícil acreditar em abordagens ao planeamento que através de um só pensamento ambicionam resolver grandes áreas e grandes problemas. O que importa reter é exactamente isso, que “qualquer projecto para revitalizar a utopia deve considerar que consequências resultaram como forças construtivas e destrutivas na nossa história geográfica”⁴⁶, que as abordagens holísticas falharam em proporcionar à sociedade espaços urbanos com os quais se pudesse identificar, por serem tão rígidas e tão fechadas nas suas composições. No entanto, importa também reter o que foram pensamentos e abordagens utópicas que, apesar de não terem grande materialização física, propunham alternativas radicais, e por isso utópicas. Como podemos apropriar-nos dessas visões? Conceber uma sociedade na qual o planeamento tenha sido recuperado como ferramenta do bem comum é utópico o suficiente numa altura em que a sociedade neoliberal capturou o planeamento como ferramenta de especulação, contudo, a compreensão das teorias radicais ajudam-nos a fundamentar o que podem ser as utopias alternativas de hoje, assentes tanto na teoria como na prática.

43 NATALINI, Adolfo, *Superstudio*, 1971

44 ROWE, Colin; KOETLER, Fred “*Collage City*”, MIT Press, Cambridge, 1978

45 PEREC, George “*Species of Spaces and Other Pieces*”, (*Espèces d’espaces*, edições Galilée, Paris, 1974), Penguin classics, Londres, 2008

46 HARVEY, David “*Spaces of hope*”, Edinburgh University Press, Edinburgh, 2000 – p.99



Capsule homes project
1964



Nakagin Capsule Tower
1972



Opod Tube House
2020

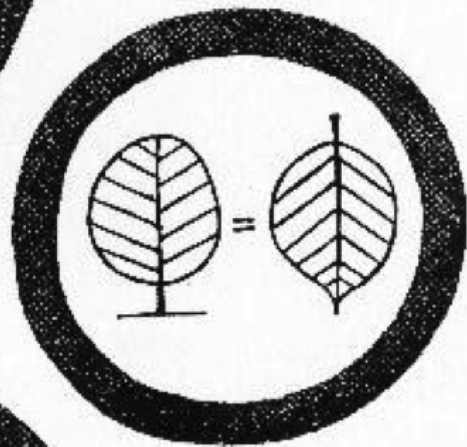
As relações entre os pensamentos que relatamos e as construções de hoje saltam à vista em vários casos, seja na materialização da Cápsula em Hong Kong; seja na formulação da Ville Spatiale como resposta ao aumento de população que hoje sentimos mais do que nunca e que se coloca como um grande desafio para arquitectos e para quem faz a cidade; seja a flexibilidade necessária nos ambientes urbanos que hoje vemos essencial para um futuro sustentável e aberto da cidade, que podemos ver materializada por Alejandro Aravena na sua proposta de habitação onde em vez de uma ‘má casa constrói metade de uma boa casa’; seja noutros casos que poderíamos referenciar infinitamente que tentam propor ambientes alternativos e radicais. O que interessa aqui ressaltar é que apesar de proporem realidades alternativas trabalham com elementos da realidade e isso, se queremos visualizar e construir um futuro melhor e mais inclusivo, é essencial. Podemos ver que a utopia – como proposta arquitectural radical - mais do que considerada e experimental, está hoje visível em todas as alternativas que se opõe à construção da cidade capitalista e neoliberal (modos de produzir cidade que vamos poder explorar mais à frente). A nossa utopia hoje é acreditar que todos temos o direito à cidade e que a cidade não pode ser uma comodidade para alguns. Resta-nos hoje aprender com os utópicos do passado e em todos os projectos materializarmos o caminho para atingirmos a nossa utopia através de novas qualidades espaciais e novos ambientes urbanos. Esta utopia tem de emergir da aproximação entre os intervenientes, isto é, entre quem decide o rumo da cidade, quem projecta o ambiente construído e para quem é construído esse ambiente. Só quando aproximarmos o plano da cidade, quando aproximarmos as decisões dos habitantes, quando nos aproximarmos de outras áreas, quando participarmos nas decisões, quando aproximarmos o modo como a cidade é gerida do modo como ela é gerada, é que vamos estar no caminho para a realização de qualquer utopia ou visão radical de sociedade e cidade.

(em cima) Archigram, **Capsule homes project, 1964** - imagem obtida em <http://archigram.westminster.ac.uk/project.php?id=58>

(no meio) Kisho Kurokawa, **Nakagin Capsule Tower, Ginza, Toquio, Japão, 1970-72** - imagem obtida em <http://archeyes.com/nakagin-capsule-tower-kisho-kurokawa/>

(em baixo) Cybertecture, **Opod Tube House, Hong Kong** construção em curso (2020) - imagem obtida em <http://www.jameslawcybertecture.com>

tree is
 leaf and leaf
 is tree - house is
 city and city is house
 - a tree is a tree but it
 is also a huge leaf - a
 leaf is a leaf, but it is
 also a tiny tree - a city
 is not a city unless it
 is also a huge house -
 a house is a house
 only if it is also
 a tiny city



say leaf - say tree
 say a few leaves still and
 many leaves soon - say leafless tree
 - say heap of leaves - say this tree
 when I grow up and that tree when
 I was a child - say one tree, lots of
 trees, all sorts of trees, trees in the
 forest - say forest (hear: dark, lost,
 nest, fire, fairy, owl's hoat, toadstool,
 tiger, timber) - say orchard, apples
 apple pie - say fig tree - say fig leaf
 - say NUTS! - say house - say
 city - say anything - but
 say PEOPLE!

124 van Eyck, St Louis 1962

**Tree is leaf and leaf is tree
City is house and house is city.**

Take any 'part' and there is the 'whole'.

Take the 'whole' and behold the 'part'.

Whole is part and part is whole (provided each is identified with what it needs in order to be house or tree, city or leaf – moisture, air, sap, people and people's activities, emotions and associations.

It is the multiple meaning within the image that matters in each case.

A tree is a tree because it is also a large leaf.

A leaf is a leaf because it is also a small tree.

A city is a city because it is also a large house.

A house is a house because it is also a small city.

Say tree, leaf, large leaf, small tree;

Say leaves or leaves on a tree;

Say a few leaves still or many leaves soon,

Say leafless tree.

Say this tree when my child grows up and that tree when I was young.

Say one tree, lots of trees, all sorts of trees, trees in the forest.

Say forest (hear, lost, dark, owl's hoot, toadstool, squirrel, tiger, timber);

Say apple tree, apple orchard, apple pie;

Say NUTS!

- say house - say city - say anything - but say PEOPLE!

Do Plano à Cidade

A cidade é a casa e a casa é a cidade.

Pensamentos urbanísticos que ambicionam resolver toda a cidade, ou uma grande parte, com um único plano e uma única abordagem, são, no seu limite, utópicos; com isso, a sua compreensão ajuda-nos a perceber o porquê de o que propõe estar tão distante da sociedade que os vai habitar. A diferença entre o planeamento e a sua verificação real é muitas vezes tão grande como a distância intencional entre o que se constituía como realidade e as visões utópicas; pelas palavras de Bernard Tschumi “a divisão entre a realidade social e o sonho da utopia tem sido total, a falha entre constrangimentos económicos e a ilusão de uma técnica que resolvesse a totalidade é absoluta.”¹ Por um lado, porque na maioria das vezes as visões utópicas são fragmentos de uma ideia de cidade e nunca temos oportunidade de medir bem qual seria o seu impacto se fossem construídos e, por outro, porque há muitos planos urbanos que podemos ver que apesar de eloquentes em teoria têm um resultado bastante diferente quando postos em prática.

Após a Segunda Guerra Mundial a vontade dos humanistas era de aproximar a arquitectura e o planeamento dos habitantes e das vivências concretas da população, e apesar dessas ambições terem surgido como uma crítica ao distanciamento moderno, tinham em si mesmas também uma visão do que devia ser a cidade. Vimos anteriormente o resultado prático de planos como o de Ebenezer Howard na Cidade-Jardim, ou a ambição arquitectural de Le Corbusier no seu plano para Paris, mas vimos também a distância e a perda de oportunidade por parte das alternativas radicais em oferecer, mais do que uma ferramenta de pensamento e crítica, uma solução válida e aplicável para os problemas. O maior intervalo entre o que era o plano visto de cima e o que era a vida no plano de rés-do-chão está então, muito provavelmente, no urbanismo moderno, onde a distância que vai entre as duas esferas era na maioria dos casos abismal. Isso é bastante visível na cidade de Brasília que vista do avião parece ter tudo no sítio certo e tudo desenhado grandiosamente, no entanto, quando pousamos os pés no chão, é um desastre.² A aplicação dos princípios da cidade funcional, que vimos também no caso de Le Corbusier, atingem na cidade brasileira o seu expoente, na construção de uma cidade orientada para o carro, onde tudo é longe e inacessível ao peão e onde a vida entre edifícios é visivelmente afectada (para não dizer, praticamente anulada).

Michel de Certeau descreve-nos, no início do capítulo *Walking in the City*, a sua subida ao centésimo décimo piso do World Trade Center e como essa visão colocava em perspectiva a sua situação e o significado das coisas quando punha depois novamente os pés no chão. Na sua condição de *voyeur*, diz que “ser levantado ao cimo do World Trade Center é ser levantado para fora do alcance

(texto página anterior)
EYCK, Aldo van “The child, the city and the artist. An essay on architecture, the in-between realm”, Sun publishers, Amsterdão 1962 – P.102

(imagem página anterior)
EYCK, Aldo van - Leaf Diagram - imagem retirada do livro do autor “The child, the city and the artist. An essay on architecture, the in-between realm”, Sun publishers, Amsterdão 1962

1 TSCHUMI, Bernard “Architecture and disjunction”, The MIT Press, Cambridge, 1996 – p.27

2 HUSTWIT, Gary “Urbanized”, 85min, EUA 2011

da cidade”³. No entanto, se compararmos a situação de Certeau com a de um planeador moderno, elas são iguais no sentido da *vista de Deus* a que pensam ter acesso, mas diferentes na consciência da veracidade da informação que essa posição lhes proporciona. Quando vemos a mão de Le Corbusier sobre a maquete temos imediatamente a sensação de que alguém, um gigante, um deus, está a brincar com a cidade, e do seu ponto de vista superior, está a decidir o futuro habitat da população. O mesmo podemos ver no filme *Citizen Jane*⁴, onde um indivíduo anda sobre Manhattan a tomar as decisões sobre a melhor implantação para um par de arranha-céus. Ora, esta suposição por parte dos arquitectos e urbanistas que, do seu estirador ou por cima de uma maquete, conseguem decidir cidades inteiras é surreal, utópica e idealista. Nessa posição, é impossível que quaisquer decisões que tomam tenham em atenção todos os factores envolvidos na construção dos ambientes urbanos, tão complexos e em constante mutação.

A visualização do documentário que referimos retrata essa diferença de visões sobre como pensar o ambiente construído da cidade e sobre que tipo de elementos têm importância para quem vai habitar esses espaços. A abordagem do movimento moderno que já vimos, de um planeamento *top-down*, orientada para um homem ideal, encontra a sua oposição numa abordagem tradicional, espontânea e *bottom-up*, orientada para o homem real.⁵ Esta oposição está marcada na história do urbanismo por personagens como Robert Moses e Jane Jacobs. Também no século passado, com o intuito de resolver os problemas de sobrepopulação e degradação da metrópole, surge Robert Moses, destacado para repensar Nova Iorque e pôr em prática a solução para esses problemas. É nesta história essencial a sua oposição com Jane Jacobs, e a compreensão de que o plano, representado por Moses, está realmente muito distante das pessoas, representadas por Jacobs, e de como toda esta situação ainda continua actual. Os problemas de Nova Iorque de sobrepopulação e de más condições de habitabilidade já vem do final do século XIX e foram retratados, por passarem ao lado da febre dos arranha-céus, por Jacob Riis, no livro que publicou em 1890. “*How the other half lives*”⁶ mostrava a realidade da vida nos *tenements*, edifícios correntes de habitação da cidade - seis pisos que ocupam toda a parcela - ficando sem luz e sem ventilação⁷, condições típicas de *slum* intrincadas na própria arquitectura. Através de relatos e fotografias, Riis, emigrante holandês e repórter de crime, mostra à classe média e alta as condições miseráveis em que vive a classe trabalhadora, condições que demoraram trinta anos até serem completamente resolvidas.

3 CERTEAU, Michel de “The practice of everyday life”, University of California Press, USA, 1984 – p.92

4 TYRNAUER, Matt “Citizen Jane: battle for the city”, 92min, Nova Iorque, 2016

5 MOTA, Nelson “Homeless and nostalgia for the spontaneous”, em revista Punkto 01, 2014

6 RIIS, Jacob A. “How the other half lives. Studies among the tenements of New York”, 1890

7 Informação retirada da visualização do documentário WILNER, Frédéric “Amsterdam, Londres, New-York: Trois villes a la conquête du Monde”, Alliade Productions, 2017 – episódio 3 transmitido na RTP2 a 20 de fevereiro de 2019



Aproximadamente meio século mais tarde, Nova Iorque continuava a ser uma cidade de contrastes; de um lado, era a melhor cidade do mundo, com os seus arranha-céus e a sua vida cosmopolita, do outro, ao nível do chão, era sobrepoblada, doente e suja.⁸ É nesta condição que aparece Robert Moses. Adepto da cultura automóvel (apesar de ainda não haver muitas pessoas com um), adaptou a cidade à sua utilização construindo pontes, túneis, autoestradas e parques. A sua crescente influência, por ter vários cargos governamentais simultaneamente, levou-o a tomar decisões que hoje podemos ver que não foram no melhor sentido, como a construção do cruzamento da autoestrada do Bronx, que aquando da construção retirou a propriedade a inúmeras famílias e hoje é dos pontos mais críticos de tráfego em Nova Iorque. É dito no documentário que existiram dois Robert Moses, um que se empenhou na construção de ambientes de qualidade públicos, como parques-infantis ou o Central Park, e outro, pós-guerra, que punha os seus interesses à frente dos da população. A tentativa de extensão da 5ª Avenida através do Washington Square Park foi, para além da primeira e única vez que Jacobs e Moses se encontraram, a primeira vez que ‘um bando de mães’ conseguiu travar as intenções do poderoso. O parque fazia parte da West Village, residência de Jacobs e espaço público essencial da comunidade envolvente, o que a levou entrar na luta pela preservação

Planeamento e implantação de duas torres, a serem colocadas por uma pessoa sobre uma maquete percorrível, de Manhattan - imagens obtidas no documentário *Citizen Jane*, 2016

Jacob August Riis, Bandits' Roost, 59 1/2 Mulberry Street, 1888 - imagem obtida em <https://www.moma.org/collection/works/50859>

⁸ TYRNAUER, Matt “*Citizen Jane: battle for the city*”, 92min, Nova Iorque, 2016



Desenho de 1959 da para a Lower Manhattan Expressway, uma autoestrada que requeria a demolição de 416 edifícios nos bairros do Soho e Little Italy - imagem obtida em <https://www.theguardian.com/cities/2016/apr/28/story-cities-32-new-york-jane-jacobs-robert-moses>

do parque e a acusar a cidade de aceitar esquemas para se tornar inabitável.⁹ Em 1961, Jacobs, jornalista de profissão, publica o livro *Morte e Vida das Grandes Cidades Americanas*, onde desenvolve pensamentos sobre a cidade à escala das pessoas e das comunidades, e questionava porque não considerávamos a cidade como um problema de complexidade organizada (uma chamada de atenção importante numa época em que o planeamento tentava resolver todos os problemas). Um mês depois descobriu que a área onde residia, também conhecida como Greenwich Village, tinha sido marcada para Renovação Urbana e que iriam substituir o bairro por torres novas de habitação. Mais uma vez Jacobs ganhou, conseguiu que o estatuto de *slum* fosse retirado da zona onde habitava e com isso impediu a construção das novas torres. Jacobs acreditava na complexidade como potencialidade e não concordava com as propostas que visassem a separação das funções, defendendo que o que fazia um bom bairro era a mistura cultural, a densidade habitacional e de serviços, as lojas e a vida de rua. No entanto, uma luta ainda maior estava para vir, com a proposta para a *Lower Manhattan Expressway*; o objectivo desta autoestrada era unir as pontas soltas que tinham sido deixadas na estrutura viária da cidade.

⁹ PALETTA, Anthony “Story of cities #32: Jane Jacobs vs Robert Moses, battle of New York’s urban Titans”, The Guardian, 28 de abril de 2016



- ☞ They've put up gleaming stone and glass file cabinet housing which breeds delinquency and crime.
- ☞ They've built spacious green park areas that are avoided by everyone but bums and hoodlums.
- ☞ They've condemned and destroyed entire city blocks that are not slums, but attractive places to live.
- ☞ They've zoned our cities into intolerable patterns of dullness.

Jane Jacobs says this and much more in her explosive new book, *THE DEATH AND LIFE OF GREAT AMERICAN CITIES*. Mrs. Jacobs shows that the city

planners have failed because they have overlooked the realities of urban life, and stripped our cities of the vitality and diversity which make them exciting places to live. She offers concrete, practical alternatives that can save our cities from the blunders of orthodox planners.

Harrison Salisbury of the *New York Times* hails this book as "the most refreshing, stimulating and exciting study of this greatest of our problems of living which I've seen. It fairly crackles with bright honesty and good sense."

William H. Whyte, author of *The Organization Man*, calls it "magnificent. One of the most remarkable books ever written about the city."

The Death and Life of Great American Cities

By JANE JACOBS

\$5.95, now at your bookstore

RANDOM HOUSE



O plano desenhava as faixas de rodagem a atravessar os bairros do Soho e Little Italy, propondo destruir 416 edifícios - que eram a casa de 2200 famílias, 365 lojas de retalho e 480 estabelecimentos comerciais¹⁰ - e substituí-los por novas torres habitacionais que acompanhassem a via. O projecto não foi para a frente, Jane Jacobs deixou a cidade que adorava e Robert Moses continuou em decadência e acabou por ficar na história, dizem alguns, como o Haussmann de Nova Iorque.

O caso da cidade de Nova Iorque e da luta entre Jacobs e Moses é o rosto da distância que muitas vezes existe entre pensamentos sobre a mesma cidade. A Nova Iorque do início dos arranha-céus era a mesma Nova Iorque das fotografias de Jacob Riis. A Nova Iorque de Robert Moses era a mesma Nova Iorque de Jane Jacobs. A Paris de Haussmann era a mesma Paris da Comuna. A cidade, no entanto, não é as duas coisas, mas sim duas interpretações da mesma coisa. Como aponta Richard Sennett, no seu texto *The fight for the City*, o planeamento de cidades fechadas, aditivas – como de Haussmann, Le Corbusier ou Robert Moses – anula a sinergia e a capacidade social da cidade. Contudo, “consolidou-se esta dualidade nas teorias e propostas dos arquitectos: por um lado, a primazia da visão social, usando a tecnologia de uma maneira emancipadora, de Ernst May, Walter Gropius, Hannes Meyer e Karel Teige, para os quais o arquitecto deve ser um técnico ao serviço da socieda-

Publicidade sobre o livro de Jane Jacobs *Death and Life of Great American Cities*, 1961 - imagem obtida em <https://www.revistapunkto.com/2014/01/homelessness-and-nostalgia-for.html>

¹⁰ PALETTA, Anthony “Story of cities #32: Jane Jacobs vs Robert Moses, battle of New York’s urban Titans”, *The Guardian*, 28 de abril de 2016

de, do trabalho colectivo e da produção em série; por outro lado, a ênfase na sociedade liberal e na figura do arquitecto como criador, tal como sustentaram Le Corbusier, Ludwig Mies van der Rohe e Josep Lluís Sert.”¹¹ Vamos poder ver a seguir que, dizem os mesmos autores, “com o tempo, será essa segunda posição que passará a predominar, uma vez que se adequa melhor tanto à figura tradicional e elitista do arquitecto para o príncipe como ao funcionamento do sistema capitalista”¹², que apesar da consciência de que esses planos são intrusivos e não compreendem na maioria das vezes as dinâmicas da cidade, são as opções mais adoptadas, por transmitirem uma sensação de progresso e desenvolvimento, atraírem investidores e capital, mas Sennett pergunta, em troca de quê?¹³

Samuel Stein fala no seu livro do aparecimento do planeamento enquanto profissão, apontando para a sua existência enquanto prática, e afirma que enquanto profissão é um fenómeno mais recente. Liga esse aparecimento, na Europa e na América, às revoluções do proletariado e da classe trabalhadora, afirmando que “Napoleão III apontou Haussmann para refazer o traçado urbano de Paris, conduzindo largos boulevards pelos bairros da cidade e deslocando milhares. Isto reflectia não só uma preferência estética por linhas fortes e arquitectura harmoniosa, mas também o desejo das classes dominantes em defenderem o seu controlo sobre a cidade e impedirem mais revoltas da classe trabalhadora.”¹⁴ Como pudemos ver no texto anterior ‘Direito à Cidade’, a estratégia de Haussmann e Napoleão para Paris passava pela deslocação dos habitantes mais pobres e a marcação de um novo traçado – destruindo o tecido existente da cidade – que vinha limpar a cidade através do planeamento e dar-lhe uma nova cara através da arquitectura. O projecto envolvia quatro aspectos: ruas, edifícios, parques e serviços, através dos quais – introduzindo uma certa monumentalidade em cada um – se poderia reestruturar a cidade ao longo do tempo. Eram traçados à partida os eixos importantes, criando ligações visuais e viárias entre os principais monumentos que eram, por sua vez, engrandecidos, como podemos ver na pintura da cidade à chuva de Gustave Caillebotte, que retrata a vida da cidade após a reconstrução levada a cabo pelo Barão. O objectivo de Haussmann era bastante claro, “a sua estética urbana não era mais nem menos do que a expressão de uma visão individual básica. Uma metrópole focada visual e funcionalmente nas suas grandes instituições...”¹⁵ Apesar do modo como a cidade foi reconstruída – e de serem essas ambições das quais aqui nos queremos distanciar – a cidade construída no final do século XIX é a mesma cidade que vemos hoje e que é apelidada de ‘cidade da luz’. Haussmann construiu uma nova cidade de

11 MONTANER, Josep Maria, MUXÍ, Zaida, “Arquitectura e Política. Ensaio para mundos alternativos” (2014), trad. Frederico Bonaldo, Gustavo Gili, Barcelona, 2015 – p.46

12 *ibidem* – p.46

13 SENNETT, Richard “The fight for the city”, Eurozine, 2019

14 STEIN, Samuel “Capital City. Gentrification and the Real Estate State”, Verso, London 2019

15 SAALMAN, Howard “Haussmann: Paris transformed”, George Braziller, New York, 1971 – p.16



Paris, direcionada para o consumo e para grandes feitos. No entanto, não é por acaso que as intervenções levadas a cabo hoje em dia que visam a destruição do traçado existente e o realojamento – sem qualquer remorso – de habitantes é chamado de neo-haussmannização. Edward Glaeser diz-nos que “entre 1853 e 1870, os trabalhos de Haussmann destruíram mais de metade dos edifícios de Paris. De facto, Haussmann destruiu uma cidade para a salvar”¹⁶, no sentido em que construiu o sistema de esgotos que permitiram à cidade sobreviver à cólera; no entanto aponta-nos também que a excessiva preservação da sua intervenção e a imposição de regras e limites à construção no tecido haussmanniano não permitem à cidade avançar, fazendo aumentar os preços astronomicamente, e tornando a cidade mais desigual e exclusiva. Sem construir ou destruir nada acabam por actuar no mesmo sentido que Napoleão III e o seu Barão. Na sequência da utilização do urbanismo como forma de exercer o poder governamental negativo sobre a população Sennett, ainda no seu texto *The fight for the City*, pergunta “os arquitectos e planeadores, um grupo pouco modesto de seres humanos, fantasiam muitas vezes um tipo de plano ideal que vai derrubar o capitalismo e em vez disso representar exactamente como as pessoas deveriam viver. Não acredito nisso. Para mim a pergunta é, quando tens os instrumentos de poder, se resistes ou tomas o controlo. Que tipo de cidade queremos fazer?”¹⁷

(à esquerda) **Construção da Avenida da Ópera, dezembro de 1876** - imagem obtida na página do Museu Carnavalet, Paris

(à direita) **Rue de Paris, Temps de pluie, Gustave Caillebotte, 1877** - imagem obtida em <https://www.flickr.com/photos/abelda/4993423179>

¹⁶ GLAESER, Edward “Triumph of the city” (2011), Pan Books, Londres, 2012 – p.136

¹⁷ SENNETT, Richard “The fight for the city”, Eurozine, 2019

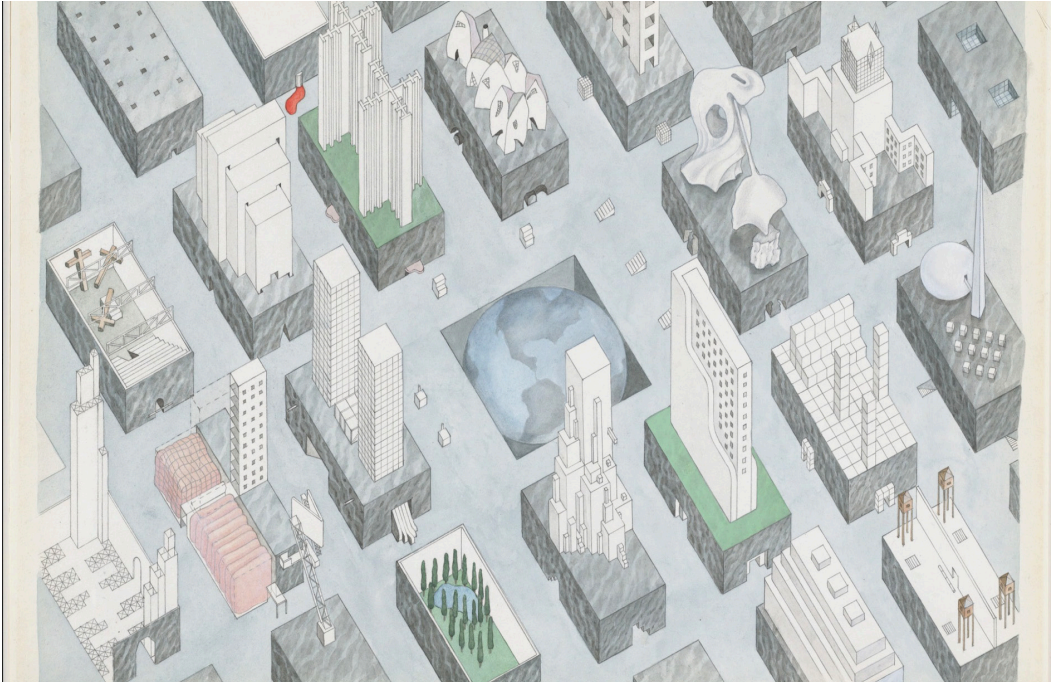
Um exemplo oposto, onde o poder de governação é exercido em prol de melhorias na vida da maioria da população, pode ser encontrado no modo como Enrique Peñalosa, político e actual prefeito da cidade de Bogotá, tem tomado algumas decisões na cidade. Tanto no seu texto *Politics, Power, Cities* como também é mostrado no documentário *Urbanized*, defende que o urbanismo e a criação do espaço urbano não podem ser deixados nas mãos de investidores privados, afirmando que as decisões têm de partir das comunidades e ser aplicadas por uma forma de governo que lhes dê voz. Alerta-nos para o facto dos problemas e os conflitos dos últimos trezentos anos terem emergido de desigualdades e da luta por direitos civis e que, na nossa era, estes se transformaram na luta por igualdade social e económica. Tanto no texto como no documentário mostra-nos como o governo tem possibilidade (e dever) de pôr os interesses da maioria à frente dos interesses individuais, ao escrever que “nas cidades os interesses de alguns indivíduos muitas vezes entram em conflito com aqueles da comunidade como um todo. É o papel das políticas e das instituições governamentais lidar com esses conflitos e arranjar maneiras de promover a inclusão e a justiça social”¹⁸ ou ao dar um exemplo – talvez exagerado mas que mostra bem o poder que a política poderia ter na criação de igualdade – em que diz que, se um autocarro transporta cem pessoas, então tem cem vezes mais direito (em termos de espaço de circulação e prioridade) do que uma viatura privada com apenas um indivíduo. Fala-nos de como a desigualdade pode ser mais dolorosa do que a pobreza em si, e deposita no modo como tomamos as decisões e desenhamos as cidades¹⁹ o início da resolução do problema que Lefebvre apelida de ‘inimiga da vida urbana’, com isto, defende que a cidade democrática deve ser desenhada para o seu membro mais vulnerável.

Mas o planeamento usado durante anos como ferramenta de poder adquire novos significados a partir dos anos 70, quando começa a ser utilizado como ferramenta essencial do capitalismo e da especulação sobre o uso do solo e do sector imobiliário; Ricky Burdett explica o seguinte, “permitam-me que diga aqui que a astúcia do neoliberalismo em geral, e do Thatcherismo em particular, consiste em falar a linguagem da liberdade, manipulando simultaneamente a burocracia fechada para benefício privado de uma elite.”²⁰ Rem Koolhaas exalta estes factores na Cidade do Globo Cativo, em 1972, onde representa Manhattan e a sua cultura da congestão e dos arranha-céus, seis anos antes de escrever o livro *Delirious New York*. A condição urbana representada no desenho corresponde à simultânea explosão da densidade populacional e da invasão das novas tecnologias, condições que através da grelha se multiplicam e adiam perpetuamente os limites da cidade, princípios isotrópicos de potencial desenvolvimento infinito; “o objectivo da Cidade do Globo Cativo é

18 PEÑALOSA, Enrique “Politics, Power, Cities” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007 – p.308

19 idem– p.309

20 BURDETT, Ricky “Flexible Urbanism” em *shaping cities in an urban age* – p.391



resolver a inevitável cisma entre a permanência dos sistemas urbanos – a combinação da circulação horizontal e vertical fornecida pela grelha e o elevador – e o radical pluralismo requerido pela metrópole representado pela eclética linha do horizonte, onde os arquétipos avant-garde da cidade são ‘aceites’ e reduzidos a ‘ícones’.²¹ Nesse sentido, os lotes, com uma base idêntica, não são apenas edifícios mas são cidades em miniatura, consequência directa do domínio económico da acumulação capitalista. Nesta visão, como vamos ver mais à frente semelhante à do grupo Archizoom, Koolhaas imagina as piores qualidades do mundo capitalista elevadas ao expoente, uma previsão da urbanização planetária, onde o pluralismo e a diversidade arquitectónica são levados ao limite, e o confronto entre as diferenças (situação essencial da cidade aberta referida por Richard Sennett), são completamente eliminadas.²²

Neste sentido, o planeamento como ferramenta de construção democrática e aberta do espaço urbano parece estar a dissolver-se nos processos de urbanização que pomos em prática.

Rem Koolhaas e Madelon Vriesendorp, City of the Captive Globe, Nova Iorque 1972
- imagem obtida em <https://www.moma.org/collection/works/104696>

²¹ AURELI, Pier Vittorio “The possibility of an absolute architecture”, The MIT Press, Cambridge, 2011- p.23

²² idem - p.27

Gerar e Gerir

Esses processos que temos vindo a estudar fazem com que a cidade se torne limitada para alguns na proporção inversa em que se torna ilimitada para outros. A desigualdade é um dos aspectos mais marcantes das cidades contemporâneas, e apesar de Penãlosa nos dizer que “a definição de uma boa cidade assenta no campo da ideologia”, que não há maneira correcta de definir ou fazer uma boa cidade, e de afirmar também que “definir o que faz uma boa cidade é mais uma questão de coração e de alma do que de engenharia”¹, podemos assumir que planos e projectos que incentivem essa desigualdade, tanto não podem ser considerados ‘elogios’ como não podem ser elementos construtores de boas cidades. Fazer-cidade é então tomar as decisões em prol de quem a habita. O que construir e o que não construir. Edifícios públicos e investimentos privados. Praças e centros comerciais. Arranha-céus e moradias. Transportes públicos e autoestradas. De milhares a milhões de pessoas, as decisões tomadas ditam o rumo da vida quotidiana dos residentes e com isso a qualidade de vida colectiva e individual.

Como é que podemos transformar os processos através dos quais temos vindo a fazer cidade? Compreender a situação actual é entendê-la na sua abrangência entre o modo como a cidade é gerida e o modo como ambientes urbanos de qualidade são gerados. Essa qualidade não pressupõe uma imagem ou uma materialização específicas, mas sim o que vimos como as características da cidade aberta, que ao ser flexível, inclusiva e diversificada, mistura culturas, nacionalidades e condições socio-económicas. Para isto é necessário um afastamento teórico e prático do planeamento *top-down* e o desenvolvimento de alternativas reais e locais, que permitam o aumento de densidade e a acomodação de mais população e da dissolução das desigualdades – criadas através do uso do solo, das condições da habitação, do acesso a serviços e comodidades, a transportes e a empregos. Neste sentido é essencial também a compreensão do tempo em que nos encontramos, recorrendo às palavras de David Harvey em que afirma “eu acredito que não é apenas útil pensar, mas também importante reconhecer que estamos todos envolvidos num processo global de urbanização capitalista...”²

As diferenças e distâncias que pudemos ver anteriormente, que se verificam ainda, e às vezes mais, em alguns planos e visões sobre os modos de fazer cidade, advém da dificuldade de ligação entre como se pode gerir e gerar os ambientes urbanos, e do que Richard Rogers aponta como fruto de encararmos a cidade como arena para o consumo, onde “a conveniência política e comercial deslocou a ênfase do desenvolvimento urbano de atender às necessidades mais amplas da comuni-

1 PEÑALOSA, Enrique “Politics, Power, Cities” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007 – p.307

2 HARVEY, David “Cities or Urbanization?” em BRENNER, Neil “Implosions, explosions: towards a study of planetary urbanization”, Jovis, Berlim 2014 – p.57

dade para atender às necessidades circunscritas de indivíduos. A busca deste objectivo estreitou e minou a cidade na sua vitalidade. A complexidade da comunidade foi desvendada e a vida pública dissecada em componentes individuais. Paradoxalmente, nesta época global de democracia em ascensão, cada vez mais, as cidades estão a polarizar a sociedade em comunidades segregadas.”³ Na dualidade gerar/gerir importa, ao perceber os dois lados, formular as visões ou soluções que ao gerirem a cidade geram cidade; ou seja, abordagens políticas, económicas e sociais que permitam à arquitectura e ao urbanismo construir ambientes que gerem qualidades e possibilidades de cidade. O que temos vindo a assistir como a tomada de controlo por parte do capitalismo e do neoliberalismo nos modos de gerir cidade e no modo como utilizam o planeamento como ferramenta de especulação, tem impossibilitado a criação das qualidades que referimos anteriormente e, no seu lugar, tem gerado desigualdade e exclusão – os grandes inimigos da situação urbana. No entanto, “conhecemos muitas maneiras de abordar o planeamento e de desenhar o futuro da cidade, a questão é sempre, quem decide?”⁴, como podemos então articular o gerar com o gerir? Como fazê-lo a partir do campo da arquitectura?

*

A cidade de Nova Iorque nasce da ambição holandesa, sendo inicialmente baptizada de Nova Amsterdão, é construída, planeada e habitada como um lugar para gerar dinheiro. Podemos ver no documentário *Três Cidades à Conquista do Mundo* que o grande objectivo de Nova Iorque era esse, o dinheiro, e que as decisões tomadas foram, quase sempre, nesse sentido. A grelha surge em 1811 e vem dividir a ilha em 2028 lotes, para facilitar a compra e venda dos terrenos, porque “as unidades uniformes de terreno são as mais fáceis de vender”⁵. Isto significa para Sennett a relação entre a cidade-grelha e o capitalismo económico, condição que já tinha sido apontada por Mumford, e que, seguindo os pensamentos de Max Weber, significava a neutralidade, ao negar perante a envolvente qualquer valor próprio.⁶ Koolhaas acrescenta ainda que “essa simplificação radical do conceito é a fórmula secreta que permite o seu crescimento infinito sem uma perda correspondente de legibilidade, intimidade ou coesão.”⁷ No entanto, é depois da invenção de Otis, o elevador, que Manhattan, com limitada capacidade de expansão horizontal dada a sua posição geográfica, vai ganhar novos horizontes e expandir-se verticalmente. É no início do século XX, que a Lei do

3 ROGERS, Richard “Cidades para um pequeno planeta” (1997), Gustavo Gili, Barcelona, 2001 – p.9

4 Michael Sorkin em TYRNAUER, Matt “Citizen Jane: battle for the city”, 92min, 2016

5 SENNETT, Richard “The conscience of the eye. The design and social life of cities.”, Faber and Faber, Nova Iorque 1990 – p.53

6 SENNETT, Richard “The conscience of the eye. The design and social life of cities.”, Faber and Faber, Nova Iorque 1990 – p.55

7 KOOLHAAS, Rem “Nova Iorque delirante”, Gustavo Gili, Barcelona, 2008 – p.136



2.028 quarteirões

“A lei do zoneamento de 1916 é uma certidão de nascimento atrasada que confere legitimidade retroativa ao arranha-céu.”¹

Zoneamento, referida anteriormente, vem dar força aos arranha-céus, e por sua vez à especulação sobre a compra e venda dos edifícios e, mais tarde, sobre a compra e venda de espaço aéreo⁸. Actualmente, os arranha-céus como tipologia continuam a ser utilizados pelos investidores, muitas vezes com carta branca por parte das políticas das cidades, como ferramenta de especulação. Como Montaner e Muxi nos descrevem no seu livro, o que a cidade global faz em cidades como Nova Iorque ou Chicago “é especular com a sua tipologia, que pode gerar mais rentabilidade especulativa com menos investimento num retorno que fica desprezado e do qual são sugadas as suas melhores qualidades, sem dar nada em troca.”⁹ No seu manifesto, Rem Koolhaas fala da quadrícula e dos arranha-céus como objectos que surgem meramente da vontade de aumentar as receitas, mas fá-lo com retórica, no sentido em que não se opõe à sua materialidade, muito pelo contrário; mas como Tafuri afirma, esta tipologia é o novo instrumento da economia capitalista e isso podemos verificar ainda hoje. Será que a criação de densidade urbana, possível também através da construção em altura, é assim tão impensável de trazer para o lado não especulativo do planeamento, justo e inclusivo? Le Corbusier, depois de visitar Manhattan em 1930 afirma que achou os arranha-céus demasiado pequenos; ironicamente, a posição que tomou contra os arranha-céus e contra o planeamento da cidade não era mais do que a ambição de criar algo semelhante. Os problemas da metrópole do

Madelon Vriesendorp, *Ecstasy of Ms Calgary*, The New York Series, 1974 - imagem obtida em <https://www.madelonvriesendorp.com/newyork-series>

1 KOOLHAAS, Rem “Nova Iorque Delirante”, Gustavo Gili, Barcelona, 2008 – p.136

⁸ Informação retirada da visualização do documentário WILNER, Frédéric “Amsterdam, Londres, New-York: Trois villes a la conquête du Monde”, Alliadé Productions, 2017 – episódio 3 transmitido na RTP2 a 20 de fevereiro de 2019

⁹ MONTANER, Josep Maria, MUXÍ, Zaida, “Arquitectura e Política. Ensaios para mundos alternativos” (2014), trad. Frederico Bonaldo, Gustavo Gili, Barcelona, 2015 – p.119



Ludwig Hilberseimer e Ludwig Mies Van der Rohe, 1940 - imagem obtida em <https://www.metalocus.es/en/news/urbanism-bauhaus-ludwig-hilberseimer>



Cidade do Futuro, Harvey Wiley Corbett, 1913 - imagem obtida em <https://ragpickinhistory.co.uk/2017/07/04/vertical-cities-farewell-horizontal/city-of-the-future-1913-harvey-wiley-corbett/>

século XX passavam também pelo congestionamento gerado com o aparecimento dos automóveis em massa, questão que todos os planeadores tentam enfrentar. A estratificação é a resposta mais comum, construindo mais e melhor infraestrutura para o automóvel, separando-o dos transportes públicos, dos peões e dos edifícios, como podemos ver na proposta de Harvey W. Corbett para a Cidade Futurista. Porém, Le Corbusier, propõe uma solução diferente na proposta para a Ville Radieuse onde afirma resolver de um modo muito mais eficiente o problema, que via exacerbado na cidade de Nova Iorque por esta ser como uma megavila, onde o peão continuava a prevalecer. A Ville Radieuse era então uma proposta anti-Manhattan, Le Corbusier afirmava “contra o arranha-céu de Nova Iorque, nós erguemos o arranha-céu cartesiano, límpido, preciso, a brilhar com elegância no céu de França.”¹⁰

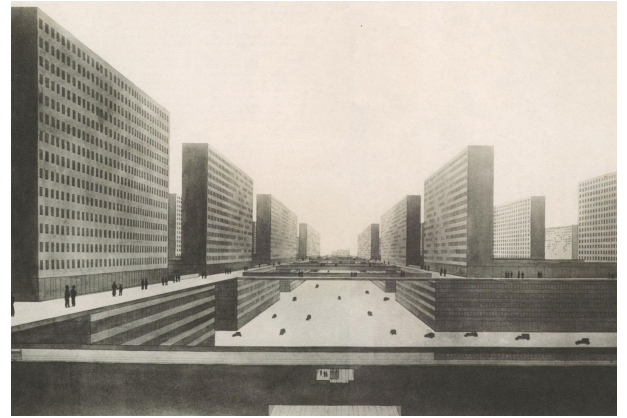
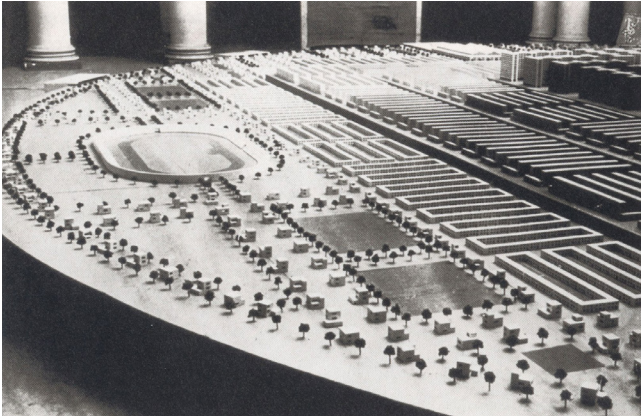
Numa outra perspectiva, Ludwig Hilberseimer queria também resolver os problemas da metrópole moderna; posicionando-se contra o uso do planeamento como ferramenta para a especulação, defendia “um fim para a metrópole que seja baseada nos princípios da especulação e cujos organismos não se consigam libertar do modelo de cidade do passado apesar de todas as mudanças que já experienciaram – um fim para a metrópole que ainda está para descobrir as suas próprias regras.”¹¹ Com sua proposta para a High Rise City, cria uma alternativa com a premissa de que só a simplicidade das formas poderia levar à organização da metrópole. Defendia que a tarefa do planeador tinha de ir mais além do presente e determinar traços largos que pudessem ajudar a cidade e a vida urbana futura¹², com isto, aponta como o problema do planeamento contemporâneo a sua extensão e posiciona o seu pensamento sobre a metrópole no campo da abstracção. Segundo Hilberseimer o caos da metrópole contemporânea só podia ser entendido e confrontado em teoria, desenvolvida em abstracto, representando os princípios do planeamento de acordo com os requerimentos. Desenvolveu com o seu trabalho a visão de que a metropolis e a arquitectura não seriam mais, da sua época em diante, dissociáveis, criando o termo e a ideia de que a *metropolisarchitecture* depende da resolução do espaço de habitar e do organismo colectivo, que se informam mutuamente e são os elementos essenciais para a definição dos espaços urbanos. Posiciona-se na mesma busca que Le Corbusier por uma solução para os problemas que viam no ambiente urbano e de como a abstracção do local tornava a abordagem mais consequente. Apesar de Hilberseimer reconhecer que no plano da Ville Contemporaine tinham sido atingidas claras melhorias qualitativas, uma cidade “bem organizada e espaçosa”, também afirma que se examinarmos melhor as melhorias quantitativas que o arquitecto diz ter alcançado chegamos a um resultado contrário.¹³ Explica que apesar de Le

10 KOOLHAAS, Rem “Nova Iorque delirante”, Gustavo Gili, Barcelona, 2008 – p.290

11 HILBERSEIMER, Ludwig “Metropolis-architecture”, GSAPP Books, United States, 2012 – p.90

12 idem – p.91

13 Idem – p.118



Corbusier afirmar que a densidade tinha sido aumentada isso não era totalmente verdade e que a congestão não tinha alcançado melhorias nenhuma, tinha apenas sido mudada do plano horizontal para o plano vertical. Acrescenta depois desta análise uma crítica à abordagem do arquitecto franco-suíço, dizendo que “a actual cidade não morre pela falta de geometria, como acredita Corbusier, mas sim por não ser orgânica. Sem dúvida, a ordem geométrica é um meio essencial para ordenar a cidade, mas nada mais que um meio. Nunca um fim em si mesma.”¹⁴ Hilberseimer, na sua visão da High Rise City, propõe mais concentração e proximidade; numa cidade vertical rígida e estratificada funcionalmente diz que o estilo de vida, pela localização da habitação por cima do local de trabalho, se aproxima do medieval. Defende também que a concentração urbana traria melhorias à vida no campo e reduziria o tempo de viagem, Hilberseimer não desenha esta cidade com o intuito de a construir, no entanto, na sua opinião, “o planeamento urbano não é uma abstracção da realidade mas sim o preenchimento e organização de necessidades e propósitos reais. A realidade modifica cada abstracção. As suas condições formam o factor essencial do planeamento urbano e com isso não podem ser ignorados aquando do desenho do organismo urbano.”¹⁵

Ludwig Hilberseimer, projecto para a Cidade Vertical, 1924 - imagem obtida em <https://www.metalocus.es/en/news/urbanism-bauhaus-ludwig-hilberseimer>

Voltando à cidade de Nova Iorque podemos afirmar que a grelha de Manhattan e a lei do zoneamento continuam a marcar o desenvolvimento da cidade através da sucessiva especulação sobre o ambiente construído e a crescente influência do mercado imobiliário nas decisões tomadas sobre o rumo da cidade. Saskia Sassen fala da cidade como um lugar onde os edifícios já eram maioritariamente privados, mas que depois da crise de 2008, se transformaram em locais de acumulação de

¹⁴ HILBERSEIMER, Ludwig “Metropolis-architecture”, GSAPP Books, United States, 2012 – p.122

¹⁵ Idem– p.131

capital, onde as empresas e as grandes corporações tinham o seu dinheiro seguro.¹⁶ A ideia de Le Corbusier de que a casa é uma máquina para habitar, é o ponto de partida para a crítica de Samuel Stein ao recente planeamento dos Hudson Yards, ao apelidar, ironicamente, a intervenção de ‘máquina para investir’. À primeira vista o projecto e a construção deste empreendimento, digamos assim, é igual a tantos outros que vemos na cidade de Nova Iorque, altos, envidraçados, brilhantes e convidativos. Bem, convidativo talvez não. Será que era mais habitação de luxo que os nova iorquinos precisavam? É a pergunta que Stein coloca, doutorado em geografia e cujos interesses e investigação se focam no campo das políticas de planeamento urbano, nomeadamente nos temas da habitação, do mercado imobiliário e da gentrificação, temas que são abordados no seu livro *Capital City: gentrification and the Real Estate state*¹⁷, publicado este ano. No jornal *The Guardian* podemos ler que, para além da referência no título ao intuito especulativo que vê no projecto, “os Hudson Yards são o monumento massivo da cidade à acumulação privada e o derradeiro exemplo do planeamento urbano orientado para o sector imobiliário.”¹⁸ Embora pareça e seja publicitado como o maior investimento privado, segundo Stein, isso é apenas a verdade por metade, e existe, para além de plano de rezoneamento de Bloomberg¹⁹, uma boa parte de investimento público; contudo, não existem edifícios públicos ou habitação a preços acessíveis. A gigante escadaria (para lado nenhum) é o espaço público de eleição dos investidores, que a apelidaram de *Social Climber* – ascendente social. Bem incluídos no sistema capitalista e neoliberal que olha a cidade como um bem – para ser comprado e vendido – Stein diz que a administração de Bloomberg promoveu o projecto (que tenta rentabilizar economicamente o espaço ‘vazio’ por cima da estação) demonstrando que o planeamento da cidade pode gerar oportunidades para o investimento (mas gera cidade? O que diria Jane Jacobs?) e que, alegadamente, vem enriquecer a cidade. No entanto, parece difícil para Stein afirmar que quem ganhou com isto foram os habitantes de Nova Iorque e que o mais provável é as pessoas sentirem-se num simulacro e não num verdadeiro bairro. Os Hudson Yards serão ‘máquinas de habitar’ para alguns, mas para muitos mais serão uma ‘máquina para investir’; afirma que alguns anunciam a sua abertura como o próximo grande capítulo para a cidade, no entanto apela para a necessidade de garantirmos que é “a última página do longo e triste capítulo de Nova Iorque do planeamento para a acumulação infinita de imóveis.”²⁰

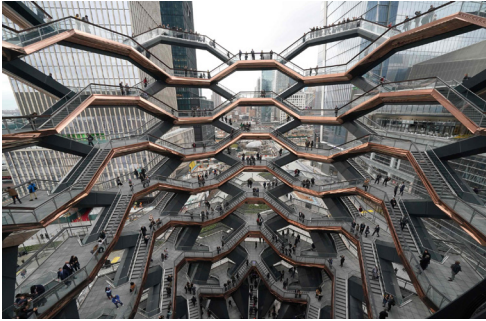
16 SASSEN, Saskia “Who owns the city?” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018 – p.148

17 STEIN, Samuel “Capital City. Gentrification and the Real Estate State”, Verso, London 2019

18 STEIN, Samuel “Forget ‘machine for living’ – Hudson Yards is a machine for investing in”, *The Guardian*, 15 de março 2019

19 Com o slogan “Building like Moses with Jacobs in mind”, a administração de Michael Bloomberg implementou dezenas de rezoneamentos à escala dos bairros para catalisar o crescimento económico e criar condições para novos desenvolvimentos residenciais, para os quais previam maiores densidades populacionais mas preservando os bairros de densidade mais baixa.

20 STEIN, Samuel “Forget ‘machine for living’ – Hudson Yards is a machine for investing in”, *The Guardian*, 15 de março 2019



A urbanização e o desenvolvimento das cidades têm andado de mão dada com o capitalismo e o consumismo, como Sassen explica “a cidade tem sido por muito tempo o sítio para a exploração das maiores questões que confrontavam a sociedade. Na primeira metade do século XX, o estudo das cidades caía nas mãos da sociologia – evidente no trabalho de Simmel, Weber, Benjamin, Lefebvre e da Escola de Chicago. Estes sociólogos confrontavam os processos maciços: industrialização, urbanização, alienação, e a nova formação cultural a que chamavam ‘urbanidade’. Estudar a cidade significava estudar o maior processo social de uma era.”²¹ Este processo ainda está em estudo e quer se trate de uma sociedade capitalista quer já estejamos perante uma sociedade que ultrapassou esse modo de produção, é certo que ela necessita de se renovar, de se reconstruir e de continuamente responder às necessidades da população; isso só pode ser feito através da arquitectura e do planeamento, no entanto, devemos recusar abordagens totalitárias e feitas a partir do centésimo décimo andar de Certeau.

No livro *Arquitectura e Política*, os autores falam da mudança do urbanismo da Carta de Atenas para o da Cidade Global e afirmam que as quatro partes ou funções essenciais do urbanismo racionalista – moradia, trabalho, entretenimento e circulação - foram substituídas, e transformaram-se nos quatro elementos urbanos essenciais da cidade global – habitação na urbanização fechada, trabalho no centro terciário representativo, entretenimento e consumo nos shoppings e áreas de

(à esquerda) Fotografias dos novos arranha-céus dos Hudson Yards e do seu icónico monumento The Vessel - imagem obtida em <https://www.theguardian.com/artanddesign/2019/apr/09/hudson-yards-new-york-25bn-architectural-fiasco>

(à direita) População sem abrigo dorme nos túneis e zonas envolventes ao lugar da ‘nova oferta habitacional da cidade’ - imagem obtida em <https://www.theguardian.com/us-news/2019/apr/14/hudson-yards-homeless-tunnels-living-below-development>

21 SASSEN, Saskia “How Jane Jacobs changed the way we look at cities”, *The Guardian*, 4 de maio 2016

lazer e circulação nas autoestradas. Resumindo, descrevem a cidade genérica. Mas como é que aqui chegamos? Afirmam que “existem diferenças de proposta entre o urbanismo racionalista e o tardo-racionalista, uma vez que o primeiro fazia parte de um projecto social e ético de melhora das condições de habitabilidade e o segundo é um projecto financeiro e especulativo”²², no entanto, não parece que possamos descartar efeitos especulativos dos planos do século XX nem identificá-los como mais éticos em relação aos actuais, porque a estratificação e divisão das funções por sectores e, conseqüentemente, a divisão da população, tanto resulta num maior bem económico como na injusta segregação territorial dos habitantes.

Saskia Sassen também se foca especialmente no modo como estamos a gerir a cidade e de como esses modos podem estar a afectar o modo como habitamos hoje e as possibilidades que deixamos para as gerações futuras. Fala da importância de a cidade ser complexa e incompleta para que as pessoas a possam reclamar como sua, e alerta-nos para o facto de esta possibilidade – da capacidade de fazer história, cultura e muito mais – estar a ser ameaçada pelo aumento do re-desenvolvimento corporativo em grande escala das cidades.²³ Nessa publicação descreve quatro características que saltam à vista como recorrentes nas cidades globais que habitamos, o aumento acentuado na compra de edifícios (identifica o caso das compras, noutras cidades, por parte de empresas e personalidades da China), a extensão da nova construção (descreve o normal procedimento de comprar edifícios velhos e substituí-los por edifícios novos, muito mais caros, mais altos e mais luxuosos), a disseminação de megaprojetos de grande extensão (que normalmente destroem o tecido existente, aumentam a densidade mas desurbanizam a cidade) e o encerramento de pequenas propriedades (de famílias que são deslocadas e cujos terrenos ficam depois muitas vezes abandonados à espera de serem re-desenvolvidos). Diz que estamos a assistir a uma anormal compra de grandes partes da cidade por parte de corporações de larga escala, mudando uma cidade feita de pequenos proprietários para empresas donas de grandes terrenos, mudando a cidade do domínio público para o privado; “o aumento da escala de hoje leva tudo para uma nova dimensão, que altera o significado histórico da cidade. Isto acontece particularmente porque o que era pequeno e público se está a tornar grande e privado.”²⁴ Defende que as grandes cidades são desde sempre espaços complexos e incompletos, espaços que propiciam o encontro entre agentes diversos e a inovação. No entanto, diz que “hoje, em vez de um espaço para incluir pessoas de diversas origens e culturas, as nossas cidades globais estão a expulsar pessoas e a diversidade. Os seus novos donos, muitas vezes habitam-

22 MONTANER, Josep Maria, MUXÍ, Zaida, “Arquitectura e Política. Ensaio para mundos alternativos” (2014), trad. Frederico Bonaldo, Gustavo Gili, Barcelona, 2015 – p.125

23 SASSEN, Saskia “Who owns our cities – and why this urban takeover should concern us all”, The Guardian, 24 de novembro 2015

24 Ibidem

tes part-time, são muito internacionais - mas isso não significa que eles representem muitas culturas e tradições diversas. Pelo contrário, eles representam a nova cultura global do sucesso – e são incrivelmente homogêneos, não importa quão diferentes sejam os seus países de nascimento e os seus idiomas. Esse não é o assunto urbano que as nossas grandes cidades mistas historicamente produziram. Este é, acima de tudo, um assunto “corporativo global.””²⁵ Diz que estes processos estão a desurbanizar as cidades ao não adicionarem, e até retirarem, mistura e diversidade, substituindo-as por arranha-céus de edifícios de escritórios e urbanizações fechadas; é necessário compreendermos que “o ganho ao nível do sector imobiliário é uma miragem que nos cega do que perdemos ao nível da cidade. O negócio de construir edifícios é muito diferente do negócio de construir cidades.”²⁶ Este modo de urbanização generalizado é também retratado no texto dedicado aos subúrbios e às urbanizações fechadas, onde Montaner e Muxí, falam deste modelo herdado da tradição anti-urbana do subúrbio pós segunda-guerra mundial, caracterizado por conjuntos residenciais fechados, com implantações, morfologias e tipologias bastante definidas. Afirmam de seguida que “uma parte da população das grandes cidades – seja de países desenvolvidos ou em desenvolvimento, geralmente daqueles que não valorizam a memória urbana nem compreendem que a essência da cidade está na diversidade – escolhe morar fora das cidades, nos mal chamados bairros ou comunidades fechadas – mal chamados porque são apenas urbanizações e não têm as qualidades de um bairro ou de uma comunidade. Tratam-se de uma espécie de não lugares ou de espaços sem memória, de acesso restrito, que constituem vulgarizações de uma vida feliz, utópica e sedada, onde se eliminou o incerto e o imprevisível.”²⁷ Este modo de fazer cidade, onde o território está dividido consoante a (também desigual) distribuição de riqueza está a tornar as cidades inabitáveis, a transformar o seu tecido heterogêneo em zonas separadas pela condição económica de cada um. No seguimento do direito à cidade que nos compete reclamar e do elogio da vida urbana que poderíamos nesta era hiperurbana estar a fazer, é necessário arranjar alternativas de planeamento e desenvolvimento da cidade que possam incluir em vez de segregar.

Na herança das críticas e odes à cidade e à vida urbana, que através dos exemplos anteriores fomos compreendendo, Ricky Burdett, director do projecto Urban Age, alerta-nos para a necessidade de resolvermos a distância existente entre o plano da cidade e a vida urbana efectiva, numa entrevista à revista *Domus* intitulada ‘A era das cidades’ diz que não concorda com Winy Maas quando este afirma que ‘tudo é urbanismo’. Para Burdett “o urbanismo implica a compreensão da relação entre

25 SASSEN, Saskia “Who owns our cities – and why this urban takeover should concern us all”, *The Guardian*, 24 de novembro 2015

26 CLOS, Joan “Urban Pragmatics” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018 – p.30

27 MONTANER, Josep Maria, MUXÍ, Zaida, “Arquitectura e Política. Ensaios para mundos alternativos” (2014), trad. Frederico Bonaldo, Gustavo Gili, Barcelona, 2015 – p.121

a forma urbana e a sociedade urbana, amplamente falando. É uma conexão entre uma maneira de ser, um estilo de vida, e a estrutura física das cidades.”²⁸ Essa compreensão é o que nos vai colocar no caminho para a construção de ambientes urbanos alternativos, como Jane Jacobs argumentou que “seja de que espécie for, a diversidade gerada pelas cidades assenta no facto de que nelas muitas pessoas estão bastante próximas e manifestam-se os mais diferentes gostos, habilidades, necessidades, carências e obsessões”²⁹ e Saskia Sassen diz-nos que “pensar nessa questão a leva a focar as condições que fazem uma metrópole - a enorme diversidade de trabalhadores, os seus espaços de vida e trabalho, e as múltiplas sub-economias envolvidas. Muitos destes são agora vistos como irrelevantes para a cidade global, ou pertencentes a outra época. Mas um olhar atento, como incentivado por Jacobs, mostra-nos que isso está errado.”³⁰

Reinier de Graaf, arquitecto dos OMA, afirma que para lidar com os problemas da megacidade, para lidar com os problemas complexos de vastas áreas metropolitanas com milhões de habitantes é necessária uma nova abordagem política. Se de *Polis* nasceu *Politics* então de *Megalopolis* deve nascer *Megalopolitics*, que Graaf defende como sendo o novo casamento entre o espacial e o governamental, entre o planeamento e administração, um novo casamento entre a política e o urbanismo. Contudo, temos de pesar também as consequências que essa governação ainda mais centralizada traria ao *plano do chão*. Não estaria esse modo de gestão do ambiente urbano ainda mais verticalizado e distante das pessoas? David Harvey, numa entrevista para a Icon magazine, na sequência do lançamento do seu livro *Rebel cities: from the Right to the City to the Urban Revolution*, diz que não podemos pôr os interesses de poucos indivíduos à frente dos interesses dos outros 99%, perguntando como é que podemos compactuar com a deslocação de quem tem menos poder económico em prol de que quem pode pagar possa ficar onde quer. Pergunta como é que, dadas as circunstâncias, a esquerda não se questiona nem formula hipóteses, dizendo que as políticas de esquerda estão a ficar para trás ao não pensarem e tratarem estes problemas com a devida urgência, dizendo que a sua visão é que a esquerda deveria estar a pensar “sobre uma nova forma de urbanização, que seja consistente com a lógica da luta anticapitalista”, afirmando que o capitalismo está, ou vai estar, com muitos problemas, e que “temos de pensar num modelo alternativo de urbanização que nos vá levar para longe da acumulação só por acumulação e da produção só por produção”³¹, uma alternativa que nos distancie do capitalismo.

28 BURDETT, Ricky em “The era of Cities”, Domus n°1036, junho 2019

29 JACOBS, Jane “Morte e Vida das Grandes Cidades” (1961), trad. Carlos Rosa, WMF Martins Fontes, São Paulo, 2009 – p.161

30 SASSEN, Saskia “How Jane Jacobs changed the way we look at cities”, The Guardian, 4 de maio 2016

31 HARVEY, David “Why aren’t the left thinking about what the hell is going on”, Icon Magazine, entrevista 22 de outubro de 2012



Michael Wolf, **Back Door 02**, série **Life in Cities, Hong Kong** - imagem obtida na página do autor <http://photomichaelwolf.com/>

A função do planeamento tem de ser então confrontada com os seus resultados e com o seu intuito público, como pergunta Stein “qual é o papel do planeamento urbano na manutenção do capitalismo, e em toda a exploração e apropriação que esse sistema engendra?”³²

Sabemos que estes temas já têm vindo a ser pensados e questionados, nomeadamente por Lefebvre, que apesar de considerar o planeamento e a urbanização fruto das vontades capitalistas, acaba, por reconhecer que o planeamento como organizador da vida urbana, pode ser salvo. Podemos, com alguma esperança, recuperá-lo para o elogio da cidade e da arquitectura? Façamos nossas as perguntas de Tschumi, “Como podem os arquitectos evitar ver a arquitectura e o planeamento como o leal produto da sociedade dominante, e verem o seu ofício, pelo contrário, como um catalisador de mudança? Podem os arquitectos reverter a proposição e, em vez de servirem a sociedade conservadora que actua sobre as nossas cidades, pôr a cidade a agir ela mesma sobre a sociedade?”³³

32 STEIN, Samuel “Capital City. Gentrification and the Real Estate State”, Verso, London 2019 – p.26

33 TSCHUMI, Bernard “Architecture and disjunction”, The MIT Press, Cambridge, 1996 – p.7

Team 10 em Spoleto, Italy, 1976 - imagem obtida em <http://www.team10online.org/team10/meetings.html>

1 HOLLIER, Denis "Against Architecture: the writings of George Bataille", MIT Press, Cambridge, 1992 – p.31

“Quando a arquitectura é discutida nunca é simplesmente uma questão de arquitectura.”¹



Dinâmicas multidisciplinares e alternativas

“A força que vem da colaboração humana é a verdade central por trás do sucesso da civilização e das principais razões pelas quais as cidades existem.”¹

Como vimos anteriormente, a cidade é mais do que o seu ambiente construído e esse mais deve informar o plano, o projecto ou o edifício. As relações entre os indivíduos, mais do que impostas de uma determinada maneira (como vimos em alguns casos) devem ser compreendidas na máxima abrangência das suas dinâmicas. Isto, no entanto, escapa claramente ao campo de análise da arquitectura mas é, apesar disso, essencial no seu campo de acção. Assim, o arquitecto, o planeador, ou grupo de arquitectos e planeadores, precisam de mais informação. Para compreender dinâmicas interdisciplinares os arquitectos precisam de abrir o seu campo a outros campos. No que toca a pensar e construir a cidade não há mais o arquitecto enquanto ser sozinho, há equipas com profissionais das várias áreas que na análise e na prática, agem em conjunto. A ideia vitruviana de que o arquitecto deve ser *homme de lettres*² persiste na consciência dos constrangimentos mas não pode existir, na era em que vivemos, como suficiente base para a acção. As compreensões alargadas e informadas dos ambientes urbanos e das suas camadas têm de ser formadas por várias pessoas e várias visões. Porque os problemas que apontamos anteriormente como sendo aparentemente intrínsecos ao planeamento urbano estão, no entanto, principalmente relacionados com a abordagem que fazemos a essa ferramenta e não na ferramenta *per se*. Se queremos, como vimos antes, posicionar-nos do lado do elogio da arquitectura, enquanto possibilidade da construção e materialização de ambientes urbanos com qualidade, só podemos fazê-lo se a abrirmos aos outros *savoir-voir* e *savoir-faire*. Se considerarmos o fenómeno urbano como um todo e as cidades como organismos, vemos que “a geografia, a demografia, a história, a psicologia e a sociologia fornecem os resultados de um procedimento analítico. Também não devemos esquecer as contribuições do biólogo, médico ou psiquiatra, ou as do romancista ou poeta.”³

Giorgio Agamben, filósofo italiano, diz, na sequência da afirmação de Débord em que este dizia não se considerar um filósofo mas sim um estratega, que “creio que aquilo que Guy Débord queria dizer é que todo o pensamento, por mais puro, por mais geral e por mais abstracto que seja, é sempre marcado por assinaturas históricas, temporais e, portanto, está sempre preso, alguma

1 GLAESER, Edward “Triumph of the city” (2011), Pan Books, Londres, 2012 – p.15

2 Ideia vitruviana de que “O arquitecto ideal deve ser um homem de letras, um desenhador habilidoso, um matemático, familiarizado com estudos históricos, um diligente estudante de filosofia, familiarizado com a música, não ignorante da medicina, conhecedor nas respostas jurídicas, familiarizado com astronomia e cálculos astronómicos.”

3 LEFEBVRE, Henri “The urban revolution” (1970), University of Minnesota Press, Minneapolis, 2003 – p.48

maneira, a uma estratégia e a uma urgência.”⁴ Estratégia e urgência, plano e contexto, informam-se e sustentam-se mutuamente. Da mesma geração que Agamben, mas de formação em arquitectura, Bernard Tschumi defende que “como prática e teoria, a arquitectura deve importar e exportar.”⁵ Tschumi tenta, com a junção dos textos presentes no livro *Architecture and Disjunction*, apontar-nos para o facto de a arquitectura não ser autónoma e de a condição urbana ter muito para informar a arquitectura, porque esta não é nem pura forma nem somente determinada por constrangimentos socio-económicos ou funcionais.⁶ Estabelece uma relação entre a vida quotidiana, o seu movimento e uma nova definição de acção para a arquitectura, mais consciente da sua condição urbana. Com isto, ao tentarmos aqui estabelecer relações entre o que podem ser acções através da arquitectura e do planeamento no sentido da construção de ambientes mais inclusivos e por uma distribuição mais justa e democrática das pessoas na cidade, é essencial marcar também a posição de que nada acontece simplesmente através da arquitectura e do desenho urbano. Ao importar e exportar, de outras disciplinas e da população, estamos a tornar qualquer intervenção futura mais significativa. Nuno Portas diz que as limitações de um projecto normalmente residem no facto de este não ouvir outras disciplinas, acusando os projectos de sofrerem de “excessiva monodisciplinaridade.”⁷

Com isto, não só dada a condição actual em que vivemos mas também por já termos aprendido suficiente com o passado, esta discussão de fazer cidade - e do futuro das grandes cidades - tem de ser interdisciplinar, campo político comum da sociologia, da economia, da arquitectura, etc.

Hannes Meyer, sucessor a Walter Gropius na direcção da Bauhaus (1928-1930), durante o que foi o seu período mais polémico, desenvolveu o seu trabalho de volta do conceito que “o arquitecto é um organizador de processos da vida, e, como organizador, deve envolver-se com as outras disciplinas bem como com a sociedade impactada pelo seu trabalho.”⁸ Escreveu o Arquitecto na Luta de Classes e enfatizou o carácter social e político do trabalho do arquitecto como técnico e intelectual. Acreditava que a cooperação podia servir como modo de produção colectiva e tentava estabelecer uma ligação entre o produto, a arquitectura, e o produtor - a sociedade em massa. Meyer afirmava não trabalhar sozinho, defendia abordagens colaborativas e desenvolveu o conceito da ‘brigada’, onde desenhadores, técnicos, economistas e arquitectos trabalhavam juntos e informavam todos

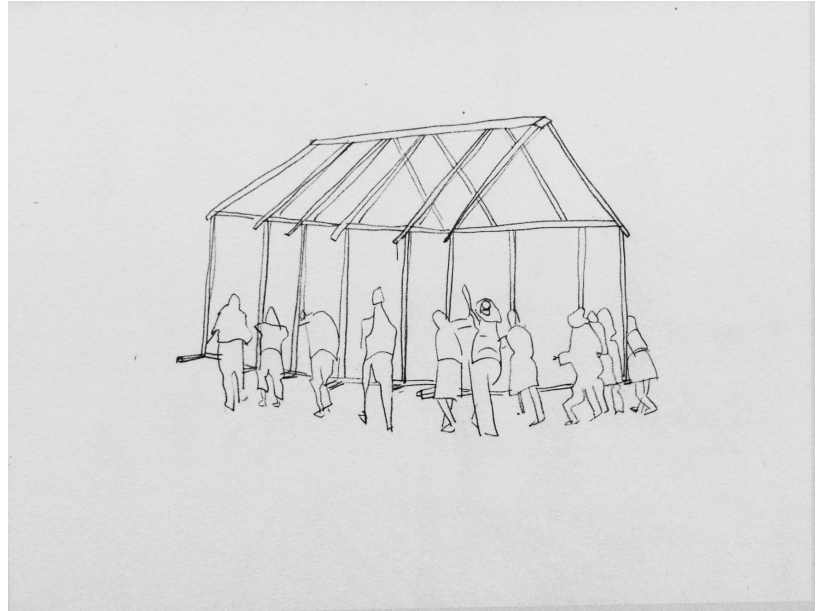
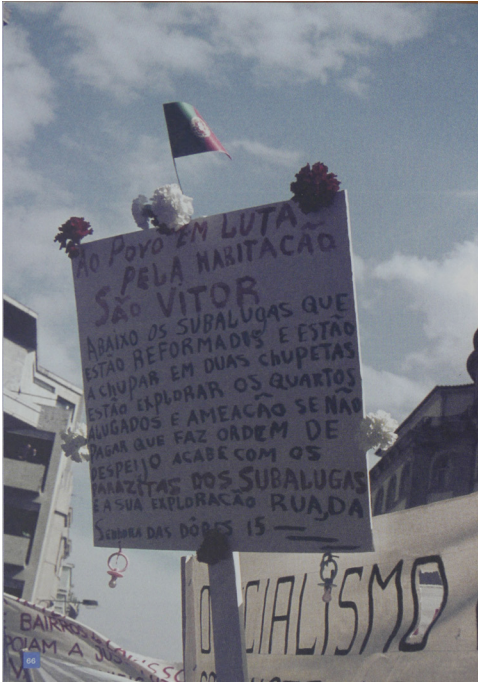
4 AGAMBEN, Giorgio “Metrópolis”, Este texto resulta da intervenção de Giorgio Agamben no segundo, e penúltimo, acto do seminário “Nomade” Metropoli/Moltitudine, realizado a 11 de Novembro de 2006, na IUAV, em Veneza, com o tema “Novos conflitos sociais na metrópole”, publicado na Revista Punto em 2017

5 TSCHUMI, Bernard “Architecture and disjunction”, The MIT Press, Cambridge, 1996 – p.17

6 Idem – p.22

7 PORTAS, Nuno “Arquitectura(s) - Teoria e Desenho, Investigação e Projecto”, Faup Publicações, porto, 2005 – p.67

8 BORRA, Bernardina “Co-operation rules the world. The community rules the individual. On Hannes Meyer” em “The city as a project”, Ruby Press, Berlin, 2014 – p.262



os aspectos do desenvolvimento.⁹ Podemos ver uma abordagem semelhante, em Portugal, no contexto do SAAL. Álvaro Siza, escreve sobre os compromissos e intenções do grupo, a que também chama ‘brigada’, sublinhando que “dentro desta óptica, todas as posições têm de ser assumidas como partes de um processo dinâmico, sendo indispensável a adopção de uma metodologia a isso apropriada.”¹⁰ Referindo-se à brigada e tentando traçar *linhas de acção dos técnicos como técnicos*, defende que o arquitecto não se posicionava perante o projecto como superior mas sim com uma abordagem horizontal, onde juntamente com os moradores e os restantes técnicos, informariam o projecto. Novamente nas palavras de Meyer, este diz-nos que “a construção é um processo que pode organizar os aspectos sociais, técnicos, económicos e psicológicos da sociedade em massa.”¹¹

Para que esta discussão possa acontecer e informar os projectos é necessário que não só as instituições estejam ‘equipadas’ com diversos campos de saber mas também que a discussão se faça aberta e publicamente. Neste sentido projectos como o Urban Age, bem como conferências e mostras

(à esquerda) Fotografia de cartaz dos moradores de S. Victor em manifestação - imagem obtida “Cidade participada: arquitectura e democracia – Operações SAAL S. Victor” cord. Ana Alves Costa, Ana Catarina Costa, Sérgio Fernandez, Tinta da China, Lisboa 2019 - p.66

(à direita) Estudos para as Brigadas SAAL - imagem obtida em BANDEIRINHA, António “O processo SAAL : arquitectura e participação, 1974-1976”, Serralves, Porto, 2014 - p.15

⁹ BORRA, Bernardina “Co-operation rules the world. The community rules the individual. On Hannes Meyer” em “The city as a project”, Ruby Press, Berlin, 2014 – p.266

¹⁰ VIEIRA, Álvaro Siza “Linhas de acção dos técnicos como técnicos” em “Cidade participada: arquitectura e democracia – Operações SAAL S. Victor” cord. Ana Alves Costa, Ana Catarina Costa, Sérgio Fernandez, Tinta da China, Lisboa 2019

¹¹ BORRA, Bernardina “Co-operation rules the world. The community rules the individual. On Hannes Meyer” em “The city as a project”, Ruby Press, Berlin, 2014 – p.268



NAUCALPAN, Cidade do México, fotografia de Pablo Lopez Luz, 2016

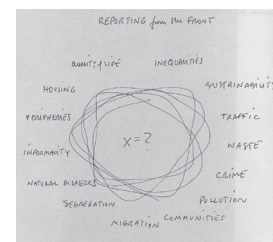
“Seja através de projetos planeados pelo governo ou de crescimento informal, a Cidade do México expandiu-se além dos limites da cidade. Os programas de habitação unifamiliar em massa estão muitas vezes localizados na periferia, onde a terra é barata, mas a acessibilidade é inadequada.”

Imagem e citação obtidas na página do projecto Urban Age - <https://urbanage.lsecities.net/photographs/naucalpan-mexico-city>

internacionais são essenciais para que a discussão possa estar inclusiva a todas as áreas e a todo o público que se mostre interessado. Já tivemos oportunidade de expressar a nossa esperança na cidade e no pensamento que ainda vamos produzir sobre o urbano. O tema e a pesquisa só fazem sentido na perspectiva optimista de descobrir novos modos de habitar, de planear a cidade para acomodar toda a gente e de inovar a partir da arquitectura. Para retomarmos o pensamento sobre a cidade temos então de a compreender no seu contexto de urbanização planetária, isto significa pensar a arquitectura no seu máximo impacto. Um dos grandes alicerces desta dissertação é o trabalho multidisciplinar e internacional desenvolvido pelo projecto Urban Age, mencionado anteriormente. Na sua equipa de investigação têm profissionais das várias áreas a estudar várias cidades, tanto de países desenvolvidos como de países em desenvolvimento. Cidades que estejam posicionadas na mira de um *boom* de população, como Mumbai ou Lagos, mas também cidades com mais história sobre as quais interessa estudar as políticas urbanas, como Londres ou Nova Iorque. Ao alargarem o seu campo de estudo estão a alargar as suas possibilidades de criar impacto. Para além do trabalho de pesquisa e recolha, organizam dados relacionados com várias cidades e com várias matérias, como questões relacionadas com a escala, a velocidade de crescimento, a densidade residencial e de emprego, os usos do solo, os transportes, as ligações económicas internacionais, etcetera. O impacto destes factores na inclusão social e na qualidade de vida são temas principais das discussões políticas e estratégicas das cidades em todo o mundo.

O seu trabalho “assenta na crença comum de que o futuro bem estar das cidades assenta numa mais profunda compreensão das ligações entre o ambiente construído – habitação, edifícios, transportes, infraestrutura, ruas e espaços públicos – e os processos sociais, políticos e económicos que lhes dão forma.”¹² Já realizaram por muitas das cidades em estudo conferências em que reúnem profissionais de várias áreas a debater os assuntos e os constrangimentos mais sentidos na cidade em questão, mas que acabam por estar ligados e se assemelhar a condições urbanas globais.

Também o facto de ser assunto de recorrentes Bienais de Arquitectura nos prova que o tema é urgente e global, e que nós arquitectos queremos ter algo a dizer. Entrar na discussão e pôr o nosso saber-fazer a tentar desenvolver novas soluções para os constrangimentos da situação em que nos encontramos agora. Se já tivemos oportunidade de falar da Bienal de Arquitectura de Veneza de 2006, da curadoria de Richard Burdett - director do projecto Urban Age - com o tema *Cities: Architecture and Society*¹³, é também importante referir a Bienal de 2016, da curadoria de Alejandro Aravena, com o título *Reporting from the Front*¹⁴, e também a que se vai realizar no próximo ano, em 2020, em que o tema será *How will we live together?*¹⁵, da curadoria de Hashim Sarkis, onde arquitectos, e não só, são chamados a imaginar novas formas de habitar em comunidade. Outros casos que valem a pena enumerar são as várias edições da Bienal de Arquitectura e Urbanismo de Schenzen, a decorrer desde 2005, e cujos temas têm sido recorrentemente a urbanização do mundo nas suas várias vertentes. Sendo a única Bienal que junta assumidamente a arquitectura e o urbanismo tem tido um papel de crescente importância na mostra do impacto que podemos ter a partir dos ambientes urbanos que construímos. Esta consciência de que a cidade está em constante mutação e renovação, por parte de intervenções e renovações previstas mas principalmente por parte dos habitantes e do modo como estes se apropriam e adaptam os espaços às suas necessidades fez nascer espaço no campo da arquitectura para pensar a efemeridade das intervenções. A permanência da arquitectura e a sua estreita relação forma-função está, muitas vezes, a dificultar o caminho dessa mudança. Já são bastantes as visões da arquitectura que abrem mão do controlo absoluto sobre as suas obras, desde Meyer, Team 10 ou Yona Friedman que temos assistido a abordagens desviantes da linha que acabou por se tornar regra geral.



Alejandro Aravena, esquema de questões para abordar as batalhas para a Bienal de Arquitectura de 2016 - imagem obtida em ARAVENA, Alejandro, “Reporting From the Front”, Bienal de Veneza, 15ª Mostra internacional de Arquitectura, Marsilio, Veneza, 2016 - p.22

Bienal de Arquitectura e Urbanismo de Schenzen 2005-2019

- 2005 – city, open door
- 2007 – city of expiration and regeneration
- 2009 – city mobilization
- 2011 – architecture creates cities. cities create architecture
- 2013 – urban border
- 2015 – re-living the city
- 2017 – cities, grow indifference
- 2019 – urban interactions - dezembro 2019 / março 2020

informações obtidas na página da bienal <http://www.szhkbien-nale.org/en/>

12 BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007 – p.8

13 BURDETT, Richard “Cities: Architecture and Society”, Bienal de Veneza, 10ª Mostra internacional de Arquitectura, Marsilio, Veneza, 2006

14 ARAVENA, Alejandro, “Reporting From the Front”, Bienal de Veneza, 15ª Mostra internacional de Arquitectura, Marsilio, Veneza, 2016

15 Com curadoria de Hashim Sarkis a 17ª Exposição Internacional de Arquitectura terá lugar de 23 de Maio a 29 de Novembro de 2020

No livro *Non-Plan*¹⁶ somos levados por inúmeras abordagens, algumas já tivemos oportunidade de mencionar, sobre o significado do planeamento e a sua materialização demasiado restrita e castradora do modo como a cidade podia ou não ser habitada pela sociedade. Com isto, as visões transmitidas no livro são opostas a esse planeamento. De abordagens teóricas, utópicas ou práticas, descrevem muitos dos pensamentos do século passado assentes no não-planeamento, sendo que isso não significa anarquia ou ausência de pensamento mas sim da liberdade (umas mais consumistas que outras) concedida ao habitante de moldar o seu habitat e o seu habitar. O não-planeamento foi incentivador para muitas pessoas de abordagens alternativas ao modo ortodoxo e burocrático de abordar o planeamento, como por exemplo o DIY (*do it yourself*). Apesar de não ter sido adoptado como prática corrente teve um grande impacto dado o grande desafio que representava.

A abordagem espontânea ao planeamento, partilhada por Jane Jacobs, privilegia ambientes urbanos em que vários acontecimentos, de naturezas diversas, possam estar eminentes, afirmando a jornalista que juntando pessoas informalmente elas vão “competir, colidir, cochichar e inovar.”¹⁷ Actualmente, o grupo Urhahn Urban Design criou o seu manifesto pela Cidade Espontânea, onde desafiam os procedimentos típicos do planeamento *top-down* e as suas grandiosas estratégias a longo prazo e se posicionam como advogados da pequenez. Um pouco à imagem da Acupuntura Urbana de Manuel Solà-Morales, onde o autor defende que o impacto das intervenções não depende do seu tamanho, define essa abordagem como “uma intervenção que, em virtude dos seus limites e organização intrínseca, é capaz de aumentar o tecido da cidade de tal forma que serve ao mesmo tempo como instrumento para reestruturar e também para enriquecer o contexto imediato, uma vez que potencia um conjunto de repercussões e desenrolares que só são parcialmente perceptíveis.”¹⁸ Na sua abordagem, Solà-Morales desafia-nos a aceitar a cidade como um texto, “mas se aceitarmos a cidade como um texto e não só como contexto - ou como pretexto para usar - poderemos defender também um modo de projectar experimental e oscilante, com mudanças de rumo e de enquadramento, mas itinerante e linear como uma narrativa.”¹⁹ Esta abordagem de o arquitecto acrescentar algo ao que já existe, está também presente no manifesto do grupo Urhahn, onde apresentam quatro princípios para que possamos pensar os espaços da cidade espontânea, sendo que como o “nosso mundo está a mudar tão rapidamente no sentido económico, social e ecológico, a opção de escolher a realidade como uma estratégia de projecto e melhoria cabe-nos a nós”²⁰

16 SADLER, Simon “Non-plan. Essay on freedom and participation and change in modern architecture and urbanism”, Architectural Press, Oxford, 2001

17 SENNETT, Richard “The open city”, conferência CRASSH: Understanding Society, Cambridge, 2013

18 SOLÀ-MORALES, Manuel, “De cosas urbanas”, Barcelona : Gustavo Gili, 2008 – p.8

19 Idem – p.176

20 Urhahn Urban Design, The Spontaneous City, <http://thespontaneouscityinternational.org/about-us/spontaneous-city-international-2/>



Assentes na esperança de que se arquitectura tiver o seu valor, paradoxalmente, arquitectónico, então ela vai-se conseguir adaptar às mudanças, mantendo como única constante a sua qualidade arquitectónica. É também nestas premissas que nasce a ideia do Urbanismo Efémero, conceito introduzido por Rahul Mehrotra que surge da necessidade de respondermos à pergunta “A permanência importa?”²¹. Será que faz sentido estarmos preocupados com a finalização e permanência do que construímos se sabemos à partida que, hoje em dia, as necessidades se vão alterar e a arquitectura, se for pensada como estática e inflexível, já não vai estar à altura? “Hoje, a escala e ritmo da urbanização contemporânea desafia a noção de permanência como uma condição básica da cidade.”²² Isto questiona ‘a cidade’ como o lugar de identidade estável e permanente.

Skip Garden, Kings Cross, Londres

Um jardim portátil comunitário e auto-sustentável que se move consoante os lotes são comprados e dão lugar a novos edifícios. Re-usam os espaços e envolvem a comunidade em todo o processo - imagem obtida em <https://www.globalgeneration.org.uk/about-the-skip-garden>

É nesse sentido que falamos da ideia de Cidade Aberta, onde podemos juntar as visões anteriores para a construção de uma abordagem coesa ao pensamento e planeamento urbanos. Esta ideia pressupõe que, enquanto arquitectos e planeadores, estejamos dispostos a abrir mão do controlo, finalidade e coerência do que projectamos e abrir caminho às diferentes possibilidades pós-projecto. Richard Sennet foi quem introduziu este conceito – *Open City* – onde conseguimos ver influência clara de Jane Jacobs e, talvez também, de Hannes Meyer. Este conceito é contrário à distopia dos planos modernos, como o Plan Voisin, onde as pessoas vivem e trabalham em isolamento e onde a vida de rua era esperada desaparecer. Chama a esse plano e às cidades que resultaram dele, cidades congeladas, no sentido em que o ambiente construído não permite alterações e a sua utilidade tem um tempo de duração muito menor do que a do tecido tradicional da cidade, sendo mais simples abandoná-los do que reinventá-los. A Cidade Aberta é uma questão de evolução em vez de substituição. Aponta como três atributos do sistema fechado: a sua coesão formal, o equilíbrio e a

²¹ Título do livro do autor “Ephemeral Urbanism: Does permanence matter?” editado em 2017

²² MEHROTRA, Rahul e VERA, Felipe “Ephemeral Urbanism” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018 – p.222

integração, onde tudo está no lugar e o uso do ‘contexto’ serve para garantir que nada se destaca demasiado. Faz a comparação com as sociedades abertas e as sociedades fechadas de Karl Popper, e aponta como o mais significativo caso do sistema aberto a versão de Charles Darwin da evolução das espécies. Por parte dos urbanistas, este pensamento partilhado por Jacobs, criou uma nova corrente que, analiticamente, “afirma que o grande capitalismo e os investidores mais poderosos tendem a favorecer ambientes fechados e a homogeneidade, ambientes determinados, previsíveis e formalmente equilibrados; o papel do planeador radical, portanto, é defender a dissonância. No planeamento prático, se uma cidade for aberta, permitirá adaptações ou acréscimos às construções existentes;”²³ No seguimento da conferência em que introduz estes temas distingue três modos de abordar a abertura na construção dos ambientes urbanos, sendo eles a criação de arestas ambíguas entre as partes da cidade, desenhando e aceitando edifícios incompletos, e planeando narrativas de desenvolvimento que não estejam completamente resolvidas. Diz que as diferenças naturais entre limite/parede e borda/membrana esclarecem as formas fechadas e abertas, sendo que o primeiro domina na cidade moderna e talvez mais ainda hoje. “O habitat urbano é cortado em partes segregadas por fluxos de tráfego, pelo isolamento funcional entre as zonas de trabalho, de comércio, de família e da esfera pública. A forma mais popular de desenvolvimento residencial hoje, internacionalmente, é o condomínio privado, levando ao extremo a ideia do muro divisorio. O resultado é que a troca entre diferentes comunidades raciais, étnicas ou de classe diminui. Então devemos querer construir a borda/membrana.”²⁴ No que toca a projectar edifícios incompletos, diz que “essa forma de construção é o antídoto para a cidade superdeterminada de que falamos anteriormente. A forma incompleta não é tão fácil de projectar quanto possa parecer. Forma e função precisam de ser levemente conectadas se não forem mesmo realmente separadas. Isto porque, como a função de um edifício muda historicamente, a forma só pode adaptar-se se não for superdeterminada.”²⁵ Diz que a forma incompleta desafia o trabalho do arquitecto no sentido em que não vai resultar num objecto físico adequado especificamente a uma função. No entanto, diz que não estamos a usar as tecnologias na sua potencialidade, afirmando que os avanços actuais poderiam intervir no modo como construímos, para tornarmos a construção mais simples e flexível. Continua explicando que quando quebrarmos o “estrangulamento da função na forma, uma vez que os edifícios são menos adequados para o propósito, eles podem tornar-se estruturas vivas e em evolução.”²⁶ Para o terceiro ponto, diz que para planearmos narrativas em desenvolvimento não podemos ser planeadores de mente fechada que tentam visualizar do início ao fim todos os resultados e que projectam para uma obra acabada, sendo que o planeamento de cidade aberta pressupõe sequências e

23 SENNETT, Richard “The open city”, conferência CRASSH: Understanding Society, Cambridge, 2013

24 Ibidem

25 Ibidem

26 Ibidem



conflitos, e é consciente da possibilidade de imprevisto, de descobertas, de explorações. Este ponto de vista defende-o também, pela teoria e pela prática, Alfredo Brillembourg, como pudemos ver anteriormente na conferência da FAUP, “se a justiça social não está na qualidade material de um edifício então onde está, se é que está?”²⁷.

Mumbai, da série “The Raw and the Cooked”, Peter Bialobzeski, 2012 - imagem obtida na página do autor <https://www.bialobzeski.net>

Sennett, ao transmitir nesta conferência a ideia de Cidade Aberta, que diz transpôr para os seus projectos e as suas conversas com a comunidade, está a ajudar-nos a visualizar uma nova abordagem ao planeamento, que apesar de já conhecermos desde Jane Jacobs se torna difícil de projectar e pôr em prática na sociedade capitalista e neoliberal que tem poder sobre as decisões. Este contraste entre a cidade fechada e a cidade aberta é o que temos de continuar a ver evidente, no sentido em que, ao nos encontrarmos numa sociedade cada vez mais fechada, temos de continuar a visualizar uma alternativa viável, tanto ao modo como projectamos como ao modo como habitamos e lidamos com a diversidade. “Esses contrastes, claro, não são absolutos de preto-e-branco; a vida real é pintada em cinza. No entanto, para projectar bem a cidade moderna, acredito que temos que desafiar suposições feitas agora sobre a vida urbana, hipóteses que favorecem o encerramento. Acredito que temos que abraçar ideias de convivência menos reconfortantes, mais febris, esses estímulos de

²⁷ NOERO, Jo “Problem of ethics and architecture” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018 – p.115

diferenças, tanto visuais quanto sociais, que produzem abertura.”²⁸ Num mundo que de tão grande se vê cada vez mais pequeno, a possibilidade da incerteza e da igualdade na diferença não podem sair da agenda do planeamento e da arquitectura. No entanto, o poder está sempre na decisão política, o que nos leva a ter de reconhecer que “uma cidade aberta não pode existir numa nação fechada.”²⁹ Contruir a cidade como um bem comum, através de processos democráticos, pressupõe criar bens urbanos comuns que, como vamos poder ver mais à frente, assentam na premissa de que “se queremos que os espaços da cidade sejam ‘comuns’, temos de deixar os cidadãos desenharem também esses espaços.”³⁰ As estratégias de governação e acção por parte das instituições que governam a cidade têm de arranjar um modo revolucionário de abordar a habitação, a mobilidade, e a colaboração e participação dos cidadãos nessa revolução. A abordagem comum aos processos pressupõe a mudança das dinâmicas entre as dicotomias público/privado, temporário/definitivo e cidadão/governador.

Enfrentar a construção dos ambientes urbanos através do campo da arquitectura é questionar o modo como temos vindo a fazer arquitectura, porque “a vida moderna está a mudar muito mais depressa do que os edifícios que a abrigam. Um local que hoje abriga um centro financeiro pode, em cinco anos, precisar de se transformar num escritório, ou numa universidade depois de dez anos. Assim, edifícios fáceis de serem modificados terão vida útil mais longa e representam uma utilização mais eficiente de recursos. Porém projectar tendo em vista a flexibilidade de uso dos edifícios inevitavelmente desloca a arquitectura das formas fixas e perfeitas; a beleza da arquitectura clássica, por exemplo, advém da sua composição harmoniosa: nada pode ser adicionado ou retirado. Mas quando a sociedade exige edifícios capazes de atender a necessidades de modificação, devemos proporcionar tal flexibilidade e procurar novas formas que expressem beleza dentro de um padrão de adaptabilidade.”³¹ Com isto, e como Henri Lefebvre também afirma, estará o efémero a sobrepor-se ao durável?

Se transpusermos para a arquitectura os conceitos arbóreos de perene e caduca, podemos associar a arquitectura tradicional às árvores de folha persistente e a arquitectura efémera às árvores que renovam as suas folhas. No entanto importa notar que ambos os ‘tipos’ de arquitectura, ou de árvores são necessárias em conjunto senão podemos estar perante uma cidade vazia ou uma floresta sem sombra. Lefebvre afirma que a cidade vai desaparecer, que o efémero vai substituir o durável

28 SENNETT, Richard “The open city”, conferência CRASSH: Understanding Society, Cambridge, 2013

29 GLAESER, Edward “Triumph of the city” (2011), Pan Books, Londres, 2012 – p.251

30 MISSIKA, Jean-Louis e WALLER, Marion “Urban commons” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018 – p.343

31 ROGERS, Richard “Cidades para um pequeno planeta” (1997), Gustavo Gili, Barcelona, 2001 – p.76

em todos os domínios.³² Num texto sobre urbanismo de sarjeta, isto é, urbanismo e táticas de intervenção no meio urbano que fogem aos meios oficiais e aos métodos normativos de projectar o espaço urbano, explicam que é mais uma questão de atitude e método do que de contexto.³³ Começam por ‘atacar’ projectos que se vêm presos ao que também Montaner e Muxí afirmam ser a norma actual da arquitectura e abordam depois projectos que saem da linha corrente e se desenvolvem ‘na sarjeta’. Esses processos, alternativos no seu processo e, conseqüentemente, alternativos no seu (des)envolvimento, abandonam a relação tradicional cliente-arquitecto-orçamento, não se distraem com a fome dos clientes e das revistas por imagens brilhantes e obras bem parecidas, e usam o design para visualizar questões e resolver problemas. Mostram que percebem as relações sociais, culturais e políticas e que estão dispostos a mudar as dinâmicas a partir de dentro. Falam, como aqui também fomos referindo, do Urban Think-Tank e de Rahul Mehrotra, de como moveram o seu foco da cidade formal para a cidade informal, dos grandes planos, comissões e clientes, para os *slums* e as desigualdades sociais e económicas; esta cidade “precisa e produz outro tipo de desenho urbano: primeiro ocupam o terreno, depois constrói, depois planeia e depois consegue direitos de propriedade.”³⁴, e esse tipo de cidade representa mais de 50% das áreas urbanas do Sul Global. Ao intervirem onde são mais necessários e levarem a arquitectura onde as instituições governamentais não chegam com o básico, colocam-se na luta por um direito à cidade abrangente e em diferentes escalas.

Josep Maria Montaner e Zaida Muxí levam-nos no seu livro por diferentes pontos fulcrais do pensamento da arquitectura e da política como agentes criadores de possibilidades alternativas ao mundo como o habitamos hoje, no entanto, como ainda não temos respostas para as questões que no decorrer do livro levantam, deixamos as perguntas, inalteradas: “Resta algum reduto ético, crítico e humanista para a arquitectura e para o urbanismo fora do consumo e da especulação das indústrias da construção e da cultura? Aonde se dirige a utopia dos nossos tempos? Qual seria, hoje, a função social da arquitectura? Como se pode propor uma nova ética para a arquitectura a favor do meio ambiente, da igualdade e da liberdade?”³⁵

³² Entrevista a Henri Lefebvre 1972, *Urbanose 15* — Realização de Michel Régner (1972), L’Office National du Film du Canada

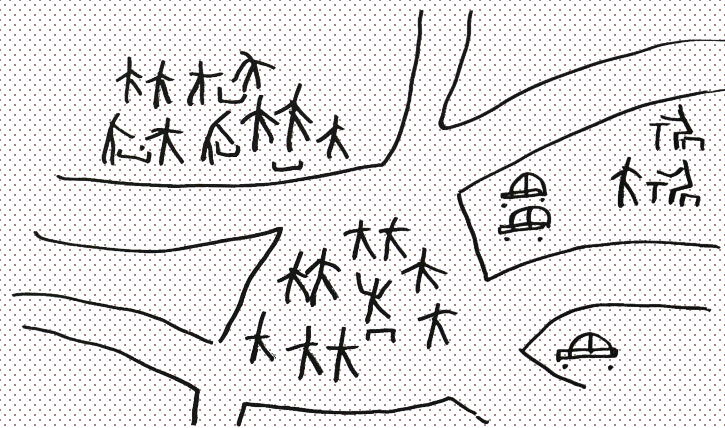
³³ PROVOOST, Michelle e VANSTIPHOUT, Wouter “Facts on the ground: Urbanismo from Midroad to Ditch” *Harvard Magazine*, Harvard n°25, 2006

³⁴ *Ibidem*

³⁵ MONTANER, Josep Maria, MUXÍ, Zaida, “Arquitectura e Política. Ensaios para mundos alternativos” (2014), trad. Frederico Bonaldo, Gustavo Gili, Barcelona, 2015 – p.22

(página seguinte)

Desenho de Yona Friedman
“As cidades são formadas a partir do comportamento dos habitantes.” - imagem obtida em SADLER, Simon “Non-plan. Essay on freedom and participation and change in modern architecture and urbanism”, Architectural Press, Oxford, 2001



Através do campo da arquitectura interessa a compreensão alargada das forças em jogo quando falamos da construção da cidade. Sendo que, como vimos no início, a palavra cidade representa hoje uma infinidade de cenários, a urbanização, a sua forma mais forte, representa também inúmeros constrangimentos à ideia primária de reunião, discussão e possibilidades. Consciente de que as decisões nos escapam, a ambição é poder compreender as dinâmicas para nos inserirmos na discussão. O *projecto-de-arquitectura-de-cidade* é então a visão que resulta do culminar destes processos.

Pensar a cidade é questioná-la como problema e questioná-la como solução
Cidade é familiaridade e estranheza
Cidade é aberta
Cidade é arquitectura e o seu contrário

Arquitectura é cidade e a cidade são pessoas
Arquitectura é política e social
Arquitectura questiona e propõe, é teórica e prática
Fazer arquitectura é pensar a cidade

Fazer cidade é procurar relações
Relações cidade-arquitectura-pessoas
Relações teoria-projecto-cidade

Fazer cidade é ver entre
Saber-fazer* implica *saber-ver

Por um projecto-de-arquitectura-de-cidade

“O homem ainda inspira e expira. Quando é que a arquitectura vai fazer o mesmo?”¹



. (des)envolvimentos

(página anterior)

Paris visto do Arco do Triunfo,
fotografia da autora no inverno de
2017

Uma fotografia semelhante é capa da
edição de 2003 traduzida na língua
inglesa e editada pela University of
Minnesota Press, do livro *Le Droit à
la Ville*, de Henri Lefebvre, primeira-
mente publicado em 1970.

1 EYCK, Aldo van “The child, the
city and the artist. An essay on archi-
tecture, the in-between realm”, Sun
publishers, Amsterdão 1962

(ao lado)

LEFEBVRE, Henri “The urban
revolution” (1970), University of
Minnesota Press, Minneapolis, 2003
– p.1

“COMEÇO COM A SEGUINTE HIPÓTESE: A SOCIEDADE FOI COMPLETAMENTE URBANIZADA. ESTA HIPÓTESE IMPLICA UMA DEFINIÇÃO: A SOCIEDADE URBANA É UMA SOCIEDADE QUE RESULTA DO PROCESSO COMPLETO DE URBANIZAÇÃO. ESTA URBANIZAÇÃO É VIRTUAL HOJE, MAS VAI TORNAR-SE REAL NO FUTURO.”

Um mundo urbano

Da urbanização do mundo à globalização do urbano

A urbanização do mundo...

Se no ano de 1970, Henri Lefebvre podia formular a urbanização global como uma hipótese, hoje em dia, tendo em consideração que a maioria da população mundial habita em áreas urbanas, podemos começar por debater, mais do que uma *situação* urbana, uma *condição* urbana; e a ideia de que a urbanização – a sociedade urbana – está agora presente por todo o globo. No entanto, talvez ainda não tenhamos finalizado o processo da Revolução Urbana, nos modos como era concebido pelo filósofo marxista. A mancha da existência urbana e do modo de vida associado alastra-se e dissemina-se sem que consigamos distinguir algo que lhe seja assumidamente contrário. Esta emergente condição de Urbanização Planetária¹ mostra-nos que mesmo espaços muito além dos centros tradicionais de aglomeração estão a tornar-se parte integrante de um panorama de processos de urbanização à escala mundial; isto é, lugares muito para lá dos centros da cidade onde as pessoas, por partilharem dos mesmos modos de habitar, de se deslocar ou até de consumir, se inserem na mesma condição que os moradores de uma grande cidade.

O processo de urbanização – que Lefebvre imagina potencialmente completo - está desde cedo ligado à industrialização, às migrações campo-cidade, à acumulação de capital e ao desenvolvimento das cidades com base nesse capital, sendo que a urbanização do mundo abre portas à compreensão desse desenvolvimento capitalista, flexível e baseado na informação; cuja implosão dialética (concentração, aglomeração) e explosão (extensão do tecido urbano, intensificação da conectividade entre espaços, territórios e escalas) são o horizonte essencial analítico, empírico e político para qualquer teoria crítica da urbanização no início do século XXI.² No entanto, para podermos tornar útil a visão de Lefebvre no nosso tempo, temos de perceber que “a urbanização contemporânea está intimamente ligada com a globalização. Num mundo cada vez mais ligado, a industrialização à escala global tem experienciado uma massiva aceleração e expansão. Isto tem um duplo efeito na urbanização: por um lado, a nova economia levou a um forte crescimento económico nas cidades, atraindo um grande número de migrantes. Algumas cidades tornaram-se centros de tomada de decisão e inovação, e estão a desenvolver-se como pontos estratégicos da economia globalizada. Outras cidades, predominantemente localizadas em economias emergentes, estão a atrair a crescente indústria da manufactura. Por outro lado, a industrialização e racionalização da agricultura funcionam como um factor de impulso e provocam migrações adicionais das áreas rurais para as cidades. A complexidade crescente dos mecanismos de crescimento urbano são ainda mais agra-

1 BRENNER, Neil e SCHMID, Christian “Planetary Urbanization” em BRENNER, Neil “Implosions, explosions: towards a study of planetary urbanization”, Jovis, Berlim 2014 – p.160

2 BRENNER, Neil “Theses on urbanization” em BRENNER, Neil “Implosions, explosions: towards a study of planetary urbanization”, Jovis, Berlim 2014 – p.197



A cidade de Londres, 2008.
- imagem obtida em <https://urbanage.lsecities.net/photographs/the-city-of-london>

vados através do crescimento contínuo da população em muitas partes do mundo. A urbanização acelerada leva a uma considerável concentração destes processos nas áreas urbanas já densamente povoadas, bem como a dramáticos padrões de expansão que se manifestam na expansão maciça das áreas urbanas para o campo. Desta forma, a globalização leva a uma intensificação da urbanização, enquanto a urbanização funciona como uma importante força matriz da globalização.”³ Visto que já ultrapassamos então o momento de implosão-explosão que Lefebvre refere como ponto crítico, lidamos agora com a urbanização completa, ponto tão ou mais crítico do que o choque onde a população rural foi ultrapassada pela urbana. As formulações sobre a *condição* culminam no livro *The Urban Revolution*, mas já anteriormente pudemos ver, no capítulo “Perspectivas e Prospectivas” do livro *O direito à Cidade*, que Lefebvre nos alerta para a eminência da urbanização planetária e de necessitarmos de abrir os nossos horizontes para poder falar da vida urbana. Essa situação só pode advir, como explica Louis Wirth, do urbano como modo de vida e da disseminação de um estilo que hoje chamamos cosmopolita. Para a sociologia, “desde Georg Simmel a François Ascher, o carácter urbano reside naqueles espaços artificiais e públicos, que resultam especialmente propícios para as práticas sociais e colectivas”⁴, e que Wirth nos fala do urbano como

3 SCHMID, Christian “Patterns and pathways of global urbanization: towards comparative analyses” em BRENNER, Neil “Implosions, explosions: towards a study of planetary urbanization”, Jovis, Berlim 2014 – p.204

4 SOLÀ-MORALES, Manuel, “De cosas urbanas”, Barcelona : Gustavo Gili, 2008 – p.146

modo de vida – hoje podemos vê-lo elevado ao expoente da riqueza e da especulação – em que “a característica distintiva do modo de vida do homem na era moderna é a sua concentração em aglomerações gigantescas em torno das quais se agrupam centros menores e dos quais irradiam as ideias e práticas a que chamamos de civilização.”⁵ Encontramos então um novo cenário generalizado, onde a vida urbana se tornou na absoluta normalidade e onde a cidade só aumenta a sua relevância.⁶ No entanto, falta-nos o passo seguinte, onde na sequência da globalização dos processos temos de globalizar a democracia das decisões, tentando desviar-nos do ciclo tautológico em que nos encontramos e perceber que “a especificidade da cidade parece ser não haver mais especificidade; o direito à cidade é uma luta global pela cidadania que precisa de ser garantida.”⁷ O que escreve Deyan Sudjic, um quarto de século depois de lançar a sua obra mais conhecida, *The 100 mile City*, é que não está a mudar só o modo como vivemos e trabalhamos, mas também o modo como nos relacionamos uns com os outros.⁸

O progresso humano está associado – e é indissociável – da urbanização e do desenvolvimento das cidades. Este processo começa cedo, na cidade de Amsterdão, através do comércio à escala mundial e da emergência do que viria a ser uma grande cidade, onde são dados os primeiros passos da expansão do capitalismo liberal; na época das expansões, das viagens para comprar especiarias - o chamado *Século de Ouro* – nasce o império dos holandeses, que vai dar lugar à compra e venda de ações da Companhia Holandesa das Índias Orientais, dando-se assim início ao capitalismo como o conhecemos. É com a capacidade financeira adquirida pela compra e venda de produtos que Amsterdão se vai expandir no território pela primeira vez, tornando-se mais tarde a terceira maior cidade do continente europeu.⁹ A partir deste período podemos ver que se inicia a relação entre o desenvolvimento económico capitalista e a expansão da cidade - a urbanização. Esta relação vai expandir-se para a cidade de Londres, que assim se vai tornar a primeira megacidade, e atingir o seu auge em Nova Iorque, que vai levar a relação entre a produção de capital e a produção de cidade ao extremo. Vemos no documentário¹⁰ o processo de colonização e o ideal sobre o qual assenta Nova Iorque: fazer dinheiro. Esse ideal, o qual ainda revemos em Manhattan, alastrou-se a todos os modos de produção, a todas as actividades, a todos os serviços, a toda a cidade; e se os

5 WIRTH, Louis “Urbanism as a way of life”, the American Journal of Sociology, volume XLIV, nº 1, julho 1938

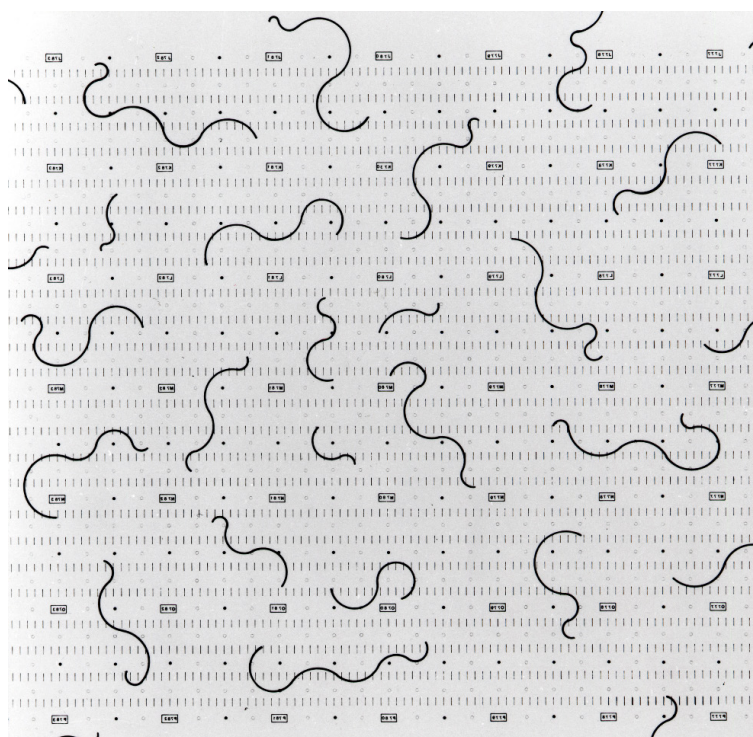
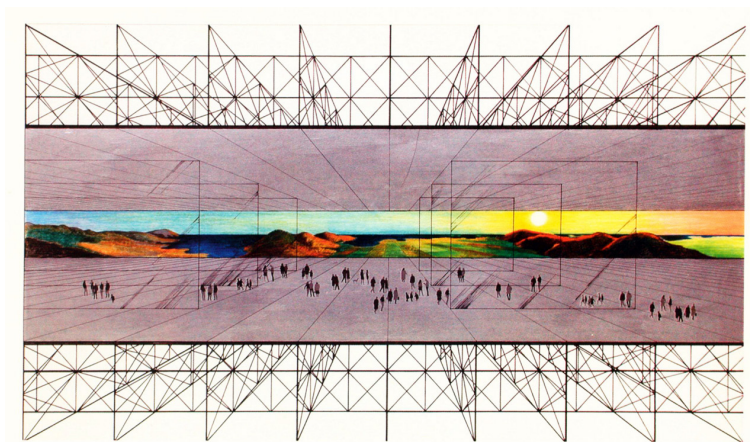
6 CLOS, Joan “Urban Pragmatics” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018 – p.26

7 MERRIFIELD, Andy “The right to the city and beyond: notes on a lefebvrian reconceptualization” em BRENNER, Neil “Implosions, explosions: towards a study of planetary urbanization”, Jovis, Berlim 2014 – p.527

8 SUDJIC, Deyan “Speed of change” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018 – p.214

9 Informação retirada da visualização do documentário WILNER, Frédéric “Amsterdam, Londres, New-York: Trois villes a la conquête du Monde”, Alliage Productions, 2017 – episódio 1 transmitido na RTP2 a 30 de janeiro de 2019

10 WILNER, Frédéric “Amsterdam, Londres, New-York: Trois villes a la conquête du Monde”, Alliage Productions, 2017



No-Stop City, Archizoom 1968-1972

“A urbanização imaginada como a sobreposição de três principais paradigmas urbanos: a fábrica (produção), o supermercado (consumo), e o parque de estacionamento (habitar).”

- imagens obtida em <https://architizer.com/blog/practice/details/archizoom-retrospective/> e AURELLI, Pier Vittorio “The possibility of an absolute architecture”, The MIT Press, Cambridge, 2011 – p.18

pilares fundadores da ilha assentam em fazer mais dinheiro, também é sobre essa máxima que a cidade foi planeada e continua a ser construída. O documentário mostra-nos que a urbanização, a industrialização e a globalização tem andado a par e par, e que houve certos avanços tecnológicos que – do caminho de ferro, ao metro e ao elevador, bem como à produção em série, à invenção do carro e do subúrbio – marcaram profundamente a forma urbana e os pilares das cidades que hoje admiramos e habitamos.

As grandes cidades constituem-se então o *locus* da urbanização, onde o ‘estilo’ metropolitano se torna factor chamativo de investimentos e de como a ‘arquitetura metropolitana standard’ - arranha-céus, projectos emblemáticos e star-architecture - são um ponto importante para os padrões da urbanização global. Com efeito, os processos de gentrificação e de comodificação estão a espalhar-se também a essa escala e vemos que nem só em certos bairros acontecem estes fenómenos; zonas urbanas inteiras são melhoradas e transformadas em zonas de reprodução das elites metropolitanas, onde “um crescente aumento nos preços dos terrenos e do sector imobiliário, acompanhados da crise da habitação, já restringiram seriamente o acesso a essas áreas por parte dos sectores menos privilegiados da população.”¹¹

Pier Vittorio Aureli mostra-nos que desde o surgimento do urbanismo que a projecção de uma completa urbanização é algo que está em cima da mesa, seja na grelha de Ildefons Cerdà para Barcelona (1860) onde explora a possibilidade de um infinito continuamente integrado no sistema, ou no projecto *High-Rise City* (1924-29), de Ludwig Hilberseimer, onde a conjuntura de uma cidade social, oposta à da especulação, é feita através da reprodução de blocos verticais sem fim e sem hierarquia. Numa outra abordagem, que tenta elevar os princípios que estavam a tomar conta da cidade ao seu expoente, Archizoom, com o seu projecto para a *No-Stop City* (1968-72), mostram como será a cidade consumida pela infinita urbanização, e “elaboraram um modelo de extrema e total urbanização em que a integração tecnológica era tão avançada que a ideia de centro como lugar de acumulação financeira e a periferia como lugar de produção seriam cada vez mais substituídos por um modelo urbano em que a produção, acumulação e o consumo coincidem numa sempre expansível, um plano cada vez mais isotrópico: a urbanização.”¹² Este projecto propõe a radicalização absurda das forças industriais, consumistas e expansivas da metrópole capitalista na forma de uma cidade continua sem mais nenhum atributo do que a sua infinidade. Extrusões de um amorfo e disperso crescimento urbano, plintos horizontais que mostram a continua urbanização com espaços protegidos que são iluminados artificialmente e com ar condicionado. Nestas formulações vemos a urbanização como último e inevitável destino da cidade contemporânea.¹³

11 SCHMID, Christian “Patterns and pathways of global urbanization: towards comparative analyses” em BRENNER, Neil “Implosions, explosions: towards a study of planetary urbanization”, Jovis, Berlim 2014 – p.208

12 AURELI, Pier Vittorio “The possibility of an absolute architecture”, The MIT Press, Cambridge, 2011 – p.17

13 Idem – p.21



A urbanização no Sul, entre os arranha-céus e as favelas

Fotografias aéreas de São Paulo, Carlos Cazalis, 2006

fotografias obtidas na página do autor <https://www.cazalis.org/saopaulo.p>

...e a globalização do urbano

No entanto, o que apontamos hoje como os problemas “do mundo capitalista avançado são insignificantes em comparação com os extraordinários dilemas dos países em desenvolvimento, com o ritmo incontrolável de urbanização em São Paulo, Cidade do México, Cairo, Lagos, Mumbai, Calcutá e agora Shangai e Pequim. Na superfície, parece haver algo diferente a acontecer aqui, mais do que apenas da mudança qualitativa que vem com a rapidez quantitativa e a massa de crescimento urbano que a Cidade do México ou São Paulo experimentaram em apenas uma geração, o que Londres passou em dez e Chicago em três.”¹⁴ Sendo o ritmo, a escala e até os recursos bastante diferentes, não podemos prever nem planejar o mesmo desfecho. O século XX foi o século da urbanização, da passagem da maioria da população de um estilo de vida rural para um estilo de vida urbano, este, no entanto, tem de ser o século em que reinventamos a cidade para responder a esse processo de urbanização. David Harvey diz-nos que “o futuro da humanidade assenta agora, pela primeira vez na história, fundamentalmente nas áreas urbanizadas”¹⁵, porém diz-nos também que estamos todos incluídos no processo global da urbanização capitalista.

Ao assumirmos que vivemos hoje uma Era Urbana¹⁶ - sem pensamentos nostálgicos de um regresso ao campo - estamos no momento de refletir sobre a nossa condição para formularmos alternativas de vida urbana. As previsões das Nações Unidas vão-se atualizando em valor, mas o que é hoje dado adquirido é que o caminho para a urbanização global está a ser feito rapidamente e torna-se indispensável, mas também complicado, projectar visões de cidade que vão de encontro às necessidades da maioria da população.

Daqui a 30 anos, em 2050, 68% da população vai habitar em cidades.¹⁷

Que cidades vão ser essas?

Vão conseguir dar resposta no que toca a habitação e infraestruturas?

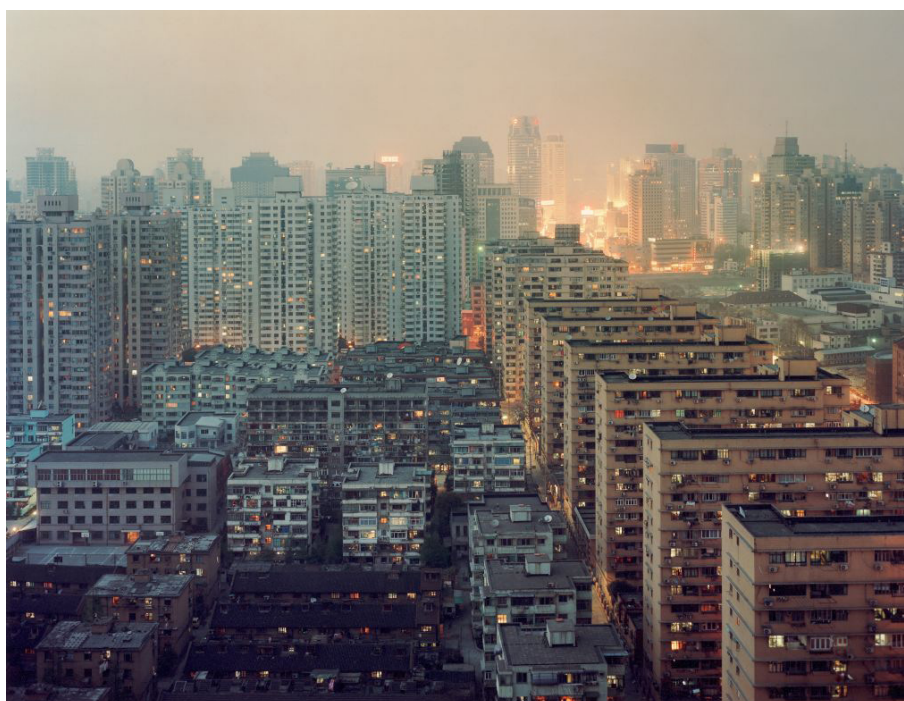
Vão conseguir ser heterogéneas e inclusivas no seu tecido social e cultural?

¹⁴ HARVEY, David “Cities or Urbanization?” em BRENNER, Neil “Implosions, explosions: towards a study of planetary urbanization”, Jovis, Berlim 2014 – p.54

¹⁵ Idem – p.53

¹⁶ *Urban Age* - Termo utilizado como título do projecto da London School of Economics e da Alfred Herrhausen Gesellschaft

¹⁷ Nações Unidas, “2018 Revision of World Urbanization Prospects”, maio de 2018



A rápida urbanização da Ásia

Fotografias da série Neon Tigers, Peter Bialobrzeski, 2004

fotografias obtidas na página do autor <https://www.bialobrzeski.net/neontigers>

O tema já não se apresenta como uma novidade, mas tendo em conta a sua constante evolução e o crescimento das desigualdades, a discussão continua aberta e acesa, e cada vez mais pertinente à medida que avançamos no tempo e não conseguimos dar respostas específicas a este problema globalizado. Na mais recente revisão do relatório das Nações Unidas sobre as projecções da urbanização mundial podemos ler que “55% da população mundial vive em áreas urbanas, uma proporção que está prevista aumentar para 68% em 2050. As projecções mostram que a urbanização, a gradual mudança de residência da população humana de áreas rurais para áreas urbanas, combinadas com o crescimento global da população podem adicionar mais 2.5 biliões de pessoas às áreas urbanas até 2050, com aproximadamente 90% desse aumento tendo lugar na Ásia e em África...”¹⁸ Torna-se fundamental discutir a urbanidade, perceber em que pilares assenta a qualidade da vida urbana, perceber a necessidade do ser humano de proximidade e das relações sociais, da mistura de culturas e classes, perceber que cidade queremos habitar e com isso perceber como a podemos construir.

Segundo Edward Soja e Miguel Kanai, estamos perante a urbanização do globo, e a globalização do urbano enquanto estilo de vida; esta urbanização, que na China e na Índia está a acontecer com pessoas vindas das zonas rurais, acontece por todo o mundo, independente do grau de desenvolvimento do país e também entre cidades.¹⁹ As pessoas mudam-se para as grandes cidades porque sabem que é nelas que têm concentradas as melhores possibilidades de melhorar a sua vida, de arranjar emprego, de ter uma melhor casa e de poder pôr os filhos na escola, de ter acesso à cultura, etcetera. Com isto, podemos imaginar uma melhoria na qualidade de vida de toda a população que se muda para a cidade; no entanto, isso não acontece dada a escala dos acontecimentos, que introduzem (nós introduzimos) inúmeras desigualdades vindas da falta de infraestruturas, da falta de habitação, da segregação, do aumento das taxas de crime, etcetera. Os autores prosseguem, “como temos redescoberto nos anos mais recentes, as cidades, como habitats humanos sociais construídos, geram forças positivas de criatividade, inovação e desenvolvimento económico bem como efeitos secundários negativos que agravam a desigualdade social e a sustentabilidade ambiental.”²⁰ A urbanização planetária torna-se então uma ameaça à qualidade de vida geral se não for bem gerida, “vai-se espalhar por todo o espaço durante o terceiro milénio e nada consegue controlar esse movimento. Esta expansão mundial acarreta os maiores riscos de que o espaço seja homogeneizado e que as diversidades sejam aniquiladas. Mas a homogeneização é acompanhada da fragmentação. O espaço é dividido em lotes que podem ser comprados e vendidos. Os seus preços dependem de uma hierarquia. Deste modo, mesmo quando é homogeneizado, o espaço social é na mesma

18 Nações Unidas, “2018 Revision of World Urbanization Prospects”, maio de 2018

19 SOJA, Edward e KANAI, Miguel “The urbanization of the world” em “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007 – p.54

20 Idem – p.63



Arranha-céus habitacionais em Shanghai, cidades satélite que tentam aumentar a oferta de habitação para a crescente chegada de população. A urbanização planetária na forma moderna do edifício habitacional ocidental espalhada pela Ásia - imagem retirada do site do projecto Urban Age, fotografia de Christian Clausen, 2016

fragmentado entre espaços de trabalho, lazer, produção material e serviços diversos. Durante este processo de diferenciação, um outro paradoxo aparece: as classes sociais são hierarquizadas à medida que se inscrevem no espaço – esta tendência está a aumentar em vez de, como é aclamado várias vezes, diminuir.”²¹ Com isto vemos que as respostas aos problemas das grandes cidades não estão compreendidas exclusivamente dentro dos campos da arquitectura e do urbanismo, no entanto é bastante visível nas nossas cidades que é também através da construção urbana que são causados problemas de segregação territorial e social, que são homogeneizadas zonas e isoladas populações – tanto ricas como pobres. Face aos factos de que aproximadamente 30% da população mundial, quase 1 bilhão de pessoas, viverem em *slums*, a maioria no mundo em desenvolvimento, e de para além disso a maioria da pobreza se estar a mover para as cidades, podemos reconhecer o processo em curso a “urbanização da pobreza”²² à qual também a arquitectura deve dar respostas.

Formular uma ideia de cidade habitável para todos é então o nosso maior desafio, e o capital social que se muda continuamente para a cidade - e que tende a ser assumido como uma fragilidade - pode ser a melhor ferramenta; “se a cidade tradicional se está a dissolver e a urbanização se está a

²¹ LEFEBVRE, Henri “Dissolving city, planetary metamorphosis” em BRENNER, Neil “Implosions, explosions: towards a study of planetary urbanization”, Jovis, Berlin 2014 – p.569

²² “The challenge of slums: global report on human settlements”, United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat), 2003 - introdução

generalizar pelo planeta, podem novas formas de cidadania ser construídas que deem força para as pessoas se apropriarem colectivamente, transformarem e remodelarem o espaço comum do mundo?”²³ Podemos tirar o máximo partido da condição urbana em que nos encontramos, podemos projectar melhores ambientes urbanos, viver mais próximos, adotar um estilo de vida mais sustentável, diminuir as desigualdades e apostar em grandes cidades compactas, inclusivas e heterogéneas. Mas é este sentido que vemos as coisas tomar? Como está a ser ditado o rumo da nossa condição urbana? No sentido da compreensão alargada da urbanização global, dos constrangimentos que as cidades enfrentam, e para contrariar esta *miséria urbana*²⁴ é necessário reverter o esvaziamento simbólico e crítico do significado de cidade repensando o que significa, no século vinte e um, habitá-la e construí-la; partindo do princípio de que “nada existe sem troca, sem união, sem proximidade, isto é, sem relacionamentos. A cidade cria uma situação, a situação urbana, onde coisas diferentes ocorrem uma após a outra e não existem separadamente mas de acordo com as suas diferenças.”²⁵ Nesse sentido, e utilizando novamente uma expressão de Lefebvre, temos de *produzir o espaço* urbano, inventá-lo como uma nova linguagem e uma nova prática.²⁶

Se a condição é de urbanização planetária isso tem vindo a significar, paradoxalmente, que o mundo está a diminuir²⁷; o facto de as pessoas migrarem para as cidades, cidades já grandes, megacidades, faz com que à medida que a população urbana aumenta a pegada das pessoas no mundo seja mais pequena, por estarmos, para o bem e para o mal, mais concentrados em cidades. Com isto, é essencial aprendermos a viver com diferentes pessoas e culturas, de países e situações sociais diferentes, levantando-se uma infinidade de questões e de desafios. Como podemos viver juntos? Como podemos preparar a cidade para acomodar toda a gente? Como vão ser os espaços públicos? Onde vamos poder sentir que vivemos em comunidade? Vamos continuar a poder ter a nossa privacidade? Este é o desafio da nossa Era. Os mais básicos direitos humanos. As necessidades mais básicas. Asseguradas para toda a gente.

23 LEFEBVRE, Henri “Dissolving city, planetary metamorphosis” em BRENNER, Neil “Implosions, explosions: towards a study of planetary urbanization”, Jovis, Berlim 2014 – p.564

24 MONTANER, Josep Maria, MUXÍ, Zaida, “Arquitectura e Política. Ensaios para mundos alternativos” (2014), trad. Frederico Bonaldo, Gustavo Gili, Barcelona, 2015 – p.20

25 LEFEBVRE, Henri “The urban revolution” (1970), University of Minnesota Press, Minneapolis, 2003 – p.117

26 Entrevista a Henri Lefebvre 1972, Urbanose 15 — Realização de Michel Régner (1972), L’Office National du Film du Canada

27 WEIWEI, Ai “Human flow”, 140min, Alemanha 2017

1 ROGERS, Richard “Cidades para um pequeno planeta” (1997), Gustavo Gili, Barcelona, 2001 – p.15

“Acredito piamente na importância da cidadania e na vitalidade e humanidade que ela estimula. A cidadania manifesta-se em gestos cívicos planeados e de grande escala, mas também em gestos espontâneos e de pequena escala. Juntos, eles criam a rica diversidade da vida urbana. As cidades permanecem o grande íman demográfico dos nossos tempos, porque facilitam o trabalho e são a raiz do nosso desenvolvimento cultural. As cidades são centros de comunicação, aprendizagem e empreendimentos comerciais complexos. Elas abrigam grandes concentrações de famílias, concentram e condensam energia física, intelectual e criativa. São lugares de actividades e funções muito diversas: exposições e manifestações, bares e catedrais, lojas e teatros. É fantástica a combinação de idades, raças, culturas e actividades, a mistura de comunidade e anonimato, de familiaridade e surpresa, e até mesmo o sentido de perigosa efervescência. Admiro os seus espaços grandiosos, bem como a animação que simples cafés ou bares de calçada trazem às ruas. A vitalidade informal do espaço público é a mistura de trabalho, lojas e casas que torna os bairros vivos.”¹

Desafios globais

Os constrangimentos actuais que afectam de algum modo as cidades podem ser enumerados infinitamente. O desafio, esse, pode ser reduzido e sintetizado na ambição de proporcionar, utopicamente talvez, qualidade de vida a toda a gente. Este desafio tem as pernas cortadas à partida pela ganância e calculismo de alguns, que põem o seu bem pessoal à frente de um bem comum; a nossa missão, essa, é contornar essas pessoas e fazer valer os direitos humanos e de sociedade que partilhámos, fazendo-os, sempre, falar mais alto. No que toca aos constrangimentos, estes ora se fazem sentir à escala global nos seus efeitos – como o aquecimento global – ora existem um pouco por todo o globo – como a falta de habitação digna ou a gentrificação. Apesar de algumas das condições escaparem, num olhar imediatista, à intervenção humana, como as catástrofes naturais e as alterações climáticas, o que se torna cada vez mais evidente é que o modo como lidamos com as suas causas ou escolhemos (ou não) prevenir os seus efeitos está indiscutivelmente nas nossas mãos. Os desafios globais que hoje se apresentam maioritariamente circunscritos às grandes cidades - as crescentes desigualdades, a concentração de pobreza - não ocorrem por estas serem em si o problema mas por se apresentarem como a melhor oportunidade, “as cidade não tornam as pessoas pobres, atraem pessoas pobres.”¹ Com isto, o processo tem de se desenrolar no sentido da inclusão e da (re) criação de comunidade, sendo que “ignorar as questões da mobilidade, da pobreza, da segurança e do desenvolvimento só pode tornar as coisas mais difíceis. Deixar aqueles que podem suportar os custos criar condomínios privados com a sua própria polícia, energia e serviços, é claramente uma abordagem que só cria mais problemas no futuro. Estão a acontecer grandes coisas às cidades do mundo, quer queiramos quer não.”²

Assim enquadrámos então o ponto de partida para a compreensão do que são os problemas que nos afectam à escala global. A rapidez com que na Ásia e em África a população está a deslocar-se do campo para as zonas urbanas (ou até a tornar urbanas zonas que anteriormente se liam como campo) é por si só um problema. Aliado à escala em que nesses continentes isso está a acontecer encontra-se a escassez de meios com que cada vez mais pessoas têm de se governar. Estes três factores formam o que Alejandro Aravena descreve como as más notícias associadas à Era Urbana³ e posiciona-se no sentido de dar uma resposta real. O desafio dos 3S's, como explica o arquitecto chileno, é constituído então por factores de *scale* (escala), *speed* (rapidez) e *scarcity* (escassez), o que coloca os países em desenvolvimento num estado de emergência ao qual todos temos a responsabilidade de dar resposta. Posicionando-se enquanto arquitecto no papel de sintetizar em propostas de desenho formal as soluções, partilha a consciência de que para isso tem de “falar a língua das

1 GLAESER, Edward “Triumph of the city” (2011), Pan Books, Londres, 2012 – p.9

2 SUDJIC, Deyan “Unfinished Cities”, 2013, Urban Age - <https://urbanage.lsecities.net/essays/unfinished-cities>

3 ARAVENA, Alejandro em FOSTER, Norman “Forum Future is Now”, conferência Fundação Norman Foster, Madrid, 1 de junho de 2017



Congestionamento, vulnerabilidade geográfica e social

Lagos, Nigéria, Yann Arthus Bertrand

- imagens obtidas na página do autor <http://www.yannarthusbertrand2.org> e
<https://urbanage.lsecities.net/photographs/lagos-island-from-makoko>

outras disciplinas”⁴, se queremos que, à imagem do desafio, a solução vá mais além da arquitectura. Os problemas variam em abrangência, tamanho, nível de risco, e afectam cidades com diferentes tamanhos, morfologias e metabolismos, no entanto todas as soluções – apesar de maioritariamente humanitárias e políticas – tem de ter forma e, “no final de contas o que os arquitectos fazem é dar forma aos sítios onde as pessoas vivem. É isso. Não é mais complicado que isso, mas também não é mais fácil.”⁵ Ao compreendermos, como temos vindo a fazer ao longo dos textos anteriores, as forças que ditam o modo de desenvolvimento das grandes cidades, vemos que os desafios globais que se apresentam como fruto dessas condições podem ser travados e reformulados para a criação de ambientes urbanos mais inclusivos e sustentáveis no futuro. Patrick Geddes descreve o movimento decrescente de construção e habitação na cidade moderna como o culminar das favelas, ao afirmar que “*Slum, semi-slum, and superslum... to this has come the evolution of cities.*”⁶ Se era com essa visão que Geddes via a cidade na altura, como descreveria o estado das cidades hoje?

Em 2007 as Nações Unidas diziam que um em cada seis habitantes vivia numa favela⁷, embora o mais recente relatório diga que os números baixaram para um em cada oito, o que é certo é que habitamos um *planeta favela*; condição que David Harvey atribui ao facto de não questionarmos as forças do mercado, de adoptarmos – a nível nacional, supra nacional e local – formas neo-liberais de governação, de aceitarmos a miséria generalizada que nos é imposta pelas políticas de liberalização, desregulação e segregação. Se nos focarmos na leitura do livro de Harvey, podemos começar a perceber melhor o que significa habitar nessas condições, ou sem condições, e do que podem ser os passos no sentido de reverter esta situação. “Desde 1970, o crescimento dos *slums* em todo o lado do sul tem ultrapassado a urbanização *per se*”⁸; o facto de no Sul Global a urbanização ser feita, e se confundir, com a construção de favelas diz muito sobre o estado da sociedade actual, sobre a escassez de recursos e a distribuição da riqueza. A preocupação com que o geógrafo nos tenta transmitir uma visão informada e abrangente do problema coloca-nos numa posição de urgência da qual não podemos, depois de informados, fugir ou negligenciar; podemos ler que “quase 1 bilião de pessoas, ou 32% da população urbana do mundo, vivem em *slums*, a maioria no mundo em desenvolvimento.

4 ARAVENA, Alejandro “The value of what’s not built” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018 – p.336

5 Ibidem

6 MUMFORD, Lewis, “The City in History: its origins, its transformations, and its prospects”, New York 1961- p.464

7 SOJA, Edward e KANAI, Miguel “The urbanization of the world” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007

8 DAVIS, Mike “Planet of slums”, Verso, London – p.17



Mumbai, da série Unequal Scenes de Johnny Miller

“Dharavi, é uma cidade dentro de uma cidade, quase inteiramente contruído de betão cinzento.”

- imagem obtida na página do autor <https://www.unequalscenes.com/mumbai>

Além disso, o *locus* da pobreza global está a mover-se para as cidades, um processo agora reconhecido como a ‘urbanização da pobreza’.⁹ Admitindo que não é neste mundo que queremos habitar, porque mesmo a pessoa mais despreocupada não deve viver bem com isto, não podemos admitir, como muitas vezes acontece, que ao fazermos desaparecer o problema dos *media* ou do nosso campo de visão, ele fica resolvido. Como pensador marxista e dada a sua compreensão alargada sobre o fenómeno e as consequências das dinâmicas do capital, David Harvey mostra-nos o desequilíbrio entre a qualidade de vida urbana dos 99% e a do restante 1%; esta desigualdade, que podemos ver desde as políticas de ocupação do solo até à abrangência da rede de transportes públicos, pauta o ambiente da cidade, dita e restringe as possibilidades de quem a habita. Aliado à neo-hausmanização, conceito já introduzido anteriormente, explica-nos que “a segregação urbana não é um *status quo* congelado, mas sim uma incessante guerra social em que o estado investe regularmente em nome do ‘progresso’, do ‘embelezamento’, e até da ‘justiça social para os pobres’ para redesenhar limites espaciais para a vantagem dos proprietários das terras, de investidores estrangeiros, proprietários de casas de elite, e passageiros da classe média.”¹⁰ Os elementos em jogo são muitos, no entanto, para além de jogo não ser a palavra certa quando se fala de direitos humanos, são cada

⁹ “The challenge of slums: global report on human settlements”, United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat), 2003 - introdução

¹⁰ DAVIS, Mike “Planet of slums”, Verso, London – p.98

vez menos os que conseguem jogar. Este processo de ‘limpeza’ da cidade toma agora proporções mais graves - tendo em conta os mesmos factores de escala, rapidez e recursos – à imagem da transformação que Haussmann levou a cabo em Paris que já vimos em textos anteriores, em algumas cidades como no Rio de Janeiro dá força à ‘limpeza dos *slums*’ que já acontece há gerações; ou em cidades como o Cairo, Mumbai, Dehli e Cidade do México onde se construíram cidades satélite para deslocar os mais pobres do centro da cidade para dar lugar a novos investimentos. Os *slums* constituem-se então na ‘habitação’ mais comum do século XXI; para projectarmos e intervirmos no sentido de melhorarmos a qualidade de vida da população que os habita temos de perceber quais são as qualidades sociais, culturais e de vida em comunidade que advém destes densos aglomerados informais, muitas vezes assentes em economias informais, as quais não podemos, de modo paternalista e autoritário desvalorizar ou destruir; essa compreensão, aliada à necessidade de melhoramentos óbvios em termos de saneamento, construção, descongestionamento e mobilidade, podem formular um novo habitat que vá de encontro aos direitos humanos universais. O objectivo das Nações Unidas e especificamente do seu relatório *The Challenge of Slums* de 2003 é trazer ao de cima as condições em que a maioria da população vive, com isto falamos dos *slums*, conceito introduzido em Inglaterra no início do século XIX como “os lugares onde as pessoas pobres lutam para viver e criar as suas famílias, os lugares onde um terço da população urbana mundial vive. Este relatório é, portanto, sobre a pobreza, sobre a habitação e sobre as pobres políticas de habitação.”¹¹ No relatório podemos ler que desde o século XVI que este modo de habitar existe, sendo que era aplicado o termo *slum* para descrever espaços de habitar ‘sórdidos, superlotados e miseráveis’ que se constituíam como a única oferta acessível aos mais pobres. O Banco Mundial afirma que os diferentes valores das linhas de pobreza internacional representam diferentes standards do que pode significar viver na pobreza¹², no entanto, podemos associar os *slums* a essa condição de baixo rendimento onde cerca de 1,2 biliões de pessoas vivem em extrema pobreza.¹³ Um mundo sem *slums* é ainda uma miragem. Manifestam-se na forma física e espacial da pobreza e da desigualdade dentro da mesma cidade. A falta de contratos e de segurança de continuidade advém tanto da informalidade da habitação como da informalidade dos trabalhos da maioria dos habitantes, sendo que o rendimento é insuficiente para lhes ser garantido algum tipo de habitação permanente; no entanto, nos países em desenvolvimento, é nessas condições que habita a maioria da população trabalhadora da cidade, sendo portanto importante não cairmos no erro de renegar a sua importância para o funcionamento, também económico, da cidade.

11 “The challenge of slums: global report on human settlements”, United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat), 2003 - prólogo

12 The World Bank – “Working for a world free of poverty” - <https://www.worldbank.org>

13 “The challenge of slums: global report on human settlements”, United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat), 2003 – p.XXVI



O que estamos a construir?

(em cima) **Unbuilding Walls**, GRAFT e Marianne Birthler. Exploram a arquitectura da divisão e da inclusão, e mostram vários vídeos de pessoas de ambos os lados do Muro de Berlim, destruído em 1989. Pavilhão da Alemanha na 16ª Mostra Internacional de Arquitectura da Bienal de Veneza, em 2018. Unbuilding Walls - imagem obtida em <https://www.archdaily.com/895647/unbuilding-walls-the-german-pavilion-at-2018-venice-biennale>

(em baixo) **Muro de fronteira como Arquitectura, baloiços que unem pessoas de lados opostos do muro**, Ronald Rael, 2019. Instalação construída entre a fronteira do México e dos Estados Unidos. Trinta anos depois da destruição do muro de Berlim, continuamos a construir muros e a dividir e excluir pessoas. - imagem obtida em <https://eu.usatoday.com/story/news/nation/2019/07/30/wall-pink-seesaws-appear-us-mexico-border-kids-play/1864976001/>

Este crescimento explosivo de população nas cidades está a criar espaço para uma nova revolução urbana, seja em defesa do direito à habitação, do acesso às condições básicas, à liberdade ou pela prevenção das alterações climática. À imagem do tempo da Revolução Urbana de Lefebvre, estão também hoje reunidas mais do que condições desiguais suficientes para que os 99% se revoltam contra o 1%. Talvez o novo proletariado sejam os habitantes dos *slums*, que representam tanto uma ameaça à riqueza de alguns como um desafio complexo para as autoridades nacionais e locais; distinguidos pela má qualidade das habitações, pela falta de espaços públicos e de serviços, e pela má integração dos habitantes no alargado sentido de comunidade e oportunidade que constitui, supostamente, a cidade.

Constitui-se como um direito humano¹⁴ a opção de nos deslocarmos e procurarmos melhores condições e melhor qualidade de vida, constitui-se uma realidade diferente quando somos obrigados a sairmos das nossas casas, devido a guerras, crises políticas ou alterações climáticas. No campo das alterações climáticas, o que leva as pessoas a deslocarem-se vai desde as guerras pela utilização dos escassos recursos, a falta de água ou a extrema seca que leva à falta de comida, a subida do nível médio da água que começa a afectar bastantes cidades costeiras, e o aquecimento global que está a tornar certos lugares inabitáveis.¹⁵ Segundo as Nações Unidas há neste momento 45 milhões de pessoas deslocadas da sua origem e a viver em condições temporárias¹⁶, o documentário Human Flow é um retrato bruto do que significa ser um refugiado no século XXI e de como a maioria das portas se fecham se o intuito da nossa deslocação não for visitar monumentos, beber cappuccinos ou investir. Desde a Segunda Guerra Mundial que não existe um movimento tão grande de pessoas, sendo que em 2015 havia mais de sessenta e cinco milhões de pessoas deslocadas; este fenómeno tem de ser considerado e enfrentado à escala global, no entanto, vemos que foi durante o pico das migrações nesse mesmo ano que as fronteiras dos países europeus se começaram a fechar. Esta condição de muro, de fronteira fechada, que Richard Sennett nos convida a diluir, é cada vez mais visível tanto de modo abstracto como materializado, e podemos ver isso no documentário quando nos é transmitido que quando o muro de Berlim caiu em 1989, havia onze países no mundo com vedações e muros nas fronteiras e que, em 2016, o número já tinha subido para setenta.¹⁷ As posições políticas que os países tomam mostram a frieza com que lidam com problemas que não são os deles; no entanto, a crise dos refugiados é um problema de todos, é uma crise humanitária que tem

¹⁴ Os artigos 13 e 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos visam o direito de todos ao livre movimento entre fronteiras, de deixar e voltar a qualquer país; de procurar asilo de perseguições.

¹⁵ FRY, Tony “Re-making cities: un introduction to urban metrofitting”, Bloomsbury Academic, New York, 2017 – p.56

¹⁶ MEHROTRA, Rahul e VERA, Felipe “Ephemeral Urbanism” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018 – p.225

¹⁷ WEIWEL, Ai “Human flow”, 140min, Alemanha 2017

de ser resolvida como tal; no entanto o essencial era resolver as diferenças e os interesses que levam às guerras, a displicência com que tratamos as alterações climáticas e a distribuição extremamente desigual da riqueza. No decorrer do filme, em que Ai Weiwei nos leva pelas situações de impasse de Lesbos, à Palestina e até à Turquia, onde podemos ver que “ser refugiado é muito mais do que um estado ou uma situação política. É o mais perverso tipo de crueldade que pode ser exercida contra um ser humano, ao privar essa pessoa de todas as formas de segurança e dos requerimentos mais básicos de uma vida normal.”¹⁸ A situação é exposta por profissionais de diversas áreas e por filmagens que nos levam por várias partes do mundo mas onde a questão é sempre a mesma, como vamos conseguir proporcionar dignidade e qualidade de vida a tanta gente que chega às cidades? “Penso que entramos num período na história mundial onde os movimentos de pessoas a atravessar fronteiras têm acelerado. Talvez os *media* tenham um papel nisto. Talvez o facto dos transportes terem ficado tão mais baratos e eficientes tenha um papel nisto. E também a globalização, apesar de ter tido efeitos bastante positivos também tem criado grandes desigualdades e inevitavelmente as pessoas vão deslocar-se de locais inseguros e economicamente inviáveis para áreas onde existem mais oportunidades, mais estabilidade e possibilidade de prosperidade.”¹⁹ No entanto, quando chegam às cidades ou ainda mesmo nas fronteiras, o assentamento informal no qual sobrevivem é também considerado um *slum*, sendo que é uma minoria a que consegue abrigo nos campos de refugiados e ajuda humanitária; e apesar de ser o único abrigo disponível, a situação ‘temporária’ dos campos pouco ou nada têm de temporário, visto que o tempo médio em que se é refugiado é de vinte e cinco anos²⁰, e que alguns campos se transformam em cidades – por exemplo Dadaad, o maior campo de refugiados do mundo, no Quênia, onde habitam mais de 200 mil pessoas, a maioria vindas da Somália.²¹

“De facto, a crise da habitação tem um alcance profundo. Londres, Shanghai, São Paulo, Mumbai, Lagos, realmente todas as grandes cidades enfrentam as suas lutas residenciais”²², mesmo assim a solução do problema tem de passar pelo projecto e construção de mais habitações mas não só, Jo Noero, arquitecto sul-africano, diz que não existem respostas *one size fits all* e que a solução do problema não pode ser meramente uma questão de fazer equivaler a oferta e a procura; “os políticos definem o problema da habitação só em termos de défice de casas, e ao fazê-lo, estão a negligenciar o contexto abrangente em que a habitação se coloca.”²³

18 WEIWEI, Ai “Human flow”, 140min, Alemanha 2017

19 idem

20 idem

21 The United Nations Refugee Agency – Kenya - <https://www.unhcr.org/ke/> - 27 agosto de 2019

22 MADDEN, David; MARCUSE, Peter “In defense of housing”, Verso, Londres, 2016 – p.3

23 NOERO, Jo “Problem of ethics and architecture” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018 – p.112

A habitação, informal ou formal, é talvez uma das crises mais antigas com que temos de lidar enquanto habitantes das cidades, no entanto, as desigualdades impostas pelos modos de produção capitalista e de governação neo-liberal dos espaços urbanos vieram agravar os seus efeitos. Olhar a cidade como potenciadora de igualdade é então passado para segundo lugar para abrir caminho às praticas financeiras de especulação sobre os bens mais básicos da vida quotidiana, levando a que no seguimento dos três desafios que Aravena aponta como inerentes à urbanização nos países em desenvolvimento aponte também as três crises que lhes sucedem: crise social, crise sanitária e crise de segurança; reforça que “se não conseguirmos estar à altura destes desafios, as pessoas não vão deixar de vir; vem de qualquer maneira mas vão viver em condições horríveis – assentamentos informais e *slums*.”²⁴ Defende, também através da habitação acessível que constrói no Chile, que no que toca a desenhar cidades é importante acertar na proporção entre espaço livre e espaço construído (o que não acontece nos assentamentos informais onde o rácio é de 1:10, respectivamente), e que é importante construir menos com mais ao mesmo tempo que construímos melhor. No entanto, não cabe ao arquitecto a tomada de decisões, e o raciocínio que acaba por ser enganador é que quando um país for desenvolvido economicamente o resto das coisas vão acontecer, quando é ao contrário, se construirmos boas cidades elas vão fazer com que o país evolua.²⁵ Neste sentido existe também o programa das Nações Unidas para os assentamentos urbanos (UN-Habitat), de onde resultou, após a última conferência Habitat III²⁶, a Nova Agenda Urbana; nesse documento comprometem-se, através de cento e setenta e cinco pontos – de rastreio, medias e implementação – a promover e incentivar o desenvolvimento urbano sustentável para a inclusão social e a erradicação da pobreza. Assim também lançaram os Objectivos para Desenvolvimento Sustentável, cujo intuito é melhorar a qualidade de vida humana; dezassete princípios adoptados em 2015 que pretendem criar um terreno comum entre países no sentido da necessidade urgente de acção – tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento – para diminuir as desigualdades e melhorar os aspectos essenciais da vida; defendendo a necessidade da ferramenta do planeamento num momento em que tem sido menos utilizado onde o crescimento está a ser maior, levando ao aumento dos *slums* e de áreas sem qualquer tipo de plano.²⁷

Assistimos hoje a uma mudança de paradigma, devido aos problemas e constrangimentos que antes conseguíamos apontar como sendo exclusivos de um país em desenvolvimento ou de um país

24 ARAVENA, Alejandro “The value of what’s not built” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018 – p.338

25 idem - p.320

26 Habitat III, United Nations Conference on Housing and Sustainable development – Quito 2016

27 CLOS, Joan “Urban Pragmatics” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018 – p.30



Cidade do México, da série Unequal Scenes de Johnny Miller - imagem obtida na página do autor <https://www.unequalscenes.com/mexico-city-df>

desenvolvido se misturarem *através da e por causa da* globalização; essa condição de comunicação e troca facilitada de todo o mundo para todo o mundo veio disseminar os aspectos positivos da vida na era tecnológica e trazer ainda mais à tona os desafios que esta época acarreta. Edward Glaeser, defensor activo da cidade, explica-nos a facilidade com que os problemas se propagam em ambientes densos se estes não foram bem governados; aponta os três grandes Cs para a gestão da cidade – a congestão, o contágio e o crime.²⁸ Nova Iorque, Londres e Paris, já tiveram de lutar com este lado mais obscuro da aglomeração urbana, seja na disseminação de doenças, no tráfego excessivo ou na excessiva criminalidade; Glaeser afirma que essas lições que vem das cidades mais desenvolvidas e com as quais já tivemos tempo de lidar são importantes para conseguirmos transformar o que acontece hoje em cidades em desenvolvimento, onde a pobreza e a falta de recursos, junto com a pobre gestão e governação, pode agravar os três aspectos; admitindo que “a busca pela qualidade de vida no mundo em desenvolvimento é uma das mais importantes batalhas do século XXI.”²⁹ A onda de criminalidade e das políticas do medo tendem a separar cada vez mais a população; o aparecimento dos condomínios privados lado a lado aos bairros de lata afirmam esta disparidade de riqueza, recursos e possibilidades.

28 GLAESER, Edward “Congestion, Contagion, Crime” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018 – p.86

29 Idem – p.87

Porém, a análise do fenómeno da segregação deve fazer-se, pelas palavras de Henri Lefebvre, “segundo diversos indicadores e critérios: ecológicos (bairros de lata, casebres, apodrecimento do coração da cidade), formais (deterioração dos signos e significações da cidade, degradação do ‘urbano’ através da deslocação dos seus elementos arquitecturais), sociológicos (níveis de vida e modos de vida, etnias, culturas e subculturas, etc).”³⁰ Contudo, o maior desafio global que enfrentamos é causado pelas desigualdades, que separam cada vez mais a população em dois extremos. Num estudo que liga a desigualdade à arquitectura, à habitação e ao sector imobiliário, podemos ler que a par do início do período neoliberal nos anos 70, se foram tornando mais visíveis as desigualdades em termos financeiros; é nesses termos que geralmente definimos a desigualdade, no entanto, sendo inseparáveis de discrepâncias de outros tipos, são evidenciadas na habitação; chamam-lhe A arte da Desigualdade.³¹ A habitação, campo onde como arquitectos temos responsabilidade, é o desafio sobre o qual vamos poder debruçar-nos nas próximas páginas, sendo que não podemos desligar o espaço onde habitamos do habitat que o abraça, e com isso perceber que o direito à habitação não se constitui dentro das quatro paredes de uma casa.

Em suma, a realização (quase) total das migrações para cidades ou da expansão ilimitada do urbano traz, principalmente nos países em desenvolvimento, desafios que afectam a escala global. Face à emergência da urbanização planetária, das alterações climáticas, das crises políticas e habitacionais, e de todos os desafios que neste momento, pela nossa condição, se mostram mundiais, é necessária a compreensão de que nada vai acontecer com uma só medida, com uma só mudança, ou a um só tempo. Os desafios são grandes e um olhar demasiado longínquo pode deixar-nos cair num certo *laissez faire*, que muitas vezes propicia o sentimento geral de que face à escala dos problemas já não há nada que possamos fazer. Para evitar essa rendição é preciso uma abordagem mais consciente ao desenvolvimento, que se baseie na qualidade de vida e não meramente no PIB de uma determinada cidade ou país; porque para definirmos o desenvolvimento de um lugar, temos de nos focar na qualidade de vida de quem o habita.

30 LEFEBVRE, Henri “O direito à cidade” (1968), Estúdio e Livraria Letra Livre, Lisboa, 2012 – p.100

31 MARTIN Reinhold; MOORE, Jacob; SCHINDLER, Susanne “The art of inequality: architecture, housing and real estate” Buell Center for the Study of American Architecture, 2015 – p.18

Migrações - imagens obtida no documentário Human Flow, Ai Weiwei, 2017

1 Alejandro Aravena em entrevista a Anna Winston, Dezeen, 13 janeiro 2016

“Há (vai haver) um bilhão de pessoas no planeta a precisar de habitação. A não ser que sigamos uma abordagem incremental para enfrentar a escassez de meios, não vamos resolver este problema.”¹



Habitação, para quem?

A questão da habitação, como lhe chama Friedrich Engels¹, é algo enraizado na sociedade urbana e que atinge cada vez mais pessoas, à medida que o mundo se urbaniza, urbaniza-se também esta crise, tornando-se uma questão cada vez mais profunda. Tal como Henri Lefebvre sugere², estes problemas só podem ser abordados através de revoluções e movimentos sociais, visto que ambos defendem que esta questão está intrinsecamente ligada às estruturas sociais da sociedade. A união de diferentes movimentos revolucionários, de diferentes lutas, de minorias, cujos objectivos possam canalizar-se num movimento comum, é para Lefebvre e para os autores do livro *In defense of Housing* um meio essencial para questionar e alcançar mudanças no sistema, porque “a habitação não quer apenas dizer um tecto e paredes que abrigam da chuva, do vento e do sol. A resolução do problema da habitação passa sempre por uma opção política.”³ É necessário hoje questionarmo-nos também sobre para quem construímos habitação. Estão as necessidades da população a ser cumpridas, ou estamos a fazer os possíveis? Quem controla e quem é oprimido? Isto “significa questionar a função da habitação dentro do capitalismo neoliberal globalizado.”⁴

Vamos poder abordar a ‘questão da habitação’ e o modo como diferentes cidades sofrem com o problema, no entanto, importa perceber que o direito à cidade e o direito à habitação têm de estar implicados nos processos com os quais fazemos cidade. Se o mundo é urbano então estes direitos têm de ser universais. As questões que temos vindo a abordar bem como os desafios globais que apontamos, materializam-se em constrangimentos locais específicos, sendo que no que toca à comoditização da habitação, John Turner afirma que “é inteiramente razoável falar do mercado de valor das habitações. É inteiramente razoável falar sobre o valor humano e social da acção habitacional, ou do processo habitacional. Mas é absurdo misturar estes conjuntos de termos e os seus significados.”⁵ Porque no campo da habitação esses impactos estão muito mais próximos do coração e do dia-a-dia das pessoas, mesmo que os motivos, as decisões, as políticas, não estejam. Isto significa que o direito à cidade e o direito à habitação se reforçam e informam mutuamente. O problema actual que incentiva a crescente crise da habitação é o facto de não ser produzida e distribuída com o objectivo de habitar para todos, mas sim produzida e distribuída com o objectivo de

1 ENGELS, Friedrich “A questão do alojamento” (1852), tradução Ribeiro da costa, Editora Poveira, Porto 1971

2 LEFEBVRE, Henri “O direito à cidade” (1968), Estúdio e Livraria Letra Livre, Lisboa, 2012

3 PORTAS, Nuno “Arquitectura(s) - Teoria e Desenho, Investigação e Projecto”, Faup Publicações, Porto 2005 – p.236

4 MADDEN, David; MARCUSE, Peter “In defense of housing”, Verso, Londres, 2016 – p.6

5 TURNER, John “Housing by people: towards autonomy in building environments” (1976), Maryon Boyards, Nova Iorque, 1991 – p.61

enriquecer alguns.⁶ São inúmeras as pessoas deslocadas por ‘regenerações urbanas’, são inúmeros os bairros que vêm fechar as suas lojas e o aparecimento de grandes empresas, são muitas as zonas gentrificadas e são muitas as zonas marginalizadas. São muitos os guetos, ricos e pobres. Ao longo do livro que já referimos, David Madden, planeador urbano, e Peter Marcuse, sociólogo, defendem um direito radical à habitação. Sendo a habitação um Direito Humano desde 1948, será que já conseguimos garanti-lo democraticamente nas cidades? É necessário questionarmos então, para além dos processos com os quais temos vindo a fazer cidade, os processos com os quais temos vindo a fazer habitação. Só podem ser esperadas mudanças se reconsiderarmos o papel da habitação, desafiando o seu estado actual de privilégio e comodidade e entendendo a sua função social, como um direito, como ‘casa’. Os autores defendem que o direito real à habitação tem necessariamente de desafiar o sistema existente, daí estar tão dependente de movimentos e revoluções sociais urbanas. Abordam as questões da propriedade, do investimento e da especulação e apontam modos alternativos como a cooperativa, a propriedade mútua, municipal, copropriedade de capital limitado⁷; nesse sentido falam da necessidade de democratizarmos os processos, tornando-os menos tecnocráticos e mais acessíveis. “É um sinal inquietante de decadência de linguagem e valores no mundo moderno que a terminologia oficial de habitação, construção e planeamento confunde universalmente os significados de habitação e de valor da habitação.”⁸

“O debate sobre a condição urbana, demonstrando o custo social das condições de vida que se oferecem à maioria da população, não é mais do que a nova dimensão do chamado “problema da habitação”.⁹ Pode a cidade e a sua forma ditar quem tem acesso à habitação? Pode uma pequena percentagem de pessoas decidir a qualidade de vida da maioria? Quem tem o direito à cidade? Quem tem o direito à habitação?

6 MADDEN, David; MARCUSE, Peter “In defense of housing”, Verso, Londres, 2016 – p.10

7 idem – p.209

8 TURNER, John “Housing by people: towards autonomy in building environments” (1976), Maryon Boyards, Nova Iorque, 1991 – p.61

9 PORTAS, Nuno “Arquitectura(s) - Teoria e Desenho, Investigação e Projecto”, Faup Publicações, Porto 2005 – p.318

Densidade, e depois?

Uma forma de garantirmos o direito à habitação na cidade é aumentarmos o número de habitantes por metro quadrado. A questão pode ser abordada assim, preto no branco; ou pode ser abordada em todas as suas vertentes, procurando equilibrar a balança que oscila entre a densidade e a qualidade de vida. Louis Wirth dá-nos, no fim dos anos 30, uma idéia muito clara, dizendo que “a densidade envolve diversidade e especialização, a coincidência de contacto físico e relações sociais distantes, contrastes gritantes, um complexo padrão de segregação, a predominância de um controlo social formal e fricção acentuada, entre outros fenómenos.”¹ A densidade é então uma das medidas físicas da cidade. Embora isolada, como aspecto quantitativo, não nos transmita grande conhecimento, quando associada a meios de transporte, a espaços públicos, serviços e comércio e à qualidade das habitações, começamos a poder ler um modo de vida; assim, a densidade pode ser um aspecto essencial no estudo da forma urbana e da qualidade de vida dos habitantes. E é um aspecto relevante na tentativa da construção de ambientes urbanos que tentem garantir ao maior número a possibilidade do direito à cidade e à habitação.

Para lá da materialização associada à densidade, este termo têm em si também a capacidade de se associar a aspectos menos concretos da vida urbana, como a densidade das relações sociais e das possibilidades inesperadas, a densidade das trocas económicas, de emprego e serviços, que também são contributos essenciais para a leitura do meio urbano, principalmente se o compreendermos no sentido da cidade aberta. Não se pretende abordar aqui o termo densidade numa perspectiva fixa, ou definir um número de habitantes por metro quadrado específico, ou até produzir uma receita aplicável a várias cidade. Não pretendemos assumir que mais densidade é melhor qualidade de vida, ou o contrário, que menor densidade é melhor qualidade de vida. Exemplos como Hong Kong e Los Angeles, que podemos assumir que ocupam os dois extremos do espectro, são prova de que medir a densidade não indica por si só a qualidade de vida. O que interessa reter do estudo das cidades que se seguem, ainda que conscientemente insuficiente, é que da mais baixa densidade à hiper-densidade, esse aspecto, relacionado com a morfologia e a forma urbanas, com a facilitação dos transportes e das deslocações a pé, com os espaços públicos, melhoram efectivamente a vida urbana e a qualidade da vida quotidiana. Escolhemos casos distintos do espectro que lidam com constrangimentos específicos ao mesmo tempo que com os desafios globais, a Cidade do México, Mumbai, Nova Iorque e Paris; cidades onde a densidade é factor essencial e onde é necessário, recuperá-la, reconstruí-la, questioná-la e compreendê-la.

¹ WIRTH, Louis “Urbanism as a way of life”, the American Journal of Sociology, volume XLIV, nº1, julho 1938



Se aspectos como a densidade urbana podem trazer benefícios evidentes em termos de heterogeneidade, mobilidade e qualidade do ambiente urbano, se não for entendida no planeamento e nas estratégias de desenvolvimento a sua relação com os outros factores, corremos o risco de ser uma opção contraproducente na construção da cidade. Nesse sentido, e no que já fomos defendendo das qualidades que podem advir da criação desses ambientes urbanos densos, vamos abordar circunstâncias das cidades já referidas e perceber as condições de habitar essa densidade. Esta discussão e esta procura por *saber-ver* e *saber-fazer* melhores ambientes urbanos só faz sentido se todas as questões se informarem e condicionarem mutuamente.

Architecture of density,
Michael Wolf, série Life in
Cities, Hong Kong - imagem obtida na página do autor <http://photomichaelwolf.com/>

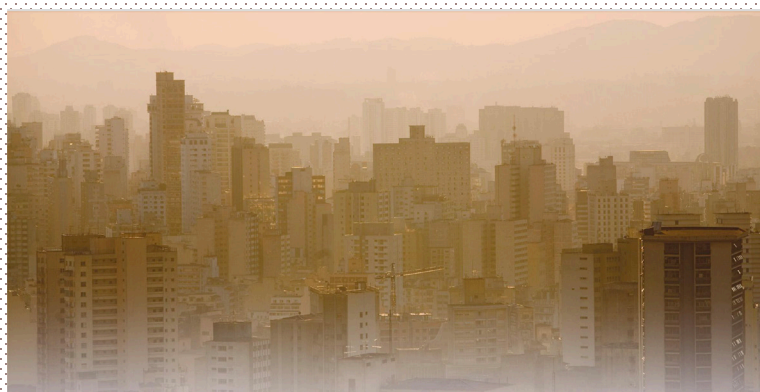
Níveis de poluição atmosférica em São Paulo, 2008
fotografia de Tuca Vieira

“Os níveis de poluição atmosférica em São Paulo são o dobro dos de Nova Iorque ou Londres, apesar de terem emissões de carbono relativamente baixas quando comparadas globalmente.”

- imagem obtida em <https://urbanage.lsecities.net/photographs/air-pollution-levels-in-sao-paulo>

1 MORENO, Eduardo López “Urbanisation trends” em Developing Urban Futures, conferência Urban Age, Addis Ababa, novembro 2018

“Devido às suas densidades e economias de escala e aglomeração, as cidades são cordões visíveis e invisíveis que conectam todos os setores de desenvolvimento, com a capacidade de enfrentar muitos dos desafios globais, incluindo a poluição do ar, as mudanças climáticas, a pobreza, a desigualdade, o desemprego e a degradação ambiental. Se forem bem planejadas, construídas e governadas, as cidades podem ser verdadeiras forças motrizes para o desenvolvimento sustentável.”¹



Depois da dispersão

Um dos grandes desafios é descobrir uma maneira de reverter o que foi a excessiva expansão do século passado. O aumento actual da população em número não pode surgir aliado à contínua expansão da pegada das cidades; com isto não estamos a escolher entre Hong Kong ou Los Angeles mas simplesmente a reconhecer que o modelo americano corrente de expansão aplicado à escala das megacidades dos países em desenvolvimento seria um desastre. O reverter da situação tem de ser orientado pela compreensão do que são as necessidades das pessoas, que ambiente urbano querem habitar e de que modo podemos conjugar isso com modelos de desenvolvimento mais realizáveis e sustentáveis a médio e longo prazo. O desenvolvimento de cidades sustentáveis, compactas e abertas é hoje contraposto ao que foi o desenvolvimento das cidades no século XX; o desejo do subúrbio norte-americano transformou os Estados Unidos no país que gera mais CO₂ por habitante, e apesar de não termos nada contra o carro e a sua utilização, o que é certo é que levamos a expansão viária ao extremo e agora estamos condicionados por isso.

O estilo de vida suburbano agrada e vai continuar a agradar a uma boa porção da população, no entanto, face aos desafios globais enumerados anteriormente, sabemos que a cidade compacta e a re-aglomeração urbana são das ferramentas mais elegíveis para lhes darmos resposta. O carro, a casa e o *sprawl* constituem-se três condições que, para lá dos Estados Unidos, ditaram o desenvolvimento e a expansão das cidades. Se por um lado, Lefebvre fala do morador dos subúrbios como alguém a quem não é garantido o direito à cidade e que é afastado das qualidades do centro; por outro, um morador com posses que prefere viver longe da cidade, com um jardim privado e até uma piscina, e deslocar-se de carro vários quilómetros por um pacote de manteiga, não pode ver o seu direito de escolha negado; no entanto “o morador dos subúrbios torna-se mais vulnerável e dependente. De facto, o subúrbio, filho do par infernal casa unifamiliar/carro, foi o maior engodo urbano e territorial do século XX: a falsa venda de felicidade e autonomia à custa da destruição da paisagem, do consumo de petróleo e do abandono das cidades históricas.”¹ Para a gestão dos recursos, importa notar que o consumo do solo e esse modo de desenvolvimento urbano põe em causa a sustentabilidade da cidade, sendo necessárias mais infraestruturas e gastos públicos *per capita*, aumentando também a necessidade de maior consumo ligado à mobilidade; e mais, a dispersão urbana e a baixa densidade populacional dispersam os habitantes, o que fragiliza a capacidade da cidade de integrar populações de origens sociais, étnicas e económicas diferentes.

¹ MONTANER, Josep Maria, MUXÍ, Zaida, “Arquitectura e Política. Ensaios para mundos alternativos” (2014), trad. Frederico Bonaldo, Gustavo Gili, Barcelona, 2015 – p.116



A sua forma e estrutura urbanas fazem com que menos de 20% da população utilize o transporte público para ir trabalhar e com que consuma 14x mais espaço por pessoa que Hong Kong, tendo apenas 3 300 habitantes por km².

Vista aérea de Los Angeles, Brooks Kraft, 2016 - imagem obtida na página do programa Urban Age <https://urbanage.lsecities.net/photographs/los-angeles>

Numa abordagem mais optimista e baseada nos factos migratórios vemos que a tendência tem sido de regressar à cidade, escolher cidades maiores, e procurar mais possibilidades. Isso tem causado o abandono de algumas e a excessiva população de outras. Voltar à cidade não pode ser imposto a quem não o quer fazer, há pessoas que não entendem a proximidade como qualidade de vida – que associam à privacidade – e isso é tão legítimo como outra escolha qualquer; nem toda a gente gostaria de viver num arranha-céus, mas “o governo administrar um único estilo de urbanismo não é mais sensível do que o governo forçar um único estilo de literatura.”²²

Deyan Sudjic começa o seu livro sobre o estudo da *100 Mile City* por dizer que “uma cidade com dez milhões de habitantes ou mais é um organismo complexo, que pode ser experienciado pelos habitantes em vários níveis diferentes...”²³, o modo como vamos conseguir coordenar esses diferentes desejos e experiências à escala das megacidades de hoje vai ditar o rumo e a qualidade de vida da população. O problema não é então a vida da periferia ou a casa no subúrbio em que, legitimamente, algumas pessoas preferem e escolhem viver; o problema é recuperar do que foi a tendência do *sprawl* – *dispersão*. Esta dispersão, mais do que expansão, é visível quando se perde o sentido de lugar, quando casas iguais são feitas por grandes construtoras, construções massivas e contínuas aliadas à obrigação do uso do automóvel, em estradas pontuadas por lojas de retalho

² GLAESER, Edward “Triumph of the city” (2011), Pan Books, Londres, 2012 – p.147

³ SUDJIC, Deyan, “The 100 mile city”, Harcourt Brace & Comp., San Diego, 1992 – p.I

idênticas, com as mesmas cadeias comerciais; é nestas condições que sabemos que ultrapassamos o subúrbio e nos encontramos numa urbanização dispersa.⁴ No entanto, não podemos, só porque gostamos mais de um dos estilos de vida, impô-lo na população, seja enquanto arquitectos, seja enquanto investidores, políticos ou sociólogos. O que podemos, e dada a condição de urgência e crise ambiental em que nos encontramos, é sensibilizar as pessoas para esse facto, para modos de vida que sejam menos intrusivos no ambiente; e enquanto arquitectos podemos desenvolver novas casas e modos de habitar que se ajustem ou que sejam mais apelativas às pessoas que em princípio não gostariam de viver numa grande cidade; contudo, como aponta Sudjic, “a cidade das 100 milhas é um modelo de vida urbana que muitas pessoas acham ameaçador ao mesmo tempo que a abraçam.”⁵ No entanto, pelo bem comum, devemos reformular os modos de expansão das cidades, porque mais que suburbanos e do que casas com piscina, esses modelos constituem gastos gigantes para a comunidade, e é crescente a necessidade de sobrepor os interesses comuns de futuro aos interesses especulativos e individuais.

A urbanização do século XXI está fora do controlo; o limiar da megacidade é ultrapassado em muitos casos, tanto, que precisamos talvez de um termo novo para as cidades que têm mais de vinte milhões de habitantes, dado que essa condição se tem normalizado. O aumento da população vai então ter de ser acomodado nas cidades já existentes, não vamos testemunhar a criação de novas cidades a partir da *tábula rasa* mas compreender que “as pessoas mudam-se para as cidades para tirar partido da complexidade e da massa crítica que constitui uma cidade, e essas múltiplas camadas são difíceis de criar de raiz”.⁶ Nesse sentido, temos de abordar o planeamento no sentido de re-qualificar, re-construir e re-pensar o que já existe; Ricky Burdett diz na entrevista à revista *Domus* que “qualquer argumento sobre a sustentabilidade tem de reintroduzir o planeamento como disciplina política e de desenho no coração das agendas dos arquitectos.”⁷ Para nos aproximarmos da compreensão das dinâmicas de habitar numa *cidade infinita*, a Cidade do México constitui-se um caso chave; entre a dificuldade de inclusão que podemos supôr e o amor com que os seus habitantes a descrevem, Juan Villoro, escritor e jornalista mexicano, analisa a cidade ao mesmo tempo que diz “deixem os outros viver nas cidades agradáveis com o trânsito ordenado. Nós reivindicamos a personalidade complexa e a beleza ambígua da dama de barbas.”⁸ Com isto, propomos uma compreensão ingénua do que pode significar viver na Cidade do México, onde construções de baixa densidade proporcionam abrigo a cerca de vinte e dois milhões de habitantes.



A perda do sentido de lugar.

O *sprawl* estaduniense, Arizona e Nevada, fotografias de Christoph Gielen

- imagens obtidas na página do autor <http://www.christoph-gielen.com/newsite/category/work/>

4 HUSTWIT, Gary “Urbanized”, 85min, EUA 2011

5 SUDJIC, Deyan, “The 100 mile city”, Harcourt Brace & Comp., San Diego, 1992 – p.309

6 BURDETT, Ricky em “The era of Cities”, *Domus* n°1036, junho 2019

7 *Ibidem*

8 BURDETT, Richard “Architecture and Society”, Venice Bienal, 2006 – p.132

Aproximações:

A cidade infinita do México

A Cidade do México é retratada como uma erupção imparável dos efeitos da humanidade sobre o horizonte, em todas as direcções. Os maiores desafios da cidade passam pela poluição atmosférica ligada ao excessivo uso do automóvel (potenciado pelo preço baixo dos combustíveis), pela falta ocasional de água (bem como a propensão a inundações), a falta de habitação e a escassez de meios de transporte públicos para servir a população. Ao mesmo tempo, são visíveis na cidade traços de uma economia globalizada e de uma cidade global, tanto no bom como no mau sentido.¹ A expansão esquizofrénica da cidade após os anos 50 dita ainda hoje os constrangimentos que afectam mais significativamente; reverter essa expansão desmedida e adotar políticas, tanto de habitação como de infraestruturas, mais conscientes e sustentáveis para acomodar o contínuo crescimento da população é o ponto chave para garantir a habitabilidade da cidade. José Castillo, arquitecto mexicano, utiliza as palavras crise e megacidade, que em conjunto descrevem a explosão desta metrópole sempre crescente e os seus efeitos espaciais e sociais. Fala de como “esta eterna condição de *megacityness*, de estar à beira do desastre ou da sobrevivência, tem historicamente configurado as mentalidades locais, a consciência coletiva, as suas políticas urbanas e as suas agendas políticas.”² A taxa de crescimento da cidade indica que a população, que anteriormente se duplicou em apenas dez anos, vai continuar a aumentar; falar de como alojar essas pessoas não pode, como temos vindo a defender, estar desligado de compreensões mais alargadas da cidade; como podemos acomodar a população num modelo de crescimento mais sustentável? Será preciso dispersar mais?

Castillo afirma que a Cidade do México está a acontecer fora da Cidade do México. Hoje, quando falamos da cidade temos de falar da área metropolitana.³ O esvaziamento do centro e a sua inacessibilidade à força trabalhadora, bem como as deficiências nas infraestruturas de mobilidade e as falhas nos esgotos e saneamento são recorrentes⁴, agravados pela falta de terreno comum entre as políticas do Distrito Federal e as do Estado do México. O padrão de desenvolvimento urbano lembra o de Los Angeles: um centro de cidade que se tornou irrelevante, um Este desfavorecido e um Oeste rico.⁵ O modelo de expansão baseado no uso da viatura privada é contrário ao numero

1 SUDJIC, Deyan “Back from the Brink” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007 – p.170

2 CASTILLO, José “After the explosion” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007 – p.174

3 CASTILLO, José “Housing the urban poor” em conferência Urban age, Mumbai, 2007

4 CASTILLO, José “Retrofitting Mexico City” em conferência Urban Age, Istambul, 2009

5 SUDJIC, Deyan “Back from the Brink” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007 – p.171



efectivo dos que o fazem, pois apenas 30% da população possui um automóvel privado.⁶ Tal como no modelo da cidade americana, o medo constitui-se motivo de preocupação, levando à segregação e ao aparecimento de condomínios privados, muitas vezes localizados junto aos assentamentos informais; este modo contrastante e anti-comunidade torna a exclusão uma geografia.⁷ Há inúmeros contrastes que se tornam visíveis numa cidade de um país onde o turismo é a 3ª fonte de rendimento ao mesmo tempo que tem 25 mil vendedores informais.⁸ No mesmo sentido, uma das questões que se coloca mais eminente na agenda urbana na Cidade do México é o medo. As distintas formas de crime organizado e violência levaram a grandes impactos nas atitudes para com a cidade. Os assaltos e os homicídios contribuíram significativamente para a ascensão das condomínios fechados, para a privatização da vida pública, a presença de seguranças e o medo perverso que guia o rumo da vida urbana.⁹

Infinidade construída.

Cidade do México, México, fotografia de Armin Linke, 2007 - imagem obtida em <https://urbanage.lsecities.net/photographs/mexico-city>

6 CASTILLO, José “Retrofitting Mexico City” em conferência Urban Age, Istanbul, 2009

7 Ibidem

8 Ibidem

9 CASTILLO, José “After the explosion” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007– p.181



Uma cidade não planeada e excepcionalmente densa comparada com o resto do tecido urbano da Cidade do México. Organizada ao longo de uma rede urbana lotada e heterogênea, dinâmica e informal.

Ciudad Nezhualcóyotl, fotografia de Noha Addis, 2016 - imagem obtida em <https://urbanage.lsecities.net/photographs/ciudad-nezahualcoyotl-mexico-city>

“Entretanto, um tapete cinzento contínuo de dispersão de baixa densidade estende-se até o horizonte da megacidade”¹⁰; esta baixa densidade – 6 mil habitantes por metro quadrado – está aliada à informalidade de mais de 60% dos assentamentos. A democracia, que tem ganhado força, está agora presente em muitos aspectos da vida urbana¹¹ e tem levado a melhorias significativas de inclusão, como é o caso do investimento na construção do MetroBus, inspirado nos modelos de Curitiba e de Bogotá, tomam uma posição frente ao que eram as intenções de investimento em mais autoestradas elevadas; também o investimento na melhoria das faixas de bicicletas tem causado impacto na vida quotidiana.¹²

O abandono do centro, principalmente após o terremoto de 1985 (que deixou a maioria dos lotes vazios e abandonados), a dispersão do tecido e a falha das infraestruturas têm a sua razão na inexistência ou falta de consciência das políticas de habitação. A actuação no centro histórico tem de ir além das políticas de preservação e de património, que não chegam para reactivar o centro e torná-lo novamente habitável e funcional, apelativo à vinda ou regresso das famílias¹³, com isto o

¹⁰ CASTILLO, José “After the explosion” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007 – p.183

¹¹ Idem– p.180

¹² Idem– p.183

¹³ CASTILLO, José “Retrofitting Mexico City” em conferência Urban Age, Istanbul, 2009

28 900
hab/km²

Nezahualcóyotl
informação Urban Age

10890 MXN
renda mensal de uma casa
com um quarto
509€

25 000
vendedores
informais

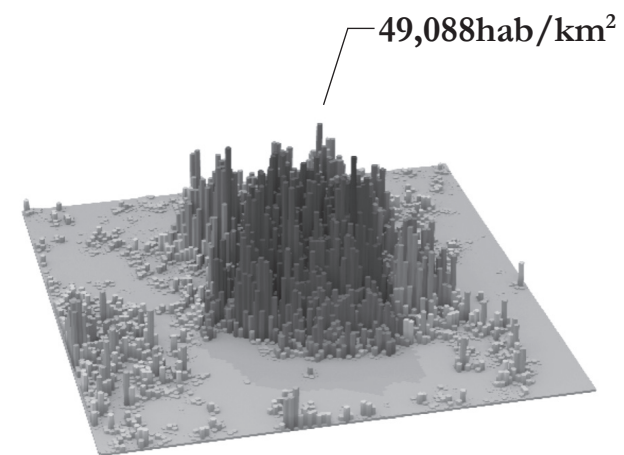
1 400 km²
cidade do México
zona administrativa

8.9
milhões de
habitantes na zona
administrativa
2018

6 000
hab/km²
média 2018

Planta de 1km² da morfologia
urbana da Cidade Neza
- desenho da autora

Vista aérea do mesmo km²
- imagem retirada do google
maps



Planta da diferença entre o limite administrativo e a mancha urbana de área metropolitana, 2015 - imagem obtida na página do projecto Urban Age

Gráfico de densidade, pico nos 49,088 hab/km² - gráfico obtido na página do projecto Urban Age



Complexo habitacional de Tlatelolco, Mario Pani, 1964

Ficou destruído com o terremoto em 1985

- imagens obtidas em <https://www.theguardian.com/cities/2015/may/07/mexico-city-tlatelolco-housing-complex-history-cities-50-buildings>

que aconteceu no campo da habitação começou por ser a troca do uso do centro como habitação da classe trabalhadora para usos que fossem mais rentáveis; ao mesmo tempo a população com baixos rendimentos aumenta e vê-se obrigada a procurar habitação no mercado informal. As raízes de *sprawl* na cidade são então os seus dois subúrbios mais influentes: cidade Satélite e Nezahualcoyotl; os dois são fora do limite Federal, ambos desligados da rede de transportes da cidade e ambos residenciais.¹⁴ Neza, assentamento informal com casas entre dois a três pisos, nasce de processos e loteamentos de suburbanização, José Castillo chama-lhe urbanismo informal. Enquanto a cidade no geral carece de aglomerações mais densas, a zona de Neza organizada ao longo de redes urbanas lotadas, de casas, lojas e atividades comerciais, contribui para o dinamismo dos bairros informais¹⁵; este *slum* que se transformou em cidade¹⁶ constitui o maior assentamento informal da América Latina, foi legalizado em 1970, passando a ser um subúrbio.

As construções formais, maioritariamente em terrenos bastante grandes, por um só arquitecto e com um só investidor, têm pouca ou nenhuma intervenção do estado e caracterizam-se por, como diz Castillo ‘quanto maior o assentamento menor parece ser o planeamento’; a repetição da mesma tipologia, à imagem do projecto de Mario Pani no século passado, cujos princípios eram os de Le Corbusier, é visível hoje em Ixtapaluca. “Estes desenvolvimentos estão a tornar-se, pelo design ou por acidente, grandes condomínios fechados em que as ruas homogêneas, as repetitivas filas de casas e a prevalência de *cul de sacs* se têm tornado a estratégia urbana predominante. O planeamento é limitado ao desenho das ruas em grelha, e maximização de terrenos vendáveis através da repetição de um numero muito limitado de tipologias habitacionais. Não há zoneamentos, não há planeamento para a educação, comércio ou usos cívicos, uma abordagem mínima ao espaço público, sem relação com a infraestrutura de transportes metropolitana, e, mais importante, sem espaço para crescimento e transformação. A urbanidade colapsa na simples construção de casas, não de bairros.”¹⁷ O desenvolvimento da periferia através deste tipo de construções é o que podemos identificar como cidade fechada; por outro lado, a cidade aberta existe mas tem acontecido apenas através dos assentamentos informais. Esse processo duplo e simbiótico de urbanização ocorre entre os modelos dos bairros de lata e os do subúrbio Norte Americano; por um lado, modelos de urbanização informal em áreas como Neza, Ecatepec e Valle de Chalco; por outro, desenvolvimentos de grande escala em terrenos rurais em lugares como Ixtapaluca e Tecamac.

¹⁴ CASTILLO, José “Retrofitting Mexico City” em conferência Urban Age, Istanbul, 2009

¹⁵ SUDJIC, Deyan “Back from the Brink” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007 – p.171

¹⁶ CASTILLO, José “Housing the urban poor” em conferência Urban age, Mumbai, 2007

¹⁷ CASTILLO, José “After the explosion” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007 – p.184



Ixtapaluca, Cidade do México, Carlos Cazalis , 2016

Mais de 300 mil pessoas habitam nesta zona entre habitações informais (esquerda) e construções legais (direita). - imagem obtida em <https://urbanage.lsecities.net/photographs/informal-ixtapaluca-mexico-city>

Na tentativa de resolver a crise da habitação estão a ser construídas habitações formais e financiadas no mesmo número que estão a ser construídas habitações informais; assim, continuam a crescer e a aumentar a pegada urbana da cidade ao mesmo tempo que não conseguem acompanhar o crescimento populacional. O que podemos fazer para reverter a situação? Construir mais no centro? Como podemos criar habitação acessível a quem precisa ao mesmo tempo que tentamos reverter a situação alastrada da cidade?

A ideia de readaptar – *retrofit* – como urbanização pós-facto, significa que com o que temos, neste caso uma cidade infinita, temos de criar alternativas sustentadas na realidade e ao mesmo tempo conceber novas abordagens ao desenvolvimento que permitam que o que contruímos novo não venha agravar ainda mais essa condição, criar mais desigualdades ou piorar a qualidade de vida. Será que podemos imaginar um projecto para a México City Spatale? Podemos esperar, na Cidade do México, uma revolução da classe trabalhadora pelo direito a habitar no centro da cidade vazio e/ou gentrificado, através da apropriação da máxima do direito à cidade? Sim.

O que imaginamos no texto sobre a máxima de Lefebvre, de o próximo proletariado serem os moradores desprezados dos *slums*, é traduzido na Carta da Cidade do México pelo Direito à Cidade¹⁸ em 2010 e afirmado pelo jornalista Robert Neuwirth quando diz que “os ocupantes ilegais do mundo dão alguma realidade ao conceito perdido de Henri Lefebvre do direito à cidade”¹⁹, que nesta cidade significa a oposição à constante negação de dignidade e habitação por parte de quem governa a cidade. Porém, dada a sua visão apenas local, coloca o direito colectivo à cidade, defendido

¹⁸ Vários Autores, “The right to the city. A Verso report”, Verso Books, Londres 2017 – p.146

¹⁹ Idem – p.149



Espaços públicos: os espaços respirantes de uma cidade, Dante Busquets, 2006

“Espaços públicos porosos e incompletos nos corações das cidades providenciam oportunidades para o envolvimento democrático.”

- imagem obtida em <https://urbanage.lsecities.net/photographs/mexico-city-public-spaces-the-breathing-spaces-of-a-city>

por David Harvey, em questão, e continua ideologicamente ligado ao mercado, esquecendo que “é um direito colectivo e não um direito individual visto que mudar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um colectivo sobre o poder do processo de urbanização.”²⁰ Com isto, o estado das coisas melhorou pouco, Peter Marcuse diz na mesma publicação que o modelo aplicado favorece ‘direitos na cidade’ em vez do direito comum ‘à cidade’.²¹ Falta na Cidade do México a união, que Lefebvre defende como essencial na revolta, entre os vários pequenos grupos que pretendem atingir mudanças radicais. No campo da habitação, e através de processos já referidos comparáveis à Haussmannização de Paris, os preços das rendas sobem de tal modo que têm deslocado milhares das suas casas – um processo que alguns activistas chamam ‘morte pela renda’, bem como bairros que se começam a poder afirmar gentrificados e/ou ‘guetos luxuosos’²², circunstâncias que as cidades têm o poder e as ferramentas para controlar, mas que neste caso ainda não foram colocadas na mesa, apesar de a Carta existir, “o projecto de direito à cidade colectivo é substituído por um impulso para ganhos locais e individuais – e subordinado às necessidades do capital.”²³

20 HARVEY, David “Rebel Cities”, Verso, London 2013 – p.4

21 Vários Autores, “The right to the city. A Verso report”, Verso Books, Londres 2017 – p.150

22 Idem – p.152

23 Idem– p.155



Nas tentativas mais recentes de reanimar os objetivos da carta, cresce a consciência de que primeiro é preciso criar um novo sentido de comunidade da qual possam emergir essas vontades e essas lutas.

Mercado externo em Nezahualcoyolt, da série "Earth from above", Yann Arthus Bertrand - imagem obtida na página do autor <http://www.yannarthusbertrand2.org>

**Table House, Cape Town,
Jo Noero**

“não é uma solução universal mas deve ser vista como uma das muitas oportunidades que são viáveis.” Tal como Aravena no Chile, nos projectos para Iquique ou para a Quinta Monroy, prevê custos reduzidos e opções construtivas modulares e estruturais, potenciadoras de vizinhança e coesão social, bem como da auto-construção e capacidade de mudança por parte dos moradores.

- imagem obtida em <https://www.noeroarchitects.com/project/the-table-house/>

1 ARAVENA, Alejandro,

“Reporting from the Front - Venice bienal 2016

“Contra a escassez: invenção. Contra a abundância: pertinência.”¹

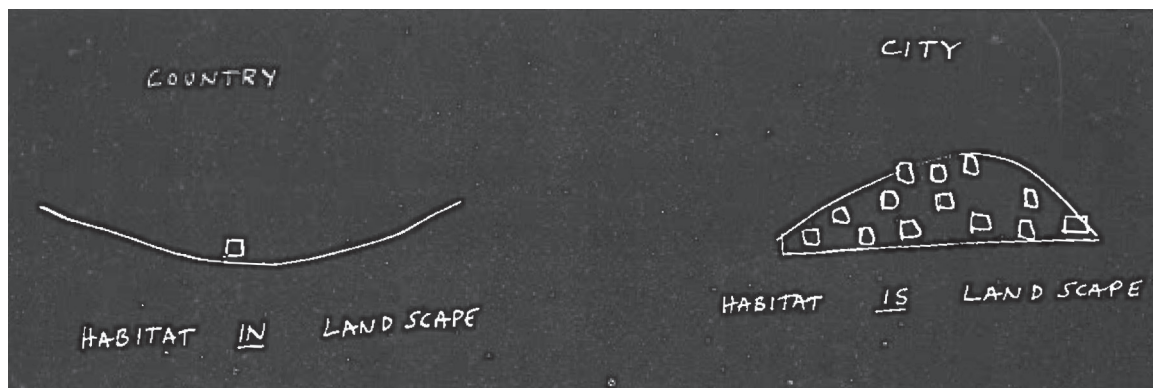
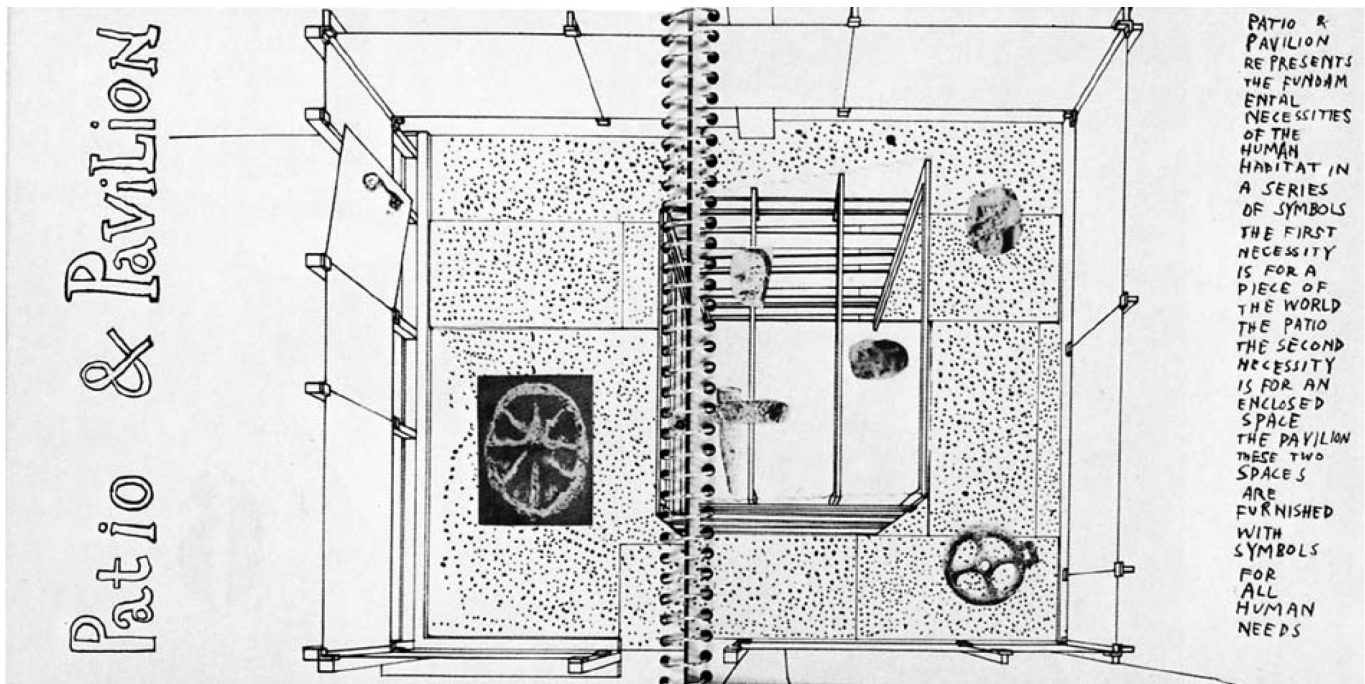


Habitat e Habitar

O pensamento sobre o habitar, que daria por si só lugar a infinitas reflexões e motivos de dissertação, é aqui apropriado, através dos autores que tem abordado essa condição humana, na tentativa de integração desse pensamento no problema que neste trabalho importa tratar; a percepção do que significa habitar ambientes densos e habitats heterógenos, colocando-os frente a frente aos problemas das grandes cidades de hoje que os põe em causa. Pensar o modo como habitamos a megacidade contemporânea não pode estar desligado das condições que temos vindo a estudar e tem de englobar pensamentos abrangentes das circunstâncias onde se insere esse habitar, o habitat. Esta simbiose entre a qualidade do ambiente privado e a qualidade do ambiente colectivo e público tem de se informar e condicionar mutuamente, no sentido da criação de ambientes urbanos habitáveis. A falta de habitação decorrente da rápida urbanização, potenciada também pelos processos que neste momento ditam o rumo do desenvolvimento, não pode ser abordada através de uma tentativa meramente quantitativa de igualar a oferta e a procura, no sentido de “fornecer o mais rapidamente possível e ao menor custo o maior número possível de habitações”¹, mas deve pelo contrário ser abordada nos seus aspectos sociais, económicos e culturais; neste sentido, não é só necessário construir habitações mas sim construir habitats. O habitat é onde medimos a qualidade de vida colectiva mas também individual. Os desafios globais que abordamos anteriormente, surgem, na nossa era contemporânea, nas cidades; neste sentido, ao reunirmos os esforços para resolver os problemas, percebemos que o maior de todos é uma grande parte das pessoas não ter condições para viver; mais do que um mero espaço para a sobrevivência, a construção de habitações tem de ser pensada no seu conjunto habitat/habitar, para que sejam sustentados por vida pública e social e sustentáveis enquanto ambientes com qualidade urbana para o futuro. No entanto, como Friedrich Engels afirmou e Henri Lefebvre sublinhou, a questão da habitação ainda toma um lugar político menor; e hoje, apesar de se ter transformado numa questão humanitária e mediada, continua um pouco aquém no sentido da criação de soluções reais.

No seguimento de uma luta pela cidade e pelo direito à cidade, é lógica, dada a condição de crise em que vivemos, que estes se estendam a uma luta pelo direito à habitação; não como paternalismo, mas como direito. Não porque fica bem, mas porque é um bem comum. Não porque gera dinheiro, mas sim porque gera qualidade de vida. A habitação, um direito, sofre hoje com as forças do mercado, o que dificulta o acesso da maioria da população, e sofre também com o turismo e a gentrificação. Neste sentido, o que fomos vendo no capítulo *Processos* ganha aqui uma dimensão prática que atinge os 99%; face também aos ‘Desafios Globais’, cada país e cada megacidade sofre à sua maneira com estas pressões.

¹ LEFEBVRE, Henri “O direito à cidade” (1968), Estúdio e Livraria Letra Livre, Lisboa, 2012 – p.31



(em cima) **Patio & Pavilion**, Alison e Peter Smithson 1956

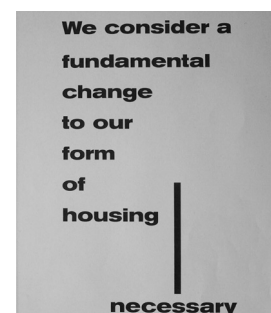
“Representa as necessidades fundamentais do habitat humano numa série de símbolos. A primeira necessidade é por um pedaço do mundo: o pátio. A segunda necessidade é de um espaço fechado: o pavilhão. Estes dois espaços são mobilados com símbolos para todas as necessidades humanas.”

(em baixo) **Cluster - ‘Habitat na paisagem’, ‘Habitat é paisagem’**. Diagrama de Peter Smithson, 1952

- imagem obtida em SMITHSON, Alison e Peter “The charged void: urbanism”, The Monacelli Press, New York, 2005 – p.30

Ao compreendermos que “o ambiente construído é uma coisa, o modo como as pessoas o habitam é outra”², podemos pensar uma abordagem arquitectural que não imponha relações entre o espaço e o homem e entre os homens mas que cria as condições para que isso possa acontecer livremente. Lefebvre distingue os significados de habitar e habitat dizendo por exemplo que o urbanismo moderno se focou na especialização do habitat e não na construção do habitar – espaço habitável, vivido e animado. O espaço especializado é portanto um espaço morto, como Richard Sennett reafirma quando fala da cidade fechada; e nesse sentido os espaços urbanos que criamos, como já temos vindo a defender, devem ser polifuncionais, heterogéneos e flexíveis. Dar resposta às mais básicas das necessidades humanas é responder no sentido íntimo e no sentido de comunidade, sendo que ambas as condições se podem materializar em espaços diferentes. Contruir ou edificar não é portanto o mesmo que habitar, segundo Martin Heidegger habitar é então estar na terra como mortal³, no entanto afirma também que este ainda não é pensado como um carácter básico do ser humano e que “...nós não habitamos porque já construímos, mas vamos construir e já construímos porque habitamos, isto é, porque somos habitantes.”⁴

Engels afirma que esta crise não é particular do (seu) momento presente⁵ é transversal aos recentes períodos da história e afecta cada vez mais população. A necessidade de um bocado do mundo e de um espaço fechado⁶, que constituem as básicas noções de habitar segundo Alison e Peter Smithson, são o que podemos identificar com Heidegger ou Lefebvre, a ligação com o mundo e a condição individual, habitat e habitar. Na sua proposta para a Casa do Futuro, em 1956, tentam simplificar as necessidades através da infinidade de possibilidades que o *Patio&Pavilion* permitem. No seu pensamento revemos a ideia de Heidegger de que a essência do edifício, do que construímos, é deixar habitar. É essencial que as habitações que construímos sejam capazes de garantir a empatia entre a casa e o homem, para além dos mínimos de ‘sobrevivência’ é precisa uma certa qualidade abstracta do espaço. Esse abstracto pressupõe a possibilidade de criar memórias, de refazer e renovar espaços, da apropriação individual e identitária do espaço de habitar. A resposta à ‘questão do alojamento’ e à ‘urbanização planetária’ só pode ser formulada quando entendermos a necessidade das duas esferas para a realização social, cultural, económica e política do ser humano; porque “a relação entre o homem e o espaço não é mais do que habitar, pensado essencialmente.”⁷



Mies van der Rohe's "Edifício Industrial," publicado na revista *G: Materials for Elemental Form-Creation*, n°3 em 1924 - imagem obtida G:An avant-garde journal of art, architecture, design, and film : 1923-1926, ed. by Michael Jennings, Tate Publications, Los Angeles 2010 - p.124-125

2 SENNETT, Richard "The fight for the city", Eurozine, 2019

3 HEIDEGGER, Martin "Building, Dwelling, Thinking" em "Basic Writings", 1954 – p.350

4 Ibidem

5 ENGELS, Friedrich "A questão do alojamento" (1852), tradução Ribeiro da costa, Editora Poveira, Porto 1971 – p.33

6 SMITHSON, Alison e Peter "The charged void: urbanism", The Monacelli Press, New York, 2005 – p.24

7 HEIDEGGER, Martin "Building, Dwelling, Thinking" em "Basic Writings", 1954 – p.359



Habitat e construir a cidade é então fazê-lo para além do espaço privado, “as pessoas não vivem só em casas. Vivem em bairros e comunidades. Ocupam edifícios mas também locais no tecido social. Um direito radical à habitação deve afirmar e proteger essa rede de relações”⁸; esse habitat é o que muitas vezes é perdido na ânsia de responder em número à questão do alojamento. O que interessa na habitação é *o que faz* pelas pessoas e não *o que é*⁹; segundo John Turner só quando a habitação for determinada também pelas famílias em conjunto com os governos locais e as empresas que estes controlam é que se pode atingir a variedade dos ambientes habitáveis; só assim a oferta e a procura podem cumprir-se e só assim as pessoas vão investir dos seus recursos na criação de ambientes urbanos mais sociáveis e inclusivos. A solução está, como vimos anteriormente, na democratização das soluções e não na centralização, seja do poder, do dinheiro, ou das possibilidades. Richard Sennett, que analisa a homogeneização da cidade e o modo como as tecnologias tendem a padronizar vários aspectos da vida, fala também da coexistência e da relação com o outro, e transmite a sua noção da dualidade entre construir e habitar no seu livro *Building and Dwelling*. O urbanismo em que Lefebvre parece não ter esperança está para Sennett fracturado porque o conhecimento de construir e o conhecimento do habitar não estão a trabalhar em conjunto na formulação de uma proposta comum; com isto, parece não haver nenhum projecto de como abrir a cidade; visto que o crescimento engloba o progresso económico, político e técnico, ao estar associado a medidas quantitativas justifica o poder político centralizado e o domínio económico emergente nas cidades.¹⁰ O facto de não conseguirmos separar a construção das habitações do sector imobiliário e da especulação do solo, leva a que o problema esteja longe de estar resolvido.

As cidades e as culturas variam em modos de habitar e na configuração dos seus habitats, mas será que conseguimos rever alguma qualidade de vida no morador que não consegue chegar ao trabalho ou comprar pão? Será que esses factores servem de justificação quando é garantido ao habitante um espaço minúsculo que ele deve assumir como casa? As disparidades das habitações andam muitas vezes lado a lado nas cidades, como é visível através de fotografias aéreas nas fronteiras destas ligações; o que nos faz pensar se, o que as pessoas mais lutam é por um lugar, pelo uso do solo, como podem estar as habitações mais abastadas lado a lado com as precárias? O caso da cidade de Mumbai constitui-se essencial nesse aspecto, como vamos ver é uma cidade de grande esperança, onde se vivem as maiores desigualdades; onde a forma urbana é densa e o habitat é rico, mas as condições das habitações, para além de informais, são problemas emergentes.

8 MADDEN, David; MARCUSE, Peter “In defense of housing”, Verso, Londres, 2016 – p.198

9 TURNER, John “Housing by people: towards autonomy in building environments” (1976), Maryon Boyards, Nova Iorque, 1991 – p.64

10 SENNETT, Richard “Building and dwelling : ethics for the city”, London : Allen Lane Penguin Books, 2018 – p.99

Ha.bi.ta.vel

1. Que pode ser habitado

Live.a.ble

1. Suitable for living in; habitable, comfortable
2. Worth living; enduring
3. That can be lived with; companionable

Subdivided Flats, Benny Lam

“Viver ali é como estar preso numa jaula”

Realizada entre 2012 e 2015, retrata os problemas do habitar em Hong Kong. - imagens obtidas em <http://photographyof-china.com/blog/benny-lam>

Aproximações:

Mumbai, a cidade máxima

“Mumbai tem a oportunidade única de fundir uma estratégia que melhore o nível de vida mantendo a sua valiosa e compacta forma urbana.”¹

Falar e tentar compreender, ainda que de modo conscientemente inocente, uma cidade como Mumbai é uma tarefa difícil. As imagens que vemos não parecem corresponder ao modo como as pessoas falam da cidade. O que poderíamos imaginar projectar para melhorar a qualidade de vida das pessoas, se só baseado nas imagens e na forma urbana, estaria completamente errado. Mumbai é uma cidade máxima. De aldeia piscatória para centro comercial e financeiro da Índia, sofre com problemas de congestionamento e crescimento populacional e com as desigualdades como nenhuma outra cidade no país, principalmente porque nenhuma tem tantos constrangimentos geográficos como esta. A coexistência dos mais pobres e dos mais ricos faz notar ainda mais as diferenças no acesso aos serviços básicos de água, saneamento, saúde e nutrição.² Se já vimos que o *boom* populacional está a ocorrer maioritariamente em grandes cidades da Índia e da China é de notar também que estes dois países juntos representam um terço da população mundial.³

A cidade de Mumbai é exemplo vivo da complexidade dos constrangimentos que apontamos anteriormente, mas também da infinidade de possibilidades, se partirmos da capacidade social e colectiva da população, como podemos ver no documentário *Mumbai: The Maximum city under pressure*⁴, onde através de várias visões informadas questionam qual pode ser o papel da arquitectura e do arquitecto numa cidade maioritariamente informal como é Mumbai. A dispersão que poderíamos imaginar óbvia numa cidade com mais de 20 milhões de pessoas vê-se condicionada – para o bem e para o mal – pela geografia; com isto, as condições de *slum* em que habita a maioria da população é a manifestação física de reclamação de um direito à cidade a partir da autoconstrução e da criação própria de possibilidades que as instituições governamentais falham em proporcionar. Por outro lado, não será Mumbai a maior cidade da Índia mas sim Deli que se prevê que ultrapasse a população de Tóquio até 2028, atingindo pela previsão das Nações Unidas quase 39 milhões de habitantes.⁵

1 RODE, Philippe “Mumbai: the compact megacity” em “India: understanding the maximum city”, Urban Age conference, India 2007 – p.45

2 PARASURAMAN, S. “Uncovering the Myth of Urban Development in Mumbai” em “India: Understanding the Maximum City”, Urban Age conference, India 2007 – p.39

3 SUDJIC, Deyan “Managing chaos” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “Living in the endless city”, Phaidon Press, London, 2011

4 BRILLEMBOURG, Alfred e KLUMPNER, Hubert “Mumbai: maximum city under pressure”, dirigido por Markus Kneer, 15min, Índia e Suíça 2014

5 Revision of World Urbanization Prospects, Nações Unidas, 2018



Para Rahul Mehrotra, arquiteto indiano, as cidades do seu país são compostas por dois componentes que coabitam o mesmo espaço físico: a cidade estática, compacta e a cidade cinética, temporária;⁶ ambas são essenciais na cultura indiana, aumentando a responsabilidade da arquitetura e do urbanismo de as sobrepor e respeitar, tentando ao mesmo tempo reduzir as desigualdades que se sentem, potenciadas pelos fluxos globais de dinheiro e bens que influenciam a distribuição da riqueza e da população no território. “A existência de dois mundos no mesmo espaço implica que devemos acomodar e sobrepor usos, percepções e formas físicas variáveis”⁷, numa cidade que tem uma população equivalente a duas vezes a Dinamarca e que ocupa 450km²⁸ de terra; dessa compactação e da sua geografia advém a sua eficiência e heterogeneidade; traduzidas na visão de Suketu Mehta, escritor indiano, no seu livro sobre Mumbai *Maximum City*; motivo pelo qual Ricky Burdett também descreve a cidade, “com 15 milhões de pessoas dentro dos seus limites municipais, Mumbai é a maior cidade, a mais rápida, a mais rica da Índia, uma cidade a experienciar simultaneamente um *boom* e uma emergência cívica; uma ilha-estado de esperança num país muito velho. Por causa do alcance dos filmes de Bollywood, Mumbai é também uma massa de sonhos para as pessoas na Índia. Se dermos um passeio por Mumbai vamos ver que tudo – sexo, morte, trocas e religião – é

Mumbai, da série Unequal Scenes de Johnny Miller

“A área em torno do complexo Bandra Kurla é uma mistura de extrema riqueza e extrema pobreza, incluindo os generais consulados de vários países, sedes corporativas, e da Bolsa Nacional de Valores.”

- imagem obtida na página do autor <https://www.unequalscenes.com/mumbai>

6 MEHROTRA, Rahul “The static and the kinetic” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007 – p.108-110

7 Idem – p.112

8 RODE, Philippe “Mumbai: the compact megacity” em “India: understanding the maximum city”, conferência Urban Age, India 2007 – p.45



Mumbai, fotografia de Rajesh Vora, 2008

Mumbai, entre a densidade habitacional, as complexas misturas de vida e trabalho e a sua localização ao longo dos caminhos-de-ferro.

- imagem obtida em <https://lsciti.es/photographs/mumbai-s-dense-neighborhoods>

vivido no passeio. É uma cidade máxima, máxima nas suas exigências, máxima no seu coração.”⁹ Máxima também em crescimento populacional e financeiro, condição que fomentou o crescimento de outros sectores como as telecomunicações, a construção e o sector imobiliário; apesar disso, 55% da população de Mumbai vive em *slums* e 65% da população trabalhadora está no sector informal¹⁰, pelo que é necessário que o planeamento do desenvolvimento ocorra em prol da melhoria da qualidade de vida dessas pessoas e não no seu deslocamento em prol de construções mais rentáveis, como já vimos noutros casos de ‘limpeza’ dos *slums*. No entanto, ouvimos no documentário realizado pelo Urban-Think Tank (UT³) que já não planeamos cidades, que o urbanismo ocorre sem planeadores e sem arquitectos, que uma cidade com 80 mil habitantes tem 80 mil arquitectos; no caso de Mumbai, onde nos últimos quarenta anos cerca de 80% da cidade ocorreu de modo informal¹¹ isso é muito visível. Contudo, “os *slums* de Mumbai são de dois tipos: os autorizados, aos quais a autoridade municipal tem a responsabilidade de providenciar os serviços básicos, e os não autorizados, que são objecto de demolição e aos quais não existe dever da cidade de providenciar

9 BURDETT, Richard “Architecture and Society”, Bienal de Veneza, 10ª Mostra internacional de Arquitectura, Marsilio, Veneza, 2006 – p.243

10 BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “Living in the endless city”, Phaidon Press, London, 2011 – p.87

11 BRILLEMBOURG, Alfred e KLUMPNER, Hubert “Mumbai: maximum city under pressure”, dirigido por Markus Kneer, 15min, India e Suíça 2014

71 613
hab/km²
Bhuleshwar
informação Urban Age

12,4
milhões de
habitantes
2018

39 376_{Rs}
renda mensal de uma casa
com um quarto
505€

479_{km²}

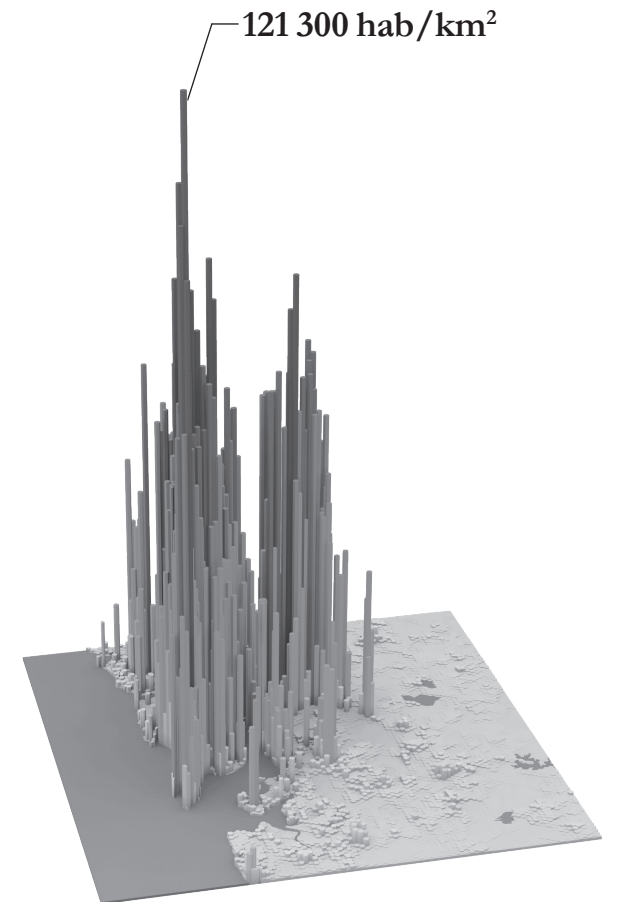
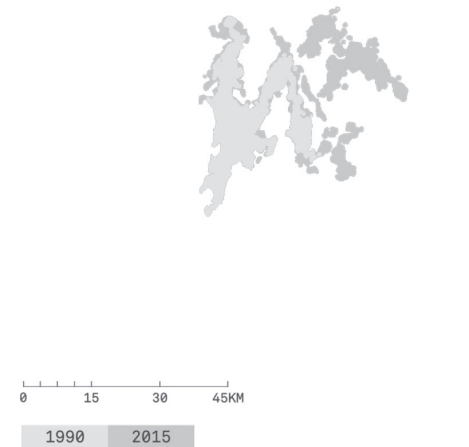
25 887
hab/km²
2018

55%
vive em *slums*

65%
trabalha no sector
informal

Planta de 1km² da morfologia
urbana do bairro Bhuleshwar
- desenho da autora

Vista aérea do mesmo km²
- imagem retirada do google
maps



Planta do crescimento e expansão territorial face ao aumento populacional, diferença da pegada urbana entre 1990 e 2015 - imagem obtida na página do projecto Urban Age

Gráfico de densidade, pico nos 121 300 hab/km² - gráfico obtido na página do projecto Urban Age

água e electricidade.”¹² Com cerca de 55% da população de Mumbai a habitar em condições de *slum* – a sua vida é caracterizada por habitações degradadas, fraca higiene, congestão, maus serviços cívicos e no entanto a sua crescente expansão nas periferias, sendo que Dharavi é o epicentro.¹³

A compreensão da cidade só se faz a partir da compreensão das suas dicotomias, os *slums* lado a lado com os condomínios, o centro financeiro e o sector informal, os comboios sobrelotados e a indústria de Bollywood. A cidade resulta e continua a atrair mais e mais pessoas por isto mesmo, no entanto, não nos podemos conformar com o modo como algumas pessoas se sujeitam a viver, por um lugar nessa complexidade. Os imigrantes e a força trabalhadora que migrou do campo, maioritariamente pouco instruída, é essencial para a cidade; a proximidade entre os mais ricos e os mais pobres é a forma mais eficaz dos mais pobres sobreviverem, por estarem perto dos locais de trabalho. A destruição dos bairros de lata onde habita essa massa trabalhadora menos qualificada para o seu realojamento na periferia faz com que seja comprometida a sua possibilidade de acesso aos meios de subsistência; ao mesmo tempo que lhes é dada uma ‘propriedade’ é-lhes tirada a proximidade; são obrigados a gastar mais dinheiro e tempo em transportes, e abala a sua estrutura social, económica e cultural, tão facilitada pela circunstância espacial anterior.¹⁴ A eficácia e possibilidades inerentes à compactação, à densidade e heterogeneidade urbana do centro da cidade, à facilidade de acesso a empregos e serviços, faz muitas vezes com que as pessoas aceitem viver em condições desumanas. Neste sentido o que está errado não é essas pessoas aceitarem, mas sim não construirmos melhores alternativas. Numa cidade em que a densidade populacional, por exemplo em Dharavi, é superior à densidade populacional vertical de Hong Kong ou Manhattan¹⁵, sem o mínimo de condições, é um aspecto preocupante, emergente e urgente. Dharavi, o maior assentamento informal de Mumbai, tem cerca de um milhão de habitantes; é uma ferramenta essencial da cidade, pela força trabalhadora e da economia informal, bem como pelo facto de reciclarem 75% do lixo produzido na cidade.¹⁶ Compreender estes *slums* é compreender o direito à cidade materializado quando não é garantido pelas instituições governamentais; “num *slum* em Mumbai, não há indivíduo, há um só organismo”¹⁷; é a solução encontrada por essas pessoas de habitar a cidade, de garantir o acesso a

12 BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “Living in the endless city”, Phaidon Press, London, 2011 – p.89

13 PARASURAMAN, S. “Uncovering the myth of urban development in Mumbai” em “India: understanding the maximum city”, Urban Age conference, India 2007 – p.39

14 Idem – p.40

15 RODE, Philippe “Mumbai: the compact megacity” em “India: understanding the maximum city”, Urban Age conference, India 2007 – p.45

16 BRILLEMBOURG, Alfred e KLUMPNER, Hubert “Mumbai: maximum city under pressure”, dirigido por Markus Kneer, 15min, Índia e Suíça 2014

17 BURDETT, Richard “Architecture and Society”, Bienal de Veneza, 10ª Mostra internacional de Arquitectura, Marsilio, Veneza, 2006 – p.243



empregos e a melhores possibilidades de futuro, comparada às perspectivas que tinham de vida no campo. Geeta Mehta partilha no documentário a visão de três aspectos positivos e devido aos quais não devemos ignorar e destruir os *slums*: o capital social – famílias e pessoas juntas; a densidade – pois permite que os residentes preencham as necessidades uns dos outros; e a esperança – da qual afirma não saber a razão, vinda da religião, de Bollywood, ou das mudanças que apesar de pequenas se vão sentindo positivas; juntando as três coisas podemos re-imaginar estes habitats¹⁸, mantendo as qualidades mas melhorando a construção. É essa compactação presente, talvez exagerada em Dharavi, mas transversal à cidade, que faz com que a maioria das deslocações sejam feitas a pé e com que poucas pessoas possuam viatura privada; devido ao congestionamento mas também porque conseguem chegar ao trabalho em menos de 15min (o tempo médio das deslocações é de 25 minutos comparados com os 42 de Londres).¹⁹ É necessário que o desenvolvimento da agenda da mobilidade se faça consoante um processo democrático e responda às necessidades da maioria da população; no entanto, vemos que por um lado, os políticos estão preocupados com o crescente nível de congestão e poluição, enquanto que por outro lado, as políticas dos transportes continuam a encorajar o uso dos veículos privados.²⁰

“Os cinco estados da ocupação”, esquema utilizado por Rahul Mehrotra na sua conferência sobre a Cidade Cinética, 2012 - imagem obtida em <http://theinformalcity.blogspot.com/2013/03/the-kinetic-city.html>

¹⁸ BRILLEMBOURG, Alfred e KLUMNER, Hubert “Mumbai: maximum city under pressure”, dirigido por Markus Kneer, 15min, Índia e Suíça 2014

¹⁹ BURDETT, Richard “Architecture and Society”, Bienal de Veneza, 10ª Mostra internacional de Arquitectura, Marsilio, Veneza, 2006 – p.243

²⁰ SUDJIC, Deyan “Managing chaos” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “Living in the endless city”, Phaidon Press, London, 2011 - p.127

Como abordar o planeamento numa cidade onde tanto a informalidade como a explosão financeira se fazem sentir cada vez mais? Como qualificar o ambiente construído e manter a densidade social dos *slums*?

Numa entrevista à Urban Next sobre como abordar a *Kinetic City*, Rahul Mehrotra, que vimos propor um alternativa de urbanismo efémero perante a cultura e rapidez de cidades como Mumbai em que a urgência do planeamento não é compatível com o modo como o concebemos tradicionalmente no mundo ocidental, afirma que é necessária a recuperação da teoria para a compreensão do que se passa no terreno e que no caso das cidades indianas “a arquitectura não é o único jogador na criação do urbano. Não podemos pensar o urbano na Índia através da arquitectura...”. Com isto, e praticando a arquitectura enquanto disciplina teórica e prática, reforça a necessidade de uma mudança de paradigma se queremos ‘resolver’ os constrangimentos de uma cidade como Mumbai; uma mudança em temporalidade, materialidade e governação. Não defende a escolha entre construir uma cidade permanente ou uma cidade temporária, como já pudemos ver, defende antes que ambas são necessárias no seu conjunto para a formulação da vida urbana contemporânea; o que espera que enquanto arquitectos consigamos fazer é movermo-nos “entre a cidade e a arquitectura, para unir os binários ricos/pobres, o estado/privado, o formal/informal; unir a cidade, o desenho urbano e a arquitectura.”²¹

Com isto, a resolução do congestionamento e da mobilidade na cidade de Mumbai, a preservação da compactação e da densidade ao mesmo tempo que se melhora a qualidade das casas e da vida da população é o maior desafio; “implementar uma infraestrutura de transportes e organizar a mobilidade ao mesmo tempo que é mantida uma visão estratégica do desenvolvimento da cidade é uma das pressões mais críticas da governação urbana de Mumbai.”²² No entanto, para Brillembourg, esse pensamento tem de ter um rumo e uma escala diferentes do que foi o desenvolvido no ocidente, “precisamos de uma nova maneira de perceber e habitar a cidade. Não podemos pensar mais a cidade compacta, sem carros e linhas de transporte público, isso esta bem para uma cidade como Londres; para uma cidade máxima, megacidades do sul, isso não é possível.”²³

21 MEHROTRA, Rahul “The Kinetic City”, entrevista por Ibai Rigby, Urban Next, Mumbai, Fevereiro 2016

22 RODE, Philippe “Mumbai: the compact megacity” em “India: understanding the maximum city”, Urban Age conference, India 2007 – p.45

23 BRILLEMBOURG, Alfred e KLUMPNER, Hubert “Mumbai: maximum city under pressure”, dirigido por Markus Kneer, 15min, India e Suíça 2014



A situação que descreve Suketu Mehta, quando afirma acreditar no futuro da humanidade

Caminhos-de-ferro suburbanos de mumbai, fotografia de Chirodeep Chaudhuri, 2007 - imagem obtida em <https://urbanage.lsecities.net/photographs/mumbai-s-suburban-rai-system>

Onde fica o comum?

**Texas, fotografias de
Christoph Gielen**

- imagens obtidas na página do
autor [http://www.christoph-
gielen.com/newsite/category/
work/](http://www.christoph-gielen.com/newsite/category/work/)

1 GLAESER, Edward
“Triumph of the city” (2011),
Pan Books, Londres, 2012 – p.1

“Toda a humanidade podia caber no Texas, cada um de nós com a sua casa individual.”¹



Densidade Urbana

“Nova Iorque, Mumbai e Londres enfrentam uma crescente procura por habitação, mas os efeitos dessa procura nos preços vão depender da oferta.”¹

A oferta de habitação, principalmente de habitação a preços acessíveis para os 99%, é condicionada por aspectos que podem, ou não, escapar ao controlo das instituições governamentais, tais como a escassez de terreno disponível, as forças do mercado imobiliário, o nível de globalização da cidade e o modo com está distribuída a riqueza e a população no território. Ao não ser pensada e governada em toda a sua abrangência, a compactação urbana pode ter em si as consequências mais comuns da urbanização, que segundo Edward Glaeser são a poluição do ar, o congestionamento e a propagação facilitada de doenças; no entanto, através de políticas geridas multidisciplinarmente, as cidades podem ser “a ausência de espaço físico entre os seres humanos. Essa proximidade possibilita o fluxo de bens e ideias, e o uso partilhado de alegrias urbanas, incluindo museus, parques e restaurantes. A proximidade também reduz as emissões de carbono associadas a longas viagens de carro e às grandes casas nos subúrbios.”²

Jane Jacobs, quando defende o tipo de bairro em que habita, onde a densidade de relações na rua existe só na medida em que os edifícios são relativamente baixos, faz o raciocínio de que essa condição iria manter os preços baixos; o que, com o aumento da procura, tem os efeitos contrários. Edward Glaeser explica-nos que a oferta e a procura não funciona do modo que Jacobs previa, quando não conseguimos dar resposta à crescente procura isso vai fazer com que os preços aumentem, e no caso específico da habitação, faz com que as pessoas deixem de poder habitar um certo edifício, um certo bairro ou uma certa zona. Ora, se os centros ficam exponencialmente mais caros, as pessoas e a sua diversidade cultural e social vão ser substituídas pela fatia da população que pode pagar, com isto, perdendo a diversidade também se perde a vida de rua que Jane Jacobs defende. O jogo é então muito mais complexo. Com isto, percebemos que projectar a densidade não é então atingir um certo número ou uma certa forma urbana construída, mas sim garantir em diferentes morfologias o número de pessoas, de serviços, de actividades e de possibilidades, que permitam, na relação com o espaço da privacidade, gerar qualidade de vida. Não é uma busca numérica ou quantitativa, mas antes uma mistura heterogénea e qualitativa.

A criação de ambientes densos e diversificados é a ferramenta que nos permite neste momento responder melhor ao crescente aumento de população, no sentido de criarmos espaço para todos e um ambiente urbano ao qual todos consigam ter acesso. “Para reduzir o consumo de combus-

1 GLAESER, Edward “Triumph of the city” (2011), Pan Books, Londres, 2012 – p.150

2 GLAESER, Edward “Congestion, Contagion, Crime” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018 – p.86



20 anos depois
Pudong, Shanghai, 1990-2010
- imagem obtida em <https://www.instagram.com/p/B12yILVF6y/>

tível e as emissões, são necessárias políticas que promovam a compactação urbana e o transporte público”³; neste sentido também Glaeser fez parte da realização de um estudo que lhe permite afirmar que é efectivamente menos poluidor vivermos em ambientes compactos. A densidade da zona onde habitamos tem obviamente um grande impacto no modo como nos movimentamos, das distâncias que percorremos e no tempo que gastamos a ir de um lado para o outro; ir ao supermercado, ir (buscar os filhos) à escola, ir para o trabalho ou ir jantar fora. Mesmo que queiramos utilizar a nossa viatura privada, por comodidade, se vivermos numa área urbana densa é provável que o supermercado, a escola, o trabalho e o restaurante estejam bastante perto, o que reduz igualmente os custos pessoais e ambientais. No entanto, não só em termos de infraestrutura e gastos que podemos defender o seu ponto de vista, o estudo também concluiu que é igualmente visível na habitação, que os apartamentos ou as casas por terem geralmente menores dimensões gastam menos energia (uma casa familiar vulgar suburbana gasta em média mais 88% de electricidade que um apartamento vulgar num edifício com 5 ou mais habitações).⁴ É essencial que, antes de apontarmos o dedo aos países em desenvolvimento que têm de lidar em poucos anos com o que nós lidamos em décadas, façamos ‘em nossa casa’ o que defendemos que deve ser a abordagem ao planeamento e ao desenvolvimento mais conscientes, inclusivos e sustentáveis futuramente; evitando paradoxos, e aqui Edward Glaeser refere-se aos habitantes dos Estados Unidos, que não sejamos uma “nação de motoristas de SUV a tentar dizer a uma nação de ciclistas para não conduzir motos.”⁵

Voltando às cidades Chinesas, onde é visível esta híper-densidade, como o caso de Pudong em Xangai ou de Guangzhou que faz parte do Pearl River Delta, onde a opção da compactação, para além de dar resposta à rápida e crescente chegada de população, é feita de modo a proporcionar ambientes produtivos e eficientes, atrair turistas e investimento financeiro; com isto estas “cidades instantâneas”⁶, como Pudong, acarretam consequências de falta de coesão com o seu sistema económico local. O caso de Hong Kong, que serve frequentemente de imagem das desvantagens da densidade, que é a cidade onde se atingem os maiores níveis de densidade do mundo⁷, surge da conjugação de dois factores: o rápido crescimento da população e a escassez de terreno. Esta cidade é um caso diferente dos que temos vindo a tratar porque aqui todo o solo é da cidade, tendo portanto o governo o controlo da sua venda e do seu uso.⁸

3 JENKS, Mike e BURGESS, Rod, “The Compact City, A sustainable urban form?”, Spon Press, London 2000 – p.23

4 GLAESER, Edward “The benefits of density”, Urban Age, 2012-<https://urbanage.lsecities.net/essays/the-benefits-of-density>

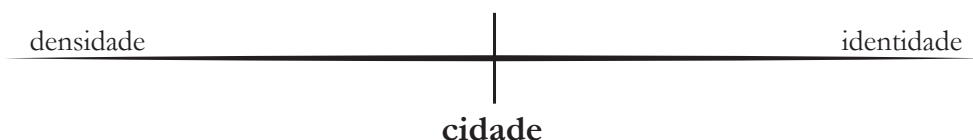
5 Ibidem

6 JENKS, Mike e BURGESS, Rod, “The Compact Cities: sustainable urban forms for developing countries”, Spon Press, London 2000 – p.114

7 Idem – p.245

8 JENKS, Mike e BURGESS, Rod, “The Compact Cities: sustainable urban forms for developing countries”, Spon Press, London 2000 – p.248

forças opostas ou ambas essenciais?



Se poderíamos pensar que esse factor, contrariamente a uma cidade como Nova Iorque, teria algum efeito no controlo dos preços do solo, temos de pensar novamente. O mercado imobiliário de Hong Kong é um dos mais caros do mundo, e embora metade da população da cidade viva em habitações públicas, o que é visível é a tendência de aumento de preços e diminuição do espaço das habitações. Neste sentido, encontramos novamente a disparidade entre o habitat e o habitar; se o habitat é garantido pela compactação e o fácil acesso a espaços abertos, transportes públicos, espaços de lazer e zonas naturais; por outro lado os espaços de habitar chegam a ser reduzidos ao espaço de uma cama, pondo em causa a privacidade, higiene e saúde dos habitantes.⁹ Hong Kong serve de exemplo de como associar indiscriminadamente a compactação urbana aos benefícios ambientais está errado; no entanto, continuam a ser desenvolvidas novas formas de construir e novos modos de habitar que podem, no futuro, tornar estes ambientes densos viáveis em termos de benefícios ambientais mais certos, que nos possam ajudar a evitar fragilidades como a qualidade do ar, o barulho e o desperdício.

Entre o habitat e o habitar, entre a densidade e a identidade, está o comum, a cidade
- esquema da autora, 2019

⁹ JENKS, Mike e BURGESS, Rod, "The Compact Cities: sustainable urban forms for developing countries", Spon Press, London 2000 – p.248



Nova Iorque, Jean-Jacques Sempé

- imagem obtida em <https://image-republic.com/en/sempe/108-sempe-new-york.html>

Não se trata então de defender cidades híper-densas em todo o seu tecido, mas de garantir possibilidade de escolha e poder de decisão e participação aos habitantes; perceber que se “a densidade intensifica a capacidade para encontros, e os encontros intensificam a capacidade dessa densidade”¹⁰, não se trata de definir e prever esses encontros mas de garantir que há espaço suficiente para que eles ocorram naturalmente. Podemos ler nos vários textos do livro *Compact Cities*, que a cidade compacta e a densidade não são uma prescrição médica; há que avaliar cada lugar e planejar a partir daí; compreender que não temos de escolher entre a híper-densidade e a dispersão, mas que podemos misturar vários níveis de compactação na mesma cidade; que a linha entre a compactação aceitável e a superlotação tem de ser percebida e vai variar de lugar para lugar, de cultura para cultura, “no mundo do planeamento, não importa quão convincente a teoria, se o processo de implementação produz desigualdades, declínio económico, injustiças sociais e pobre ‘qualidade de vida’, vai falhar – a sociedade não se vai sujeitar. Assim, a teoria e a capacidade de implementação têm de andar de mãos dadas.”¹¹

Neste sentido, casos como a cidade de Nova Iorque, onde muitas vezes se assume que a densidade significa prosperidade e riqueza, ajudam-nos a perceber como o planeamento e a distribuição dos recursos é muitas vezes perversa, deixando à margem os residentes em prol da criação de investimento do sector privado sem nenhuma visão comum, de gerar riqueza e atrair novos investimentos e turismo, que acaba por gentrificar bairros que outrora teriam as boas qualidades de um ambiente compacto e diverso. Abordar então cidades desenvolvidas, norte americanas, como é o caso de Nova Iorque, ou europeias, como são exemplo Paris e Londres, ajuda-nos a perceber os desafios globais e o modo como se apresentam nas cidades do capitalismo avançado, que devem dados os seus recursos tecnológicos, de conhecimento e capital, marcar o ritmo das possibilidades de uma megacidade no século XXI.

¹⁰ MERRIFIELD, Andy “The urban question under planetary urbanization” em BRENNER, Neil “Implosions, explosions: towards a study of planetary urbanization”, Jovis, Berlim 2014 – p.173

¹¹ JENKS, Mike e BURGESS, Rod, “The Compact City, A sustainable urban form?”, Spon Press, London 2000 – p.76

Aproximações:

Projectar (n)a cidade compacta de Nova Iorque

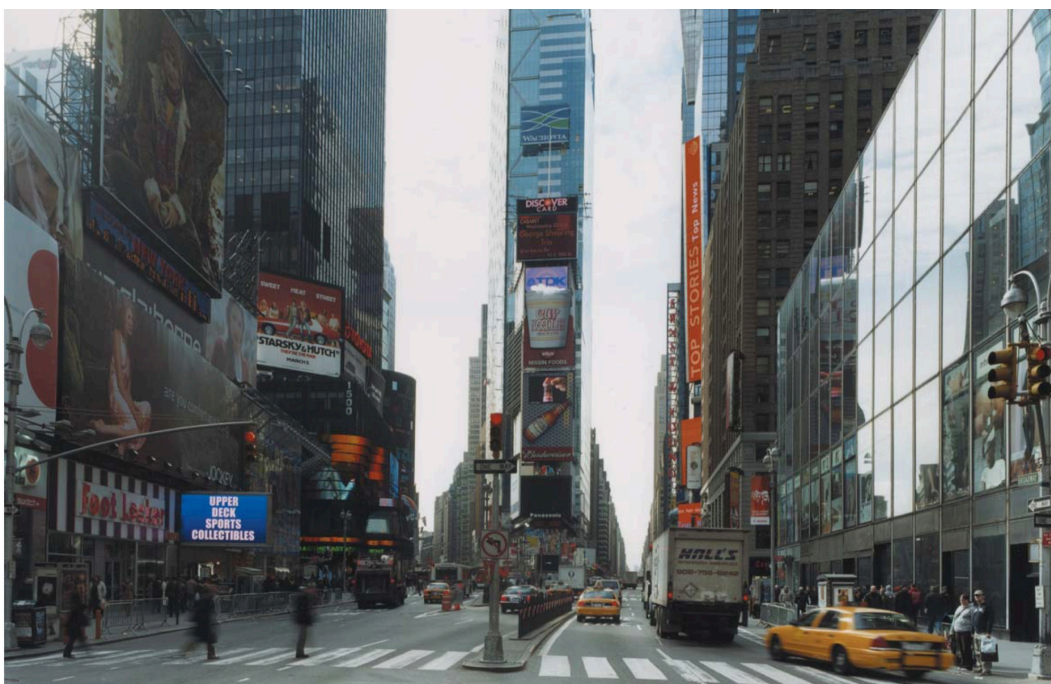
No seu livro *Morte e Vida de Grandes Cidades Americanas*, Jane Jacobs mostra-nos a beleza de andar a pé pela cidade de Nova Iorque a meio do século XX. A cidade mudou, progrediu defendem alguns, e talvez essa beleza esteja agora em cheque, talvez já não habitem no bairro pessoas que Jacobs conheceria ou com as quais conviveria e talvez a loja em frente seja agora uma Apple Store, no entanto, a cidade continua a atrair pessoas e mesmo com essa consciência talvez não haja quem recuse um passeio pelas ruas de Nova Iorque.

O investimento privado e o desenvolvimento financeiro de uma cidade são factores importantes, mas a que custo? “Pode uma cidade ser demasiado bem sucedida para o seu próprio bem? Onde o crime é baixo, os metros andam a horas, a cultura é de classe mundial e os restaurantes têm estrela Michelin.” Suketu Mehta, afirma que sim, que a cidade pode ser demasiado bem sucedida para o seu próprio bem “se isso significar que não vamos poder viver nessa cidade.”¹

O que vimos anteriormente nos pontos ‘Do plano à cidade’ e ‘Gerar e Gerir’ são processos e aspectos que podemos ver materializados nos desenvolvimentos da cidade de Nova Iorque ao longo do último século. Há medida que avançamos, percebemos que o planeamento e os edifícios que construímos têm de ter em atenção o panorama geral; se fazemos e pensamos arquitectura para que ela possa ser para todos, então temos de ter consciência das forças por trás das propostas e do impacto, o mais aproximado da realidade possível, que o nosso projecto pode ou vai ter. A cidade compacta, e a consequente densificação heterogénea dos ambientes urbanos, não se assume como forma urbana ou estilo de vida correcto. Não há certo nem errado, há tentativa da criação de um estilo de vida que possa ser sustentável e que crie a melhor qualidade de vida possível para a maioria da população. Não se trata, como já vimos, de impor um estilo de vida, trata-se, por um lado, de criar as condições necessárias para quem quer viver na cidade e não a consegue alcançar, e por outro lado, de tentar criar condições para o aumento da população. Se nos é dito que toda a humanidade caberia no Texas mesmo com uma morfologia de moradia unifamiliar, para além de ficarmos com uma ideia diferente do que é a extensão e o tamanho do estado do Texas, ficamos também alarmados pelo que seria a vida nesse lugar. As cidades proporcionam a concentração que não encontramos em nenhum outro lado, mesmo nos países em desenvolvimento é a “densidade urbana que providência o caminho mais claro da pobreza à prosperidade”² e não é só por já termos

1 MEHTA, Suketu “Narratives of inclusion: can cities help us live together?”, conferencia Urban Age, 10 dezembro 2015

2 GLAESER, Edward “Triumph of the city” (2011), Pan Books, Londres, 2012 – p.1



aprendido que juntos temos mais possibilidades mas porque se têm vindo a provar também que a dispersão das pessoas pelo território arrasta muitos outros problemas de eficiência, sustentabilidade, tempo, governação, etcetera.

Nova Iorque, fotografia de Gabriele Basilico, exibida na Bienal de Veneza de 2006, “Cities: Architecture and Society” - imagem obtida no catálogo da exposição p.148

Os paradoxos de uma cidade como Nova Iorque são os paradoxos de uma metrópole contemporânea, onde “a proximidade se tornou mais valiosa à medida que os custos de conexão de longas distâncias diminuíram”³, onde 8 milhões de pessoas habitam (21 milhões na região metropolitana), uma cidade caracterizada por ser uma maioria minoritária⁴, por ter 37% de população estrangeira e por ser a cidade com maior densidade dos Estados Unidos⁵, onde apenas 33% das habitações são ocupadas pelos donos⁶, e onde existem *hot beds* cujo aluguer de apenas uma cama individual para dormir é feito por turnos de oito horas.⁷

A grelha e a compactação dos edifícios que dão forma a Manhattan e a sua infraestrutura eficiente de mobilidade permitem à população circular maioritariamente de transporte público, sendo que

3 Idem – p.6

4 BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007 – p.76

5 BURDETT, Richard “Architecture and Society”, Bienal de Veneza, 10ª Mostra internacional de Arquitectura, Marsilio, Veneza, 2006

6 BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007 – p.76

7 MEHTA, Suketu “Narratives of inclusion: can cities help us live together?”, conferencia Urban Age, 10 dezembro 2015



Upper East Side, Nova Iorque - imagem obtida em <https://www.nytimes.com/2014/03/16/realestate/for-starters-the-upper-east-side.html>

40% vai a pé para o trabalho⁸, “apesar de nos Estados Unidos como um todo ser quinze vezes mais provável as pessoas irem de carro para o trabalho, os habitantes da cidade de Nova Iorque têm duas vezes mais probabilidade de ir de transporte público.”⁹ As desigualdades de uma cidade como Nova Iorque sentem-se na sua maioria no acesso à habitação e na distribuição da riqueza se pensarmos que os 5% mais ricos têm oitenta e oito vezes mais do que os 20% mais pobres.¹⁰ Apesar disso, é a cidade onde as pessoas mais depositam a esperança de mudar e melhorar a sua qualidade de vida; cabe então à cidade e ao modo como se desenvolve e se governa, assegurar que todos têm a mesma oportunidade. A mesma grelha pensada no caso de Barcelona para democratizar o uso do solo tem, na cidade americana e como já vimos anteriormente, a propensão de gerar investimento. Deyan Sudjic afirma que a cidade ‘está quase bem’, é uma mistura de confusão e dinamismo, como uma cidade aberta deve ser; no entanto, quando olhamos mais atentamente vemos que são postas em prática as maiores desigualdades através da habitação e do estado imobiliário, da qual Nova Iorque é capital. Ora, este tipo de desenvolvimento não pode ser benéfico para todos - como aliás nenhum consegue - mas a neoliberalização do sector habitacional e da cidade e as forças opostas

⁸ SUDJIC, Deyan “Finding its nerve” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007 – p.78

⁹ GLAESER, Edward “The benefits of density”, Urban Age, 2012-<https://urbanage.lsecities.net/essays/the-benefits-of-density>

¹⁰ FAINSTEIN, Susan “Behind the boom” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007 – p.81

59 150
hab/km²

Upper East Side
informação Urban Age

3 089 \$
renda mensal de uma casa
com um quarto
2808€

1.629
milhões de
habitantes
Manhattan 2017

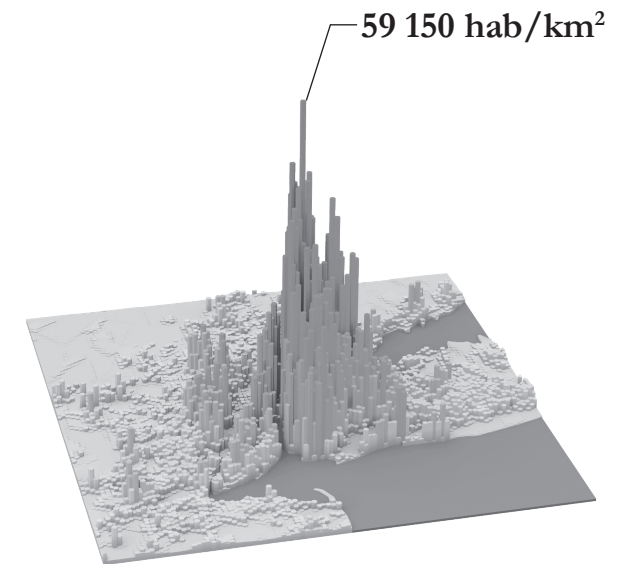
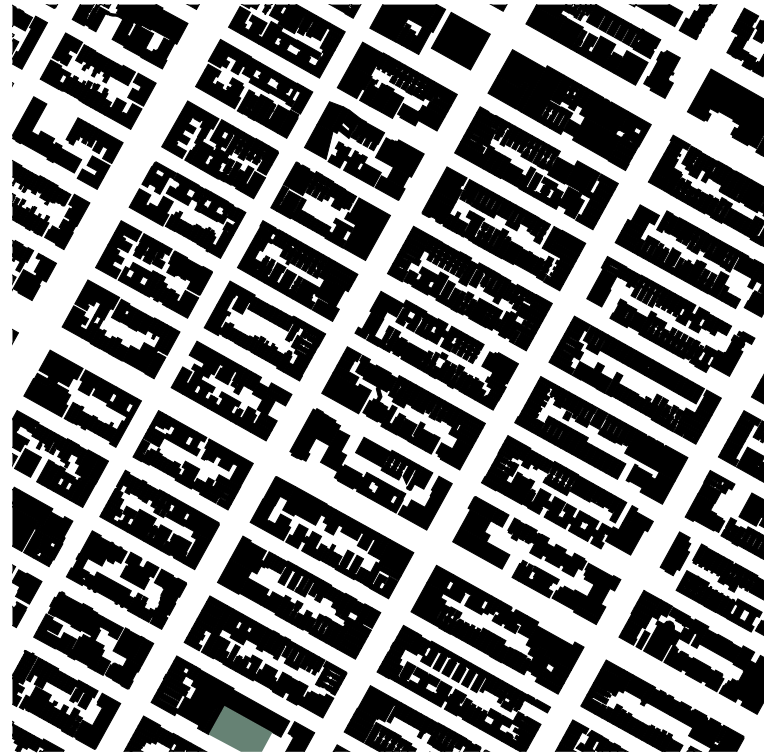
59 km²
Manhattan
2017

27 800
hab/km²
Manhattan 2017

37%
nasceu no
estrangeiro

Planta de 1km² da morfologia
urbana do bairro Upper East
Side - desenho da autora

Vista aérea do mesmo km²
- imagem retirada do google
maps



Planta da desigualdade espacial da cidade de Nova Iorque, 2016 -
imagem do programa LSE Cities obtida na página do projecto Urban Age

Gráfico de densidade, pico nos 59 150 hab/km² - gráfico obtido na
página do projecto Urban Age

que atuam garantem oportunidades apenas a alguns, privando uma maioria. Numa cidade global, como afirma Saskia Sassen, a criação de empregos é o que atrai as pessoas, sendo em Nova Iorque 93% do emprego no sector dos serviços¹¹, a cidade coloca-se também nos circuitos globais do capital, da cultura e do turismo.

Estas divergências que temos vindo a enumerar fazem com que a cidade seja difícil de caracterizar mas que continua a atrair mais e mais população. Para analisar o campo da habitação numa cidade como Nova Iorque é necessário, mais do que olhar para o que aconteceu com Robert Moses no século XX ou recuar até há implementação da grelha e ao aparecimento dos arranha-céus, compreender o que tem vindo a ser posto em prática neste século; onde “em cada canto da cidade de Nova Iorque o sector imobiliário está a atacar a habitação.”¹² O recente desenvolvimento urbano da cidade foi pautado por duas governações, que Samuel Stein afirma não terem nada a ver na raiz mas que acusa de pôr em prática as mesmas médias. Michael Bloomberg, empresário que assumiu o cargo de governador da cidade em 2002, levou a cabo um intensivo estudo da cidade e propôs um novo plano de rezoaneamento cujo objectivo era introduzir mais densidade e facilitar a mobilidade em massa, num esforço pelo planeamento do uso do solo e um novo alento na produção de habitação acessível. “Contudo, enquanto o governador declarou o compromisso de aumentar a oferta de habitação acessível, incorporado em incentivos adicionais a investidores privados e na disponibilização de fundos públicos, a contínua subida dos preços dos terrenos fez com que a adição de novas habitações fosse extremamente difícil.”¹³ O rezoneamento veio, segundo autores como Stein e Sassen, potenciar a gentrificação e a subida dos preços das habitações, dificultando o acesso das populações com menores rendimentos à habitação na cidade. Ambos os autores referem casos como os Atlantic Yards, uma das zonas alvo do plano que a socióloga descreve como a transformação a zona activa de comércios num distrito de arranha-céus e residências de luxo.¹⁴ Não é exemplo único, numa cidade onde o sector imobiliário é a fatia maior do produto interno bruto da região metropolitana, e onde há apenas três anos os edifícios e o terreno atingiram um valor de mercado superior a um trilião de dólares.¹⁵ Um outro caso, na zona de West Chelsea, onde existem projectos de interesse e valor público como High Line, que Amanda Burden da comissão de planeamento afirma ser prova da negociação entre público e privado para dar à cidade espaços públicos de qualidade; e os Hudson Yards, um complexo que está ainda hoje em construção e que já atingiu o pico

11 BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007 – p.76

12 MADDEN, David; MARCUSE, Peter “In defense of housing”, Verso, Londres, 2016 – p.16

13 FAINSTEIN, Susan “Behind the boom” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007 – p.88

14 STEIN, Samuel “Capital City. Gentrification and the Real Estate State”, Verso, London 2019 – p.85

15 Idem – p.80



de controvérsia, sendo o maior investimento privado do país; quinze bilhões de dólares em escritórios, hotel e habitações¹⁶, numa cidade onde a necessidade maior é habitação para a população com menor rendimento. O rezoneamento da cidade, 122 zonas aprovadas, cujo objectivo era diminuir as desigualdades e incentivar a construção de novas habitações de preço acessível, fica aquém nos resultados. O que Stein explica é que aumentar a oferta de habitação não desce por si só os preços das casas, e que em muitos casos até acontece o contrário, visto que os investidores os constroem para a camada mais alta e não para a maior necessidade; “o sector imobiliário funciona como plural - em vez de mercados singulares - o que significa que o aumento da oferta no topo do mercado não faz nada para reduzir a procura no fundo; os compradores de habitação de luxo muitas vezes não vivem lá a tempo inteiro, criando assim um enorme mercado para apartamentos vazios.”¹⁷

Os desenvolvimentos não foram então de acordo com o objectivo do planeamento, afastando e homogeneizando a cidade, segregando as diferenças do seu tecido social e gentrificando os seus bairros tradicionais, o que põe em evidência a necessidade de envolvermos mais a população e de, quando não se posicionam em prol do bem comum, controlar o que são investimentos exclusivamente especulativos, que destroem o tecido da cidade.

Hudson Yards em 2007

“Os Hudson Yards é uma das últimas fronteiras disponíveis para desenvolvimento em Manhattan.”

Legenda da imagem no catálogo. Fotografia cedida pela Cidade de Nova Iorque para a Bienal de Veneza de 2006, “Cities: Architecture and Society” - imagem obtida no catálogo da exposição p.156

¹⁶ STEIN, Samuel “Capital City. Gentrification and the Real Estate State”, Verso, London 2019 – p.85

¹⁷ Idem – p.89

Richard Sennett, que fala das recentes alterações à emblemática Times Square, pondo-a em contraponto com a antiga ágora, afirma que o espaço que era da cidade foi dedicado a turistas, apelidando-o de “vazio no coração da cidade”¹⁸; um espaço que era para Deyan Sudjic “aspecto-chave da vida contemporânea, único na cidade moderna, onde estranhos se podem reunir para partilhar a experiência da vida na cidade.”¹⁹ No entanto, segundo Saskia Sassen, estamos a assistir a um novo tipo de políticas urbanas da propriedade do solo, onde são substituídos o pequeno e público pelo grande e privado, “transformação sistemática no padrão de propriedade dos terrenos nas cidades, o que tem implicações profundas e significativas para a igualdade, a democracia e os direitos.”²⁰, isto não só vai contra a textura e porosidade do ambiente construído, como defende Richard Sennett, como privatiza e desurbaniza o espaço da cidade.

“O que está a acontecer em Nova Iorque está a acontecer por todo o país e por todo o mundo. (...) Têm em comum a raiz: são todas situações em que a busca de lucro na habitação está a entrar em conflito com o seu uso para habitar.”²¹ Os aspectos como a especulação, os condomínios de luxo, a segregação e a gentrificação, manifestam-se de maneira diferente mas acabam por ser transversais às cidades que já referimos, processos que Sassen apelida provenientes de um certo gigantismo e que Rem Koolhaas vê como *Bigness*, advém da oposição entre quem explora as habitações e quem as quer para habitar. Numa cidade como Nova Iorque é importante desenvolvermos uma abordagem ao planeamento que consiga desligar a arquitectura do arranha-céu e a densidade urbana desses processos privados e meramente especulativos; se queremos que sejam ferramentas para evolução das cidades assentes na inclusão e na melhoria da qualidade de vida, que criem *cityness* em vez de a destruir.²²

Porque se a habitação se tornou uma comodidade a que poucos conseguem ter acesso, se deixou de ser vista como um bem comum e passou a ser vista como um investimento seguro de capital, como é que vamos conseguir responder à crise habitacional que se sente um pouco por todo o mundo?

(ao lado) Midtown Manhattan, David Openheimer, 2017 - imagem obtida na página do autor <https://www.flickr.com/photos/live-musicphotography/albums/with/72157678750396843>

- informação retirada do livro BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007 – p.76

18 SENNETT, Richard “Efficient or sociable cities?” em *City Transformations, Urban Age*, 2013

19 SUDJIC, Deyan “Finding its nerve” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007 – p.80

20 SASSEN, Saskia “Who owns the city?”, em *Governing Urban Futures*, Delhi 2014

21 MADDEN, David; MARCUSE, Peter “In defense of housing”, Verso, Londres, 2016 – p.17

22 SASSEN, Saskia “Who owns the city?”, em *Governing Urban Futures*, Delhi 2014



Apenas 33% das habitações de Nova Iorque são habitadas pelos proprietários.

Michael Wolf, Back Door 02, série Life in Cities, Hong Kong - imagem obtida na página do autor <http://photomichaelwolf.com/>

1 “Global population at Hong Kong’s density”, LSE Cities, Urban Age program, junho 2017

“Cinco bilhões de pessoas vão viver em cidades em 2030. Acomodar o crescimento urbano mundial até 2030 nos níveis de densidade de Los Angeles ia cobrir metade da União Europeia. Nos níveis de densidade de Hong Kong a globalidade da população urbana cabia na metade norte de Itália.”¹



Moldar a densidade

Vimos anteriormente que a densidade não é só um número, mas que atingir o equilíbrio entre densidade e qualidade de vida se torna difícil quando o desenvolvimento é feito através dos processos especulativos e segregadores que vimos, e quando não é pensada em todas as vertentes. Moldar a densidade tem de passar pela compreensão e procura que temos vindo a fazer; pela compreensão das condições actuais que ditam constrangimentos à formulação do habitat, com os quais temos de aprender a construir; significa perceber que segundo os princípios da cidade aberta é também deixar o que construímos incompleto e criar as condições para o que temos vindo a defender que a densidade significa aconteça. Procurar um sentido de habitar na densidade que nos permita a nossa identidade na privacidade mas também uma identidade na relação com o habitat. Construir a cidade hoje é então jogar com mistura de densidades no tecido urbano, com diferentes modos e identidades de habitar, com espaços públicos, distribuições funcionais, com abertura e segurança, mistura de conhecido e familiar. Na mistura de pessoas, rotinas, transportes públicos, viaturas privadas, criar habitats que permitam que essa densidade crie possibilidades e condições positivas para a qualidade de vida de cada um. Moldar a densidade é construir a cidade aberta. Moldar significa então encontrar equilíbrio(s) no ambiente urbano entre a qualidade do habitat e a qualidade do habitar, sendo que esse equilíbrio será diferente de cidade para cidade, de bairro para bairro, de edifício para edifício, de espaço público para espaço público. Isto é, criar condições para que os diferentes elementos gerem cidade. Segundo Alison e Peter Smithson, o que gera bem-estar é esta identidade¹, potenciada, a meu ver, quando é tanto individual como colectiva; acrescentam que “para compreender o padrão das associações humanas temos de considerar cada comunidade no seu espaço particular”, reforçando a ideia de que não pode existir um número ou razão certa quando o assunto é a vida urbana.

A necessidade da arquitectura questionar, projectar e propor, a necessidade do elogio, está também presente no que toca ao tecido da cidade, da sua observação e dos espaços existentes que poderiam estar mais disponíveis para a cidade se tornar mais densa, mais diversa e mais aberta. Interiores de quarteirão que - por passagens, construção de equipamentos, jardins ou mesmo habitações - poderiam reclamados para a cidade. Também vemos edifícios vazios, expectantes, que não pertencem ao domínio legal da cidade mas cujos proprietários mantêm abandonados à espera do melhor investimento ou de melhores condições de construção. Rés-do-chão sem lojas ou serviços que poderiam ser transformados também em habitações. São várias as alternativas disponíveis, no entanto existem questões de propriedade que por não fazerem parte do domínio de governação da cidade têm de ser tidas em conta e (talvez só até certo ponto) respeitadas.

1 SMITHSON, Alison e Peter “The charged void: urbanism”, The Monacelli Press, New York, 2005 – p.24

Como vimos anteriormente, a escala, escassez e rapidez em que os acontecimentos têm ocorrido põem na cidade e em quem faz cidade uma pressão acrescida de responsabilidade e urgência. A nossa função de arquitectos tem de ser informada também pelo que consideramos ‘casa’, que elementos se constituem essenciais ao habitar? Que elementos e comodidades se constituem essenciais à identidade do habitar? A densidade não pode ser pensada como um fim, mas tem de ser pensada como um meio para atingir a qualidade de vida do habitar, com a consciência “que a cidade densa tem de ser construída mas que ao construir a cidade não se deve esquecer a casa, considerada no singular, para o utilizador privado que vai colocar o seu nome na caixa de correio.”² Construir habitação é abordar o desejo de habitar ‘aquela casa’ e moldar a densidade de acordo com o desejo de habitar ‘aquele bairro’; acreditar na densidade é fazer de cada habitação uma casa.³

O reconhecimento da necessidade do planeamento ser multidisciplinar, independente da escala, é algo que no aspecto da densidade se apresenta preponderante, dada a quantidade de pessoas envolvidas e com isso a quantidade de diversidade e necessidades a que é necessário dar resposta. Deyan Sudjic fala de grandes planeamentos dizendo que “são caros, demoram muito, e muitas vezes não funcionam”⁴, no entanto, recuperar o planeamento para o lado da maioria da população implica repensar a sua escala, e assumir que, tal como na ideia de Acupuntura Urbana de Manuel Solà-Morales, cada intervenção tem um papel essencial na construção e qualidade do todo. *A ansia de influência*⁵, de deixar completo, de sentir a obra acabada, e de mostrar obra, impede muitas vezes a consideração de alternativas ao método corrente de terreno-projecto-construção. Esta abordagem, em cidades densas onde a maioria do solo já está construído, leva muitas vezes à procura de *terrain vagues*, muitas vezes mais afastados e mais desligados. Um caso contrário ao que acabei de descrever é a intervenção de Anne Lacaton, Jean-Philippe Vassal e Frédéric Druot em Paris, onde constroem menos e pensam mais, onde fazem mais com menos, como defende ser necessário Alejandro Aravena. O projecto consiste na reconstrução de um edifício de habitação social no limite norte de Paris, junto à *périphérique*. Este anel que cria os limites do centro da cidade, constrói uma condição envolvente barulhenta e hostil no convívio entre as pessoas e a velocidade dos carros. Numa perspectiva que segundo Richard Sennett é errada e que acaba por ‘fechar’ a cidade, muitos dos edifícios de habitação social da cidade localizam-se junto a este limite, sendo que segundo Jean-Louis Missika⁶ os preços entre um lado da via e o outro variam consideravelmente, chegando

2 PER, Aurora, MOZAS, Javier, ARPA, Javier “Density is Home”, a+t Research Group, 2011 – p.9

3 Idem – p.13

4 SUDJIC, Deyan “Unfinished Cities”, Urban Age, 2013

5 Tradução do título da conferência proferida por Alfredo Brillembourg, na FAUP, “The architect and the city: anxiety of influence”, 31 de maio de 2019

6 Vice presidente da Câmara de Paris, responsável pelo urbanismo, arquitectura, projectos da Grande Paris, desenvolvimento económico e atractividade



a ser o dobro.⁷ O edifício a que aqui nos referimos foi construído em 1962 por Raymond Lopez⁸ e foi marcado para demolição, no entanto, os arquitectos não viram justificação para agirem de acordo com o processo proposto de demolição-projecto-construção, tendo decidido recuperar o edifício e adaptá-lo, tentando ‘fazer de cada habitação uma casa’. Das 96 habitações resultaram então 96 casas com melhores áreas, mais luz, com as mesmas pessoas e mais algumas, dado que alguns apartamentos estavam há data vazios e ao aumento da tipologia em alguns casos. O edifício sofreu maioritariamente intervenções ao nível dos espaços colectivos como a entrada, a melhoria dos espaços interiores comuns e o acrescento de varandas e jardins de inverno. A área de cada casa foi então aumentada e o consumo energético diminuiu 50%, graças à gestão passiva feita pelos jardins de inverno. Fazendo parte do programa Paris Habitat, as rendas mantiveram-se estáveis e os apartamentos mantiveram-se todos parte da oferta de habitação pública da cidade. A torre Bois-le-Prête de que aqui falamos foi então requalificada sem deslocações dos moradores, melhorando as condições de ocupação de todos os espaços. Esta metamorfose urbana mostra como moldar a densidade não pressupõe total controlo, nem precisa de ser feita a partir da *tábula rasa*, e que existem opções menos dispendiosas, mais rápidas e com mais qualidade.

Transformação da torre Bois le Prête, projecto de Anne Lacaton, Jean-Philippe Vassal e Frédéric Druot, no 17º arrondissement de Paris, 2011 - imagens obtidas em <http://www.lacatonvassal.com>

A transformação como manifesto arquitectónico.

⁷ MISSIKA, Jean-Louis “Comparing urban development models – Paris”, urban age conference Addis Ababa, 29 novembro 2018

⁸ LACATON & VASSAL, el croquis 1993-2017, edição Fernando Márquez Cecilia e Richard Leyene, Madrid, 2017



Dois projectos do Urban Think Tank, grupo do qual faz parte Alfredo Brillembourg, ambos na cidade venezuelana de Caracas, como a Torre David que pudemos ver anteriormente. O grupo, colocando-se à margem do pensamento corrente e da actuação tradicional de um escritório de arquitetura, desenvolveu os dois projectos tentando proporcionar melhores condições de habitabilidade e inclusão nas dinâmicas da cidades das quais, pela localização geográfica, estão deslocados. O teleférico (metrocab) veio facilitar as deslocações entre o bairro e a cidade, tornando a mobilidade dos trabalhadores mais rápida e mais eficiente, ao mesmo tempo que inclui a zona em percursos urbanos mais integradores e dilui a situação de limite. O ginásio vertical surge da necessidade de espaços desportivos seguros, para além disso o grupo viu e criou a oportunidade de espaços comunitários que sirvam a envolvente e que pudessem ser geridos autonomamente e consoante as necessidades da comunidade. O sentido de construção colectiva e de utilidade das intervenções fazem com que o sentido de pertença leve à preservação comum.

- fotografias obtidas na página do grupo Urban Think Tank

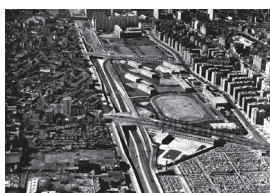
Abordagens à densidade baseiam-se na maioria dos casos em edifícios de habitação, no entanto, há outros modos de moldar a densidade quando entendemos isso como ferramenta para a construção de qualidade de vida. Moldar a densidade manifesta-se também através de edifícios públicos ou equipamentos, melhorias nos transportes ou nas infraestruturas, porque isso também é densidade, por isso também melhora a relação habitat-habitar. O tema permite-nos enumerar então infinitos projectos que de algum modo, grandes planos ou pequenas intervenções, tiveram impacto positivo na qualidade de vida de quem pode usufruir da sua existência. Projectos como o Ginásio Vertical ou o Teleférico, do grupo Urban Think-Tank, em Caracas. Ambos partem da visão do grupo de que a cidade informal existe e é tão respeitável ou rica como a cidade tradicional, no entanto tem menos meios; com isso, as intervenções que fazem são pura acupuntura urbana que tenta possibilitar qualidade de vida a quem se vê sem meios económicos e sem apoio por parte das instituições governamentais. Ajudam as pessoas, unindo-se a elas, a reclamar o seu direito a estar ali, numa “ambição urbana de máxima ambição que está a ser implementada devagar mas certamente em total separação com os oficiais planos de Caracas.”⁹

Moldar a densidade é abordar o direito e o desejo de habitar um determinado lugar, é o jogo multidisciplinar de tentar ganhar qualidade de vida para as pessoas que habitam essa cidade, esse bairro, essa casa. Mesmo na cidade compacta, mesmo na densidade, as pessoas têm de sentir que têm o seu canto no mundo, onde possam criar memórias e apropriar-se do (seu) espaço. Responder ao desafio global de falta de habitação faz-se com cada habitação que é recuperada, construída ou à qual são dadas condições. Moldar a densidade é perceber os processos e as forças em acção e tentar resolve-los com a consciência de que vamos habitar essa densidade.

⁹ PROVOOST, Michelle e VANSTIPHOUT, Wouter “Facts on the ground: Urbanismo from Midroad to Ditch” Harvard Magazine, Harvard n°25, 2006

Aproximações:

Habitar a densidade em Paris



Cidades como Paris, que não sofrem tanto com os desafios globais que já mencionamos, mas que ainda falham em dar resposta ao nível do acesso à habitação, sofrem com constrangimentos que ditam a sua capacidade de resposta. Um deles é arquitectónico e foi deixado por Haussmann. Vimos que a cidade sofreu e se moldou ao que foram as intervenções do meio do século XIX, mas continua ainda hoje impedida de crescer e de se renovar por questões de património ligadas aos edifícios haussmannianos.¹ O outro é infraestrutural. A *périphérique*, via que já mencionamos anteriormente dita a compactação da cidade, o que é positivo, mas também funciona como barreira na ligação entre o ‘dentro e fora’, dificultando a integração de projectos ‘fora’. Segundo o que escreve Deyan Sudjic “a Paris que é definida pelos limites da *périphérique* é incapaz do tipo de mudança que trouxe a cidade à existência em primeiro lugar. Paris, se as tendências actuais continuarem, está condenada a tornar-se numa versão a larga escala de Veneza”²; no entanto, apesar de a tradição ter de ser compreendida como evolutiva e não estanque, uma abordagem semelhante à de Haussmann punha em causa as revoluções pelas quais a população já lutou, pondo em causa o caminho de uma cidade que se quer mais inclusiva, aberta e diversa.

Apesar de não sofrerem tão intensivamente com os desafios que enumeramos anteriormente, como cidades na Índia ou na China, torna-se essencial nas cidades europeias descobrir novas soluções para habitar-mos juntos. É uma das cidades mais densas, que se vê hoje quase construída na totalidade, constrangida pelos problemas de património e escassez de espaço no centro. A importância da história da cidade é evidente ao longo da dissertação, desde o planeamento às revoluções, da especulação à luta pelo direito à cidade. Serve também de prova que a densidade e a qualidade de vida podem coexistir e intensificar-se, que o que temos vindo a defender não assenta apenas em suposições mas tem uma ponte com a realidade de habitar no centro de Paris.

A cidade, com dois milhões de habitantes no seu centro, é densa e compacta apesar de não se aventurar em altura (fruto ainda das intervenções do Barão Haussmann), é com essa mistura e diversidade de funções, habitações e comércio, escritórios e museus que a cidade atrai tanta população, tantos turistas e crescentemente mais emigrantes.

Fotografias da construção do Boulevard Périphérique, entrada da Porte de Vanves e de Châtillon (1961) e Porte Vincennes (1969), fotografias de Laurent Baziller - imagens obtidas em <http://www.laurent-baziller-graphiste.fr/fortifs/histoire10.html>

1 MISSIKA, Jean-Louis “Comparing urban development models – Paris”, urban age conference Addis Ababa, 29 novembro 2018

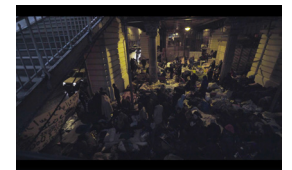
2 SUDJIC, Deyan “Unfinished Cities”, Urban Age, 2013



Os telhados de Paris, fotografia tirada do cimo da Catedral Notre Dame de Paris, no inverno de 2017-18. - fotografia da autora

Não importa a que edifício temos oportunidade de subir no centro de Paris, a vista será um mar denso de coberturas inclinadas e escuras, com janelas e varandas, respiros e chaminés, acrescentos, empenas, escadas, pátios, águas furtadas.

É visível também, no contraste com as avenidas com lojas e os monumentos, uma quantidade crescente de emigrantes sem tecto, ou mesmo refugiados, como pudemos também ver no documentário *Human Flow*. É sobre estes paradoxos que a cidade tem de se reinventar e construir para não se tornar fechada, completa, e consequentemente ‘morta’. O programa Reinventer Paris, lançado em 2017, pretende ser uma abordagem inovadora por parte da câmara aos projectos urbanos públicos, na tentativa de evitar que o projecto seja feito e construído por apresentar mais vantagens económicas e em vez disso ser levado a cabo pelo que oferece mais à cidade, à zona e aos habitantes³. Nesse sentido, abriram o concurso a equipas multidisciplinares sobre vinte e três lotes pertencentes à câmara, de modo a construir a proposta que melhor se integrasse no local. As crescentes preocupações da cidade com a oferta habitacional, principalmente a custos acessíveis aos parisienses com menos rendimentos, ditam o aparecimento de novas regras aos investimentos e empreendimentos privados, que passam a ter de cumprir com mínimos de habitação de renda acessível para a construção dos seus projectos. Esses mínimos dependem da zona, mas a cidade, que tem neste momento 21% de habitação acessível, pretende atingir os 30% até 2030, visto que os pedidos continuam a aumentar.



Amanhecer e anoitecer dos sem-tecto na cidade de Paris - imagens retiradas do documentário de Ai Weiwei, *Human Flow*, 2017

³ MISSIKA, Jean-Louis “Comparing urban development models – Paris”, urban age conference Addis Ababa, 29 novembro 2018



Passeio do rio Sena. Um lugar onde antes só passavam carros transforma-se num grande passeio ao longo do rio, aberto a todos - Fotografia da autora, Paris 2017

Um ponto positivo da habitação social em Paris é localizar-se quase toda dentro do centro da cidade e ser gerida pelo programa já mencionado Paris Habitat, outro, proveniente desta mistura imposta, é garantir que não se formam na cidade zonas e guetos, tanto de pobreza como de riqueza; mantendo o nível de mistura social, cultural e funcional, a densidade de Paris consegue ser mantida, mantendo a qualidade de vida.

A cidade de Paris está a tentar dar resposta ao que Justin McGuirk afirma ser o domínio 'público' em recessão, que "os serviços públicos estão à mercê das políticas de austeridade, a habitação social está a ser vendida e o espaço público é cada vez menos. Num clima neoliberal implacável, os bens comuns parecem oferecer uma alternativa à batalha entre o público e o privado." O objectivo, segundo Missika, é criar Bens Urbanos Comuns, quando se refere a intervenções nos espaços públicos que visam a inclusão e a diversidade de espaços espalhados pela cidade. Refere a requalificação dos passeios do rio Sena, que antes serviam de circulação viária e hoje são uma continuidade de espaços diversos pedonais, que servem a população da cidade com ar limpo, bons espaços públicos e mistura social. Prova, com as mudanças que têm sido implementadas na cidade, que os bens urbanos comuns podem ir mais além das hortas comunitárias e ter um impacto na população em geral; que podem abranger problemas de habitação, de energia e qualidade do ar. Que, efectivamente, a cidade poder ser "re-imaginada como comum?"

30 000
hab/km²

17^o arrondissement
informação Mairie de Paris

27,8€
aluguer m²

17^o arrondissement
informação Mairie de Paris

1202€

renda mensal de uma casa
com um quarto

2.14
milhões de
habitantes
2019

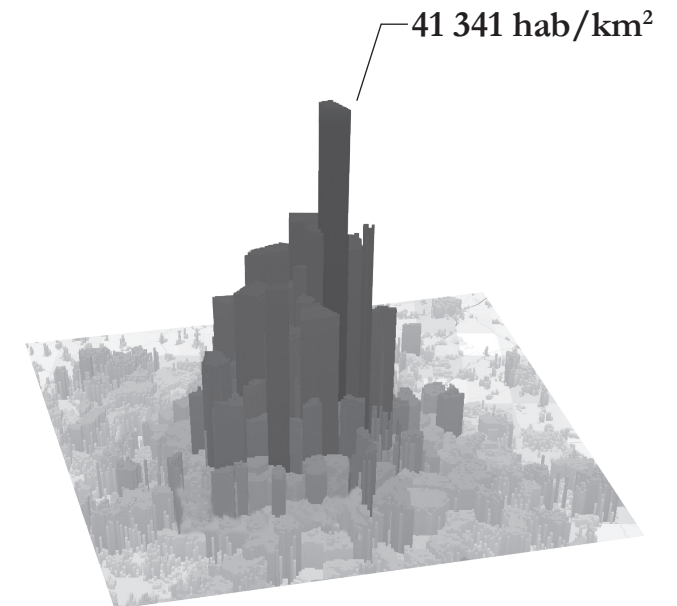
105 km²

20 380
hab/km²
média 2019

346 000
apartamentos vazios
na cidade

Planta de 1km² da morfologia
urbana do 17^o arrondisse-
ment - desenho da autora

Vista aérea do mesmo km²
- imagem retirada do google
maps



Planta da distribuição da densidade pelos arrondissements do cen-
tro, pico no 11^o - imagem retirada da Marie de Paris

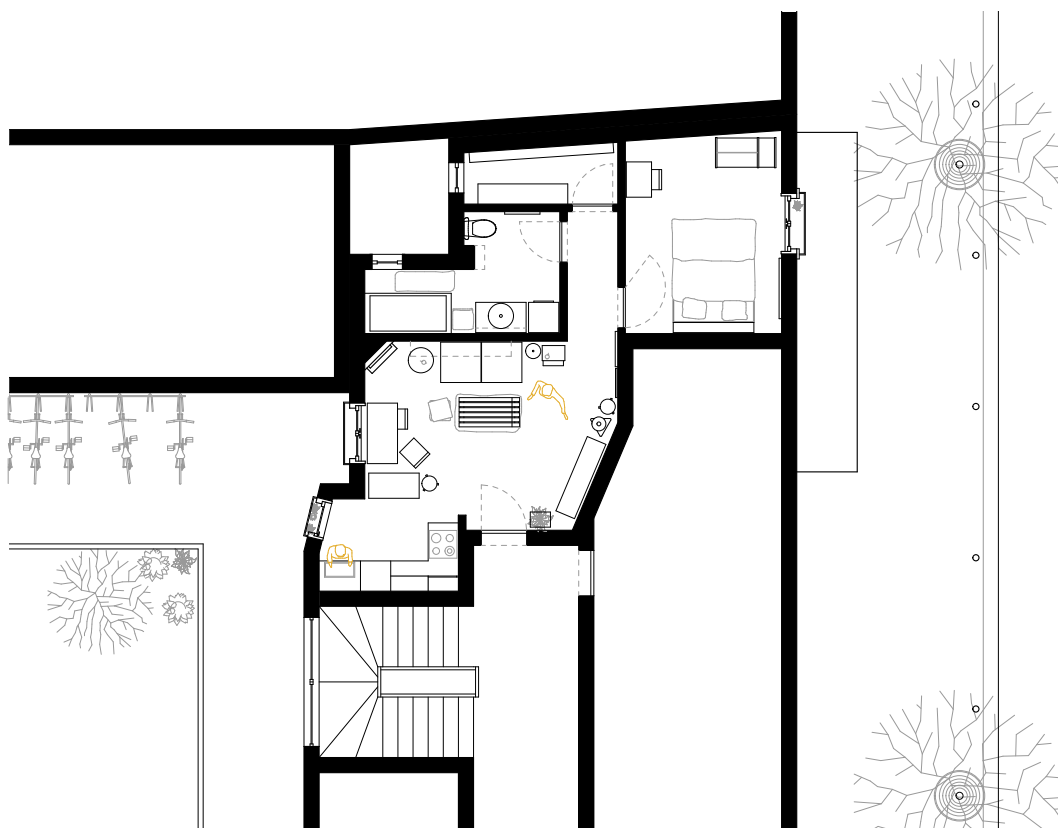
Gráfico de densidade, pico nos 41 341 hab/km² - gráfico retirado do
site *Human Terrain*



Para além da esperança de um dia poder habitar a cidade que por aqui vou mencionando, de experimentar o dia-a-dia dessas megacidades, existe a esperança de voltar a habitar a cidade de Paris, que serve aqui de ponte entre a procura e a aproximação, sendo experiência.

Casa em Paris - fotografia da autora, 2017

A nossa casa no 17º arrondissement tinha 44m². Situada no número 171 da Avenue de Clichy, no limite norte da cidade, a dez minutos a pé da périphérique. No terceiro andar de um edifício sem elevador. A casa já estava mobilada, pelo que conseguimos escapar ao constrangimento de levar os móveis para cima. A casa pode ser definida como acolhedora. Quando nos mudamos conseguimos perceber que a casa não era igual aos restantes t1 (ou t2 na terminologia francesa), que já tinham sido feitas remodelações que tinham mudado radicalmente a distribuição funcional da casa. Para melhor, do que conseguimos apurar. A porta abre para a sala, com um tamanho razoável para um sofá, uma mesa baixa e uma alta, um estante para livros. Tinha uma janela para o pátio central do quarteirão. E um edifício justaposto ao limite da janela mas meio piso a baixo. Sim, podíamos ter filmado uma espécie de janela indiscreta, mas nunca se proporcionou. Também tínhamos uma lareira mas nunca funcionou. A sala era aberta para a cozinha, essa sim, tinha medidas a que não estamos tão acostumados. Mas era estranhamente funcional. Tinha também um balcão para refeições. Uma janela que também dava para o pátio e que tinha arrumação em baixo. Isso foi uma novidade. Frigorífico, fogão, forno. E uma gaveta de utensílios que só descobrimos passado umas semanas. Da sala, por um espaço a que não posso chamar corredor mas que também não tinha tamanho para lhe chamar outra coisa, tínhamos em frente uma pequena divisão de arrumos, à direita o quarto e à esquerda a casa de banho, que por ser bastante grande pensamos que possa ter sido anteriormente o lugar da cozinha. Tinha também duas janelas, que davam para um saguão. Uma máquina de lavar. E secar, o que se mostrou bastante útil no frio de Paris. No entanto é de ressaltar



Casa em Paris - planta do apartamento e das relações envolventes com a rua, o corredor e as escadas, os apartamentos contíguos, o saguão e o pátio comum.

O apartamento de *deux pièces* (segundo a terminologia francesa em que se conta o quarto e a sala), com os móveis e tudo o que fazia parte da casa, do que lá encontramos e mudamos de sítio e do que fomos adquirindo ao longo dos meses. Apesar de feita a partir das memórias do espaço e de algumas fotografias tiradas ao longo do tempo, é a representação mais aproximada das relações entre nós e o espaço, e entre os espaços e as diferentes distribuições da área que sabemos que o apartamento tinha livre.

a existência, em todo o lado, de aquecimento! O quarto, que talvez tivesse sido outrora a sala, era bastante grande. Uma cama, um armário e uma secretária. A janela dava para a avenida. O pé direito de toda a casa era alto, sendo que alto não é uma medida, mas que consigo lembrar-me ser perto de 3? 3,5? Comparada com as casas do Porto, este t1 era ‘pequeno’. Mas nunca o sentimos pequeno. Aliás, não consigo imaginar onde poderia fazer falta espaço. No que toca ao habitar cumpria todos os requisitos para lhe poder chamar casa. Mesmo que só por cinco meses.

Os nossos percursos começavam sempre a pé. Sim, em Paris anda-se a pé. Conduzir torna-se limitador numa cidade tão compacta. Andar a pé é a melhor opção, a cidade é quase plana, excepto em Montmartre é certo, mas mesmo aí compensa. Ao sairmos da porta só temos de andar quatro minutos até ao metro, quer para um lado quer para o outro. Não nos pudemos nunca queixar da localização, o metro, os autocarros, o comboio, a distância certa da confusão das zonas mais turísticas. O percurso para a faculdade tinha duas versões. Apanhar o metro em Brochant, trocar na Place de Clichy, e depois caminhar da estação de Belleville até à ENSA-PB. Preferíamos o outro percurso, no caso de não estar a chover; neste percurso alternativo andávamos dezassete minutos até à estação de Rome. Víamos de relance o Sacre-Couer e apanhávamos o metro directo até à estação de Belleville. Para além de o passeio ser agradável até à estação de Rome, este percurso tornava-se uma alternativa melhor à sobrelotação do metro que tínhamos de apanhar entre Brochant e a Place de Clichy. Chegamos a ter de ver passar vários metros até conseguirmos ganhar atitude de sardinha, para entrar.



As comodidades estavam todas à nossa porta. Um Carrefour no edifício ao lado, que se mostrava útil ao fim da tarde. Uma padaria em frente, que nos permitia comer uma baguette quentinha de manhã. Uma farmácia ao atravessar a rua, da qual não precisamos mais do que uma ou duas vezes. Várias mercearias em pouca caminhada. Vários supermercados no regresso pela estação de Rome. Um café onde gostávamos de trabalhar ou tomar o pequeno almoço, o Dose, também nesse percurso. Um ginásio nas traseiras de nossa casa. Um parque a dois minutos. Vários restaurantes e lojas de comunicações e de conveniência. Um mercado, onde tinha talho, mercearia, frutaria, outro supermercado, florista e padaria também. Nos vários percursos tínhamos Bancos. Os correios eram antes da estação de Brochant. Nada destas funções era de grande escala, os supermercados eram no rés-do-chão dos edifícios e o ginásio, os restaurantes e os correios também. Os edifícios tinham várias funções e isso é que permitia termos tudo tão perto. Na Place de Clichy, a quinze minutos a pé, tínhamos mais autocarros, mais restaurantes, bares, um cinema, e a partir daí chegar à Gare Saint-Lazare ou à Ópera eram dez minutos. Também na zona da faculdade tínhamos estas facilidades. Estávamos no Pompidou em meia hora. Íamos ao Parc de Belleville e tínhamos na rua da faculdade vários restaurantes, lojas e mercearias asiáticas. Às quarta havia no Boulevard de la Villette, em frente à faculdade, um mercado. A peixeira era portuguesa e comíamos *salafel* ao almoço. Em quinze minutos estávamos na République, onde tínhamos mais cafés, bares, lojas e serviços.

A forma urbana da cidade, apesar de a maioria dos edifícios não terem cêrceas elevadas, é o aproveitamento do solo. No nosso quarteirão o interior estava preenchido com casas. A entrada pela Avenida permitia aceder à nossa caixa de escadas, mas permitia também avançar até ao pátio central. Nesse pátio plantam-se ervas aromáticas, localizam-se os contentores do lixo e da reciclagem, deixam-se as bicicletas e acede-se a mais edifícios. A compactação introduzida nos quarteirões permite que mais pessoas habitem o centro, acedam às facilidades e comodidades que referi. A densidade das habitações permite a densidade de funções, e vice-versa. No que toca ao habitat a cidade cumpriu, para nós, todos os requisitos

No entanto, haver tanta gente sem casa, faz com que o habitat e o habitat não estejam garantidos para todas as pessoas, impondo à cidade a necessidade de se renovar e adaptar. Tanta gente a dormir nas estações de metro, tanto as que são debaixo do solo como nas que são elevadas. As filas dos trabalhos diários ou temporários também eram de um tamanho que fazia questionar a capacidade da cidade de proporcionar àquelas pessoas melhores possibilidades. Muitas vezes com as famílias e as tendas montadas nas filas. Paris não sofre tão agressivamente com as migrações e não existem na cidade zonas ditas informais ou em condições de *slum*. Contudo ainda existe muito para fazer se existirem pessoas a viver na rua. É preciso, nas cidades compactas, pensar novas maneiras de incluir toda a gente, reinventar a densidade e adaptá-la, molda-la aos desafios deste século.

Fotografias da Rue Piat, perto da faculdade no 11^o arrondissement - fotografias da autora, Paris, 2017

Milhares de pessoas atravessam este cruzamento diariamente, a sua composição é, alegadamente, inspirado na Times Square. - imagem obtida em <https://edition.cnn.com/travel/article/shibuya-crossing-tokyo-japan/index.html>

1 JENKS, Mike e BURGESS, Rod, "The Compact City, A sustainable urban form?", Spon Press, London 2000, p.66

“A densidade, em si, não tem muita importância a não ser que esteja relacionada com a forma construída. E que o compacto é insignificante a não ser que esteja relacionado com alguns factos e figuras.”¹



Densidade ou qualidade de vida?



Esquema da relação entre a estrutura urbana e o caminho para a qualidade de vida - esquema realizado pela autora, 2019

As cidades que já referimos apresentam, para lá de número de habitantes e pressões bastante distintas, valores de densidade e formas urbanas bastante diferentes. Será que podemos conceber um padrão de densidade que esteja directamente relacionado com a qualidade de vida? Tendo em conta os processos e desenvolvimentos que estudamos parece uma suposição fechada e limitadora. Se fomos vendo que os problemas da megacidade contemporânea são transversais, de um modo genérico, a todas as cidades que aqui referimos, temos no entanto a prova, também derivada deste estudo, de que a densidade só vê validada a sua relevância quando é posta em evidência com outros factores. Se índices de qualidade de vida podem ser uma medida bastante questionável, porque muitas vezes se baseiam apenas em factores económicos, a junção de diversos aspectos e números sobre a mesma cidade podem ambicionar uma compreensão mais acertada do que pode ser a vida nesse ambiente urbano; sendo que nunca pode ser tão informativa como, efectivamente, habitá-lo. A questão a que queremos dar aqui relevância parte da relação entre o habitat e o habitar e entre as condições do meio urbano e as condições da habitação. Com isso aproximar-nos de poder afirmar que a densidade potencia a qualidade de vida e que é um factor viável a ter em conta para o desenvolvimento das cidades nas condições actuais, com uma visão de futuro comum.

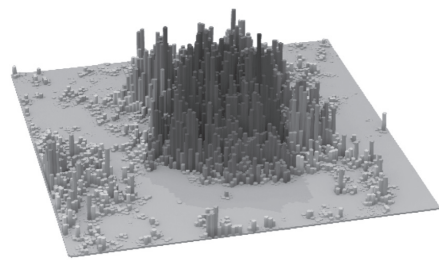
Do que defendemos ser o futuro na cidade, a questão da densidade e da concentração das pessoas, actividades e relações é um assunto que temos de abordar; se e só se, for validado pela qualidade de vida de cada um; se e só se existir o direito à habitação, à cidade e à sua renovação colectiva.

Abordemos então, rápida e abertamente, nove cidades, nove formas urbanas.

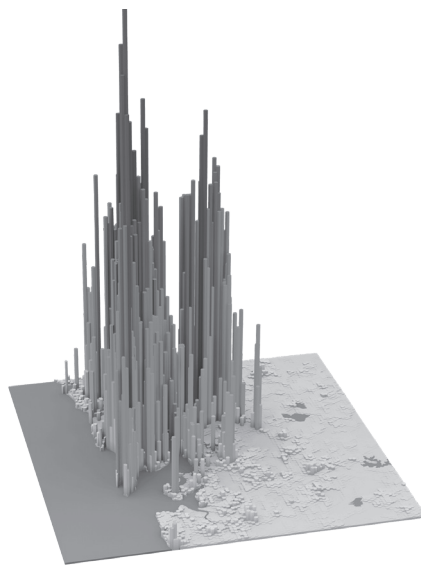
Aproximações:

Nove formas urbanas

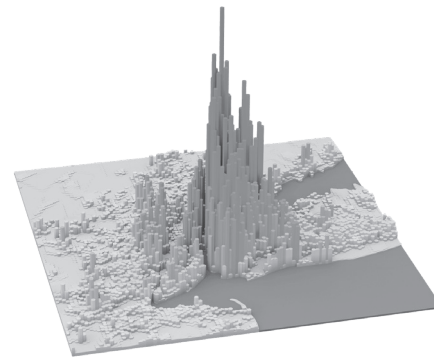
Se vimos anteriormente valores e gráficos de densidade, bem como a morfologia urbana através de um bairro específico, de cidades como Paris (França), Nova Iorque (EUA), Mumbai (Índia) e Cidade do México (México), abre-se aqui mais o espectro a outras cinco, pondo todas em evidência para percebermos que os valores de densidade só por si não desenham a cidade. A juntar às quatro que aprofundamos, apresentam-se aqui dados de cidades como Londres (Reino Unido), a primeira metrópole da história e uma das três cidades globais; Tóquio (Japão), a metrópole mais populada do mundo e uma das três cidades globais; Lagos (Nigéria), onde a maioria da população habita em condições de *slum* e onde previsão do aumento de população faz prever o pior; São Paulo (Brasil), a cidade mais populada da América do Sul, entre arranha-céus e favelas; e finalmente, Hong Kong (região administrativa oficial chinesa), onde a densidade atinge os valores mais altos e onde vamos tendo provas de que isso está a pôr em causa a condição de habitar.



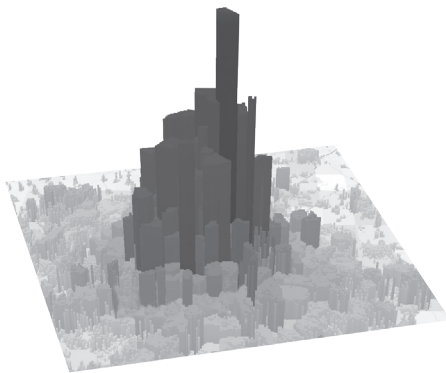
Cidade do México
2018
pico 49 088 hab/km²



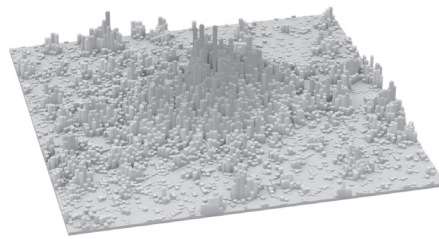
Mumbai
2013
pico 121 300 hab/km²



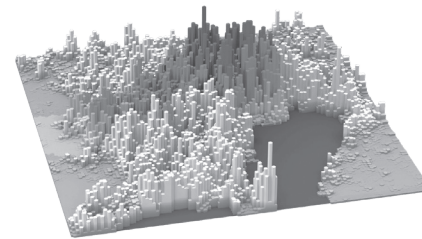
Nova Iorque
2013
pico 59 150 hab/km²



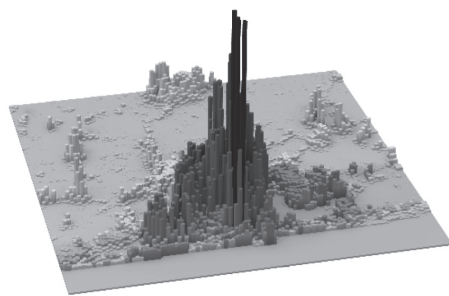
Paris
2009
pico 41 341 hab/km²



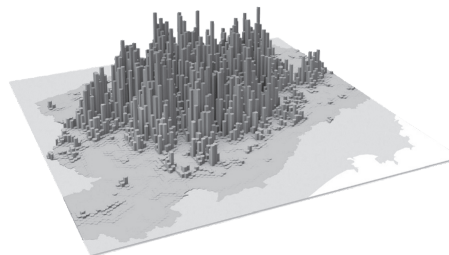
Londres
2018
pico 27 100 hab/km²



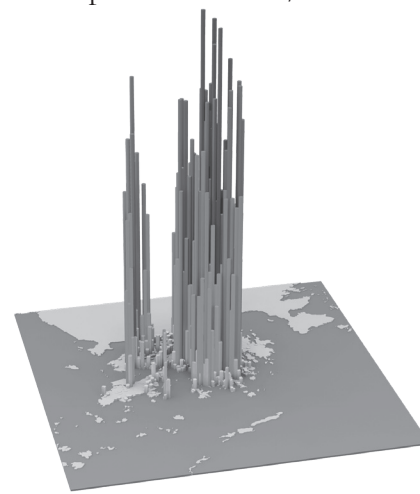
Toquio
2014
pico 33 000 hab/km²



Lagos
2018
pico 52 579 hab/km²



São Paulo
2011
pico 29 704 hab/km²



Hong Kong
2013
pico 130 000 hab/km²

TÓQUIO
37,4

SÃO PAULO
21,6

CIDADE DO MÉXICO
21,6

MUMBAI
19,9

NOVA IORQUE
18,8

LAGOS
13,5

PARIS
10,9

LONDRES
9

HONG KONG
7,4

	População aglomeração urbana em milhões de habitantes	População esperada em 2030 em milhões de habitantes	População Área administrativa em milhões de habitantes	Densidade populacional Área administrativa habitantes por km²	Carros por mil habitantes	% deslocações diárias de transporte público
Cidade do México	21,6	24,1	8,9	6 001	294	50
Mumbai	19,9	24,6	12,4	25 887	64	54
Nova Iorque	18,8	19,9	8,5	10 800	215	60,1
Paris	10,9	11,7	2,2	20 950	352	64
Londres	9	10,2	8,7	5 451	303	29,3
Toquio	37,4	36,6	13,2	6 030	308	67
Lagos	13,5	20,6	7,9	7 907	88	72
São Paulo	21,6	23,8	11,9	7 813	465	37,8
Hong Kong	7,4	7,9	7,4	6 739	69	25,2

% área construída	% área de espaço aberto	% área de circulação	Emissões de CO ₂ em toneladas por habitante	Homicídios por 100 000 habitantes	Esperança média de vida	Índice de desenvolvimento humano
59,1	23	17,9	2,8	8,8	77	0,774
59,8	25	15,2	1	1,2	68	0,640
68,7	21	10,3	5,5	3,9	78	0,924
60,2	29	10,8	2,8	1,6	82	0,901
61	29	10	4,8	1,1	80	0,922
52,5	30	17,5	1,3	0,4	83	0,909
53,8	36	10,2	-	1,3	53	0,532
63,2	19	17,8	1,4	14,2	75	0,759
60	25	15	13,1	0,67	84	0,933

Referências dos dados utilizados:
na ordem em que aparecem

Gráficos de densidade - gráficos do estudo LSE Cities obtidos na página do programa Urban Age, excepto o da cidade de Paris que foi realizado pela autora a partir dos dados da página *Human Terrain*

Populações das áreas urbanas - dados populacionais das Nações Unidas, 2018 obtidos na página da organização

Tabela:

População aglomeração urbana e área administrativa 2018 e projecção da população em 2030 - dados populacionais das Nações Unidas, 2018 obtidos na página da organização

Carros por mil habitantes, dados variam entre 2004 e 2016 - dados do estudo LSE Cities obtidos na página do programa Urban Age

Percentagem de deslocações por transporte público, dados variam entre 2003 e 2013 - dados do estudo LSE Cities obtidos na página do programa Urban Age

Emissões de CO₂ por habitante, dados entre 2007 e 2017 - dados do estudo LSE Cities obtidos na página do programa Urban Age

Número de homicídios por 100 000 habitantes, dados entre 2009 e 2015 - dados do estudo LSE Cities obtidos na página do programa Urban Age

Percentagem de área construída, espaço aberto, e de circulação, dados entre 2011 e 2014 - dados obtidos na página <http://atlasofurbanexpansion.org>

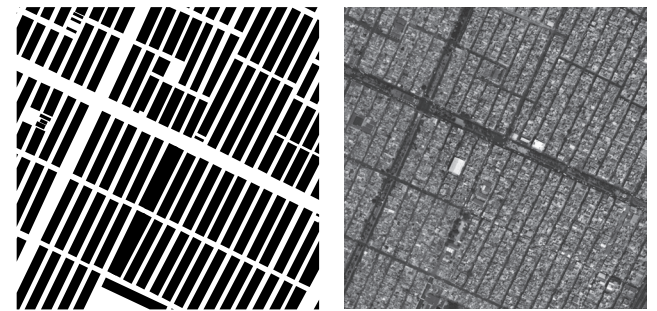
Índice de Desenvolvimento Humano 2017, incluídos neste índice entram índices de saúde, educação e riqueza - dados das Nações Unidas obtidos em <http://hdr.undp.org/en/composite/HDI>

Esperança média de vida - dados obtidos em <http://worldpopulationreview.com/countries/life-expectancy-by-country/>

Desenhos e vistas aéreas feitos pela autora com recurso ao Openstreetmap e à aplicação Mapas da Apple - os dados sobre as densidades relativas a cada bairro foram retirados de páginas relativas às governações das cidades e/ou obtidas pelo cálculo da densidade

Podemos ver pelos desenhos e imagens ao lado que números semelhantes de densidade representam diferentes morfologias, diferentes espaços entre edifícios, diferentes tipologias e cérceas. Podemos também ver que a densidade relativa à cidade, onde colocamos a população em evidência com toda a área administrativa da cidade, representa um número bastante diferente do que obtemos quando, numa determinada zona, relacionamos a área com a população residente. Sendo assim, podemos ver por exemplo no caso de Hong Kong, que tem uma superfície montanhosa e onde não é possível construir, que a densidade da área administrativa está a anos luz da densidade habitacional dos bairros. A cidade de Paris, por outro lado, tem as densidades aproximadas pelo facto de a área administrativa corresponder ao centro mais histórico, mais antigo, e por isso mais consolidado e compacto (apesar da cércea média contínua). Em cidades como Lagos e Mumbai, a densidade torna-se difícil de ser calculada pela sempre crescente população e pela dificuldade em saber ao certo quanta população habita efectivamente em *slums*.

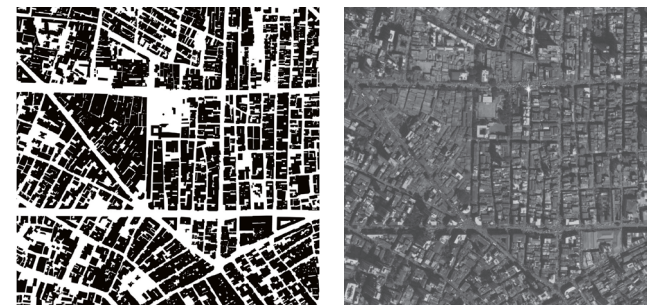
Temos vindo então a constatar que a densidade e a forma urbana têm uma infinidade de repercursões ao nível da qualidade de vida dos residentes, tanto para bem - como quando facilitam a mobilidade e as deslocações - como para mal - quando os residentes se vêem obrigados a habitar em pequenos cubículos. Podemos então afirmar que a densidade projectada e moldada vai ser um aspecto chave na resolução dos problemas do crescente aumento de população, sendo que os processos têm de se apoiar na multidisciplinidade e na criação de alternativas sociais e democráticas, contornando e revolucionando o sistema actual que considera a habitação uma mercadoria e os residentes consumidores.



Cidade do México

Neza

28 900 hab/km²



Mumbai

Bulshwar

71 613 hab/km²



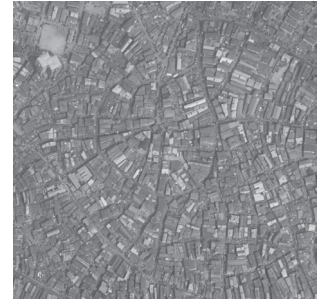
Nova Iorque

Upper East Side

59 150 hab/km²



Paris
17^oarrondissement
30 000 hab/km²



Lagos
ilha de Lagos
24 367 hab/km²



Londres
Notting Hill
1 595 hab/km²



São Paulo
Santa Cecilia
29 704 hab/km²



Toquio
Shibuya
14 679 hab/km²



Hong Kong
Mong Kok
44 900 hab/km²

“O que está a acontecer hoje? O que está a acontecer agora? E o que é este ‘agora’ no qual todos habitamos, e que define o momento no qual estou a escrever?”¹



. revoluções

Entre a densidade urbana e a condição de habitar

Na tentativa de formular uma conclusão de um processo que sabemos nunca acabar, de um *projecto-de-arquitectura-de-cidade* que se pretender reinformar, reformular e renovar continuamente, tentamos aqui suspender a procura e articular um fecho. Este esforço consiste em voltar a considerar o que fomos observando ao longo das formulações que fizemos, sobre cidades, sobre os desafios e alternativas, reforçando a idéia de que *sim*, a arquitectura pode lutar pelo direito à cidade.

O estudar das causas não pode deixar de parte as consequências que ocorrem no plano do chão, de quem vive na cidade, utiliza os seus transportes, passeia nos seus parques, trabalha nos seus serviços e estuda nas suas escolas. Quando Saskia Sassen aborda o termo *desurbanização*, fá-lo assente nas condições neoliberais de produção de cidade, da compra e venda do espaço urbano e da sua utilização para a construção de megaprojectos que se impõe num tecido normalmente mais modesto e mais humano. Cabe também à arquitectura transpôr para os projectos urbanos e de planeamento a relação com a escala humana, porque a arquitectura não existe se não estiver relacionada com a vida quotidiana, com os movimentos e as acções¹ dos habitantes. É a partir do estudo da cidade e das suas dinâmicas que podemos formular novas definições, novos objectivos e novos impactos para a disciplina da arquitectura. A privatização do tecido de que nos fala Sassen advém de projectos que apesar da densidade que introduzem, de habitações ou empregos, não criam as condições urbanas associadas, com as quais e nas quais as pessoas se relacionem, excluindo o *sujeito urbano* e desurbanizando áreas que afirmam estar, com esses projectos, a urbanizar.

Os processos que fomos estudando e os (des)envolvimentos que pretendem aproximar-se de problemas específicos, relacionando a morfologia urbana, a densidade e o seu impacto na vida quotidiana dos habitantes e no funcionamento da cidade, são o percurso que se tornou preponderante para a compreensão do que significa hoje a cidade, do que significa isto do urbano, de como é habitar uma megacidade e ambientes hiperdensos no século XXI, e que caminho queremos fazer a partir daqui. As cidades que temos vindo a mencionar, com dezenas de milhões de habitantes, transformaram a política, a economia e as infraestruturas urbanas e alteraram radicalmente a cultura e a nossa existência quotidiana. Os problemas urbanos são, e Lefebvre já afirmava, os problemas mundiais, um debate de todos, desde a economia, à sociologia e à arte. Interessou-nos ao longo de todo o percurso, sem perder de vista o campo da arquitectura compreender as forças em jogo quando falamos da construção da cidade. Sendo que, como vimos no início, a palavra cidade representa hoje uma infinidade de cenários, e a urbanização, a sua forma mais forte, representa inúmeros constrangimentos e inúmeras possibilidades.

¹ TSCHUMI, Bernard “Architecture and disjunction”, The MIT Press, Cambridge, 1996 – p.22

(página anterior)

¹ FOUCAULT, Michel em DONALD, James “Imagining the Modern City”, The Athlone Press, Londres 1999 - p. 20

Protestos em frente à Câmara contra os planos de demolir habitações na Praça Lincoln. Parte da luta de Jane Jacobs nos anos 60.

- imagem obtida em <https://nypost.com/2016/09/26/meet-the-woman-who-saved-lower-manchattan/>

“Descobrir de novo implica descobrir algo novo. Se traduzirmos isso em arquitectura teremos uma nova arquitectura. A arquitectura é uma constante redescoberta de valores humanos constantemente traduzidos no espaço. O homem é sempre e em todo o lado essencialmente o mesmo.”

Aldo Van Eyck, “The child, the city, the artist”

Não deveria, no sentido em que os problemas se globalizam, estar a ser globalizado também o sentido de urgência e pensamento sobre os temas? No sentido em que a nossa maior luta são as desigualdades, não deveríamos estar empenhados em globalizar a democracia?

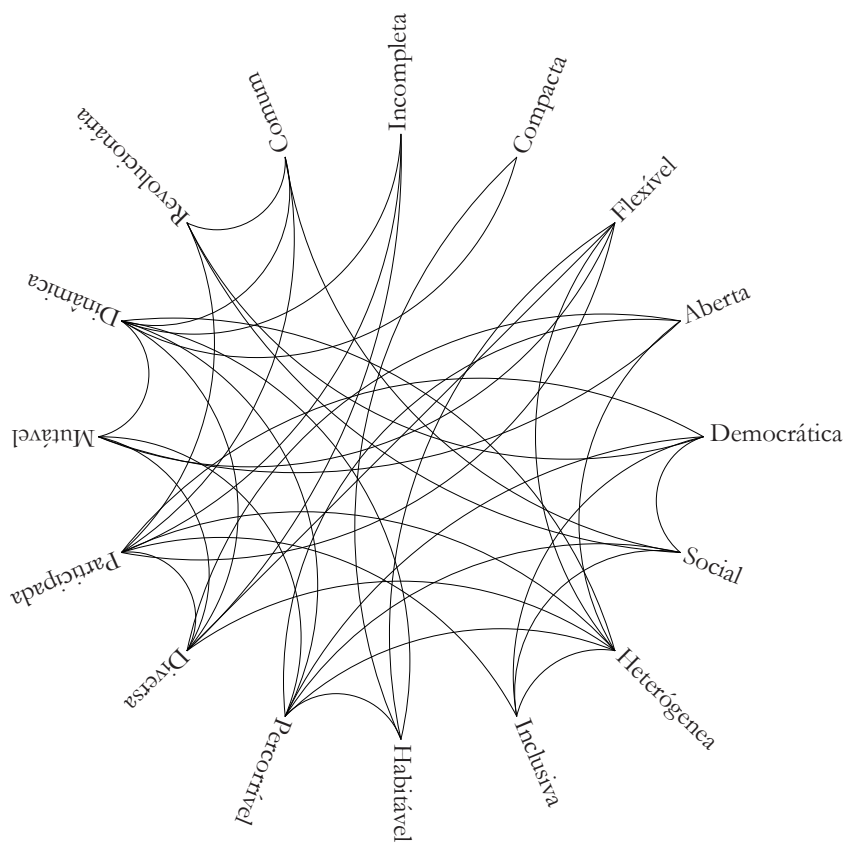
Os desenvolvimentos mais notáveis nas mais variadas áreas surgiram como consequência de uma dificuldade ou constrangimento², no entanto, consciente de que as decisões nos escapam, que são na sua raiz problemas de política, distribuição da riqueza e governação, a ambição é podermos compreender as dinâmicas para participarmos na discussão. A política, como a arquitectura, são ferramentas a ser usadas para a construção de algo comum, para tentar dar resposta às necessidades da sociedade, principalmente na defesa e inclusão dos que são privados de uma escolha.

O objectivo primordial da criação da cidade foi acreditarmos, nós humanos, que era a melhor forma de estabelecermos relações sociais e comerciais, de habitar-mos mais próximos e com isso melhorar significativamente a qualidade de vida de cada um. Ora, as pessoas ainda vêm para a cidade por isso mesmo, quer as razões sejam mais ou menos elaboradas, a perspectiva de um melhoramento na qualidade de vida espera-se ponto assente. No entanto, como fomos vendo ao longo do percurso da dissertação, a cidade está sobre uma enorme pressão de proporcionar a milhões de pessoas essa qualidade de vida que todos procuramos (e a que todos temos direito). Como vamos viver juntos? É nesta pergunta que vemos levantadas uma infinidade de correlações que são possíveis; desde questões de governação e distribuição de recursos, a políticas de distribuição e gestão da riqueza, a forma urbana e aos ambientes que construímos, às habitações e às condições que criamos para garantir o habitar de cada um. O que fomos abordando permitiu-nos fundamentar opiniões, informar o nosso *projecto-de-cidade*, e perceber que através de processos multidisciplinares podemos criar condições para a construção desses espaços urbanos, no sentido de fazer chegar a cidade a todos e de garantir um direito à cidade mais alargado e comum.

Foi aqui aberto um debate que se ambiciona longo, abrangente e acessível.

“Precisamos de um novo contrato espacial. No contexto da ampliação das divisões políticas e das crescentes desigualdades económicas, pedimos aos arquitectos que imaginem espaços nos quais possamos viver generosamente juntos: juntos como seres humanos que, apesar da nossa crescente individualidade, ansiamos conectar-nos uns com os outros e com outras espécies em espaços digitais e reais; juntos como novas famílias procurando os espaços mais diversos e dignos para habitar; juntos como comunidades emergentes que exigem igualdade, inclusão e identidade espacial; juntos

2 ARAVENA, Alejandro, “Reporting from the Front - Venice bienal 2016 – p.44



Formulamos aqui um esquema de vários aspectos e configurações, que ambicionam poder conceber um projecto-de-cidade.

Fugindo aos esquemas triangulares que pensam a arquitectura e a cidade, como o de Vitruvius (firmitas, utilitas, venustas), o esquema urbano de Louis Wirth (tamanho, densidade e heterogeneidade), ou de Nuno Portas, sobre os três pés da arquitectura (construção, estética, social); a cidade, como a concebemos ao longo da dissertação, não consegue ser definida ou formulada apenas através de três vértices. - esquema da autora, 2019

além das fronteiras políticas para imaginar novas geografias de associação; e juntos como um planeta que enfrenta crises que exigem acção global para podermos continuar a viver.”²³

O problema global que se sente localmente com intensidades e escalas diferentes assenta na mudança de paradigma que ocorreu no campo da habitação. Este novo contracto espacial pressupõe uma reflexão sobre o modo como projectamos habitações, propomos demolir existentes ou são deslocados residentes. Um novo contracto espacial tem de partir da habitação; um novo contracto espacial pressupõe a compreensão alargada de modos de habitar; pressupõe o pensamento alargado das condições do habitat; pressupõe uma discussão aberta e contínua sobre o que significa habitar. As habitações deixaram de importar pelo seu valor de uso e passaram a ser vistas apenas pelo seu valor de troca. Deixaram de ser vistas como um bem essencial e passaram a ser vistas como uma comodidade. Habitação não quer apenas dizer um tecto e paredes que abrigam da chuva, do vento e do sol. A resolução do problema da habitação passa sempre por uma opção política⁴, e só podemos ser arquitectos que lutam por um direito à habitação quando nos introduzirmos na discussão e reconquistarmos o nosso papel social, onde se ambiciona um impacto para além da construção e da autoria. Apesar de este não ser um problema contemporâneo, temos de conceber e olhar para a solução à luz dos constrangimentos actuais, repensar e reavaliar os métodos e trabalhar no sentido de diminuir as contradições e as desigualdades.

Num mundo cada vez mais global e urbano – no que isso tem de positivo e negativo – as pessoas anseiam poder habitar a confusão e ao mesmo tempo ter a sua privacidade, “prezam a conveniência mas também anseiam por uma vida publica genuína.”⁵ Nesse sentido, os bens urbanos comuns e a esfera pública, como defende Richard Sennett, são pontos essenciais para a abertura da cidade e para uma construção porosa e inclusiva. Os aspectos que fazem cidade são infinitos e inumeráveis, e por isso a nossa compreensão das dinâmicas de uma megacidade nunca é completa, têm de se renovar continuamente e nunca deixar de questionar. Questionar se o que propomos, o que projectamos e o que construímos, está realmente a criar condições para que essas dinâmicas tenham lugar e se potenciem. Compreender a cidade é perceber que ela só nasce a partir da concentração das relações. Que a densidade que projectamos tem de ser proporcional às possibilidades que deixamos abertas e incompletas. Compreender a arquitectura é perceber que estamos ao serviço das pessoas, das lutas sociais pela cidade e que também nos cabe a nós ser oposição às políticas neoli-

3 Informação retirada do site da Bienal de Arquitectura de Veneza. No ano de 2020, Hashim Sarkis vai ser o curador da 17ª Exposição Internacional de Arquitectura que terá lugar de 23 de Maio a 29 de Novembro de 2020 com o tema “How will we live together?”

4 PORTAS, Nuno “Arquitectura(s) - Teoria e Desenho, Investigação e Projecto”, Faup Publicações, Porto 2005 – p.236

5 ROGERS, Richard “Cidades para um Pequeno Planeta” (1997), Gustavo Gili, Barcelona, 2001 – p.10

berais exercidas sobre o espaço urbano. No entanto, perceber que os problemas nos ultrapassam largamente implica a consciência da condição urbana em que nos encontramos mas também de que cada projecto que fazemos, cada questão que colocamos, está a fazer cidade.

George Bataille afirmou há quase um século que a arquitectura não espelhava a forma da sociedade mas que a sufocava.⁶ A afirmação, apesar da visão negativa que acarreta, serve também, à semelhança do elogio e desprezo que elaboramos anteriormente, para exigir mais à arquitectura. O que Nuno Portas descreve como o empobrecimento da disciplina, por depositarmos o seu impacto na estética e por ter sido perdida a sua capacidade crítica, transforma-se hoje, para além disso, numa generalização do aspecto imediato do edifício e da capacidade de chocar e inovar tecnologicamente que tem ou não. Imaginar para a arquitectura um impacto positivo consiste em admitir para a disciplina um *à priori* do projecto. Como defende Pier Vittorio Aureli, o papel do arquitecto não devia vir no fim, como executor, mas ser constante no processo, afirmando que “quanto mais os arquitectos celebraram a condição urbana como ingovernável, mais criam o álibi perfeito para se retirarem em seu mandato profissional, para fingir que o seu trabalho consiste em responder pragmaticamente às demandas de seus clientes.”⁷

Falamos de arquitectura como algo entre a ciência exacta e a arte, mas não estaremos neste momento a precisar de associar a arquitectura às ciências sociais e humanas? Não estaremos a precisar de pensar as qualidades essenciais da arquitectura? De acordo com o dicionário a arquitectura é a arte de projectar e construir edifícios, mas, não querendo pôr na arquitectura uma pressão que pode não estar preparada para suportar, importa reforçar o papel da arquitectura, na sua condição teórica e prática, e por isso ligada aos três campos; o da ciência técnica, da arte e das ciências sociais. Pode o futuro começar por ambicionar recuperar alguma ética para toda esta estética? Algum pensamento social e humano para toda esta tecnologia? Alguma sensibilidade para toda esta alienação? Podemos também ambicionar retomar o pensamento urbano e introduzir novos temas para a resposta e reflexão sobre a sociedade urbana, condição imprescindível à revolução urbana⁸?

Assumindo que “a solução para qualquer problema deve ser encontrada dentro dos termos do próprio problema”⁹ o trabalho que fomos desenvolvendo quer compreender o problema e criar a partir daqui bases teóricas informadas para uma (qualquer) solução. Na consciência da ingenuidade com que aqui se vão abordando alguns temas, surgem uns pontos que importa referir que se apre-

6 BATAILLE, Georges “Architecture”: the article on Documents Maio 1929 – p.47

7 AURELI, Pier Vittorio “The city as a project”, Ruby Press, Berlin, 2014 – p.15

8 LEFEBVRE, Henri “The urban revolution” (1970), University of Minnesota Press, Minneapolis, 2003 – p.37

9 SMITHSON, Alison “Urban Structuring: studies of Alison and Peter Smithson”, Studio Vista, London, 1967

sentam preponderantes a um *projecto-de-arquitectura-de-cidade* mais informado e com mais impacto. Entre eles a consciência de que é necessário pensar mais e construir menos; que o bem maior tem se sobrepôr a interesses individuais - fazer valer a democracia e as necessidades dos 99%; que a sociedade avança e evolui se ajudarmos pessoas empobrecidas e não lugares empobrecidos; que ganhamos mais enquanto colectivo se projectarmos oportunidades em vez de soluções fechadas; e que conseguimos fazer muito melhor se tivermos como base a multidisciplinidade e a heterogeneidade. É neste sentido que importa compreender e formular pensamentos sobre o que significa habitar uma cidade com milhões de pessoas, face aos desafios que hoje se apresentam globais e incontornáveis, nos quais todos temos um papel. Valter Hugo Mãe disse numa entrevista que “a humanidade começa depois da sobrevivência”, e parece que cada vez mais, para cada vez mais gente, a humanidade está muito longe.

Tal como temos vindo a defender, não há um valor certo de densidade, uma mistura certa de funções ou uma poção para a resolução do problema da habitação, para a arquitectura dessa solução ou para a construção mágica de bons ambientes urbanos. O facto de não haver uma resposta universal para estas questões, faz com que a nossa visão tenha de ser geral mas também com que as soluções que pomos em prática tenham de ser específicas. Temos de actuar nos pontos doentes mesmo que não sejam aqueles que doem¹⁰, diz Nuno Portas. Temos de questionar métodos e práticas, formular novos métodos e novas práticas. Pôr a nossa capacidade de pensar e fazer cidade ao serviço do bem comum, da construção de ambientes abertos e inclusivos. Fomos defendendo ao longo das páginas anteriores o impacto que o ambiente urbano construído tem no modo como habitamos, na qualidade de vida quotidiana, e no modo como nos relacionamos. Essa compreensão, transposta para o nosso campo de acção, permite-nos desenvolver cada projecto na consciência da influência positiva que pode ter, por mais pequeno que seja. Com isto, podemos assumir que é possível lutar pelo direito à cidade através da disciplina da arquitectura, tanto através da constante crítica como através da constante formulação de soluções, porque em cada projecto vamos desenvolver o pensamento sobre o que, naquele lugar específico, significa a densidade e o habitar e sobre o que significa habitar a densidade.

10 PORTAS, Nuno “Arquitectura(s) - Teoria e Desenho, Investigação e Projecto”, Faup Publicações, porto, 2005 - p.489

As revoluções que vamos sentindo eminentes durante toda a dissertação ganham força quando enquadradas ao tempo exacto que vivemos. Manifestações pela democracia, em países que se pensava ser dado adquirido. Manifestações por uma mudança no modo como habitamos o planeta, quando seria de esperar que isso fosse um objectivo partilhado por todos. Manifestações pela igualdade na diferença e pela inclusão, ao mesmo tempo que construimos muros cada vez mais altos.

A Revolução Urbana continua por concluir. É necessário imaginar maneiras revolucionárias de habitar em colectividade. É necessário uma mundividência diferente e ela deve surgir de uma revolução comum.

Ainda assim, quando o assunto é a cidade e a sociedade urbana, é certo que quando algumas perguntas são respondidas, surgem inúmeras novas para responder.

Bibliografia

sites, conferências e filmes

- AGAMBEN, Giorgio “Metrópolis”, transcrito da conferência na IUAV, em Veneza, 11 de novembro de 2006
- ARAVENA, Alejandro,
 “Reporting From the Front”, Bienal de Veneza, 15ª Mostra internacional de Arquitectura, Marsilio, Veneza, 2016
 “The value of what’s not built” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018
- AURELI, Pier Vittorio
 “The city as a project”, Ruby Press, Berlin, 2014
 “The project of Autonomy - Politics and Architecture within and against Capitalism”, Princeton Architectural Press, New York, 2008
 “The possibility of an absolute architecture”, The MIT Press, Cambridge, 2011
- BARKER, Theo, SUTCLIFFE, Anthony “Megalopolis: the giant city in history”, The Macmillan Press, Hampshire, 1993
- BATAILLE, George “Architecture”, Documents 1929 em HOLLIER, Denis “Against Architecture: the writings of George Bataille”, MIT Press, Cambridge, 1992
- BENJAMIN, Walter “Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política”, Relógio d’Água, Lisboa, 1992
- BOELENS, Luuk “The Urban Connection. An actor relational approach to urban planning”, 010 Publishers, Rotterdam, 2009
- BORRA, Bernardina “Co-operation rules the world. The community rules the individual. On Hannes Meyer” em AURELI, Pier Vittorio “The city as a project”, Ruby Press, Berlin, 2014
- BRENNER, Neil “Implosions, Explosions: Towards a study of Planetary Urbanization”, Jovis, Berlin 2014
- BRENNER, Neil e SCHMID, Christian “Planetary Urbanization” em BRENNER, Neil “Implosions, Explosions: Towards a study of Planetary Urbanization”, Jovis, Berlin 2014
- BURDETT, Ricky
 “Cities: Architecture and Society”, Bienal de Veneza, 10ª Mostra internacional de Arquitectura, Marsilio, Veneza, 2006
 “The Era of Cities”, entrevista DOMUS nº1036, junho 2019
 “Flexible Urbanism” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018
- BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan,
 “The Endless City”, Phaidon Press, London, 2007
 “Living in the Endless City”, Phaidon Press, London, 2011
- BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018
- CASTILLO, José
 “After the explosion” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007
 “Housing the urban poor” em conferência Urban age, Mumbai, 2007
 “Retrofitting Mexico City” em conferência Urban Age, Istambul, 2009
- CERTEAU, Michel de “The practice of Everyday Life”, University of California Press, USA, 1984
- CIAM, “A Carta de Atenas”, C.I.A.M., trad. Maria de Lourdes e F. Castro Rodrigues, 1941
- CLOS, Joan “Urban Pragmatics” em BURDETT, Ricky e RODE, Philipp “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018
- COOK, Peter “Archigram”, Princeton Architectural Press, New York, 1999

- CUNNINGHAM, Frank “Triangulating Utopia: Benjamin, Lefebvre, Tafuri”, City, Junho 2010
- DAVIS, Mike “Planet of Slums”, Verso, London 2006
- DONALD, James “Imagining the Modern City”, The Athlone Press, Londres 1999
- ENGELS, Friedrich “A Questão do Alojamento” (1852), trad. Ribeiro da Costa, Editora Poveira, Porto 1971
- EYCK, Aldo van “The Child, the City and the Artist. An essay on Architecture, the in-between realm”, Sun Publishers, Amsterdam 1962
- FAINSTEIN, Susan “Behind the boom” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London 2007
- FIGUEIRA, Jorge “A Cidade Genérica”, texto no jornal Público, 15 de abril de 2012
- FOUCAULT, Michel “Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias” (1967) em Architecture/Mouvement/Continuité, 1984
- FRIEDMAN, Yona
 “Structures serving the Unpredictable”, ed. Sabine Lesbeque, Helen Fentener van Vlissingen, Nai publishers, Roterdão 1999
 “Pro Domo”, Actarm Barcelona 2006
- FRY, Tony “Re-making Cities: un introduction to Urban metrofiting”, Bloomsbury Academic, New York, 2017
- GLAESER, Edward
 “Triumph of the City” (2011), Pan Books, Londres, 2012
 “The Benefits of Density”, na página do projecto Urban Age, 2012 - <https://urbanage.lsecities.net/essays/the-benefits-of-density>
 “Congestion, Contagion, Crime” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018
- HARVEY, David
 “Rebel Cities”, Verso, London 2013
 “The Urban Experience”, Basil Blackwell, Oxford, 1989
 “Spaces of Hope”, Edinburgh University Press, Edinburgh, 2000
 “Why aren’t the left thinking about what the hell is going on”, Icon Magazine, entrevista 22 de outubro de 2012
 “Cities or Urbanization?” em BRENNER, Neil “Implosions, explosions: towards a study of planetary urbanization”, Jovis, Berlin 2014
- HERZOG, Jacques e MEURON, Pierre de “The Particular and the Generic” em BURDETT, Ricky e SUDJIC, Deyan “The Endless City”, Phaidon Press, London, 2007
- HEIDEGGER, Martin “Building, Dwelling, Thinking”, em “Basic Writings”, 1954
- HILBERSEIMER, Ludwig,
 “La arquitectura de la Gran Ciudad”, Gustavo Gili, Barcelona, 1999
 “Metropolis-Architecture”, GSAPP Books, United States, 2012
- HOLLIER, Denis “Against Architecture: the writings of George Bataille”, MIT Press, Cambridge, 1992
- HOWARD, Ebenezer “Garden cities of to-morrow” (1946), Faber and Faber Limited, Great Britan 1970
- JACOBS, Jane “Morte e Vida das Grandes Cidades” (1961), trad. Carlos Rosa, WMF Martins Fontes, São Paulo, 2009
- JENKS, Mike e BURGESS, Rod,
 “The Compact City: A sustainable urban form?”, Spon Press, London 2000
 “The Compact Cities: sustainable urban forms for developing countries”, Spon Press, London 2000
- KOOLHAAS, Rem,
 “Três textos sobre a Cidade”, trad. Luis Santiago Baptista, Barcelona 2010
 “Project on the City”, Taschen, Koln, 2001
 “Nova Iorque Delirante”, Gustavo Gili, Barcelona, 2008
 “In search for Authenticity”, em “The endless city”, Ricky Burdett e Deyan Sudjic, Phaidon Press, London, 2007

- LACATON & VASSAL, em *El Croquis 1993-2017*, edição Fernando Márquez Cecilia e Richard Leyene, Madrid, 2017
- LEFEBVRE, Henri
 “The Urban Revolution” (1970), University of Minnesota Press, Minneapolis, 2003
 “O Direito à Cidade” (1968), Estúdio e Livraria Letra Livre, Lisboa, 2012
 “The Production of Space” (1974), Blackwell, Oxford, 1991
 “Dissolving city, Planetary Metamorphosis” em BRENNER, Neil “Implosions, explosions: towards a study of planetary urbanization”, Jovis, Berlin 2014
- LYNCH, Kevin “City sense and city design: writings and projects of Kevin Lynch”, ed. Tridib Banerjee e Michael Southworth, MIT Press, Cambridge, 1990
- MADDEN, David; MARCUSE, Peter “In defense of housing”, Verso, Londres, 2016
- MARTIN, Reinhold, MOORE, Jacob e SCHINDLER, Susanne “The Art of Inequality: Architecture, Housing and Real Estate” Buell Center for the Study of American Architecture, 2015
- MEHROTRA, Rahul e VERA, Felipe “Ephemeral Urbanism” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018
- MEHROTRA, Rahul
 “The Static and the Kinetic” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The Endless City”, Phaidon Press, London, 2007
 “The Kinetic City”, entrevista por Ibai Rigby, Urban Next, Mumbai, Fevereiro 2016
- MEHTA, Suketu “Narratives of inclusion: can cities help us live together?”, conferência Urban Age, 10 dezembro 2015
- MERRIFIELD, Andy
 “The Urban question under Planetary Urbanization” em BRENNER, Neil “Implosions, Explosions: towards a study of Planetary Urbanization”, Jovis, Berlin 2014
 “The right to the City and beyond: notes on Lefebvrian reconceptualization” em BRENNER, Neil “Implosions, Explosions: towards a study of Planetary Urbanization”, Jovis, Berlin 2014
- MISSIKA, Jean-Louis e WALLER, Marion “Urban Commons” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018
- MISSIKA, Jean-Louis “Comparing urban development models – Paris”, Urban Age conference Addis Ababa, 29 novembro 2018
- MONTANER, Josep Maria, MUXÍ, Zaida, “Arquitectura e Política. Ensaios para mundos alternativos” (2014), trad. Frederico Bonaldo, Gustavo Gili, Barcelona, 2015
- MONTEYS, Xavier “La Gran Máquina. La ciudad en Le Corbusier”, ediciones del Serbal, Barcelona, 1996
- MORE, Thomas “Utopia”, Penguin Books, London, 2009
- MOTA, Nelson “Homeless and nostalgia for the spontaneous”, em revista Punkto 01, 2014
- MUMFORD, Lewis,
 “A Cidade na História: suas origens transformações e perspectivas”, Martins Fontes, São Paulo, 1982 (cid.20.99.3)
 “The Culture of Cities”, Harcourt Brace Jovanich, USA, 1966
- NAÇÕES UNIDAS
 “Rapid urbanization: opportunities and challenges to improve the well-being of societies”, 6 de setembro de 2017
 “Nova Agenda Urbana– Habitat III”, Conferência “On Housing and Sustainable development”, Quito 2016
 “The world’s cities in 2018” - Revision of world urbanization prospects, Department of Economic and Social Affairs, 2018
 “UN-Habitat Slum Almanac 2015-2016”, 2016

- “2018 Revision of World Urbanization Prospects”, maio de 2018
- NOERO, Jo “Problem of Ethics and Architecture” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018
- PARK, Robert “The City: Suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment”, The University of Chicago Press, 1925
- PALETTA, Anthony “Story of cities #32: Jane Jacobs vs Robert Moses, battle of New York’s urban Titans”, The Guardian, 28 de abril de 2016
- PARASURAMAN, S. “Uncovering the Myth of Urban Development in Mumbai” em “India: Understanding the Maximum City”, Urban Age conference, Índia 2007
- PEÑALOSA, Enrique “Politics, Power, Cities” em “The endless city”, Ricky BURDETT, Deyan Sudjic, Phaidon Press, London, 2007
- PER, Aurora, MOZAS, Javier, ARPA, Javier “Density is Home”, a+t Research Group, 2011
- PEREC, George “Species of Spaces and Other Pieces”, (Espèces d’espaces, edições Galilée, Paris, 1974), Penguin classics, Londres, 2008
- PEREIRA, Paula Cristina, “Condição Humana e Condição Urbana”, Edições Afrontamento, Porto, 2011
- PORTAS, Nuno “Arquitetura(s) - Teoria e Desenho, Investigação e Projecto”, Faup Publicações, porto, 2005
- PRICE, Cedric “RE:CP by Cedric Price”, Birkhauser, Basel 2003
- PROVOOST, Michelle e VANSTIPHOUT, Wouter “Facts on the ground: Urbanismo from Midroad to Ditch” Harvard Magazine, Harvard nº25, 2006
- RESSELADA, Max e HEUVEL, Dirk van den “Team 10: in search for a utopia of the present 1953/81”, Nai publishers, Roterdão 2005
- RIIS, Jacob A. “How the other half lives. Studies among the tenements of New York”, 1890
- RODE, Philippe “Mumbai: the compact megacity” em “India: understanding the Maximum City”, conferência Urban Age, Índia 2007
- ROGERS, Richard
 “Cidades para um pequeno planeta” (1997), Gustavo Gili, Barcelona, 2001
 “Saving the city” em ARAVENA, Alejandro “Reporting From the Front”, Bienal de Veneza, 15ª Mostra internacional de Arquitectura, Marsilio, Veneza, 2016
- ROSSI, Aldo “A Arquitectura da Cidade”, Cosmos, Lisboa, 2001
- ROWE, Colin; KOETLER, Fred “Collage City”, MIT Press, Cambridge, 1978
- SAALMAN, Howard “Haussmann: Paris transformed”, George Braziller, New York, 1971
- SADLER, Simon “Non-plan. Essay on freedom and participation and change in modern architecture and urbanism”, Architectural Press, Oxford, 2001
- SASSEN, Saskia,
 “The Global City: New York, London, Tokyo”, Princeton University Press, Princeton, 1991
 “How Jane Jacobs changed the way we look at cities”, The Guardian, 4 de maio 2016
 “Who owns our cities – and why this urban takeover should concern us all”, The Guardian, 24 de novembro 2015
 “The City: a collective good?”, Brown Journal of World Affairs, Spring/Summer 2017
 “The Global City: introducing a concept”, Brown Journal of World Affairs, Winter/Spring 2005
 “Cityness in an urban age”, Urban Age, 2005
 “Why cities matter” em BURDETT, Ricky “Cities: Architecture and Society”, Bienal de Veneza, 10ª Mostra internacional de Arquitectura, Marsilio, Veneza, 2006
- SCHMID, Christian “Patterns and pathways of global urbanization: towards comparative analyses” em BRENNER, Neil “Implosions, Explosions: towards a study of Planetary Urbanization”, Jovis, Berlim 2014

- SENNETT, Richard,
 “Building and dwelling : Ethics for the City”, London : Allen Lane Penguin Books, 2018
 “The Fight for the City”, Eurozine, 2019
 “The Open City”, conferência CRASSH: Understanding Society, Cambridge, 2013
 “The conscience of the eye. The design and social life of cities.”, Faber and Faber, Nova Iorque 1990
 “Efficient or sociable cities?” em City Transformations, Urban Age, 2013
- SIMMEL, Georg “Les grands villes et la vie de l’esprit”, Petit Bibliothèque Payot, 2013
- SMITHSON, Alison e Peter
 “The charged void: Urbanism”, The Monacelli Press, New York, 2005
 “Changing the art of inhabitation”, Artemis, London 1994
- SMITHSON, Alison
 “Urban Structuring: studies of Alison and Peter Smithson”, Studio Vista, London, 1967
- SOJA, Edward W, “Postmetropolis: Critical studies of Cities and Regions”, 2000
- SOJA, Edward e KANAI, Miguel “The urbanization of the world” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007
- SOLÁ-MORALES, Manuel, “De Cosas Urbanas”, Barcelona : Gustavo Gili, 2008
- STEIN, Samuel
 “Capital City. Gentrification and the Real Estate State”, Verso, London 2019
 “Forget ‘machine for living’ – Hudson Yards is a machine for investing in”, The Guardian, 15 de março 2019
 “Gentrification is a feature, nor a bug, of capitalist urban planning”, Jacobin Mag, 19 de março 2019
- SUDJIC, Deyan,
 “The 100 Mile City”, Harcourt Brace & Comp., San Diego, 1992
 “Speed of change” em BURDETT, Ricky, RODE, Philipp, “Shaping Cities in an Urban Age”, Phaidon Press, London, 2018
 “Unfinished Cities”, 2013, Urban Age - <https://urbanage.lsecities.net/essays/unfinished-cities>
 “Back from the Brink” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007
 “Managing Chaos” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “Living in the endless city”, Phaidon Press, London, 2011
 “Finding its nerve” em BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan, “The endless city”, Phaidon Press, London, 2007
- TAFURI, Manfredo “Projecto e Utopia: arquitectura e desenvolvimento do capitalismo”, trad. Conceição Jardim e Eduardo Nogueira, Presença, Lisboa 1985
- TSCHUMI, Bernard “Architecture and Disjunction”, The MIT Press, Cambridge, 1996
- THE PLAN JOURNAL, “Design for social impact”, Italia, volume 1 - 2
- TURNER, John “Housing by people: Towards autonomy in building environments” (1976), Maryon Boyards, Nova Iorque, 1991
- Vários Autores, “The right to the city. A Verso report”, Verso Books, Londres 2017
- VIEIRA, Álvaro Siza “Linhas de acção dos técnicos como técnicos” em “Cidade participada: arquitectura e democracia – Operações SAAL S. Victor” cord. Ana Alves Costa, Ana Catarina Costa, Sérgio Fernandez, Tinta da China, Lisboa 2019
- WIRTH, Louis “Urbanism as a way of life”, the American Journal of Sociology, volume XLIV, numero 1, julho 1938

Conferências e documentários

ARAVENA, Alejandro “Reporting From the Front”, conferência, Venice Biennale 2016

BRILLEMBOURG, Alfredo “The architect and the city: anxiety of influence”, conferência FAUP, 31 de maio de 2019

BRILLEMBOURG, Alfredo e KLUMPNER, Hubert “Mumbai: maximum city under pressure”, dirigido por Markus Kneer, 15min, Índia e Suíça 2014

FOSTER, Norman

“Forum Future is Now”, conferência Fundação Norman Foster, Madrid, 1 de junho de 2017

“On cities”, conferência Fundação Norman Foster, Madrid 2018

HUSTWIT, Gary “Urbanized”, 85min, EUA 2011

MEHROTRA, Rahul “The Kinetic City”, entrevista por Ibai Rigby, Urban Next, Mumbai, Fevereiro 2016

TYRNAUER, Matt “Citizen Jane: battle for the city”, 92min, Nova Iorque, 2016

TATI, Jacques

“Mon Oncle”, 120min, França 1958

“Playtime- - a vida Moderna”, 124min, França 1967

WEIWEI, Ai “Human Flow”, 140min, Alemanha 2017

WILNER, Frédéric “Amsterdam, Londres, New-York: Trois villes a la conquête du Monde”, Alliadé Productions, 2017 – 4 episódios transmitidos na RTP2 entre 30 de janeiro e 27 de fevereiro de 2019

LEFEBVRE, Henri, Entrevista Urbanose 15, 1972— Realização de Michel Régnier (1972), L’Office National du Film du Canada

Periódicos

Arquitectura Viva, “Más Ciudad: futuros urbanos, futuros humanos”, Luiz Fernández-Galiano, Madrid 9/2018

DOCOMOMO “ High Density”, Ana Tostões e Zara Ferreira, Docomomo international, Journal 50 - 2014/1

Documents, “Doctrines, Archéologie, Beaux-arts, Ethnographie”, 1929

Revista NU – Utopia #25 novembro 2005

Revista Punkto

Sites consultados na internet

The City as a Project – <http://thecityasaproject.org>

LSE Cities - <https://lsecities.net/ua/>

Next City - <https://nextcity.org>

Urban Age - <https://urbanage.lsecities.net>

Human Terrain - https://pudding.cool/2018/10/city_3d/?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com

Organização das Nações Unidas - <https://sustainabledevelopment.un.org>

Internacional Situacionista - <https://www.cddc.vt.edu/sionline/index.html>

La Biennale Architettura Venezia - <https://www.labiennale.org/it/architettura/2020>

City Lab - <https://www.citylab.com>

Spontaneous City - <http://thespontaneouscityinternational.org>

The World Bank – <https://www.worldbank.org>

